



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Humberto da Silva Miranda

*Nos tempos das Febems:
memórias de infâncias perdidas
(Pernambuco / 1964-1985)*

Recife

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

*Nos tempos das Febems:
memórias de infâncias perdidas
(Pernambuco / 1964-1985)*

Humberto da Silva Miranda

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Dra. Isabel Cristina Martins Guillen.

Recife

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB-4 985

M672n Miranda, Humberto da Silva.

Nos tempos das FEBEMS : memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964 – 1985) / Humberto da Silva Miranda. – Recife: O autor, 2014.

348 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

Inclui referências.



ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO HUMBERTO DA SILVA MIRANDA

Às 14h do dia 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2014 (dois mil e quatorze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Humberto da Silva Miranda** intitulada “**No tempo da Febem: memórias de infâncias perdidas**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Isabel Cristina Martins Guillen (Orientadora), Regina Beatriz Guimarães Neto, Alcileide Cabral do Nascimento, Valeria Nepomuceno Teles de Mendonça e Silvia Maria Favero Arend. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 26 de fevereiro de 2014.

Profª. Drª. Isabel Cristina Martins Guillen

Profª. Drª. Regina Beatriz Guimarães Neto

Profª. Drª. Alcileide Cabral do Nascimento

Profª. Drª. Valeria Nepomuceno Teles de Mendonça

Profª. Drª. Silvia Maria Favero Arend

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Sandra Regina Albuquerque

Dedico este trabalho à Betânia, Augusto e Carlos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a todos/as que confiaram neste trabalho. Ao longo desses 5 anos, encontrei várias pessoas que se interessaram em saber os caminhos da pesquisa e da escrita. Ao prefaciar a obra de sua autoria, *História Social da Criança e da Família*, o historiador francês Philippe Ariès afirmou que um dos maiores méritos de uma tese é “[...] comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta, torná-los sensíveis — como ele foi — às cores e aos odores das coisas desconhecidas [...]”.¹ Essas pessoas sempre me perguntavam sobre as “descobertas”, sobre as novidades, sobre as crianças e sobre os adolescentes que passaram pela Febem.

Agradeço à minha orientadora, Professora Isabel Guillen, pela confiança, dedicação e respeito. Das reuniões de orientação, surgiu uma amizade. Concluímos mais um trabalho para dar início a muitos outros.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História – UFPE. Aos professores coordenadores e à querida Sandra. Aos professores/as do curso, especialmente a Regina Beatriz Guimarães e a Antonio Torres Montenegro. Este trabalho teve o financiamento da Capes e da Facepe, agências de fomento à pesquisa que merecem meu agradecimento.

É importante agradecer a leitura preciosa das professoras Alcileide Cabral e Regina Beatriz Guimarães no processo da qualificação e banca. Agradeço também as professoras Silvia Arend e Valéria Nepomuceno pela contribuição na banca de defesa dessa Tese.

Ressalto a contribuição dos arquivistas dos centros de documentação e memória de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Na oportunidade também agradeço especialmente o apoio da Fundação de Atendimento Socioeducativo – Funase, e aos que fazem o Arquivo Nacional. É importante agradecer à Laurinha e à Isabela pelo trabalho de revisão textual e ao Israel, pela construção dos gráficos e mapas. Das pesquisas nos arquivos ao trabalho de escrita, contei com a contribuição desses companheiros/as.

Agradeço aos colegas e aos alunos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, aos que fazem a Escola de Conselhos de Pernambuco, aos que integram a Pró-Reitoria de Extensão e os Departamentos de Educação e História. Agradeço

¹ ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006. P. IX.

especialmente aos professores que se tornaram colegas de trabalho, Angela, Alcileide, Paulo, Wellington, Ana, Suely...

Aos parceiros do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Aos conselheiros/as tutelares e de direitos da criança e do adolescente. Este trabalho foi construído a partir da minha relação com esses homens e mulheres, que me ensinam diariamente os desafios de se construir a luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Aos amigos/as que sempre estiveram comigo: Pablo, Emília, Márcio, Márcia, Helder, Elizabeth, José, Hellen, Raquel, Maurício, Fabiane, Renato, Ana Luiza, Lula, Carol, Ieda, Manu, Leonan, Vera Braga, Maria Helena, Mercês, Erika, Andreia... São amigos que compartilham todos os momentos e que juntos formamos o grande bloco de carnaval da vida.

Agradeço à minha família: meu pai, Augusto; minha mãe, Maria; meu irmão, Gutemberg; e minha companheira de todas as horas, minha amada, Juliana. Eles vibram e sofrem comigo sempre. Para eles, dedico a vida. Ao concluir este trabalho, só resta subi o morro, olhar para o céu e agradecer.

RESUMO

Este trabalho de tese objetiva construir uma narrativa histórica dos meninos e das meninas que vivenciaram a experiência de internação nas unidades da Febem, em Pernambuco, no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). A Febem representava uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, criada em 1964 e extinta em 1990. Essas instituições emergiram a partir da Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, também criada no primeiro ano do Regime, e da lógica do Código de Menores, promulgado em 1927 e reformulado em 1979. Em junho de 1966, o então Governador de Pernambuco, Paulo Guerra implantou a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, a chamada Febem/Pernambuco, inaugurando uma nova fase da assistência infância no Estado. Para além da abordagem institucional, esta tese terá como fio condutor a trajetória de três pessoas que passaram, no tempo de criança e adolescente, pela instituição na condição de internos. As memórias sobre a passagem pela Febem, produzidas e analisadas a partir da perspectiva metodológica da *História Oral*, possibilitaram conhecer diferentes experiências, que se desdobraram na construção de diferentes Febems. As histórias de vida, registradas em entrevistas, entrecruzadas com outras fontes documentais, permitiram construir a história de meninos e meninas que vivenciaram o abandono, a pobreza ou que estiveram em situação de conflito com a lei, possibilitando a análise sobre a assistência às crianças e às famílias pobres, no Brasil e em Pernambuco, nos anos marcados pela Ditadura Civil-Militar.

Palavras-chave: História, Crianças, Febem, Memórias.

ABSTRACT

This thesis intends to construct a historical narrative about the boys and girls who experienced internment in Febem units, in the state of Pernambuco, during the Civil-Military Dictatorship (1964-1985). Febem represents a state section of the Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem (1964-1990), which had been founded in 1964 and extinct in 1990. These institutions emerged from the Minor Welfare National Policy (Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM), also created in the first year of the regime. Years later, in June of 1966, the Governor of Pernambuco, Paulo Guerra founded the Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, the so-called Febem/Pernambuco. Beyond the institutional approach, this plot will have as its thread the story of the three individuals who spent their childhood and adolescence in that institution. The memories of the time spent at Febem allow us to know different experiences, and consequently different Febems. The life stories, registered during interviews, intersected with other documental sources, allow us to construct the history of boys and girls who experienced abandonment, poverty, or who were in conflict with the law, allowing an analysis of the assistance provided to poor children and families in Brazil and in the state of Pernambuco, during the years of the Civil-Military Dictatorship.

Keywords: History, Children, Febem, Memories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da distribuição das unidades da Febem em Pernambuco. Aprendizado Santa Rosa. Interferência sobre o mapa de Pernambuco: Israel Ferreira. Fonte: FERREIRA NETO, João Constantino. *Dificuldades na escolarização dos adolescentes privados de liberdade em Pernambuco*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011. _____ 39

Figura 2: Fotografia de Geraldo Mori. *Realidade*. Os Meninos do Recife. Rio de Janeiro. Agosto, 1967. Acervo: Biblioteca Nacional. _____ 64

Figura 3: Revista Realidade – página da reportagem “Os meninos do Recife”. Fotografia de Geraldo Mori. *Realidade*. *Os Meninos do Recife*. Rio de Janeiro. Agosto, 1967. _____ 65

Figura 4: Garotos em atividade de trabalho informal. Fotografia de Geraldo Mori. *Realidade*. *Os Meninos do Recife*. Rio de Janeiro. Agosto, 1967. _____ 66

Figura 5: Criança na marquise da loja. Fotografia de Geraldo Mori. *Realidade*. *Os Meninos do Recife*. Rio de Janeiro. Agosto, 1967. _____ 67

Figura 6: Mensagem da Funabem. Diário de Pernambuco. Recife, 22 de fevereiro de 1968. Acervo: Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano. _____ 74

Figura 7: Mensagem da Funabem. Diário de Pernambuco. Recife, 22 de fevereiro de 1968. Acervo: Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano. _____ 75

Figura 8: Capa da *Revista Brasil Jovem*, constando as imagens de Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médiçi. BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Rio de Janeiro, 1974. _____ 112

Figura 9: Mapa dos núcleos preventivos, também chamados de Centros Social Urbanos CSU, em Pernambuco. Interferência sobre o mapa de Pernambuco: Israel Ferreira. Fonte: FERREIRA NETO, João Constantino. *Dificuldades na escolarização dos adolescentes privados de liberdade em Pernambuco*. Recife: Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011. _____ 135

Figura 10: PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Febem. Relatório de Plantão Caso 4.095. Recife, 1972. Acervo: Fundação de Atendimento. (ano e mês da entrevista não informado). _____ 159

Figura 11: PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Febem. Relatório de Plantão Caso 4.095. Recife, 1972. Acervo: Fundação de Atendimento. (ano e mês da entrevista não informado). _____ 160

Figura 12: Capa do Projeto Mangabeira. Brasil. Ministério da Previdência e assistência Social/MPS. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Projeto Mangabeira (encarte). Acervo Fundação Arquivo Nacional. _____ 167

Figura 13: Desenho referente ao *Banco de Ajuda Familiar*. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Acervo: Fundação Arquivo Nacional. _____170

Figura 14: Mapa do bairro da Mangabeira e do entorno. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Acervo Fundação Arquivo Nacional. _____171

Figura 15: Imagem do bairro da Mangabeira. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Acervo Fundação Arquivo Nacional. _____172

Figura 16: Imagem da fachada do Núcleo Comunitário da Mangabeira. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. Acervo Fundação Arquivo Nacional. _____173

Figura 17: *Revista Brasil Jovem*. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. 1979. Acervo Fundação Arquivo Nacional. _____174

Figura 18: *Revista Brasil Jovem*. Funabem, Rio de Janeiro, 1971. Acervo Fundação Arquivo Nacional. _____181

Figura 19: Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Acervo Fundação Arquivo Nacional. _____184

Figura 20: Imagem do Desfile Cívico de 7 de setembro. BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. Dezembro de 1968. Rio de Janeiro. _____200

Figura 21: Suplemento Infantil. *Diario de Pernambuco Artistas Juvenis*. Recife, 03 de setembro de 1983. _____202

Figura 12: Suplemento Junior. *Diario de Pernambuco*. Recife, 11 de agosto de 1979. _____206

Figura 23: Suplemento Júnior. *Diario de Pernambuco*. Recife, 04 de setembro de 1982. _____207

Figura 24: Suplemento Júnior. *Diario de Pernambuco*. Recife, 04 de setembro de 1982. _____208

Figura 25: Suplemento Júnior. *Diario de Pernambuco*. Recife, 07 de setembro de 1983. _____210

Figura 25: Suplemento Júnior. *Diario de Pernambuco*. Recife, 07 de setembro de 1983. _____211

Figura 27: Cartaz Campanha da Fraternidade 1987. “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. _____230

Figura 28: Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB. Capa de livreto campanha da Fraternidade de 1987. Rio de Janeiro: CNBB, 1987. _____231

Figura 28: Jornal do Commercio. Recife, 09 de setembro de 1979. Foto: Antonio Tenório. _____261

Figura 302: Capa do Relatório apresentado por Antonio Carlos Gomes da Costa à FANABEM, intitulado É preciso Mudar, na década de 1980. Na ocasião, o autor atuava como presidente da Febem em Minas Gerais. Acervo: Arquivo Nacional. _____310

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela: Menores assistidos em Pernambuco por cidade. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem. O “menor problema social” no Brasil e a ação da Funabem. Rio de Janeiro: Funabem, 1978. _____42

Tabela 2: Menores assistidos por estados. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem. O “menor problema social” no Brasil e a ação da Funabem. Rio de Janeiro: Funabem, 1978. _____43

Tabela 3: Menores internos por motivo. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil, Rio de Janeiro – 1968. _____49

Tabela 4: Menores de 0 a 18 anos na Região Metropolitana de Recife com renda familiar até 1,5 salário-mínimo, por idade. _____ 191

Figura 5: Tabela Menores de 0 a 18 anos com renda familiar até 1,5 salário-mínimo, por idade. _____192

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPUH - Associação Nacional de História

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CBIA - Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

CF - Campanha da Fraternidade

CMMC - Conselho de Moradores do Morro da Conceição

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CSU - Centros Sociais Urbanos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas

ESG - Escola Superior de Guerra

Febem - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

Febem/PE - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de Pernambuco

Funabem - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEB - Movimento de Educação de Base

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

ONG'S - Organizações não governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PFMD - Programa de Fortalecimento Mulher no Desenvolvimento

PNBEM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste

UNICEF - Fundo das Nações Unidas pra a Infância

URT - Unidade de Recepção e Triagem

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	17
<i>Primeira Parte</i>	
<i>Augustinho e a construção da “Febem Família”</i>	36
Primeiro Capítulo	
<i>Memórias do abandono: a construção da “Febem Família”</i>	53
Segundo Capítulo	
<i>Da internação às fugas: a Febem para além dos muros</i>	100
<i>Segunda Parte</i>	
<i>Carlos e a construção da Febem Prevenção</i>	132
Terceiro Capítulo	
<i>Entre o morro e o asfalto: lembrança do tempo de criança</i>	137
Quarto Capítulo	
<i>Para além dos muros, o morro: a saída Febem e o início de outra História</i>	190
<i>Terceira Parte</i>	
<i>Betânia e a construção da Febem Prisão</i>	239
Quinto Capítulo	
<i>Do Alto do Pascoal às ruas, das ruas à Febem</i>	245
Sexto Capítulo	
<i>De volta as ruas: Betânia, “construção de si” e a passagem para uma nova vida</i>	281
<i>Considerações Finais</i>	327
<i>Fontes</i>	330
<i>Referências</i>	336

INTRODUÇÃO

Era uma tarde de sol, no Recife. A passeata que se concentrou no Parque Treze de Maio tinha o objetivo de percorrer a Avenida Conde da Boa Vista, parar na Rua da Aurora, na frente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, e, depois, se encaminhar para o Pátio do Carmo. Nessa manifestação, ocorrida na década de 1980, a cidade, que se tornava o palco de grandes manifestações populares que reivindicavam a reabertura política, vivenciava uma onda de protesto contra a então vigente Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, a conhecida Febem.

As ruas e avenidas da cidade ganharam o colorido e o som que vinha da mobilização e a sociedade passou a conhecer um movimento que anunciava a necessidade de mudança nas políticas públicas até então construídas na área da assistência à infância. Meninos e meninas que viviam em situação de abandono faziam parte da passeata. Muitos deles estavam atendidos pelas organizações não governamentais ou eram moradores das ruas do Recife e tinham passado pelas unidades da Febem na condição de interno.

Entre os garotos e as garotas, lá estava Betânia, uma adolescente que pertencia ao grupo de Ana Vasconcelos, uma militante que passou a defender, na década de 1980, a construção de uma política voltada para as meninas que viviam em situação de rua no Recife. Betânia também viveu parte do tempo de criança e toda a adolescência entre as ruas e a Febem. Ela trazia para a passeata o fim da *cafua*, um “quartinho”, pequeno e escuro, onde as meninas e os meninos que transgrediam alguma ordem ou desobedeciam aos monitores da Febem eram trancafiados.²

Bandeirolas e cartazes, pintados com tinta guache, coloridos, vivos — muitos deles produzidos pela própria meninada, que em vários casos assinavam as mensagens com a própria palma da mão —, denunciavam os maus-tratos vividos pelos meninos e pelas meninas internas. Neles, estava escrito as mensagens que traduziam o sentimento de crianças e adolescentes, e também de adultos, reivindicando o direito de poder brincar, de poder estudar, de poder conviver em família... Para os manifestantes, a Febem representava a negação desses direitos.

² As informações desses primeiros parágrafos foram retiradas da entrevista concedida por Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

A Febem era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema Funabem/Febem. Anos depois, em junho de 1966, o então Governador de Pernambuco Paulo Guerra inaugurava sua instância local, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, Febem. Assim como em outros estados da Federação, a instituição passava a responder oficialmente, de acordo com a lei de criação, pelo atendimento a meninos e meninas que viviam em situação de “abandono”, de “desvalia” e/ou de “delinquentes”.³

Até a criação da Funabem, o modelo de assistência em vigor no Brasil era o Serviço de Assistência a Menores – SAM⁴, fundado no período do Estado Novo. De acordo com o Decreto/Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941, o SAM foi criado para “[...] sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares [...]”, além de promover as políticas referentes ao *menores* em todo território nacional.⁵

A Funabem, implantada em 1964 e extinta em 1990, passou mais de 20 anos procurando garantir a manutenção da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a partir de medidas de disciplina e controle, onde os estados e as instituições particulares passaram a estar sob sua administração centralizadora. Ainda de acordo com Passetti,

Em nome do bem, o Estado acaba realizando o bem-estar da própria burocracia, fazendo recair a ênfase no grau maior ou menor de corrupção. O que perpetua é a possibilidade — por vias mais ou menos obscuras — de realizar, primordialmente, o bem-estar da própria categoria, como em toda corporação.⁶

³ PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Lei N. 5810. Recife, 14 de junho de 1966.

⁴ Ainda não se foi construída uma História do SAM no Brasil e sua relação com Pernambuco. Aqui aponto a possibilidade de um trabalho sobre um tema ainda inexplorado. Sobre o SAM ver: RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

⁵ BRASIL. Decreto-Lei 3.799. Estabelece a criação do Serviço de Assistência a Menores – SAM. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1941.

⁶ Passetti, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999. P. 56.

A passeata reivindicava uma nova proposta de assistência social vigorasse no País, questionando o Código de Menores, que até então representava a primeira legislação criada exclusivamente em relação às crianças e adolescentes. O Código foi promulgado em 1927 e reformulado em 1979; a partir de sua criação, meninos e meninas que viviam em estado de pobreza, abandono ou em conflito com lei, passavam a ser considerados *menores*, estabelecendo mecanismos de controle, coerção e punição para as crianças, adolescentes e os pais/responsáveis.⁷

Mas Betânia narra que aquele era um momento que marcava outra relação com as ruas do Recife. As ruas da cidade, caracterizadas pela presença de meninos e meninas que vivenciaram experiências de abandono, tornaram-se espaço para os protestos, organizados pelos movimentos sociais, que reivindicavam o fim de uma política de prevenção e internação, marcada pela lógica da punição e coerção. As organizações não governamentais e os movimentos que defendiam a bandeira dos “direitos da criança e do adolescente”, denunciavam as mais diferentes formas de violência praticadas nas unidades de internação.

Betânia gostava de participar da passeata. Entendia que, naquele momento, a rua passava a ter outro significado para a sua vida. As vias públicas, que já tinha sido o seu local de morada, e nas passeatas se tornavam espaço reivindicação, de negação ao estado de abandono vivido nas ruas. Ela relembra que era nesses momentos que existia uma integração dos meninos e meninas que pertenciam as mais diferentes organizações não governamentais, que se localizavam nas comunidades do Recife e até do interior de Pernambuco.

As passeatas que aconteciam no Recife também foram organizadas em outras cidades do Brasil. O movimento contra o paradigma Febem fez surgir o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, entidade responsável pela organização de mobilizações em defesa das crianças e adolescentes que viviam em situação de rua. Essa mobilização, assim como outras organizações, fóruns e campanhas, desdobraram-se na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no ano de 1990.⁸

⁷ BRITO, Eleonora. *Justiça e Gênero: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

⁸ RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

É importante registrar que, na década de 1980, o Brasil assistiu a rearticulação dos movimentos sociais, que se mobilizaram em defesa da reabertura política e por lutas específicas, como o movimento pela igualdade racial, em defesa das mulheres e pela moradia. Como afirmou o historiador Eder Sader, foi nesse cenário político que os “novos protagonistas entraram em cena”.⁹ Desse modo, é importante entender a passeata, o movimento em torno dos direitos da criança e do adolescente, nesse cenário de rearticulação das mobilizações sociais e políticas.

Esse movimento ganhava as ruas das capitais e mobilizou milhares de meninos e de meninas. A Febem se tornava sinonímia de violência e de negação dos direitos da criança e do adolescente. Essa onda de mobilização foi uma das responsáveis pelo fim da Febem, no ano de 1990.

A história do fim da Febem e da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente é marcada pela mobilização dos meninos e das meninas, que se reuniram em grandes encontros, articulados pelas organizações não governamentais, que se deslocaram para Brasília e ocuparam o Congresso Nacional. As passeatas ganhavam as ruas e os espaços de decisão política, tendo as crianças e os adolescentes participado desse processo.¹⁰

O objetivo deste trabalho é construir uma narrativa histórica dos meninos e das meninas que viviam nas ruas do Recife, que vivenciaram a experiência do abandono e que foram encaminhados para as unidades de internação da Febem, em Pernambuco. Nesta pesquisa, a Febem foi construída para além dos muros, haja vista que a instituição também atuava nas ruas, nas famílias, nas comunidades. A trajetória de vida de Betânia também fará parte desta história. Assim, como ela, outras crianças e adolescentes serão protagonistas desta trama.

Quando conheci Betânia e falei sobre a proposta da minha pesquisa de doutorado, lembro-me de que ela afirmou: “no tempo da Febem, era melhor dormir na rua que no pavilhão”. Nesse encontro, deparei-me com a construção de uma imagem da Febem e de um tempo. Aprendi com Marc Bloch que a História é a “ciência dos homens

⁹ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰ Sobre o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a campanha anti-Febem ver: VOGEL, Arno. *Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância no Brasil contemporâneo*. In: RIZZINI, Irma & PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

no tempo” e que, ao escrever a História, o historiador deve produzir o “tempo histórico”, sendo ele o “próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o próprio lugar de sua inteligibilidade”.¹¹

Neste trabalho, o tempo não é tomado como natural ou evidente, mas como uma “construção cultural”. Reinhart Koselleck, ao analisar os tempos históricos, afirma-nos que o tempo histórico está associado à “[...] ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, às instituições e organizações [...]”.¹² O tempo não é *continuum* ou linear, e sim o tempo narrado, o tempo vivido, o tempo que se movimenta entre o passado, o presente e o futuro.

A historiadora Lucilia de Almeida Neves Delgado afirma que o tempo é movimento de “múltiplas faces” e diz que ele está inserido na vida humana, cabendo ao historiador/a, no seu lidar com o tempo, observar as “durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão, a rapidez)”. Delgado afirma que o tempo é um “processo em eterno curso e em permanente devir”, que “orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro”.¹³

Mas que Febem é essa? Que tempo é esse? A ideia central deste trabalho é que não podemos falar de um “tempo da Febem”, e, sim, de múltiplos tempos e de diferentes Febems. Parti da hipótese que a Febem, para além da sua proposta institucional, foi uma instituição que foi sendo construída e reconstruída a partir das vivências das pessoas que por lá passaram e que, através de diferentes experiências, elaboraram diferentes Febems.

Desse modo, justifico que o “recorte temporal” deste trabalho não atende a uma cronologia institucional, uma vez que meu interesse é buscar entender a trajetória das pessoas que passaram pela Febem, em Pernambuco, na condição de interno. Partindo desta ideia, estabeleci recortes a partir das trajetórias de vidas, que serão o fio condutor desta análise.

Neste percurso, produzi entrevistas com pessoas que passaram pela Febem, o que me proporcionou o contato com diferentes versões e visões sobre a instituição.

¹¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

¹² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

¹³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica: 2006. P. 33.

Essas entrevistas serão analisadas como fontes orais. Conforme afirma a historiadora Regina Beatriz Guimarães:

O trabalho historiográfico com as fontes orais deve considerar ou incidir a sua relação com a particularidade do tempo da memória, procurando questionar laços mais importantes com a natureza dessa relação, das artes da memória e do tempo histórico, entendendo que as histórias relatadas são antes de tudo, vidas ou acontecimentos lembrados. As recordações da memória não são meras exposições da memória, mas um olhar que atravessa o tempo múltiplo, um olhar que reconstrói, decifra, revela e permite a passagem de um tempo para outro e, especialmente, traz a possibilidade de atualização do passado no presente.¹⁴

Os relatos sobre o tempo da Febem trazem esse tempo múltiplo, esse movimento, que se desdobrou em várias Febems. Tempo em movimento, tempo da memória. Para Paul Ricoeur, o tempo da memória é um tempo que se encontra em constante movimento, diferente do tempo calendário. O tempo da memória é o tempo das experiências de vida que se constrói no cotidiano. A partir dessa perspectiva, o passado datado cede lugar ao passado rememorado.¹⁵

Assim como Betânia, encontrei, ao longo desse percurso, Carlos e Augusto. Pessoas comuns que, no tempo de criança, passaram pela instituição de confinamento e, partir de suas experiências, narraram o tempo ou os tempos da Febem. É sobre a trajetória de vida dessas pessoas comuns que este trabalho deve se debruçar. O tempo construído nas narrativas que contam a história de pessoas comuns, que retratam o cotidiano de pessoas e espaços até então inexplorados.

A Febem passava, então, a fazer parte da história da assistência à infância no Brasil e da trajetória de vida dos meninos e das meninas que estiveram pelas suas unidades de internação. Meninos e meninas abandonadas pelas mães, pais ou responsáveis. Aqueles que tinham algum tipo de deficiência. Crianças empobrecidas. Garotos e garotas que viviam em conflito com a lei.

Foi neste tempo que Augusto, um menino com apenas cinco anos de idade, foi abandonado pelos pais no Hospital localizado na Boa Vista, centro do Recife. O menino passou a ser tutelado pela Febem. Cresceu e se tornou adulto acreditando que a Febem era a sua família. A instituição se tornou a mãe e o pai que o menino não teve. Ao

¹⁴ NETO GUIMARÃES, Regina. *Cidades da Mineração: memória e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: Carlini & Caniato: EDUFMT, 2006.

¹⁵ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

“adotá-lo”, ele carrega consigo as lembranças dos tempos de criança e de adolescente, vivenciados nas unidades de internação espalhadas pelo interior de Pernambuco.

Foi também nesse tempo que Carlos conheceu a Febem. Menino danado dos morros do Recife. Traquino. Saía de casa nos finais de semana dizendo que ia trabalhar, mas, longe de casa, em parceria com outros meninos, “batia carteira” perto do Mercado de Casa Amarela. Ao saber da “traquinagem” do filho, a sua mãe recorreu à Febem, que se tornou para Carlos o espaço que o “desviou do mau caminho”. Mesmo não aceitando as práticas coercitivas, ele afirma: a “Febem foi boa para mim”.

Mas, no tempo da Febem as meninas que viviam em conflito com a lei eram encaminhadas para o Pavilhão da Fernandes Vieira. Betânia, como já foi dito, uma menina que vivia nas ruas e nas praças do Recife, passou várias vezes por esse pavilhão. Ali ela presenciou cenas de maus-tratos e de torturas... Para Betânia, a Febem era uma prisão, “um lugar que ninguém queria estar”.

Augustinho, Carlos, Betânia... Três trajetórias de vidas que aqui se encontram. Hoje adultos, eles construíram um passado, a partir do presente, projetando um futuro. Henri Bergson, em *Memória e Vida*, afirma que “o passado só retorna à consciência na medida em que possa ajudar a compreender o presente e a prever o porvir”.¹⁶

Ao me deparar com essas diferentes narrativas, encontrei diferentes mundos. Cada Febem se apresentava como um mundo diferente. No tempo da Febem muitas Febems se criaram, uma vez que, sob o mesmo teto e o mesmo chão, pessoas vivenciaram múltiplas vivências e construíram, a partir das experiências, diferentes sentidos e significados sobre a mesma instituição.

Cada um com sua experiência construiu uma narrativa sobre o seu “tempo” na Febem. Ao seu modo, cada um narrou a sua experiência do tempo da Febem como uma “experiência temporal”. De acordo com Paul Ricoeur, “[...] o tempo se torna humano na medida em que está articulado de maneira narrativa [...]”.¹⁷ Narrar a vida é narrar o tempo.

São sobre essas diferentes Febems, sobre esses diferentes mundos, construídos a partir das diferentes narrativas, que esta trama será construída. As instituições não são exclusivamente o que está nos seus respectivos estatutos ou regimentos, e sim nas experiências das pessoas que ali vivem ou passam parte do seu dia. Desse modo,

¹⁶ BERGSON, Henri. *Memória e vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

¹⁷ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Volume 1. São Paulo: editora Martins Fontes, 2010.

durante a escrita deste trabalho, estive preocupado com as vivências das pessoas na Febem, como as pessoas praticaram essa instituição e construíram a partir das suas práticas um sentido e um significado para a sua atuação e para a própria instituição.

Diálogos entre a História e Historiografia

A roda dos expostos, as colônias orfanológicas, os abrigos que acolhiam os meninos e as meninas que nos primeiros dias de vidas foram abandonados por suas mães, pais ou responsáveis... As brincadeiras de roda, as estripulias, as formas de resistência praticadas por garotas e garotos nas tecelagens... Esses e outros temas passaram a ser discutidos por historiadoras e historiadores.

Na década de 1970, Philippe Ariès publicava pela primeira vez a obra *História Social da Criança e da Família*¹⁸, que, até os dias de hoje, é considerada um marco na historiografia da infância na França e nos países que receberam a influência da Escola dos Annales. A obra foi fortemente criticada pelos historiadores que questionavam a realização de uma história social da infância e da família a partir da perspectiva das mentalidades, conforme propunha Ariès.¹⁹

No Brasil, a década de 1980 marca o início da produção de pesquisas históricas que privilegiaram a infância como questão central de análise, sendo a área da Demografia Histórica responsável pela sistematização de pesquisas e da organização de acervos que retratavam a assistência às crianças no País.²⁰ Esse período foi marcado pelo surgimento de novas políticas públicas voltadas para a infância, mais notadamente direcionadas para as crianças e jovens que viviam nos grandes centros urbanos, influenciando de forma efetiva a produção de pesquisas na área do conhecimento histórico e das ciências sociais, comprometidas com a questão da cidadania e inclusão social.²¹

¹⁸ ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

¹⁹ HERYWOOD, Colin. *Uma História da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

²⁰ O trabalho da historiadora Mary Del Priore, ao organizar as coletâneas *História da Criança no Brasil* e *Histórias das Crianças no Brasil*, publicados em 1991 e 2004, respectivamente, demonstra a importância de uma articulação dos pesquisadores sobre a história da infância no País, construída, até então, à sombra das famílias e das mulheres. Nessas obras, o mundo das crianças e dos adolescentes, dos meninos e das meninas, foi colocado em tela, descortinando um universo das brincadeiras, das formas de escolarização e das estratégias de institucionalização da assistência. DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: contexto, 1991. DEL PRIORE, Mary. *Histórias das crianças no Brasil*. São Paulo: contexto, 2004.

²¹ AREND, Silvia Maria Fávero. *Por uma história da infância no Brasil: desafios e perspectivas*. In: Miranda, H. & Vasconcelos, M. E. *História da Infância em Pernambuco*. Recife: Editora da UFPE, 2007.

No que se refere à historiografia sobre a Febem, ou sobre a assistência às crianças e adolescentes no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), é possível afirmar que este tema ainda se apresenta como um campo inexplorado, o que tornou o meu trabalho ainda mais desafiador. As pesquisas historiográficas realizadas sobre este tema são relevantes, mas se apresentam, do ponto de vista quantitativo, ainda muito inexpressivo.²²

Destaco inicialmente o trabalho produzido pela historiadora Isabel Frontana, *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*.²³ Nele, há uma importante contribuição sobre as estratégias de controle e coerção utilizadas pela Febem/São Paulo. Contudo, o foco deste trabalho são os meninos e meninas que viviam em situação de rua na capital paulista, nas décadas de 1970 e 1980. A Febem é apresentada no último capítulo da tese, quando a historiadora defende a ideia de uma instituição fortemente atrelada aos interesses do Estado protetor, que buscou através da Funabem construir uma política de “bem-estar” pautada em métodos “modernos” e “científicos”.²⁴

No que se refere à atuação da Febem em São Paulo, a historiadora procurou analisar a dinâmica institucional, privilegiando a burocracia organizacional. De acordo com Frontana, a Febem representou mais um órgão estatal criado a partir da perspectiva assistencialista de atender à “manutenção da ordem que colocaria em movimento as engrenagens de uma máquina de disciplina e vigilância”.²⁵

Considero que uma das contribuições do trabalho, uma vez que problematiza a “questão do menor”. A partir de uma documentação institucional e da leitura de diferentes periódicos, a historiadora traz a “questão do menor” como uma “questão social”, e busca se distanciar de uma leitura exclusivamente do campo da jurisprudência. De acordo com Frontana:

²² Ao longo do percurso deste trabalho, realizei uma pesquisa sobre a produção historiografia nos bancos de dissertações e teses dos programas de pós-graduação no Brasil. Apenas duas dissertações e duas teses foram construídas sobre a atuação da Febem, tendo uma dissertação e duas teses se concentrando no estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada no período de 2010 a 2012, nos bancos de dissertações e teses dos programas de pós-graduação no Brasil, no portal de periódicos da Capes. Ainda foram realizadas visitas *in loco* à Biblioteca Nacional, aos centros de estudos e pesquisas do Rio de Janeiro e São Paulo, a partir do financiamento do Programa de Mobilidade da Fundação de Apoio a Pesquisa de Pernambuco – Facepe.

²³ FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

²⁴ Ver Capítulo 4, intitulado “Como São Paulo trata a suas crianças”. FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

²⁵ Idem. P. 201

Sabe-se a respeito do *menor* que é parte integrante de um presente no qual o entendimento de sua condição na sociedade se revela um desafio permanente e complexo. Sabe-se também que não é propriamente uma figura recente ou um novo sujeito social, mas, antes, tem uma textura, volume e presença histórica ao longo de todo o período que se poderia denominar “Brasil moderno”. [...] O *menor* constitui figura histórica e, como categoria social identificável, é capaz de revelar e estabelecer vínculos entre o passado e o presente.²⁶

A “questão do menor” é um tema constante no pensamento brasileiro, e, ao buscar construir a sua tese, ela defende a ideia de que a construção do *menor* não pode ser entendida apenas a partir do viés jurídico, sendo necessário construir uma relação com outros setores da sociedade brasileira. Para Frontana, é na década de 1970 que o Estado passa a assumir o problema do *menor* como uma “questão social”, através das políticas de intervenção nas famílias e de institucionalização, através do paradigma Funabem/Febem.

Esses trabalhos de dissertação e tese, do historiador Gutemberg Rodrigues, debruçar-se sobre os documentos produzidos pela Funabem e pela Fundação Estadual do Bem-Estar de São Paulo. O cotidiano dos “filhos do mundo”, os *menores*, foi analisado através dos prontuários individuais dos meninos e meninas encaminhadas para as unidades de São Paulo, documentos que traduzem o olhar dos adultos sobre os internos, não permitindo adentrar no universo das crianças e adolescentes.²⁷

É importante ressaltar que a tese buscou realizar a audaciosa proposta de estudar a trajetória das crianças que passaram pela Febem que, na fase adulta, foram detentas nos presídios da São Paulo, elegendo o período de 1979 ao início dos anos de 1990 como recorte temporal desse trabalho. Desse modo, a tese contribui para uma melhor compreensão acerca das políticas prisionais de jovens e adultos em São Paulo.²⁸

Os trabalhos de Gutemberg Rodrigues contribuíram para historiografia nacional por apresentar como foi construída a dinâmica institucional da Febem e como foi produzido o discurso institucional sobre a política de assistência elaborada no período da Ditadura Civil-Militar. De acordo com o autor, a Funabem representou uma

²⁶ FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. P. 57

²⁷ RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo: a face oculta da minoridade (1964 - 1979)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

²⁸ RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *As tramas do cárcere: a institucionalização de crianças, jovens e adultos (1979 - 1992)*. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006.

estratégia do governo militar na reeducação das crianças e adolescentes; ao longo da sua atuação, passou a ser alvo das denúncias, quando suas instâncias estaduais passaram a ser vistas como reformatórios, caracterizados pelas práticas de violência.

Os trabalhos de Frontana e de Rodrigues convergem no sentido da proposta interdisciplinar de análise. Neles, é possível perceber a leitura dos trabalhos produzidos nas áreas do Serviço Social, da Psicologia Social e da Sociologia da Infância. O número expressivo de trabalhos acadêmicos produzidos nessas diferentes campos do conhecimento possibilita o encontro com perspectivas de análises, referências teóricas e até documentos importantes para a compreensão sobre a Febem.²⁹

Muitos desses trabalhos foram desenvolvidos por pessoas que atuaram na Febem na condição de assistentes sociais, psicólogos ou pedagogos, tornando os textos um misto de referencial bibliográfico sobre o tema ou até um relato de memória sobre a passagem do/a profissional na Febem. Boa parte dessas produções se basearam na ideia de “instituição total”, teoria construída por Goffman, que compreendiam essas instituições a partir de seu muros. Instituições fechadas, funcionando essencialmente sob a lógica da internação, onde os internos estavam subordinados à equipe dirigente.³⁰

Optei por percorrer um caminho diferente em relação aos trabalhos ora analisados. A Febem se apresenta de forma plural. Ao estabelecer as memórias do tempo de criança e de adolescente como ponto de partida de análise, procurei me afastar de uma abordagem essencialmente institucional. O fio que liga as trajetórias de vida desses meninos e dessas meninas é a experiência de ter passado nessa instituição na condição de interno.

Dessa forma, a dinâmica institucional, a relação ente a Funabem e a Febem/Pernambuco, os discursos sobre as políticas e a proposta pedagógica da instituição não deixaram de ser contemplados. Não é possível deslocar a trajetória de vida do cenário, do chão onde os agentes históricos desta trama transitaram, haja vista

²⁹ No rol das referências de outras áreas do conhecimento, destaco as publicações organizadas pelas irmãs Irene e Irma Rizzini, que representam uma importante referência para entendermos a dinâmica da construção dos espaços de abrigamento em nosso país. É importante citar a obra *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios presentes*, onde as autoras, a partir da análise dos dados demográficos, constroem uma análise das instituições públicas e privadas e sobre as políticas públicas construídas no Brasil. Este percurso histórico, marcado fortemente pela lógica punitiva e disciplinar, foi narrado a partir da lógica institucional, que privilegiava o olhar do sistema assistencial sobre as crianças e jovens. RIZZINI, Irmã & RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios presentes*. São Paulo: Loyola, 2004.

³⁰ Goffman, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

que as Febems apresentadas pelos entrevistados são produzidas de forma multifacetada, múltipla em suas funções e finalidades.

Ademais, é importante destacar a proposta de construir um cruzamento entre as fontes orais e a documentação institucional. Os registros produzidos pela Funabem/Febem são imprescindíveis para a construção desta narrativa histórica. São relatórios, revistas, manuais, normativas, entre outros documentos, escritos pelos militares, pelos sucessivos presidentes e principalmente pelos técnicos da instituição, que foram contratados para pensar e divulgar as ações de assistência a partir da Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PMBEM.³¹

Debruçar-se sobre essa documentação me fez lembrar Gilles Deleuze ao afirmar que a extensa produção de documentos é característica de uma sociedade de controle, que, ao buscar agir sobre a vida dos indivíduos para além da prática do confinamento, reproduz estratégias de centralização, de ordenando do tempo e de composição do espaço-tempo. Esses dispositivos reproduzem dados e amostras que servem para as suas ações de controle sobre os controlados.³²

É importante lembrar que esta pesquisa não representa um trabalho de biografia histórica. O meu objetivo é falar sobre a vida de meninos e meninas que passaram por uma instituição de confinamento e que construíram diferentes experiências sobre esta instituição. Neste trabalho, os relatos serão analisados como fontes para escrita da História, analisados a partir dos discursos que foram produzidos, por pessoas que buscaram olhar para o passado, a partir do presente, construindo, em vários momentos, uma ideia para o futuro.

A partir das fontes orais, aqui trabalhadas como fragmentos de memórias, foi possível construir “outra” História das crianças em Pernambuco, além de me proporcionar conhecer o microcosmo social dos meninos e meninas que passaram pela Febem. Conforme afirma o historiador Antonio Torres Montenegro, os relatos de memórias permitem adentrar no campo das “relações, das práticas, dos fios, das

³¹ Esses documentos, produzidos pela Funabem, cuja sede funcionava no Rio de Janeiro, e pela Febem/PE, trazem dados sobre a cultura institucional, sobre a relação da instituição com a lógica do Regime Civil-Militar e sobre as ações organizadas pela instituição em todo território nacional. Para além desta produção, os jornais da época produziram diversas reportagens sobre a Febem, pautando as mais diferentes questões sobre o universo da política de assistência dos chamados “menores”.

³² DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2010.

ligações, que são associadas a acontecimentos”, possibilitando-nos “construir formas de entendimento histórico”.³³

Na construção deste trabalho, optei por construir um diálogo entre as diferentes historiografias. Para além da historiografia da infância, este trabalho procurei estabelecer conexões com a historiografia produzida sobre o Regime Civil-Militar. Nos últimos anos, a produção de pesquisas sobre a Ditadura, implantada em 1964, no Brasil, vem crescendo de forma significativa, proporcionando a ampliação de análises sobre este período da História nacional. Não é possível construir uma História das crianças e adolescentes que passaram parte de suas vidas internadas na Febem, distante dos estudos e pesquisas produzidos sobre a Ditadura Civil-Militar.

Essas pessoas passam a protagonizar esta trama. O historiador Carlo Ginzburg afirma que já se foi o tempo em que “podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as ‘gestas dos reis’”. Nos dias de hoje, afirma o historiador: “não é mais assim”, uma vez que “cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado”.³⁴

Este trabalho dialoga com a perspectiva acima e com outras que se distanciam de uma dimensão de uma história escrita a partir dos estatutos e manuais produzidos pelas instituições e se aproximam dos “anônimos”, das relações microfísicas de poder e das mais diferentes formas de experiências inventadas no cotidiano e, como afirma Michel de Certeau, “o cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia”.³⁵

Para além dos muros...

Iniciei meus estudos na área da infância na graduação. No início dos anos 2000, pertenci ao grupo que estava trabalhando no processo de organização do acervo da extinta Casa de Detenção do Recife, quando me deparei com o registro de prisão de crianças nos livros de entrada e saída dos presos nos anos de 1920. Neste período, meninos e meninas eram detidos no mesmo local dos adultos. Este acervo me fez pensar a possibilidade de construir um trabalho monográfico e um projeto de mestrado, os quais se concretizaram.³⁶

³³ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: contexto, 2010.

³⁴ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³⁵ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

³⁶ Cursei minha Graduação e meu Mestrado na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Foi a partir deste contato com os documentos que passei a conhecer os historiadores e historiadoras que se dedicaram a construir uma História das crianças e adolescentes no Brasil. Meu primeiro contato foi com a Professora Alcileide Cabral, que me apresentou as primeiras referências historiográficas, que neste mesmo período estava desenvolvendo sua tese sobre o abandono das crianças no Recife, na transição do Brasil Colônia para o Império.³⁷

A partir desse primeiro contato, conheci os trabalhos dos historiadores Mozart Vergetti Meneses³⁸ e Vera Braga³⁹. Em parceria com os historiadores que atuavam no Recife, iniciei uma articulação para se construir um “movimento” que se desdobrou no projeto *Memórias da Infância*⁴⁰, e a partir desta mobilização surgiu a criação da Escola de Conselhos, ação de extensão voltada para formação dos operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No decorrer do curso de mestrado, passei a trabalhar com os conselhos tutelares e conselhos de direitos da criança e do adolescente. No convívio com os/as conselheiros/as, sempre ouvia falar sobre a Febem e a instituição sempre se apresentava como sinônimo do descaso, dos maus-tratos, da violência. Era recorrente escutar que o tempo de Febem não tinha passado e que permanecia principalmente nas unidades de

³⁷ Em *A sorte dos enjeitados*, a historiadora Alcileide Cabral do Nascimento relaciona o problema do abandono de crianças, entre 1789 e 1832, articulando com a questão da cidade e de sua população, problematizando questões importantes como: o infanticídio, as práticas assistencialistas, os discursos sobre a chamada “civilização dos costumes”, afirmando que o problema do abandono deve ser discutido como um problema da urbe. A obra nos permite refletir como foram construídas as primeiras ações no campo da política pública para crianças e adolescentes em Pernambuco, construídas a partir da lógica caritativa. In: NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte dos enjeitados*. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008.

³⁸ A dissertação de mestrado defendida pelo historiador Mozart Vergetti Meneses, que propôs um debate sobre as colônias correccionais do Recife. A partir das leituras de Michel Foucault, o historiador buscou analisar a construção dos dispositivos de controle e de disciplina sob a população pobre do Recife no início do século XX, mais notadamente as crianças. MENESES, Mozart Vergetti. *Prevenir, disciplinar e corrigir: as escolas correccionais do Recife (1909 – 1929)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

³⁹ A contribuição da historiadora Vera Braga defende a tese *A construção da Infância*, na qual trabalha com as políticas públicas construídas em Pernambuco no início da República. Neste trabalho, a historiadora procura analisar a construção dos marcos legais, construídos em relação aos chamados “menores”, que se desdobraram no campo das políticas públicas. A partir das legislações, dos periódicos e outras fontes documentais, procurou-se problematizar a questão das crianças que viviam em situação de rua, no mundo do trabalho e nas instituições. MOURA, Vera Lúcia Braga. *A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906 – 1929)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

⁴⁰ A partir desta ação extensionista, foi lançada, em 2007, a coletânea *História da Infância em Pernambuco*, representando o primeiro esforço de articulação dos historiadores em torno da causa da infância, neste estado. MIRANDA, Humberto. & VASCONCELOS, Maria Emília. *História da Infância em Pernambuco*. Recife: Editora da UFPE, 2007.

privação de liberdade e na própria ação do Sistema de Justiça. Eles diziam e ainda dizem: “esse juiz trabalha com o Estatuto com a cabeça no Código de Menores”. E completavam: “o tempo da Febem não passou”.

Falo de um lugar político e institucional que procura construir “outras” Histórias, que privilegia a “cultura e a memória”, ou seja, os modos de fazer, as formas de driblar, as táticas de resistir e sobreviver inventadas por homens e mulheres no cotidiano.

Na construção das entrevistas, contei com a colaboração de importantes interlocutores, que me fizeram conhecer os meninos e meninas que passaram pela Febem. Em 2008, participei do processo de implantação da Escola de Conselhos de Pernambuco, na qual buscava realizar o trabalho de formação continuada com os conselheiros e conselheiras tutelares, através da Pró-Reitoria de Extensão da UFRPE. Neste projeto, assumi a missão de coordenar os cursos de extensão em todo estado de Pernambuco, o que me fez conhecer muitos profissionais e militantes na área dos direitos da criança e do adolescente. Essa ação extramuros me possibilitou o contato direto com os protagonistas desta trama.

No tempo da Febem....

Então imaginava a Febem como uma mulher casada com o “Seu Governo”, que dava dinheiro para ela, já que era comum ouvirmos também dizer que a Febem recebia dinheiro do governo para se sustentar. E na minha visão de menino de 7 anos, a Dona Febem não era muito honesta, não. Ela era um pouco devassa porque um dia ouvi um dos funcionários dizer que tinha muita gente mamando nas tetas da Febem.⁴¹

Ao construir um discurso sobre a Febem, o memorialista Roberto Carlos Ramos procurou elaborar uma representação da instituição a partir da crítica denunciadora. “Dona Febem” e “Seu Governo” foram lembrados como um casal (nem sempre) responsável pela tutela das crianças e adolescentes que viviam nas suas unidades de internação. Nesse documento, ele retrata de forma imaginativa como foram construídos

⁴¹ RAMOS, Roberto Carlos. *A arte de construir cidadãos: as 15 lições da pedagogia do amor*. São Paulo: Celebris, 2004. P. 40.

os descasos daqueles que compunham a equipe técnica e que atuavam no atendimento às crianças e adolescentes na instituição.

Roberto Carlos Ramos era um menino que sonhava com os olhos abertos. Ao ouvir pela primeira vez que iria estudar na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Febem imaginou o lugar como um “castelo encantado, com pontes levadiças, muros de algodão-doce”. Ele ainda nos afirma: “minha mãe falava sobre aquela escola na linguagem de mãe, de pessoa adulta, e eu entendia tudo na imaginação de um menino de 6 anos, cheio de fantasias”.

O mundo da infância também é mundo da imaginação. Imaginar, falou-nos o escritor Orhan Pamuk, é a “capacidade de transmitir significados aos outros”.⁴² Ao construir as “memórias de si”, das suas lembranças do tempo da Febem, Roberto procurou transmitir, que mesmo vivenciando a experiência da internação em uma unidade prisional, não perdera a capacidade de imaginar.⁴³

Esta trama também foi construída a partir de sonhos e de imaginação. Para produzir este trabalho, busquei me aproximar das correntes teóricas que privilegiam a História das pessoas comuns, dos chamados “protagonistas anônimos”, uma vez que o meu interesse era falar dos sonhos, das emoções, da superação dos mais diferentes momentos de dor e de exclusão.

Esta tese fala de crianças e adolescentes que tiveram as suas infâncias perdidas. Ser criança não significa ter infância, já nos alertou Pater Stearns, ao escrever seu livro *A infância*. O autor ainda alerta que se a expressão criança está relacionada a questões biológicas e fisiológicas, a palavra *infância* está ligada a uma experiência humana. Nesse sentido, as pessoas deste trabalho, em algum momento do seu tempo de criança, não vivenciaram a experiência humana de brincar, estudar, praticar esportes e de viver sob o cuidado dos pais, mães ou responsáveis.⁴⁴

⁴² PAMUK, Orhan. *A mala de meu pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴³ Na década de 1970, a mãe de Roberto o matriculou em uma unidade de internação da Febem em Minas Gerais sob a justificativa de que a condição de pobreza a impedia de educá-lo. Ele viveu sob a tutela da instituição dos 6 aos 13 anos de idade. Ao narrar sua trajetória de vida, ele nos afirma que fugiu 132 vezes e que, durante a permanência na instituição, perdeu o contato com sua família. No período que a autobiografia foi publicada, Ramos já era graduado em Pedagogia e já tinha iniciado a sua militância em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Hoje, ele é conhecido internacionalmente como um militante na área dos direitos da criança e do adolescente, chegando a fundar, em Belo Horizonte, uma instituição chamada *Embaixada do País das Maravilhas*. Hoje, Roberto adotou treze crianças que viviam em situação de rua na capital mineira. RAMOS, Roberto Carlos. *A arte de construir cidadãos: as 15 lições da pedagogia do amor*. São Paulo: Celebris, 2004.

⁴⁴ STEARNS, Peter. *A infância*. São Paulo: Contexto, 2010.

No que se refere ao aspecto cronológico deste trabalho, resolvi construir os recortes temporais a partir da trajetória de cada personagem. Augustinho, Carlos e Betânia passaram pela Febem em tempos diferentes ou em algum momento, esses períodos se encontram. Desse modo, afastei-me de um recorte institucional (refiro-me ao período de funcionamento da Febem, que corresponde aos anos 1964-1990), construindo o tempo a partir das trajetórias de vida dos personagens que protagonizam esta trama. De acordo com Michel de Certeau cabe ao historiador, ao construir sua “operação historiográfica”, transformar “o sentido do percurso do vetor tempo e inverter a sua orientação”.⁴⁵

Esta tese é dividida em três partes, que se integram entre si. Por sua vez, cada parte se subdivide em dois capítulos. Ao estabelecer esta organização, objetivei construir a estrutura do trabalho demonstrando as várias Febems, ou seja, defendendo a tese a partir da própria organização das partes e capítulos, nos quais passo a apresentar:

Parte 1: Augustinho e a Febem Família

A partir da trajetória de Augusto, serão debatidas a dinâmica institucional da Febem e da circularidade das crianças nas unidades de internação. Este problema suscita o debate sobre a questão da família e das políticas públicas construídas pela Funabem no campo do abandono. Augustinho foi o menino que encontrou na Febem a família que não teve e que construiu uma narrativa onde as suas experiências argumentavam como a instituição acolhia os meninos e os encaminhavam para vida. Esta parte será composta por dois capítulos: o Capítulo 1, intitulado *Memórias do abandono: a construção da “Febem Família”*; e o Capítulo 2, o qual chamei de *Da internação às fugas: a Febem para além dos muros*. Esses capítulos abordarão os temas relacionados ao abandono de crianças no Recife, no fim da década de 1960, e as políticas construídas pela Febem, em Pernambuco e como foram construídas a circulação de crianças abandonadas nas unidades de internação.

Parte 2: Carlos e a Febem Prevenção

⁴⁵ CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

Os dois capítulos que compõem esta parte discutem a questão da Febem e sua política no campo da prevenção e ressocialização dos meninos e meninas, no final da década de 1970 e no início da década de 1980. O Capítulo 3, intitulado *Entre o morro e o asfalto: lembrança do tempo de criança* abordará como a Febem construiu as ações preventivas nas comunidades populares do Recife. O Capítulo 4, *Para além dos muros, o morro: a saída Febem e o início de outra História*, discutirá sobre a questão da ressocialização, do pós-Febem. Nesses capítulos, serão debatidos a questão da ressocialização das crianças e adolescentes através do trabalho e como a Febem, em Pernambuco, buscou construir mecanismo de controle sobre os meninos e meninas que pertenciam às famílias pobres do Recife. Carlos foi o menino que passou por um núcleo preventivo da Funabem, localizado na zona norte da cidade do Recife. Sua narrativa traz as memórias de uma Febem do controle e da coerção, daquela que buscava a ressocialização a partir da “pedagogia do trabalho”.

Parte 3: Betânia e a Febem Prisão

Nesta parte, será discutida a questão das meninas que viviam em situação de rua e como a Febem e o sistema de justiça buscou atender as garotas que circulavam no Recife na década de 1980. Nesses capítulos, a questão das relações de gênero permeará os debates, quando também será contemplada a questão da participação dos movimentos sociais e das instituições não governamentais que passaram a pautar o debate de gênero no momento que marca a redemocratização do País. Desse modo, o Capítulo 5, *Do Alto do Pascoal às ruas, das ruas à Febem*, debaterá a questão das meninas que viviam em situação de rua no Recife e como a Febem construía o atendimento para as meninas; e o Capítulo 6, intitulado *De volta às ruas: Betânia, “construção de si” e a passagem para uma nova vida*, trará o debate sobre a campanha anti-Febem construída pelo Movimento Feminista e como as organizações não governamentais passaram a atuar no campo da assistência às meninas no Recife. Betânia foi uma menina que viveu entre as ruas e a Febem, através de suas memórias um cotidiano de sobrevivência é inventado, onde a cidade e a instituição se tornam espaços para as mais diferentes formas de disciplina e indisciplina, de estratégias de controle e de táticas de fuga.

Aprendi com Augustinho, com Carlos e com Betânia. Aprendi com a História e como afirma o historiador Estevão Resende Martins, “aprender com a história constituiu-se em uma forma de diálogo interativo com o tempo passado, mediante o qual se busca desvendar a questão intrigante que se põe, hoje, sobre ontem, porque se está preocupado com o amanhã”.⁴⁶ Aprendi com essas pessoas, que para além dos muros, há vidas.

Os personagens que protagonizam esta trama me permitiram aprender e adentrar em uma Febem até então inexplorada, levando-me a conhecer diferentes Febems, diferentes tempos. Convido o leitor a adentrar no universo da tese e perceber que ela foi construída a partir de um movimento. Conheci os três protagonistas na militância em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Foi na “passeata” da vida que encontrei Augusto, Carlos e Betânia.

⁴⁶ MARTINS, Estevão Rezende. *História: filha e mestra do tempo*. In: NICOLAZZI, F.; MOLLO, H. M.; ARAUJO, V. *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PARTE 1

AUGUSTINHO

Augustinho e a construção da “Febem Família”

No final da década de 1960, com 5 anos de idade, Augustinho passou a viver nas unidades de internação da Febem, em Pernambuco. Sofrera um acidente doméstico e foi abandonado pelos pais no hospital, sendo posteriormente encaminhado para uma unidade de internação. Ele passou parte do tempo de criança e toda a adolescência sob a tutela do Estado, sob a guarda da Febem. Anos depois, já adulto, retornou à instituição na condição de funcionário.

O meu primeiro encontro com Augustinho aconteceu em fevereiro de 2011. Dediquei aquele mês para realizar entrevistas em Vitória de Santo Antão, município da Zona da Mata de Pernambuco. Naquela cidade, funcionou uma das unidades da Febem, também conhecida como Pacas ou Cidade do Menor. De acordo com informações de interlocutores, vários funcionários e ex-internos estabeleceram residência na região. Chegando lá, encontrei as ruínas da antiga unidade de internação que funcionava como uma colônia agrícola e seus antigos funcionários.

Em nossa lista de entrevistados, constava o nome de José Augustinho da Silva.⁴⁷ Chegando à sua residência, encontrei um senhor simpático e disponível para falar sobre sua trajetória de vida. A partir daí, passamos a estabelecer uma relação efetivamente dialógica, de troca. Estava interessado em produzir a entrevista, e ele estava disponível para narrar a sua história de vida. Como nos fala Walter Benjamin, narrar e ouvir histórias são processos que se referem à troca de experiências.⁴⁸

O terraço ventilado foi o espaço escolhido para que ele pudesse contar suas vivências na extinta Febem. Ao buscar responder às perguntas, Augustinho olhava para o céu ensolarado de Vitória de Santo Antão, como se procurasse no horizonte as lembranças do tempo de criança e de adolescente vividos na instituição. Não se

⁴⁷ Na época em que a entrevista foi realizada, Augustinho estava próximo da sua aposentadoria e continuava atuando na área da assistência aos adolescentes que cumprem medidas judiciais, na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Adolescente – Funase. Podemos considerar que este órgão, responsável pelo atendimento de meninos e meninas que vivem em situação de conflito com a lei, representa a instituição que substituiu a Febem. A Funase foi criada em 2009, encontra-se sob a administração da Secretaria da Criança e da Juventude/Governo do Estado de Pernambuco e procura atender os adolescentes a partir dos parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nos dois últimos anos, a instituição tem sido alvo de várias denúncias de maus-tratos contra os adolescentes. Em 2011, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, publicou um relatório denunciando as ações de choque elétrico e outras punições severas praticadas contra os meninos nas unidades de internação.

⁴⁸ BENJAMIN, Walter. *O Narrador*. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

importou com o gravador, nem com o pequeno caderno que trazíamos na mão direita, contendo o roteiro da entrevista.

Ele se interessou em responder às perguntas sem resistência e aos poucos foi construindo um sentido para sua trajetória. A entrevista me proporcionou o momento de (re)construção do passado, das lembranças do tempo de criança e de adolescente. Concordo com a historiadora Verena Alberti ao afirmar que “a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito”.⁴⁹ Aos poucos relatava seu dia a dia, levando-me a adentrar na construção de um passado construído por fragmentos de memórias.

Escolhi a trajetória de Augustinho por várias razões. Posso enumerar duas: a primeira se justifica por sua percepção sobre a Febem. Ele constrói a ideia da Febem disciplinar, a instituição que utiliza estratégias de controle e coerção para a ressocialização dos meninos. O seu relato produz imagens de um cotidiano marcado pela repressão e pela agressão. Para Augustinho, essas medidas foram eficientes na ressocialização dos meninos e foi exatamente esta concepção que me possibilitou construir conexões com as práticas discursivas e com as estratégias construídas pelos governos militares, que se estabeleceram na segunda metade da década de 1960 e nos anos de 1970.

A segunda razão por ter escolhido a trajetória de Augustinho como fio condutor desta trama justifica-se na medida em que sua trajetória de vida me permitiu adentrar no mundo do abandono de crianças na década de 1960 e 1970. A partir da análise de suas memórias, busquei construir conexões com o cotidiano do abandono, a questão da família, com as políticas públicas e com as estratégias adotadas pela Funabem e a Febem-Pernambuco para enfrentar o abandono. É possível conhecer o complexo tutelar que marca a estrutura e o funcionamento da Febem, uma vez que Augustinho passou por basicamente todas as unidades de internação da instituição.

No período em que Augustinho ingressou na Febem, meados da década de 1960, a instituição possuía uma rede de unidades, distribuídas na capital e outros municípios do interior do Estado. O mapa abaixo registra as unidades nas quais Augustinho foi interno.

⁴⁹ ALBERTI, Verena. *Ouvir e Contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. P. 15

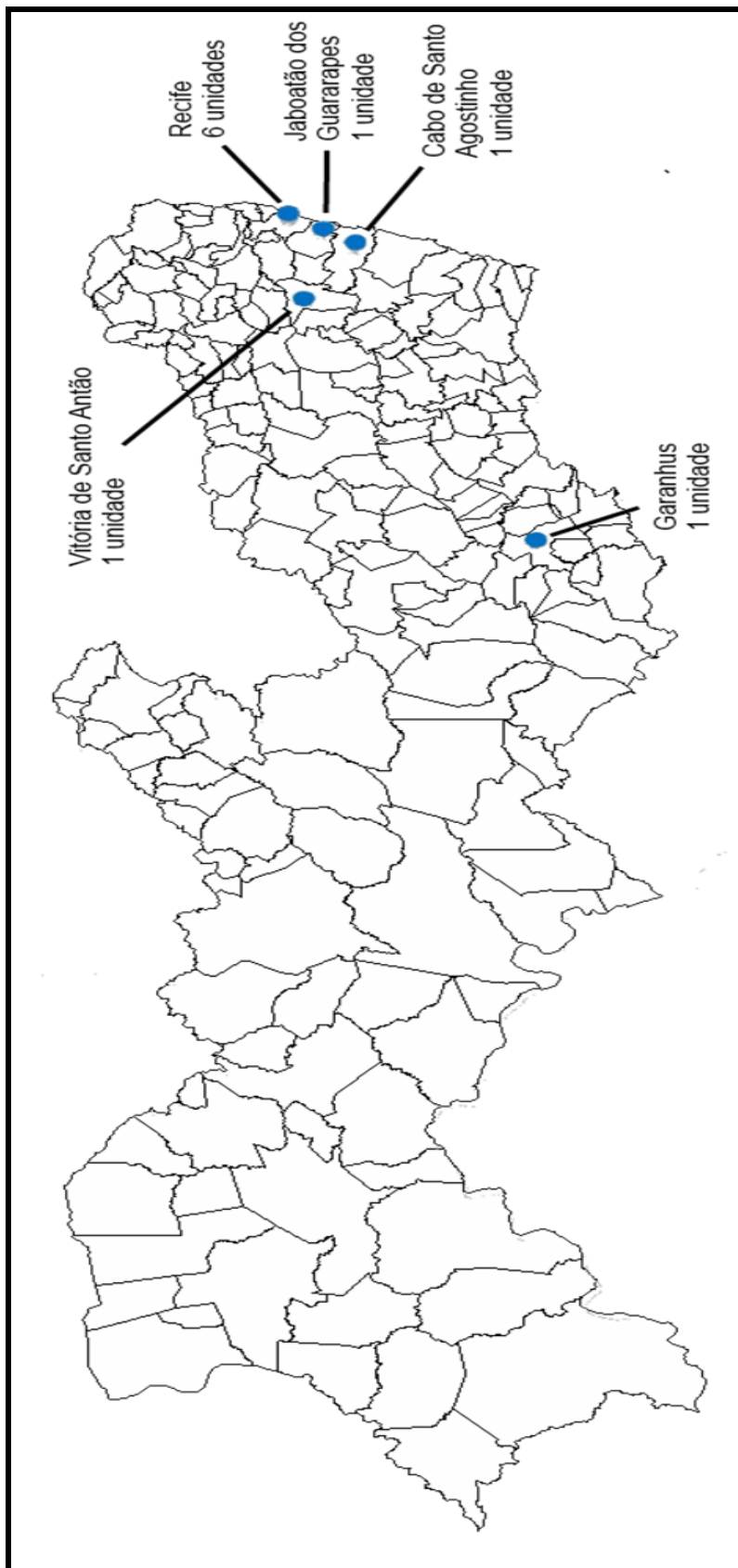


Figura 1: Recife: 1. Casa de Carolina (Boa Viagem); 2. Núcleo de Menores Rodolfo Aureliano (Engenho do Meio); 3. Centro de Educação do Menor Yvone Ribeiro de Vasconcelos (Jangadinha); 4. Centro de Recolhimento Provisório (Boa Vista); 5. Centro de Recepção e Triagem (Bongi); 6. Casa do Egresso (Graças)/ Jaboatão dos Guararapes: Centro de Reeducação de Menores Olga Gueiros Leite/ Vitória de Santo Antão: 1. Cidade do Menor (Pacas)/ Garanhuns: 1. Aprendizado Santa Rosa. Autor; Israel Ferraz. Fonte: FERREIRA NETO, João Constantino. *Dificuldades na escolarização dos adolescentes privados de liberdade em Pernambuco*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011.

Em sua fala, Augustinho nos afirma que passou por todas as unidades na condição de aluno, com exceção da unidade localizada na cidade de Águas Belas. De acordo com o seu primeiro Estatuto, datado de 1966, a instituição possuía ainda o Abrigo de Menores Dom Bosco, em Caruaru, e o Abrigo e Escola de Menores das Águas Belas.⁵⁰ Este relato de Augusto me fez construir conexões com a dinâmica de assistência da Febem em Pernambuco e a sua relação com a Funabem.

O seu relato me fez perceber como foram construídas, no presente, as memórias do passado. De acordo com Antonio Torres Montenegro, “a representação do passado e do presente, como território de fronteira configurados no tempo, torna-se ainda mais tênue quando compreendemos que o fio ou a ligação entre ambos se constitui no universo de ação”.⁵¹ Este relato me possibilitou conhecer uma Febem para além da documentação oficial. Mas como a Febem foi implantada? Como esse projeto passou a fazer parte da política de assistência em Pernambuco, nos primeiros anos do Regime Civil-Militar?

Em 1966, ano em que a Febem foi inaugurada em Pernambuco, o governador Paulo Guerra procurou, através da imprensa local, disseminar a ideia de uma sintonia entre os governos para implantação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor em Pernambuco. Nesse ano, a imprensa local noticiava a criação da Febem, como um dos feitos da sua gestão. Em 16 de abril daquele ano, o periódico *Diário de Pernambuco* anunciava em letras garrafais a criação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Febem, em Pernambuco.

De acordo com o jornal, o Governador Paulo Guerra já tinha enviado para a Assembleia Legislativa o projeto de lei destinado à implantação de uma instituição voltada para o atendimento a meninos e meninas em situação de abandono, pobreza ou infração. De acordo com a reportagem, ao relatar a “exposição de motivos” para a criação da Febem, Paulo Guerra afirmou que:

A elaboração do projeto atende à necessidade de aplicar uma nova orientação ao grave problema da proteção ao *menor*, a exemplo do que ocorreu ao Governo Federal, que, tendo estudado o assunto sob todos os ângulos, houve por bem substituir o sistema superado de administração, até então adotado, e que se mostrava inadequado e

⁵⁰ PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de Pernambuco. *Estatuto da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor*. Recife: 1966. Acervo: Fundação de Atendimento Socioeducativo – Funase.

⁵¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

ineficiente. Acrescenta o Sr. Paulo Guerra que a “atual administração do Estado devotou interesse especial ao relevante problema, constituindo um dos objetivos prioritários do Governo o trabalho destinado a ampliar e melhorar os órgãos assistenciais de menores e procurando atrair a colaboração da comunidade, através de medidas especiais a cargo da Secretaria do Interior e Justiça”. [...] No seu ofício, a Assembleia Legislativa, o Governador Paulo Guerra afirma que “não há a menor dúvida quanto à oportunidade, e mesmo a necessidade, da iniciativa, a que se reporta o referido projeto, sendo esta a maneira mais consentânea de manter e expandir a assistência ao “menor abandonado”, que é uma das metas do Governo do Estado”.⁵²

O tom de comemoração da matéria publicada pelo *Diario de Pernambuco* nos possibilita analisar que, para o periódico, a implantação da instituição no Estado foi permeada por uma positividade, representando uma inovação no campo da assistência às crianças e adolescentes que viviam em situação de abandono. No decorrer das pesquisas, não foram encontrados documentos que registrassem os impactos da criação da Febem em Pernambuco, contudo é possível afirmar que os veículos de comunicação, de grande circulação local, afirmaram que a construção da Febem “representava uma nova fase da assistência aos menores no Estado”. De acordo com o *Diario de Pernambuco*, competia à Febem:

Realizar estudos, inquéritos e pesquisas para desempenho da missão que lhe cabe, promovendo cursos e seminários e procedendo ao levantamento, no território do Estado, do problema do menor; treinar pessoal técnico; articular-se com entidades públicas e privadas; opinar, quando solicitado pelo governador, secretários ou presidente da Assembleia Legislativa, em processos concernentes à concessão de subvenções; fiscalizar o cumprimento de contratos celebrados, assistir tecnicamente aos municípios que solicitarem; e mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda a comunidade na solução do problema do menor.⁵³

Na imprensa local, comemorava-se a “nova política do menor”, que prometia resolver em pouco tempo os problemas dos meninos e meninas em situação de abandono, pobreza ou no mundo da delinquência. Os jornais anunciavam que esta era mais uma ação da “Revolução de Março”, reproduzindo um discurso nacional. Os periódicos, mais notadamente o *Jornal do Commercio* e o *Diario de Pernambuco*, ainda afirmavam, em tom de festa, que Pernambuco seguia os passos dos generais. A Febem

⁵² DIARIO DE PERNAMBUCO. *Criação da Febem atualizará a política do amparo ao menor*. Recife, 16 de abril de 1966. Acervo: Arquivo Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano.

⁵³ Idem.

se apresentava como a “alternativa ideal” encontrada pelo Estado, “protetor” e “tutor”, para resolver o “problema do menor”.

Na década de 1978, dez anos depois da publicação decreto que criava a Funabem, a instituição publicou em relatório que divulgava as suas ações nos estados que aderiram à Política Nacional. De acordo com as pesquisas, Pernambuco foi um dos primeiros estados que aderiram à proposta da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Através desse documento, é possível perceber como foi construída a parceria entre a Fundação e o Governo de Pernambuco. Na tabela abaixo, segue o registro dos projetos executados no Estado:

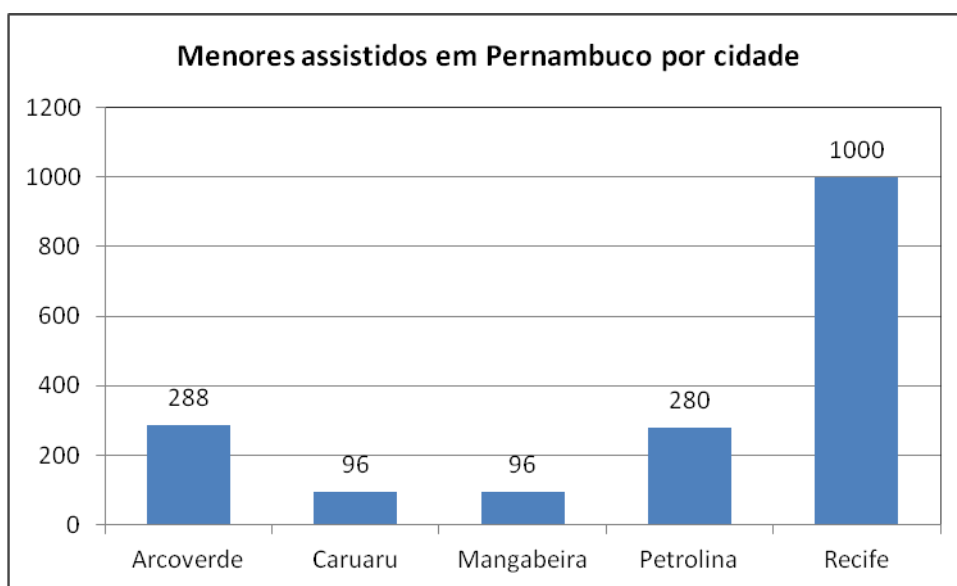


Tabela 1: Menores assistidos em Pernambuco por cidade. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem. O “menor problema social” no Brasil e a ação da Funabem. Rio de Janeiro: Funabem, 1978.

Nessa tabela, estão registradas as ações realizadas na capital e nas cidades do interior. Os números apresentados se referem às crianças e aos adolescentes atendidos, identificados como “menores assistidos”, e as cidades que receberam o apoio técnico e/ou financeiro da Funabem. É importante lembrar que Mangabeira, era um bairro do Recife, local onde funcionava um Centro Comunitário administrado pela própria Funabem.⁵⁴

⁵⁴ A atuação deste Centro Comunitário será discutida na Parte 3 desta tese.

A segunda tabela registra a atuação da Funabem no Brasil, registrando o número de crianças atendidas nos estados que aderiram à Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

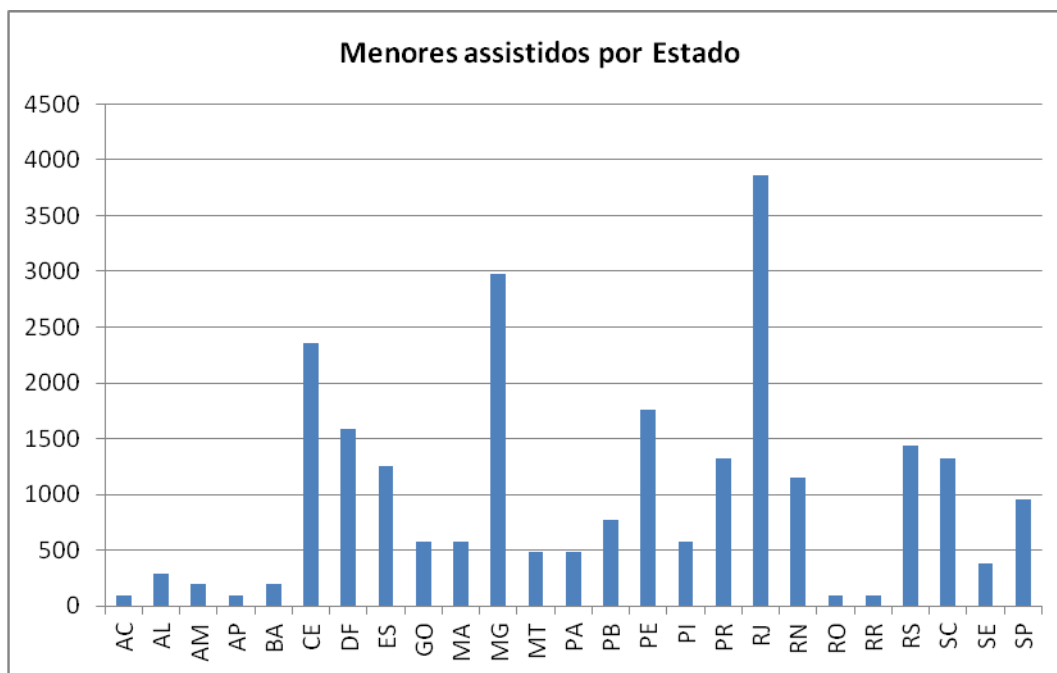


Tabela 2: A partir dessas informações, observa-se que o Rio de Janeiro, seguido de Minas Gerais e do Ceará eram estados que se apresentaram com maior número de atendimento. São Paulo, mesmo sendo o estado mais populoso do país na época, não apresenta números expressivos uma vez que aquela unidade federativa só aderiu à Política Nacional no final dos anos de 1970. Pernambuco ocupou nos dez primeiros anos de atuação da Funabem a quarta colocação. BRASIL. Tabela: Menores assistidos por estados. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem. *O “menor problema social” no Brasil e a ação da Funabem*. Rio de Janeiro: Funabem, 1978.

É importante lembrar que esses dados foram oferecidos pela Funabem, através do relatório *O “menor problema social” no Brasil e a ação da Funabem*, que por sua vez não apresentou como procedeu metodologicamente na coleta dos números. A partir dessas informações, é possível perceber como, numericamente, a política nacional se aplicou nos estados. O número de crianças assistidas traduz o número de recurso investido nos estados. Esses recursos eram destinados ao apoio técnico ou se desdobrava na linha de construção e/ou manutenção de unidades, aquisição de material e outras ações destinadas à assistência às crianças e aos adolescentes. Contudo, é importante lembrar que este assunto não se esgota aqui. No decorrer deste trabalho, as questões que envolvem a relação da Funabem com os estados farão parte desta trama.

É importante ressaltar que este relatório, assim como outros documentos, identifica esses meninos e meninas como *menores*. A partir da criação desta instituição, a expressão *menor*, que já fazia parte do cotidiano do sistema jurídico, passava a ocupar com mais intensidade a esfera das políticas públicas administrativas, em escala nacional e nos estados. De acordo com a historiadora Eleonora Brito, “o menor foi inventado”, representando a expressão *menor* a “consolidação não só de um vocábulo numa determinada acepção (criança e jovens perigosos ou postos em perigo”, mas também de práticas de intervenção do judiciário e social”).⁵⁵

Percebo que os discursos construídos sobre os chamados *menores* e as políticas públicas elaboradas, buscavam arquitetar um projeto de defesa social, onde o Código de Menores representou a materialização do campo jurídico e serviu como base também para as políticas sociais. Segundo Brito, o Código foi elaborado a partir da perspectiva da criminologia fundada na Escola Positiva de Direito Penal, que historicamente enveredou para o campo social, na busca de defender a sociedade a partir do viés da prevenção.⁵⁶

O sociólogo Edson Passetti afirma que, no século XX, “o Estado assume o lugar da igreja como centro da caridade, procurando ofuscar, com sua racionalidade, uma experiência de milênios”. A partir dessa perspectiva, este Estado se apoiou no sistema jurídico, materializado no Código de Menores de 1927, que por sua vez representou:

O instrumento jurídico balizador desta continuidade foi, em primeiro lugar, o Código de Menores de 1927, que procurava não só regulamentar o trabalho de crianças e adolescentes, mas também definir a emergência do “menor perigoso” como decorrente da situação de pobreza. O Código de Menores de 1979 reviu essa perspectiva a partir da concepção de situação irregular como origem do delinquente.⁵⁷

Através dessa burocracia, a Funabem estabelecia um contrato com estados, buscando controlar as ações desenvolvidas nas unidades estaduais chamadas Febems. De acordo com a matéria intitulada *De que um Estado precisa para atender o menor*, publicada pela *Revista Brasil Jovem*, periódico da própria Funabem, noticiava como foram pactuadas a burocracia para a execução dos projetos realizados nos estados:

⁵⁵ BRITO, Eleonora. *Justiça e Gênero: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. P. 115

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Passetti, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999. P. 25.

Estabelecido o campo de atuação da Funabem, verificou a entidade a necessidade de criar uma infraestrutura, ao nível estadual, capaz de garantir o desenvolvimento de programas visando ao atendimento das necessidades básicas do *menor*: saúde, educação, recreação, amor e compreensão e segurança social. Para tanto, foram celebrados 72 convênios, desde 1966, com estados, territórios e Distrito Federal, proporcionando o Governo Federal assistência técnica e financeira direta no total de 18 milhões de cruzeiros, em todos os pontos do país. Para assegurar a expansão da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, os estados são convidados pela Funabem a seguir diversas etapas para concretizar a infraestrutura local destinada ao atendimento social dos *menores*.⁵⁸

Ao tratar sobre as “etapas”, a Funabem afirma que além dos técnicos, o espaço físico e os equipamentos deveriam ser destinados pelos estados para execução dos projetos financiados pelo Governo Federal, que buscava através dessas medidas atender os governos estaduais, também identificados como “rede oficial”, e as instituições particulares.⁵⁹

O texto publicado pela Funabem, intitulado *Diretrizes e Normas para Aplicação da Política do Bem-Estar do Menor*, permite-nos analisar como a sua missão institucional se distancia da lógica dos direitos, haja vista que faz uma opção voltada para as crianças e os adolescentes pobres, pautada na perspectiva do assistencialismo. Ao definir seu campo de atuação, os idealizadores da Funabem afirmam que:

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor assume, no entanto, como seu campo de trabalho, aquelas faixas populacionais que não são atingidas pelos esforços correntes de criação de condições de bem-estar, ou porque não se conta com recursos que permitam cobrir necessidades de todas as camadas populacionais, ou porque, por carências de ordem sócio-econômico-cultural, muitos grupos populacionais não têm possibilidades de se beneficiar das condições porventura postas à sua disposição ou de criar as condições de seu cargo. O campo de trabalho da Fundação se define, assim, como a faixa populacional cuja parcela de indivíduos de menor idade está sujeita a um processo de marginalização, entendendo-se por marginalização do *menor*, o seu afastamento progressivo, de um processo normal de desenvolvimento e promoção humana até a condição de abandono, exploração ou conduta antissocial.⁶⁰

⁵⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. Ano V, 4º trimestre. Rio de Janeiro: Funabem, 1971.

⁵⁹ Ao longo deste trabalho, esta dinâmica institucional será analisada.

⁶⁰ BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Diretrizes e Normas para Aplicação da Política do Bem-Estar do Menor* Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, 1966. P. 15

Desse modo, a Funabem faz opção para o assistencialismo, e não por uma política de direitos. Este assistencialismo foi construído a partir da perspectiva da *doutrina do bem-estar social*. De acordo com os estudos do sociólogo João Clemente de Souza, o discurso da *doutrina do bem-estar* esteve presente nas produções da Funabem. Para a Fundação, a doutrina tinha o objetivo de:

Financiar o capital constante e o variável, ou seja, a tecnologia e a reprodução do trabalhador, para reduzir os conflitos sociais e garantir o desenvolvimento do capitalismo. Um dos seus indicadores são as políticas sociais, geralmente analisadas por especialistas como instrumento de reprodução social do capital e manutenção das necessidades básicas dos trabalhadores, que vão sendo colocadas à medida que a sociedade se desenvolve, habitação, saúde, transporte, segurança, salário-desemprego, assistência social, educação, benefícios sociais e lazer para todos.⁶¹

De acordo com os estudos historiográficos, a chamada *doutrina do bem-estar*, também conhecido como *Welfare State*, nasceu no cenário da Guerra Fria, representando uma tentativa de os Estados Unidos intervirem na política econômica e social dos países da Europa, América Latina e alguns países do Oriente, como o Japão. Para Enrique Serra Padrós, a lógica do bem-estar atende à demanda do Estado-providência, aquele que planeja, racionaliza e orienta a produção econômica e regula as políticas sociais.⁶²

Os estudos historiográficos sinalizam que, no Brasil, a *doutrina do bem-estar social* não foi vivenciada na sua forma literal. Contudo, o discurso do “bem-estar” foi reproduzido na política econômica a partir da década de 1950, intensificando-se durante os governos militares. As pesquisas desenvolvidas na área da sociologia e serviço social, afirmam que os princípios do *Welfare State* foi disseminando no Brasil pelos militares, que por sua vez defendiam a ideia da “responsabilidade estatal na manutenção

⁶¹ SOUZA, João Clemente de. *A trajetória do menor a cidadão*. São Paulo: Arte Imprensa, 2003. P. 57

⁶² PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social*. In: REIS, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. *O século XX, o tempo crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

de vida dos cidadãos, universalidade dos serviços sociais e a implantação de uma rede de segurança de serviços de assistência” deveria se a marca do Regime.⁶³

As pesquisas desenvolvidas na área da sociologia e do serviço social, referentes à construção das políticas sociais no Brasil foram construídas a partir dos princípios do *Welfare State*. Mesmo não sendo literalmente vivenciada no Brasil, o discurso utilizado pela documentação encontrada reproduzia a perspectiva doutrinária, que reproduz o discurso da “responsabilidade estatal na manutenção de vida dos cidadãos, universalidade dos serviços sociais e a implantação de uma rede de segurança de serviços de assistência”.⁶⁴ De acordo com os estudos do sociólogo João Clemente de Souza, a doutrina do bem-estar legitimou as ações da Funabem, que por sua vez entendia que:

A finalidade do Estado de bem-estar social é financiar o capital constante e o variável, ou seja, a tecnologia e a reprodução do trabalhador, para reduzir os conflitos sociais e garantir o desenvolvimento do capitalismo. Um dos seus indicadores são as políticas sociais, geralmente analisadas por especialistas como instrumento de reprodução social do capital e manutenção das necessidades básicas dos trabalhadores — que vão sendo colocadas à medida que a sociedade se desenvolve — habitação, saúde, transporte, segurança, salário-desemprego, assistência social, educação, benefícios sociais e lazer para todos.⁶⁵

Nesse sentido, acredito que a criação da Funabem procurou reproduzir o discurso da “doutrina do bem-estar”, aplicada à política social referente às crianças e aos adolescentes pobres ou que viviam em situação de abandono e/ou em conflito com a lei no Brasil. Contudo, é importante frisar que o “bem-estar” foi vivenciado enquanto prática discursiva. De acordo com o memorial comemorativo dos 20 anos da Funabem, publicado em 1984, seus idealizadores reafirmam o seu interesse de garantir uma política de governo, baseada no assistencialismo, pautada na lógica do bem-estar. De acordo com documentos da Funabem:

Em primeiro lugar, a Funabem é a expressão da decisão política do Governo de reorientar as estruturas sociais da nação a fim de reparar e prevenir os efeitos negativos sobre o *menor*, efeitos considerados resultantes do esforço de crescimento econômico instalado. Nesse

⁶³ BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamento e história*. São Paulo: Cortez, 2010.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ SOUZA, João Clemente de. *A trajetória do menor a cidadão*. São Paulo: Arte Imprensa, 2003. P. 57

sentido, a Funabem se entende não como uma instituição criada para formular pelo Governo e implantar uma Política do Bem-Estar do Menor, mas já é, na linha concreta da execução, o primeiro passo governamental. A Funabem, ademais, coloca o problema social do *menor* em nova perspectiva. Com efeito, por força da decisão política de encarar o problema do *menor* no contexto das responsabilidades de Estado, as atividades com e para *menores* são profissionalizadas, isto é: passam à categoria os serviços racionais. Em consequência, o seu sentido moral procede, doravante, não apenas da elevação das intenções ou dos motivos éticos que inspiram a ação, mas dos seus reais resultados para o *menor* no plano curativo e preventivo.⁶⁶

Ao produzir um discurso de si, os idealizadores da Funabem assumem que a sua missão institucional se construiu a partir dos problemas econômicos vivenciados no País, reproduzindo o discurso da doutrina do bem-estar que atrelava a política social às questões econômicas. O discurso que a Funabem representava uma “nova perspectiva” surgia do argumento da racionalização e profissionalização da sua equipe técnica. Conforme sinaliza Behring e Boschetti, as políticas sociais construídas no “Brasil Militar” emergem das preocupações políticas e econômicas, pautadas no caráter assistencialista e tecnocrático, na lógica de uma “inovação conservadora”.⁶⁷

Desse modo, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, que institui a Funabem e as suas respectivas unidades estaduais, emerge de um cenário político marcado pelo atrelamento do Brasil ao contexto internacional, pautado na lógica do Estado-provedor, responsável pela condução da vida de crianças e adolescentes e de suas famílias. Foi neste sentido que os idealizadores do projeto Funabem buscaram legitimar o discurso que a instituição foi criada como alternativa ideal para se resolver o “problema do menor”.

Do ponto de vista institucional, os documentos encontrados nos acervos pesquisados sinalizam que o abandono era um problema grave no fim dos anos de 1960, período em que Augustinho foi abandonado. O documento *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*, produzido pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, em 1967, registra que a maioria dos casos de internação foi pelo

⁶⁶ BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Funabem ano 20*. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, 1984. P. 168

⁶⁷ BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2010.

motivo de abandono.⁶⁸ O documento foi construído a partir de dados fornecidos pelos Juizados de Menores, no qual foram publicadas as seguintes estimativas:

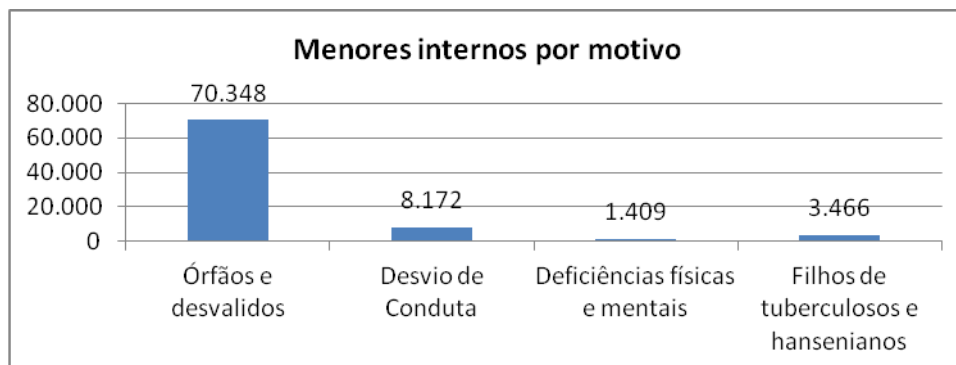


Tabela 3: Menores internos por motivo. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil, Rio de Janeiro – 1968.

Esses dados permitem observar qual era a abrangência da Funabem quanto ao seu público e como o número de casos de abandono era expressivo.⁶⁹ Os resultados apresentados são fruto de uma pesquisa realizada no ano de 1966, em 382 instituições, públicas e privadas, mantidas por meio de recursos da Funabem. Como um dos maiores motivos de causa de internamento, o abandono passou a ser uma preocupação efetiva da Funabem, uma questão amplamente discutida pela equipe dirigente e de especialistas da área da assistência social e da jurisprudência.

A partir dessa tabela, busquei realizar o cruzamento desses números com as informações do censo da população brasileira, composta por crianças e adolescentes na faixa de 0-19 anos, na década de 1960. De acordo com os dados oferecidos pela Fundação Getúlio Vargas, na década de 1960 o Brasil possuía a população de 70.191.400 habitantes, nos quais 37.131,250 eram crianças e adolescentes. Logo, o

⁶⁸ BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro, 1968. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

⁶⁹ No decorrer das nossas pesquisas, o atendimento prestado aos meninos e às meninas considerados “portadores de deficiência física ou mental” foi construído a partir de uma linha de financiamento da Funabem à Associação de Pais e Amigos do Excepcional – Apae e de outras organizações como o Instituto Benjamin Constant (para deficientes visuais), o Instituto Nacional de Educação de Surdos, além da parceria com o Departamento Nacional de Saúde, através do Serviço Nacional de Doenças Mentais. Neste documento, também foi registrada a campanha Nacional de Reabilitação e Educação do Excepcional – CADEME, que dialogava com a política de assistência do bem-estar, com abrangência nacional. No caso dos “filhos de tuberculosos ou hansenianos” se assemelhava aos dos meninos e meninas considerados “abandonados”. BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro, 1968. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 45

número de meninos e meninas atendidos pela Funabem, representava a média percentual de 0,22% da população brasileira da faixa etária de 0-19 anos de idade.⁷⁰

Os trabalhos historiográficos sinalizam que o Brasil república demarcou uma nova fase para a história do abandono. De acordo com os estudos de Silvia Arend,

O Código de Menores de 1927 é considerado um marco no que tange à legislação infanto-juvenil. Esse ordenamento contempla as discussões que vinham sendo realizadas em nível internacional, sobretudo nos Congressos Pan-americanos da Criança, e na sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Segundo esses discursos formulados pelas elites, sob a ótica dos ideários do progresso e da civilização, era preciso “salvar” as crianças e os jovens pobres do Brasil do abandono, do ócio e do vício. É importante observar que, a partir da instituição da primeira legislação menorista, o Poder judiciário torna-se uma peça fundamental na administração da assistência.⁷¹

As reflexões construídas por Arend permitem analisar o lugar do Juizado de Menores na construção do conceito de abandono e na construção das políticas públicas elaboradas no campo da assistência às crianças abandonadas. Nesse trecho, a promulgação do Código de Menores, em 1927, foi considerada pelos historiadores contemporâneos como um marco na trajetória da assistência à infância no País, uma legislação exclusiva que passou a nortear as ações da justiça e da assistência aos meninos e às meninas que viviam em situação de abandono.

A historiadora Elaine Maria Bueno Bernal, em seu trabalho *Arquivos do Abandono*, afirma que as concepções do abandono, produzidas no século XX, “refletiam também as projeções futuras dos juristas, que ora estabeleciam a infância como promessa do futuro do País, ora encarregavam-se de alertar para o limite ínfimo entre a infância promissora e delinquente”. Para Bernal:

Para aquele sistema jurídico-institucional, “ser abandonado” era tão abrangente quanto complexo. No período, identificou-se uma intrincada construção histórica do conceito de abandono, tanto de infância quanto de adolescência. Com relação às crianças e jovens internados pelo Serviço Social de Menores, o processo de julgamento do abandono se dava a partir do momento em que a criança era tida como

⁷⁰ BRASIL. Fundação Getúlio Vargas. *Dados Estatísticos Parciais Necessários para o Estudo de Recursos Humanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

⁷¹ AREND, Silvia. *De exposto a abandonado: uma trajetória jurídico-social*. VENÂNCIO, Renato. In: Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil (séculos XVIII-XX). São Paulo: Alameda, 2010. 339-359. P. 353

em situação de risco, o que significava estar em condições consideradas impróprias para o seu desenvolvimento físico, emocional e moral, ou se considerasse que as condições em que era criada eram impróprias, comprometendo sua formação como cidadão capaz de trabalhar e contribuir para o progresso da cidade e de toda a nação. O processo de julgamento do abandono era composto de várias etapas, que iam desde a investigação da vida das crianças e jovens pelos comissários de vigilância até a sentença final do juiz de menores.⁷²

Bernal ainda afirma que a partir desse instrumento jurídico-normativo, o Brasil passou a ter uma legislação exclusiva, que por sua vez passou a estabelecer categorias e critérios de abandono. Para a autora:

Podemos verificar que, na prática da Justiça, o critério de abandono adotado pelo Código de Menores resultou em amplas interpretações sobre o assunto. As crianças e jovens seriam alvo dessa assistência repressora em várias situações encontradas em suas vidas, e muitas delas, internadas pelo Serviço Social de Menores como abandonadas, eram, em sua grande maioria, crianças pobres com modos de vida diferentes daqueles considerados adequados pelas concepções dominantes.⁷³

No período de vigência do projeto Febem/Funabem, anos de 1964 – 1989, a doutrina jurídica/assistencial era pautada no Código de Menores, o qual passou por uma alteração no ano de 1979, passando a conceber o abandono a partir da perspectiva da “Doutrina da Situação Irregular”. De acordo com os estudos de Isabel Frontana:

Ao redefinir a situação de abandono material e moral, o Código de Menores de 1979 considerava a expressão “situação irregular” a melhor forma de abranger aqueles estados de “marginalização” que caracterizavam o “menor”, mantendo, no entanto, uma postura de diferenciação em relação a um destinatário considerado desajustado e não integrado, reiterando-se ainda que essas condições se devem à situação de irregularidade da própria família do “menor”.⁷⁴

Ainda ressalta o trabalho da historiadora, o abandono passou a ser observado para os executores das políticas públicas como uma “questão social”. De acordo com seus estudos, a partir da década de 1970, os casos que envolviam os meninos e as meninas, muitas vezes “[...] rotulados como ‘pivetes ou ‘trombadinhas’, passaram a ser visto, por setores da sociedade brasileira, como um problema social. A presença dos

⁷² BERNAL, Elaine. *Arquivos do Abandono*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 43.

⁷³ Idem, p. 51.

⁷⁴ FRONTANA, Isabel. *Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

garotos e garotas nas ruas era veementemente condenada, vista como motivadora de medo, insegurança, desordem e caos social [...]”.⁷⁵

Com o surgimento da Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, a questão do abandono passa a ser pautada de forma mais sistematizada pelo Poder Executivo. Para o historiador Gutemberg Rodrigues, a Funabem passa a praticar a “questão do menor” como um problema de “Segurança Nacional”, implicando diretamente na forma como o Estado passou a lidar com o problema do abandono no Brasil. De acordo com suas reflexões, a partir da criação da PNBEM, “o menor foi pensado como um dos objetivos nacionais permanentes”, sendo o abandono concebido como “um problema vinculado à desagregação familiar, tendo como ponto de partida o êxodo rural e todas as vicissitudes impostas pela urbanização das grandes cidades”.

“Expostos”, “enjeitados”, “inocentes”, “órfãos”, “menores abandonados”. Dos tempos coloniais ao período republicano, o Brasil buscou construir diferentes adjetivos para identificar e/ou classificar meninos e meninas que vivenciaram a situação de abandono. A história do conceito de abandono vem sendo construída a partir de diferentes olhares e versões, sendo a contribuição da historiografia indispensável para compreensão do abandono no Brasil República.⁷⁶

Para além das questões jurídicas e assistenciais, esta história procura, sobretudo, falar da trajetória de vida de uma criança abandonada, que aos 5 anos de idade, passou a viver sobre a tutela da Febem em Pernambuco. Composta por cenários e agentes sociais, esse capítulo abordará questões importantes, como o conceito de família, a dinâmica tutelar, as estratégias de controle construídas pelo aparato assistencial e jurídico. Contudo, o que será colocado no centro da análise são as fugas, as astúcias e outras formas de driblar a maquinaria de controle e as diferentes versões e visões acerca do cotidiano da Febem, para além dos muros.

⁷⁵ Idem, p. 67.

⁷⁶ Da fase caritativa, passando pela filantropia e pelo bem-estar social, até chegar o que chamamos de “era dos direitos”, é possível considerar que a trajetória da assistência ao abandono infantil passou por diferentes estratégias de ação do Estado, que, amparado no ideário jurídico-administrativo, higienista e assistência social, passou a criar códigos, normas disciplinares, políticas de intervenção na tentativa de combater o problema do abandono. Ao lidar com a questão do abandono no século XX, historiadores e historiadoras têm recorrido a abordagens interdisciplinares e têm cada vez mais se esforçado para que os meninos e as meninas, e suas famílias, protagonizem as suas histórias, afastando-se da lógica institucional e do olhar eminentemente jurisdicional. Ao longo dos próximos capítulos, a historiografia do abandono das crianças e adolescentes será problematizada.

PRIMEIRO CAPÍTULO

Memórias do abandono: a construção da “Febem Família”

Eu morava na casa dos meus pais, e a lembrança é muito pouca. Na época, eu sofri um acidente [Silêncio] de uma queda de um cajueiro na frente da casa, de um pé de caju. A gente brincando, eu escorreguei, caí, aí *mim* levaram logo para hospital, ali perto do Juizado. Aquele hospital na Fernandes Vieira. E, de lá pra cá, a família não *mim* procurou mais.⁷⁷

Essa história começa no Recife, no final da década de 1960. Com apenas 5 anos de idade, Augustinho, que morava no interior de Pernambuco, foi deixado pelos pais biológicos em um hospital localizado no centro do Recife. Desde o dia em que foi abandonado, o menino perdera totalmente o contato com sua família, passando a ficar sob a tutela do Estado.

Ao narrar as memórias do dia que foi abandonado, Augustinho exibiu uma cicatriz de seu braço. A cicatriz que marcava o corpo o fazia lembrar-se do tempo de criança, do tempo do abandono. Reinhart Koselleck, ao analisar os tempos históricos, afirma-nos que “quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então nas cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido”.⁷⁸

Ao ser perguntado, durante a entrevista, sobre suas memórias de infância, ele inicia a sua fala relatando o abandono, lembrando-se do dia em que subiu no pé de caju, localizado em frente de sua casa e, sem muita habilidade, acabou caindo. A queda do cajueiro causou um grave ferimento.

As cenas do hospital, do atendimento das enfermeiras, dos primeiros encaminhamentos, foram recordadas a partir da lembrança da dor do abandono. Para Augustinho, falar da infância é falar da dor. A dor é um sentimento que a História também deve interpretar. A historiadora francesa Arlette Farge afirma que o

⁷⁷ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

⁷⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

“historiador também é vigia dos interstícios por onde entra a infelicidade dita ou sufocada”.

Mas, Farge alerta que não podemos vitimizar aquele que sentiu dor, e sim buscar compreender a construção deste sentimento.⁷⁹ Desse modo, acredito que tão importante quanto é falar da dor do abandono é procurar entender quais as formas construídas na tentativa de entender a configuração da dor e o cenário que ela é construída.

Pausadamente, Augustinho foi falando daquele acontecimento. Os procedimentos da assistência foram recordados de forma sistemática, apareciam nesta narrativa os novos agentes e instituições, além dos enfermeiros, o médico, o juiz e a Febem.

Teve um médico (pausa), Doutor Luizinho... Doutor Luizinho *mim* adotou na época. Depois houve uma desavença entre ele e a esposa, aí me botaram no Bongi. O Bongi é ali onde é a sede antiga, aí eu fui pra lá, e ficaram me acompanhando, visitando-me...⁸⁰

Augustinho lembrou que, do hospital, ele foi encaminhado para casa de “doutor” Luizinho, um médico que atuava no hospital onde o menino foi abandonado. Passou menos de um mês no convívio daquela família. Por meio de suas palavras, percebi que não foram construídos laços de afetividade. Augustinho chega a afirmar que o Doutor Luizinho iria adotá-lo e que este fato não aconteceu por causa dos desentendimentos, das “desavenças”, entre o médico e a sua esposa. As práticas de transferência temporária poderiam se desdobrar em adoções.

Falar do dia do abandono foi também recordar as práticas de atendimento realizadas pela equipe do hospital. O relato de Augustinho aos poucos foi se tornando uma “matéria-prima” para o conhecimento sociológico das práticas assistenciais voltadas para os meninos e as meninas abandonados no Recife, na segunda metade do século XX. Ao analisar a importância do relato para escrita da História, a historiadora Alice Beatriz Gordo Long afirmou que “através da narrativa de uma história de vida, se

⁷⁹ FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autentica 2011. P. 22

⁸⁰ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

delineiam as relações com os membros do seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, da sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar”.⁸¹

A adoção por uma família substituta apresentava uma das alternativas para o destino de uma criança abandonada. Caso essa alternativa não se concretizasse, o Estado assumiria a tutela da criança. Os estudos historiográficos registram o encaminhamento das crianças abandonadas para a guarda de famílias como uma prática cotidiana, mesmo que temporária, sendo legitimada, inclusive, pelo Código de Menores, que estabelecia a possibilidade de tutela das crianças abandonadas por famílias que voluntariamente se disponibilizarem a cuidar delas. A referida prática também poderia ser considerada como uma transferência temporária para um “lar guardião”.

De acordo com as pesquisas realizadas pela historiadora Silvia Arend, a atuação do Juizado de Menores procedia em relação aos diferentes casos envolvendo os meninos e as meninas que eram levadas aos “lares guardiões”, instituições de acolhimento ou que foram encaminhadas para adoção. Este trabalho nos leva a perceber que a questão do abandono infantil possui desdobramentos que estão relacionados a diferentes interesses do mundo dos “adultos”, tendo em vista que muitas crianças eram direcionadas para famílias ou instituições, para contribuírem nos afazeres domésticos, na agricultura, no mundo do trabalho.⁸²

Nesse momento a decisão sobre a vida de Augustinho passou a ser da responsabilidade do juiz de menores, que era responsável pela “internação em estabelecimentos criados ou reformados para atender a população específica dos menores material ou moralmente abandonados”.⁸³ Esse Juizado estabelecia contatos com a rede de atendimento de assistência e saúde da cidade, sendo acionado a partir das demandas apresentadas.

A Chácara Bongí foi o primeiro espaço de internação no qual Augustinho foi acolhido. Bongí é um bairro da cidade do Recife, localizado na zona oeste da cidade e era chamado como chácara por se localizar no espaço onde funcionava um antigo sítio.

⁸¹ GORDO LONG, Alice Beatriz da Silva. *História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta*. IN: BOM MEIHY, José Carlos Sabe. (Re)introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996. P. 35.

⁸² AREND, SILVIA MARIA FÁVERO. *Filhos de criação: Uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

⁸³ RIZZINI, Irma. *Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas*. In: A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

Segundo os estudos de João Constantino Ferreira Neto, esse local pode ser considerado como o espaço onde a Febem:

Acolhia crianças e adolescentes do sexo masculino, abandonados e em situação de risco social e pessoal, na faixa etária de 07 a 18 anos, para encaminhamento às unidades de internação. Foi transformado em Centro de Profissionalização, em 1986 (Centro de Profissionalização do Menor – CPM), com atividades de iniciação profissional em capotaria, hidráulica, eletricidade, mecânica de automóveis, padaria-escola, gráfica-escola, marcenaria-escola, laboratório de sanitizantes e laboratório fitoterápico.⁸⁴

No setor de recepção e triagem, também funcionava o espaço de internação provisória de crianças e adolescentes, enquanto os seus respectivos casos eram julgados e encaminhados para as instituições de recolhimento ou para o retorno do convívio familiar. Naquele espaço, também funcionava a sede administrativa da instituição da Febem/Pernambuco, o que proporcionava uma aproximação dos gestores com os meninos que passavam pelo setor de triagem. Ao descrever a missão institucional da Chácara Bongi, João Constantino Ferreira afirma que nesse espaço ainda funcionava a sede administrativa da Febem.⁸⁵ Augustinho fala da Chácara Bongi a partir do olhar do ex-interno e afirma:

Na época, cada unidade da Febem tinha uma faixa etária. Completava uma idade, ia pra Caruaru, Dom Bosco de Caruaru; do Dom Bosco, ia pra Jangadinha; de Jangadinha, ia para Pacas aqui em Vitória; e, de Pacas, ia pra Garanhuns, era o último colégio.⁸⁶

Augustinho relembra que passou 2 anos de sua vida no Bongi, entre os anos de 1966 a 1969. A informação me fez perceber que sua passagem por aquela unidade de internação não foi tão provisória. Naquele espaço, existia um trabalho de educação

⁸⁴ O trabalho de João Constantino é bastante importante, uma vez que procura mapear a estrutura organizacional da instituição e como ela passou a construir a burocracia das unidades de recepção e triagem, os espaços de internação e de ressocialização. Constantino descreve a missão institucional dessas unidades e o perfil dos meninos e meninas atendidos. O discurso da instituição é reproduzido de forma efetiva, levando-nos a perceber que seu objetivo era de construir um panorama linear da trajetória da assistência às crianças e adolescentes no Estado. FERREIRA NETO, João Constantino. *Dificuldades na escolarização dos adolescentes privados de liberdade em Pernambuco*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011.

⁸⁵ Durante a nossa pesquisa, identificamos que, além da Chácara Bongi, outro setor de recepção e triagem também funcionava no Juizado de Menores, localizado na Fernandes Vieira. Era nesse local que as meninas eram recebidas e internadas, discutiremos esta questão na terceira parte desta tese.

⁸⁶ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidembergue Santos.

formal voltado para as crianças e adolescentes internos. Augustinho lembra que esse trabalho não era direcionado para a profissionalização dos meninos e que não se lembra de existir muitas atividades para as crianças se ocuparem.

Ao recordar suas lembranças no setor de triagem, Augustinho sinaliza que aquele era um importante espaço para a Febem na época. No decorrer das pesquisas, encontrei alguns documentos que retratavam o cotidiano desse setor. Em 1971, o *Jornal do Commercio* anunciava as reformas executadas pelo Governo Estadual no Centro de Recepção e Triagem, enfatizando a importância daquele espaço no processo de internação das crianças e adolescentes que vivenciavam as mais diferentes formas de vulnerabilidade social. De acordo com a reportagem:

O controle do internamento de crianças e adolescentes, mediante a triagem, obedecidos o diagnóstico dos casos e o escalonamento de prioridades realizadas em obras abertas, experiência sem precedente no Nordeste, evidencia a preocupação da Febem em acompanhar a evolução dos métodos mais atualizados de que se dispõe para reparar o grave problema do menor. [...] Em consequência, já em 1968 o serviço de triagem transformou-se no Centro de Recepção e Triagem, pela absorção da antiga Chácara Bongi, para suporte do internamento provisório, cujas instalações serão inauguradas sexta-feira próxima, abrangendo uma área construída de 3 mil metros quadrados. Da dinamização do CRT, visando precipuamente à racionalização do atendimento ao menor, resultou, na prática, o alcance de outro objetivo não menos importante: a restrição do internamento indiscriminado.⁸⁷

Nesse fragmento, é destacada a importância da triagem para o diagnóstico, apontando tal metodologia como uma referência no atendimento às crianças. Percebo a ideia de construir uma “racionalização do atendimento”, uma dinâmica de sistematização na prática de recolhimento dos meninos, haja vista que as meninas que viviam a situação de abandono no Recife eram conduzidas às instituições filantrópicas religiosas ou particulares ou eram adotadas pelas famílias interessadas.⁸⁸

Concordo com a ideia de que a triagem pode ser considerada o espaço onde o “ritual de institucionalização” era iniciado. Para Marlene Guirado, é no momento da triagem que é analisada a guia de acolhimento, realizada a entrevista com o garoto ou a

⁸⁷ JORNAL DO COMMERCIO. *Meta em Pernambuco é amparar o menor*. Recife, 31 de janeiro de 1971.

⁸⁸ Considero importante um estudo mais sistematizado sobre os casos de abandono das meninas no Recife para este período. Nos capítulos 4 e 5 terei oportunidade de analisar a trajetória de menina que vivenciou a situação de abandono.

garota, é confeccionada a ficha onomástica e datiloscópica. Esse ritual é marcado pelo encontro com a assistente social (majoritariamente mulheres), esta encarregada de produzir um parecer que deverá ser encaminhado aos médicos, psicólogos, psiquiatras para que por fim seja encaminhado ao conhecimento da equipe pedagógica da Febem.⁸⁹

Desse “ritual de institucionalização”, é produzido um diagnóstico, quando a individualidade adentra no campo do documentário, que busca registrar “com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias”. Sob a égide da ciência, o exame apresenta-se como um “sistema de registro intenso” e tem uma finalidade bem definida de conhecer sujeito, corpo e mente, para construir os dispositivos de vigilância.⁹⁰

Para Augustinho, a faixa etária é que definia a presença, a transferência ou a própria saída da instituição. O discurso sobre a idade enquanto fator para a permanência ou transferência das crianças e adolescentes nas unidades da instituição me fez procurar entender a dinâmica de transferência interna na Febem. Mesmo sendo um fator muito relevante, inclusive, por definir a questão da imputabilidade penal, a faixa etária deve ser entendida como um dos critérios classificadores no processo de internação das crianças e dos adolescentes.

A partir das leituras sobre o tema, percebi que, para além do fator idade, outros elementos importantes podem interferir na decisão no processo de internação e de transferência interna. De acordo com os estudos da antropóloga Adriana de Resende Vianna, é perigoso naturalizar a idade como definidora para a prática de internação, tendo em vista que a própria dinâmica de internação dialogava com a do Código de Menores, que por sua vez foi construído a partir de uma lógica policiaisca.⁹¹ Desse modo, é possível afirmar que a idade pode ser considerada como “[...] um dentre vários elementos capazes de constituir as avaliações realizadas, sendo importante observar como ela compunha com outras características de forma a permitir uma apreciação ao mesmo tempo singular e tipificada dos menores [...]”.⁹²

O relato de Augustinho me provocou a dúvida sobre a responsabilização dos pais consanguíneos ao abandonarem seus filhos/as. Na década de 1960, o Código de Menores não apresentava nenhuma responsabilização em relação aos pais ou

⁸⁹ GUIRADO, Marlene. *A criança e a Febem*. São Paulo: Perspectiva: 1980.

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

⁹¹ VIANNA, Adriana de Resende. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

⁹² Idem, p. 100

responsáveis que cometiam tais práticas, diferente do Código Penal da República, que estabelecia prisão celular para pais, mães e responsáveis que abandonassem seus filhos menores de 7 anos de idade.⁹³

No caso de Augustinho, não há registro sobre a possível responsabilização de seus pais. A partir daquele acontecimento, ele perdera o contato com sua família biológica. Ao buscar justificar a decisão dos seus pais, registou, de forma bastante sutil, que a possibilidade do motivo do abandono aconteceu pela condição de pobreza. Ele recorda que morava em uma casa simples, no município do Carpina, Zona da Mata pernambucana, e que seus pais biológicos eram agricultores e enfrentavam dificuldades financeiras.

Ao pesquisar a história de Augustinho, não encontrei registros do tempo em que ele esteve na instituição na situação de interno. A documentação pertinente à sua trajetória na Febem, hoje Funase, refere-se à sua atuação como funcionário deste órgão. Para conhecer a sua trajetória, percebo a necessidade de me debruçar sobre a dinâmica da instituição no atendimento às crianças abandonadas e analisar o conceito de abandono ela utilizado. Desse modo, optei por construir uma reflexão sistematizada acerca do cotidiano do abandono no Recife no período em que Augustinho passou pela Febem; ou seja, final dos anos de 1960 e na década de 1970.

O cotidiano do abandono e as políticas de assistência aos abandonados no Recife

Percorram-se os bairros do Recife, a qualquer hora do dia: por toda parte, magotes de meninos vadiando à toa, assaltando quintais, provocando barulho, ociosos e andejos, esmolando, dando tom de sépia à paisagem da cidade, quem são, em sua maioria? Meninos dos morros e dos córregos, dos mocambos e do “basfond” social, hoje simplesmente abandonados – porque sem pais ou sem lar que prenda e oriente, mais tarde, de certo, vocações de marginais, a matéria prima de que se sevem os batuques e as cadeias, quando não os cemitérios e as covas rasas. É que nos falta, a toda evidência, um programa sério de recuperação de menores, colégios, orfanatos, reformatórios, escolas artesanais, onde, recolhidos e educados, estes meninotes se pudessem transformar em elementos socialmente válidos e eugênicos. Na base

⁹³ Brasil. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Decreto nº 22.213 de 14 de dezembro de 1890.

de tudo, paira o problema econômico: “trapos humanos que perambulam, desocupados, pelas ruas”. [...] Omissão do Estado, que prefere aturar este estado de causas sem uma providência cautelar, economizando aqui para, depois, gastar fortunas.⁹⁴

A presença das crianças e dos adolescentes nas ruas do Recife revelava a fotografia de uma cidade descolorida, afirmava o editorial do jornal *Diario de Pernambuco*, publicado em fevereiro de 1966. De acordo com o periódico, a situação de abandono vivenciada por meninos e meninas dava o “tom sépia” à paisagem da metrópole, que “envelhecia” sem cuidar dos seus infantes.

A matéria possui um tom denunciador, acusando o Estado como o responsável pelo problema do abandono das crianças no Recife. Para o jornalista, os meninos abandonados se apropriaram das ruas, praticando as mais diversas ações que desafiavam a ordem estabelecida, provocando uma onda de insegurança às pessoas que circulavam nos bairros da cidade.

As matérias do *Diario de Pernambuco* e da *Revista Realidade*, que irei apresentar, permitiram-me refletir sobre a importância dessa documentação para a escrita da história do abandono no Recife. Os textos impressos trazem não apenas informações sobre o cenário do cotidiano dos meninos e das meninas que viviam nas ruas da cidade, como também trazem o próprio conceito de abandono da época e como setores da sociedade e próprio Estado reagiam diante deste problema social. Ao descortinar o abandono no Recife, o editorial do *Diario de Pernambuco*, em 1966, estabelecia formas de classificação dos garotos e das garotas, identificando-os como “vadios”, “trapos humanos” e “sobras”.

Para o *Diario*, o “drama” do abandono marcava o cotidiano da cidade, exigindo uma intervenção efetiva do Estado no dia a dia dessas crianças e adolescentes. De acordo com a matéria, os poderes estabelecidos estavam comprometidos em:

Espalhar abrigos que recolhessem essas sobras pelas comunidades, é menos oneroso, semear escolas artesanais, onde, aprendendo um ofício, dedicando-se a uma profissão, o menino, hoje moço e homem de amanhã, pudesse ser útil a coletividade, pagando, a juros tresdobrados, o que o Estado investiu na sua recuperação.⁹⁵

⁹⁴ DIARIO DE PERNAMBUCO. *O Drama do Menor Abandonado: editorial*. Recife, 24 de fevereiro de 1966. P. 24

⁹⁵ Idem.

O *Diario de Pernambuco* assumia uma posição de legitimação das ações do governo estatal, reproduzindo os adjetivos depreciadores para identificar os meninos e as meninas que viviam nas ruas do Recife. Ao elaborar e publicar essa matéria, registrava a sua concepção sobre a prática do abandono e sobre as crianças e adolescentes em situação de abandono. A partir dessa prática, contribuía para a resistência e exclusão sobre as crianças abandonadas.

Nesse período, a imprensa da época, mais notadamente o *Diario de Pernambuco*, passou a reproduzir de forma sistemática as ações do Governo Estadual no campo da assistência social, legitimando as suas práticas políticas e reproduzindo o discurso acerca da concepção sobre o abandono. Ao afirmar que cabia ao Estado o dever de tutelar as crianças abandonadas e as famílias pobres, o *Diario* legitimava o discurso do governo Paulo Guerra e dos setores da sociedade que concebiam a questão do abandono como um problema surgido pela “desestrutura familiar”.

Em janeiro de 1966, o mesmo jornal publicava uma matéria intitulada *Aumenta o número de pedidos de internamento de menores nos abrigos do Estado*. De acordo com o documento:

O número de pedido de internamento de menores, através da Secretaria de Justiça, é elevado, chegando a atingir, este mês, uma média de 30 solicitações por dia, tendo sido encaminhadas, até ontem, 200 crianças ao Serviço de Assistência Social. O secretário João Roma informou que 30 mães de família têm procurado quase diariamente, algumas chegam a pedir o internamento de dois filhos em virtude da precária situação financeira em que vivem.⁹⁶

Ao se voltar sobre a cultura do abrigo, a historiografia nacional tem contribuído no debate sobre a dinâmica de atendimento de instituições construídas no Brasil, destinadas à assistência de crianças em situação de abandono. De acordo com estudos da historiadora Maria Luísa Marcílio, desde o período colonial, os abrigos passaram a ser construídos a partir da ótica caritativa e filantrópica para atender ao número expressivo de casos de abandono nos espaços urbanos, tendo a Igreja Católica como articuladora das ações assistenciais. No Brasil República e mais notadamente nos anos de 1960, a dinâmica do atendimento passa a ter uma maior intervenção do Estado,

⁹⁶ *Diario de Pernambuco. Aumenta o número de pedidos de internamento de menores nos abrigos do Estado*. Recife, 06 de janeiro de 1966. P12.

o que sinaliza um processo de transformação, mesmo acompanhado por práticas assistenciais que remetem ao período colonial.

No período republicano, a dinâmica do atendimento das crianças abandonadas nos abrigos passa a ter um maior controle do Juizado de Menores, que por sua vez tinha como referência o Código de Menores, promulgado em 1927 e reformulado em 1979. De acordo com o trabalho da historiadora Sônia Camara, o Código passou a determinar que:

O abrigo de menores deveria funcionar como órgão intermediário, encarregado de promover a guarda temporária e a observação dos “menores”. Nele seria indicada a profilaxia necessária para o tratamento, até que fossem prescritas as medidas concernentes à colocação definitiva do “menor” em instituições de regeneração, de preservação ou qualquer outra recomendação. Com base no Código, o abrigo compunha-se de duas divisões: uma masculina e outra feminina, subdivididas em seções destinadas aos abandonados e delinquentes, distintamente.⁹⁷

Os estudos de Camara ainda apontam que esse processo de normatização dos abrigos foi inspirado na lógica do “identificar e classificar para educar e regenerar”. O Código passou a estabelecer uma série de normativas para os abrigos, para os institutos disciplinares e para os conselhos de assistência e proteção, tendo o Juizado de Menores como o órgão regulador e fiscalizador da estrutura e funcionamento desses espaços assistenciais.

Contudo, durante as pesquisas, encontrei a reportagem da *Revista Realidade*, que se posicionava de forma diferente em relação ao discurso do *Diário de Pernambuco*. Em 1967, a *Realidade*, que na época representava um dos maiores periódicos em circulação no País, dedicou uma extensa matéria sobre o problema do abandono no Recife, que passava a ser pautado em nível nacional. Diferente da perspectiva do *Diário de Pernambuco*, a matéria denunciava a falta de abrigo e como estavam sendo executadas as ações da Febem frente ao problema das crianças que viviam nas ruas da cidade. De acordo com a matéria:

Desde o princípio do ano, a Fundação do Bem-Estar do Menor fechou os abrigos do Estado aos meninos abandonados nas ruas do Recife, alegando que vai promover melhoramentos, alargar instalações,

⁹⁷ CAMARA, Sonia. *Sob a guarda da República: infância e minoridade no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010. P. 264.

ampliar tais abrigos. Mas já estamos em junho e a situação continua a mesma, os abrigos não recebem mais ninguém. Dizem que no último encontro dos dirigentes da Fundação do Bem-Estar do Menor, para comer, beber, palestrar, passear, sorrir, foram gastos nada menos do que 50 milhões de cruzeiros velhos. Enquanto isso, os menores dormem pelas calçadas. Mas, para banquetes há dinheiro.⁹⁸

Esse trecho da reportagem traz a informação que aponta a fragilidade do atendimento da Febem, sendo apresentada a partir de sua deficiência. Não obstante, os representantes da referida instituição são descritos como negligentes, sinalizando que a questão da assistência aos abandonados perpassa pelo problema de administração e do mau uso do recurso público.

A reportagem intitulada *Meninos do Recife* defendia a ideia de que o problema do abandono no Recife estava relacionado à questão econômica. Freire ainda argumentava que a solução do problema estava na articulação entre o Estado e as organizações assistencialistas de caráter não governamental. Nela, encontramos a crítica ao sistema de abrigos, apontando que as instituições da cidade não suportavam a grande demanda. Freire, afirmava que: “[...] o menor abandonado é uma preocupação nacional, mas é em Pernambuco que esse problema atinge maior gravidade [...]”.⁹⁹

A matéria trazia uma fotografia que buscava traduzir o dia a dia das crianças e dos adolescentes no Recife. A imagem, em preto e branco, fazia parte da reportagem, ocupando uma página da revista. A matéria chegou a ganhar o *Prêmio Esso de Jornalismo*. Essa fotografia representa um documento importante para escrita da história do abandono de crianças no Recife, ela carrega o cotidiano de algumas crianças da cidade, sob o ângulo da disputa e do conflito entre os meninos, procurando destacar a forma como os meninos se relacionavam entre si e se apropriavam das ruas da cidade.

⁹⁸ BRASIL. *Realidade*. São Paulo: Editora Abril. Agosto, 1967. P. 31-32.

⁹⁹ FREIRE, Roberto. Os Meninos do Recife. *Revista Realidade*. Rio de Janeiro: Agosto, 1967.



Figura 02: Fotografia de Geraldo Mori. Realidade. *Os Meninos do Recife*. Rio de Janeiro. Agosto, 1967.

O fotógrafo buscou captar a imagem de um confronto físico, um duelo de forças, construindo uma narrativa de disputa. Concordo com a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, “as imagens são, e têm sido sempre, um tipo de linguagem, ou seja, atentam uma intenção de comunicar, que é dotada de um sentido e é produzida a partir de uma ação intencional”.¹⁰⁰ As expressões faciais dos meninos demonstram a dor do conflito, trazendo um significado para além da imagem captada através do clic do fotógrafo.

Ao analisar a imagem a partir do formato da sua publicação, é possível perceber que a cena de disputa estava atrelada ao texto jornalístico, que possuía o forte teor de denúncia, que procurou construir a imagem do abandono das crianças no Recife, ressaltando a violência que marcava o cotidiano desses meninos. Destaco o trecho da matéria, produzida pelo político Roberto Freire, que afirmava que o problema do abandono de crianças no País era preocupante, mas era “em Pernambuco que esse problema atinge maior gravidade”.

¹⁰⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo da imagem: território da história cultural*. In: PESAVENTO, S.; SANTOS, M. W; ROSSINI, M. de S. Narrativas, imagens e práticas sócias: percursos da História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.



Figura 03: Fotografia de Geraldo Mori. Realidade. *Os Meninos do Recife*. Rio de Janeiro. Agosto, 1967.

A matéria trazia uma série de informações acerca do problema do abandono das crianças no Recife. Histórias de vidas foram narradas, levando o(a) leitor(a) a adentrar no mundo da violência praticada entre os meninos e principalmente pelos adultos e pelas instituições que atuavam na área de segurança e da assistência social. Ao copilar matérias jornalísticas, publicadas nos periódicos locais, mais notadamente pelo *Diário de Pernambuco*, o objetivo da matéria era tecer críticas aos poderes estabelecidos, apresentados como incompetentes e arbitrários na resolução do problema do abandono no Recife.

Na sequência das fotografias publicadas pela matéria, traziam outros problemas vivenciados pelas crianças e adolescentes do Recife. A imagem seguinte retrata que o cotidiano desses meninos e dessas meninas também era marcado pelo trabalho informal.



Figura 04: Garotos em atividade de trabalho informal. Fotografia de Geraldo Mori. Realidade. *Os Meninos do Recife*. Rio de Janeiro. Agosto, 1967.

Nessa imagem, dois garotos caminham carregando uma caixa, identificada como de engraxate. Esses meninos circulavam no centro do Recife, abordando as pessoas, principalmente rapazes e senhores, oferecendo serviço de engraxar sapatos.¹⁰¹ Ao fundo, os rios e os ônibus da região comercial da cidade do Recife. De acordo com a reportagem, essa era uma cena comum no centro da grande metrópole, que, nessa época, era a terceira maior capital do Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.¹⁰²

A imagem seguinte é ainda mais complexa. O fotógrafo capta a imagem do menino na marquise de uma loja, captando a palavra *casa*. O fotógrafo buscou construir uma imagem que identificava que a casa da criança era a marquise da loja, localizada na rua da grande cidade. Como afirma Ana Maria Mauad, é preciso estar atento para a mensagem visual produzida pela fotografia. Nesta imagem, através de um clique, a mensagem reproduzia o discurso do perigo e da ameaça causada por *menores* que se apropriavam da cidade e praticavam as mais diferentes formas de violência, reforçada

¹⁰¹ A questão do trabalho informal será problematizada no Capítulo 3.

¹⁰² BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

pelo texto que denunciava como as relações de disputas eram construídas pelos meninos que transitavam no centro da cidade.¹⁰³



Figura 05: Criança na marquise da loja. Fotografia de Geraldo Mori. Realidade. *Os Meninos do Recife*. Rio de Janeiro. Agosto, 1967.

Essas imagens reproduziam o discurso das desigualdades sociais, da ameaça e da insegurança social, provocada pela presença dessas crianças, que viviam em situação de rua. A fotografia retrata as crianças magras, que expressavam no rosto a dor física causada pelo momento de conflito. Nessa matéria, as ruas foram descritas como cenários onde esses meninos e essas meninas praticavam as mais diferentes ações, identificadas como violentas e perversas. A capital pernambucana passava a ser referência nacional de metrópole “que não cuidava de suas crianças e adolescentes”.

Ao noticiar o problema do cotidiano do abandono das crianças do Recife, no final da década de 1960, percebi que o *Diário de Pernambuco* passou a produzir como

¹⁰³ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e História interfaces. In: *Revista Tempo*. Vol. 1, N. 2. Rio de Janeiro: 1996. P. 73-98.

um “porta-voz” do governo Paulo Guerra, apresentando o problema a partir do viés governamental. Ao me debruçar sobre a *Revista Realidade*, constatei um posicionamento que contrariava as informações publicadas no *Diário*, que o problema do abandono nesta cidade também perpassava pelo descaso dos governantes.

Ao analisar o trabalho da imprensa escrita, a historiadora Maria de Lourdes Janotti destaca a importância de perceber que o texto jornalístico “não se limita a uma simples constatação do vivido”, cabendo ao historiador os “mecanismos de apreensão do real” construído a partir do “[...] ponto de vista do repórter-observador, a redação do noticiário, a edição do texto, editoração e arte, imagens do ângulo do fotógrafo, escolha das imagens, espaço disponível e posição política do jornal [...]”.¹⁰⁴

Contudo, para além da cultura institucional, que buscava abrigo como solução para o abandono, percebi, no decorrer das leituras dessas matérias de jornais e nos documentos produzidos pela Febem/Funabem uma campanha de que o abrigo seria a última decisão para os meninos e meninas. De acordo com Edson Passetti, no plano teórico, a Funabem buscou construir:

A nova proposta de atendimento ao *menor* estará ancorada na ideia de que Funabem, e suas correlatas nos demais estados brasileiros, não serão instituídas dentro de fundamentos paliativos, mas no de ser uma instituição diferente, onde o importante não será a internação. Ao contrário, vai proteger a criança na família, vai estimular obras que ajudem neste mister, vai ser auxiliar dos juízes de menores, vai cuidar da formação de pessoal especializado para o trato com os menores.¹⁰⁵

Reforçando a reflexão construída por Passetti, no decorrer das pesquisas foram encontrados documentos produzidos pela Funabem acerca da campanha da “manutenção do menor no lar”. O discurso do relatório *O bem-estar do menor* identifica as funções de cada membro e a sua importância na preservação de um “ideal” de família, tendo em vista a nova “realidade sociocultural da sociedade brasileira”. De acordo com o relatório:

A manutenção do lar deixou de ser função primordial do chefe da família, tornando-se tarefa de todos os membros, incluindo mulheres e

¹⁰⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Imprensa e ensino na Ditadura*. In: FERREIRA, A. C.; BEZERRA, H. G. & LUCA, T. R. de. *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008. 95-116.

¹⁰⁵ PASSETTI, Edson. *O menor no Brasil Republicano*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: contexto, 1991. P. 151.

crianças. A baixa remuneração do pai, pela falta de qualificação profissional, exigiu a participação da mulher, com o trabalho fora do lar, para reforço do orçamento familiar. Essa participação da mulher nas responsabilidades financeiras libertou-a da tutela masculina, conferindo-lhe condições de igualdade ao homem e conseqüentemente autoridade nas decisões familiares. Ocorreu não só o seu afastamento dos afazeres domésticos, mas os cuidados aos filhos menores que são confiados à guarda mercenária de domésticas, à vigilância de vizinhos ou à guarda de irmãos um pouco mais velhos, quando não ficam entregues à própria sorte, na promiscuidade dos cortiços e das casas de cômodos (favelas, mocambos, malocas), ou na rua.¹⁰⁶

A Funabem passou a identificar os “papéis sociais” do pai, da mãe, dos filhos, estendendo a responsabilidade também aos infantes. Esse discurso nos sinaliza que, para a instituição, a sociedade vivia no processo de intensas mudanças e que o lar deixava de ter as características das famílias tradicionais, onde o pai assumia a autoridade e o controle maior da “economia familiar” e a mãe era responsável pelos afazeres domésticos; onde os filhos, sempre obedientes, reproduziam os ditames das decisões dos adultos.

Ao trazer à baila o problema do abandono, o editorial registrava que a saída era o recolhimento. Um lugar para abrigar as crianças que representavam uma ameaça social. Essa reportagem me fez lembrar o pensamento de Michel Foucault sobre a sociedade disciplinar que buscou construir uma “economia do poder”, estabelecendo dispositivos onde se procurou uma forma “mais eficaz e mais rentável vigiar que punir”. De acordo com Foucault:

Todos conhecem as grandes transformações, os reajustes institucionais que implicaram as mudanças de regime político, a maneira pela qual as delegações de poder no ápice do sistema estatal foram modificadas. Mas, quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir nos gestos, nas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.¹⁰⁷

É possível afirmar que a Funabem buscava atuar de forma capilar, procurando construir outra “mecânica de poder”. Para além dos abrigos, era necessário atuar de forma mais direta nas famílias, atuando de forma mais efetiva no controle sobre o cotidiano dos grupos populares, haja vista que o aumento de pedido de internação vinha desse público. Foi nesse cenário que a Funabem procurou construir outros exercícios de

¹⁰⁶ Idem, p. 20.

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007. P. 130 - 131

poder, procurando construir “instrumentos de transformação dos indivíduos”, de forma microscópica e capilar.

Para a Funabem, a família representava o “principal grupo transmissor de cultura”, daí a importância do Estado controlar o seu cotidiano. Para a instituição, a disfunção “insuficiência na oferta de novos empregos”, “instabilidade do mercado de trabalho nas zonas urbanas e rurais” e “conflito entre a concepção tradicional de família”. A preocupação da instituição, exposta em seus documentos, era com os novos arranjos familiares, tendo em vista a falência do modelo de família patriarcal e a crise da família nuclear burguesa. Os relatórios já apontavam que muitas das famílias que procuravam seus serviços eram chefiadas por mulheres, grupos que não possuíam a presença masculina do pai.

O discurso da função da família construído pela Funabem vem acompanhado da ideia de “disfunção”, ou seja, daquelas famílias que, devido à condição de pobreza ou de outras adversidades, apresentam-se para o Estado como grupos merecedores de uma intervenção. A Funabem reconhecia a família como espaço de encontro das gerações e defendia que a “disfunção” comprometia a harmonia da vida familiar. Para a instituição:

Por consequência, as disfunções do grupo familiar implicam o comprometimento do processo de socialização, em graus diversos. A família contemporânea exibe um complexo quadro de deficiências, cujas causas podem ser encontradas, em parte, nos problemas gerais da sociedade.¹⁰⁸

Percebo nesse discurso como a Funabem construiu a concepção de família, que esteve relacionada ao conceito tradicional, baseada no “modelo ideal”, nuclear, onde o pai, a mãe e os filhos possuíam papéis definidos. Para a instituição, a família era um grupo responsável pela “sociabilização” das novas gerações e pela transmissão da cultura. Esse conceito partia em defesa da família tradicional, criticando a chamada “família contemporânea”, formada por grupos de mães solteiras, ou seja, famílias chefiadas por mulheres.

Esse discurso nos faz lembrar o que a historiadora Michelle Perrot nos fala sobre o ideário burguês acerca da relação entre família e Estado, quando afirma que:

¹⁰⁸ BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro, 1968. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 115.

A família átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização.¹⁰⁹

Perrot nos afirma que, para a lógica burguesa, a “boa família é o fundamento do Estado”, daí o seu interesse pela manutenção da mesma, principalmente das famílias pobres, que representam o “elo fraco do sistema”. Para a historiadora francesa, as funções da família estão intimamente relacionadas às questões políticas e econômicas do Estado moderno. A partir dessa reflexão podemos analisar de forma mais efetiva o discurso e as medidas de prevenção e combate ao abandono, praticadas pela Funabem.

Os relatórios da Funabem registram a preocupação da instituição acerca do problema dos casos de abandono sob a justificativa da pobreza. O documento *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil* afirma que nem sempre a situação da pobreza pode resultar no abandono ou na internação, estabelecendo recomendações no sentido de reafirmar a “necessidade de desenvolver sempre a política de fortalecimento do núcleo familiar e a busca permanente de sua consolidação como medida preventiva da marginalização do menor”.¹¹⁰ De acordo com o referido relatório:

A internação poderá ser uma derivada de complicações financeiras ao nível do grupo familiar, impedindo de adquirir serviços de educação e de financiar as necessidades básicas de alimentação, vestuário e saúde, mas, que, compelida a atendê-las exerce pressão para o internamento do menor.¹¹¹

Para a Funabem, além do fator econômico, o problema do êxodo rural, da ocupação da mulher no mundo do trabalho e as outras formas de “patologias sociais”, como a “embriaguez” e a “prostituição”, são responsáveis pelo comprometimento do “automatismo” do grupo familiar, implicando diretamente no aumento dos casos de internação e abandono. A Funabem recomendava que suas respectivas fundações

¹⁰⁹ PERROT, Michelle. *Funções da família*. In: PERROT, Michelle (Org.) História da vida provada 4; da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹¹⁰ BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Brasil Jovem – Revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. N. 30. Ano VIII. Rio de Janeiro: Funabem, 1974. P. 7.

¹¹¹ Este documento objetivou publicar o resultado das discussões do *I Encontro Sul-Americano do Bem-Estar do Menor*, ocorrido no Rio de Janeiro, no final dos anos de 1960. BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro, 1968. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 115.

estaduais optassem pelo fortalecimento das famílias e que procurassem a internação como última instância. De acordo com as recomendações técnicas:

A problemática do *menor* compõe-se, em essência, da demanda de serviços substitutivos das funções familiares exercidas junto às associações assistenciais. Surge quando os serviços extra-familiares, em qualquer de suas formas, passam a ser consideradas como a melhor alternativa, quer solicitada pelos responsáveis, quer imposta pela autoridade judiciária. A situação-limite, centro de nossas negociações, é o internamento.¹¹²

Constatei que, para a Funabem, a concepção de família pobre foi construída a partir da preocupação com a função que esta instituição e seus membros exercem na sociedade. Para a instituição, tais funções devem ser exercidas em conjunto com as associações assistenciais, sendo tal relação legitimada pela “autoridade judiciária”. Esse discurso visa legitimar toda a atuação em relação a essas famílias, uma vez que os mecanismos de intervenção estavam direcionados no sentido de controlar o seu cotidiano.

A crescente demanda da assistência social se desdobrou na construção de estratégias políticas por parte da gestão estadual.

Face às deficiências nos atuais abrigos, o Governador Paulo Guerra determinou ao Serviço de Assistência que efetue rigorosa pesquisa junto às famílias, através das assistentes sociais, nas próprias residências, a fim de observar as reais condições das requerentes. [...] Após esse trabalho, o Juizado de Menores procede a uma completa triagem, aproveitando nas vagas existentes nos diversos abrigos aqueles meninos cujos pais, por extrema necessidade, não dispõem de condições suficientes para mantê-los. No caso de ser constatada a possibilidade de o *menor* ser assistido pela própria família, o juiz entrega-o aos seus pais.¹¹³

Através da leitura desse trecho, é possível afirmar como foi construída a rede de atendimento aos casos de abandono do Recife. Compunha esse cenário o sistema de assistência social e o Poder Judiciário, que, de acordo com o texto, procuravam estabelecer articulações no enfrentamento das deficiências dos abrigos. Como saída, a matéria afirmava que o Estado se comprometia em construir novas unidades de

¹¹² Idem, p.110.

¹¹³ Idem.

internamento e um trabalho de combate às práticas de abandono no Recife, contando com o apoio do Juizado.

De acordo com a matéria publicada, as famílias pobres passaram a conceber o Estado como tutor da sociedade, responsável pela criação dos seus filhos. Por sua vez, o Estado procura responder intervindo no cotidiano dessas famílias, apontando, inclusive, como uma das soluções do problema do abandono, a ampliação de números de vagas nos abrigos e articulando procedimentos técnicos de intervenção direta no cotidiano dessas famílias populares.

A partir da análise do discurso do *Diario de Pernambuco*, observa-se uma forma de conceber a relação do Estado com o problema do abandono de crianças. De acordo com os estudos de Irma e Irene Rizzini, a relação entre a cultura política de assistência às crianças e adolescentes pertencentes às famílias populares pode ser entendida com o próprio surgimento da categoria jurídica do “menor abandonado”, que passou a definir um conjunto de procedimentos legais e a estabelecer políticas de atendimento baseadas no discurso da “ausência dos pais quanto à incapacidade da família de oferecer condições apropriadas de vida à sua prole”, fazendo com que o Estado passasse a tutelar o cotidiano dessas crianças e suas famílias.¹¹⁴

Ao se voltar sobre as práticas de controle social sobre as famílias, Jacques Donzelot nos afirma que o Estado moderno buscou criar mecanismos de controle demográfico e político sobre a população, buscando interferir diretamente com a educação dos filhos das famílias pobres, a partir do conceito de *prevenção social*. De acordo com Donzelot, tal estratégia buscava fortalecer a própria ideia de família como grupo homogêneo, reprodutor dos interesses do Estado.¹¹⁵

Foi nesse cenário que a Funabem passou a publicar sistematicamente mensagens nos jornais de grande circulação do Recife, mais notadamente no *Jornal do Commercio* e no *Diario de Pernambuco*, incentivando o fortalecimento das famílias, como demonstra a imagem seguinte:

¹¹⁴ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Loyola, 2004. P. 29.

¹¹⁵ DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.



Figura 06: Diário de Pernambuco. Mensagem da Funabem. Recife, 22 de fevereiro de 1968. Acervo: Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano.

Nesse cartaz, a mensagem reproduzia que a manutenção do lar estava atrelada ao bem-estar da criança, ao “sentir-se bem”, recomendando os pais a se relacionarem com seus filhos de forma afetuosa. O discurso de que “mesada alguma recompensa o abandono”, permite-nos perceber que a Funabem buscava atender à classe economicamente mais favorecida. O cartaz buscava reproduzir uma campanha voltada para famílias, fazendo com que Funabem atuasse para além dos muros.

O cartaz traz a imagem que pretende reproduzir o discurso da relação entre o pai e filha, no cenário de parque de diversão. Acompanhado da fotografia, a propaganda traz as informações institucionais da Funabem e a mensagem: “Diversão e dinheiro não é tudo. Mesada alguma compensa o abandono. Faça com que seu filho descubra os valores espirituais. Trate-o com afeto e calor. Ele precisa de sua atenção e de sentir-se bem em seu lar!”. O discurso reproduz a ideia do abandono a partir de uma perspectiva plural, ou seja, que as famílias podem abandonar seus filhos de várias formas, afirmando que a falta de atenção também pode ser considerada uma forma de abandono. No próximo cartaz, a Funabem elabora um discurso de perspectiva salvacionista, ainda

argumentando que o abandono do *menor* poderia representar um desequilíbrio para a sociedade.



Figura 07: Diário de Pernambuco. Mensagem da Funabem. Recife, 22 de fevereiro de 1968. Acervo: Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano.

O segundo cartaz reproduz a imagem do pai e do filho acompanhada da frase “amor é a vida”. A repetição da figura do pai nos dois cartazes sinaliza a preocupação da Funabem para a responsabilização dos pais em relação ao abandono dos filhos. Mesmo não encontrando fotografias com a presença da mãe, acredito que as mensagens divulgadas pela Funabem representam uma estratégia de disseminação do ideal de família nuclear burguesa.

De acordo com estudos de Isabel Frontana, este discurso do “amor filial” foi reproduzido pelos higienistas na tentativa de “domesticar os membros da família”. Segundo Frontana:

A centralidade da criança, observando a atenção do amor dos pais, permitiu que a família perdesse sua primazia na sociedade, cedendo lugar e poder ao Estado. O patriarca deixou de ser a autoridade suprema, o defensor da família e da propriedade, tornando-se pai, que deve amor e prover materialmente a família.¹¹⁶

E acrescenta:

O Estado assumiu para si o papel da família e da propriedade. O filho, por sua vez, deixou de ser servo do pai para tornar-se servo da nação. Toda a preocupação com a educação do filho era pautada pela determinação de torná-lo apto à servi à pátria e amá-la.¹¹⁷

O discurso do “amor filial” esteve presente nos textos que acompanhavam as imagens reproduzidas nos cartazes. O discurso de fortalecimento da família vinha acompanhado do combate do abandono, os cartazes reproduziam a seguinte frase: “o abandono de um *menor* abala o equilíbrio da própria sociedade. Não esqueça: cuide bem do seu filho proteja a sua criança”.

Esse discurso reforça a responsabilização da família no chamado equilíbrio social. Desse modo, para legitimar a sua campanha em defesa da “manutenção do lar”, a Funabem buscava construir intervenção nas famílias. Esse discurso legitimava as ações de intervenção do Estado no cotidiano das famílias, que por sua vez procuravam operar no campo da prevenção e do controle do cotidiano.

Os cartazes trazem imagens de pais acompanhados por seus filhos, reproduzindo cenas do convívio familiar, uma fotografia montada, acompanhada por textos que disseminam o discurso de “família ideal” elaborado pela Funabem. De acordo com Maria Eliza Linhares Borges, a fotografia também esteve a serviço da imprensa e dos governos estabelecidos, tornando-se uma importante fonte sobre “a cultura material de um determinado período histórico e de uma determinada cultura, e também como uma forma simbólica que atribui significados às representações e ao imaginário social”.¹¹⁸ Percebo que esses cartazes são estratégias publicitárias, onde “texto e imagem compunham a nova linguagem destinada para domesticar o espaço”, disseminando a ideia que a estrutura familiar dependia da presença paterna.

¹¹⁶ FRONTANA, Isabel. *Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. P. 44

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e Fotografia*. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

Os cartazes divulgados no *Diario de Pernambuco* foram produzidos pela Funabem, que por sua vez também procurou enfatizar o tema da paternidade na *Revista Brasil Jovem*, em uma reportagem que tinha o título *O papel do pai*. O texto publicado na *Revista*, assinado por Lucy Serrano Vareza, já sinaliza no primeiro parágrafo a importância do pai para a família, afirmando que:

Durante muito tempo, concedeu-se tanta importância nas relações do pai com o filho quanto às da mãe, mais por preocupação de simetria do que devido a um conhecimento objetivo das realidades. A confirmação trazida, nestes últimos anos, por observações científicas e rigorosas do caráter biológico indispensável dos cuidados maternos, relegou bruscamente o pai à posição de elemento secundário da família. E a ponto de certos entendidos chegarem a sustentar que ele não representa nenhum papel antes de a criança atingir os 7 anos de idade. Isso implica voltar à concepção antiga da educação da criança (tratava-se então, apenas do menino) abandonada ao gineceu até os 7 anos e, em seguida, dirigida pelos homens e formada virilmente a partir dessa idade. Errôneas ambas as concepções, como qualquer teoria absoluta e rígida. O papel do pai não consiste nem em um igualitarismo factício com o da mãe, nem em uma partilha radical do tempo.¹¹⁹

Ao procurar estabelecer uma ruptura com as concepções mais tradicionais acerca da paternagem e maternagem, o artigo sinaliza que, para a Funabem, o “papel do pai” na família, e mais notadamente na educação dos filhos e filhas, não pode ser concebido de forma coadjuvante ou em segundo plano em relação ao lugar da mãe. A Funabem buscava sustentar a ideia de que o pai deveria fazer parte da rotina da família e do acompanhamento no crescimento dos filhos, independente do sexo e da idade.

Na matéria publicada na revista, o argumento da importância do pai se justificava ainda por ele representar o “companheiro da mãe” e o “herói para o filho”, afirmando ainda que ele representaria o “herói ideal” na vida moral, profissional, pelo porte físico e pela capacidade intelectual. A reportagem ainda afirma que “a autoridade do pai constitui inegavelmente o centro da harmonia familiar”. Com essas palavras, fica explícito o olhar patriarcal da Funabem em relação ao “papel do pai” na família.

No decorrer da pesquisa, encontrei documentos produzidos pelos técnicos da Funabem e colaboradores, que registravam a preocupação da instituição com o papel do pai na família. A *Revista Brasil Jovem*, em 1974, publicou um texto intitulado *Pai*, que sinalizava a concepção da instituição sobre a função social do pai na família. O texto,

¹¹⁹ BRASIL. FUNABEM. *Revista Brasil Jovem*. Rio de Janeiro: 1976.

que contou com a participação do Brigadeiro Luiz Carlos Aliandro, que na época atuava na *Revista do Clube Militar*, trazia as seguintes recomendações:

Pai,
Tenha a família como base da sociedade;
Reúna sua família numa refeição do dia, sem televisor ou outro meio que prejudique o convívio;
Proporcione à sua família morada salubre, tranquila, sem promiscuidade, com ordem e higiene;
Vista-se com austeridade (mamãe: vista-se com decoro);
Propicie à sua família alimentação bem cuidada e modesta;
Mantenha-se dentro do orçamento econômico-financeiro;
Pratique integralmente uma religião;
Viva a vida de sua comunidade;
Participe da vida escolar de seus filhos;
Seja um democrata: dedique-se à política, respeite as minorias, queira a liberdade com voto e o voto com liberdade, exigindo o veto dos antidemocratas;
Mantenha-se informado, leia diariamente o jornal;
Impeça que os meios de comunicação sejam veículos da má informação, da má formação, da pornografia, da violência e do sexo;
Siga as regras do trânsito e obedeça aos limites de velocidade;
Trabalhe com dedicação e entusiasmo, mas trabalhe para viver e não viva para trabalhar;
E seu filho terá paz,
E será feliz!¹²⁰

O texto representava um manual aos pais. Destaco o tom disciplinador desse artigo, que estabelecia modos de comportamentos e estratégias de ação dos pais para com os/as filhos/as no cotidiano. Destaca-se o caráter higienista e religioso da mensagem, apontando a salubridade e a importância da religião para o fortalecimento das famílias. O pai foi representado mais uma vez como o herói da família, que deveria estar atento aos detalhes do dia a dia, para ter o maior controle sobre a vida da família.

Essa mensagem reproduzia uma ideia da Febem e do representante do Clube dos Militares, que assina o texto como coautor, sobre o lugar do pai na família. Esse “pai herói” deveria ter o domínio para além da casa, acompanhando as crianças e a esposa, que recebeu a orientação de que deveria se vestir “com decoro”, o que me fez observar a importância do controle sobre a mulher e seu corpo.

Esse documento sinaliza como a Funabem/Febem procurou disseminar sua ideia de fortalecimento das famílias no final da década de 1960 e primeira metade dos anos

¹²⁰ BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. N. 30. Ano VIII. Rio de Janeiro: Funabem, 1974.

de 1970. As publicações analisadas apontam para a estratégia de disciplinar e controlar o cotidiano das famílias, disseminando o discurso da família ideal e estabelecendo as atribuições dos/as integrantes das famílias, o que representa para mim uma forma de controle do corpo social, através de um mecanismo de poder que busca interferir no cotidiano do indivíduo.

Nesse texto, a imagem do pai aparece como um soldado, que “deixou de ser intercambiável, deixou de ser pura e simplesmente bucha de canhão e um simples indivíduo capaz de golpear”, tornando-se “um bom soldado”, que deveria “saber atirar”, e para isto era preciso passar por um processo de aprendizagem que o tornasse “hábil” e “precioso”, para que ele, através das técnicas aprendidas, pudesse “salvar a vida na batalha”.¹²¹

É possível entender, a partir da leitura dessa reportagem, o interesse da Funabem na divulgação das imagens onde a figura do pai ocupou um lugar de destaque, sendo divulgada nos jornais de grande circulação do Recife. É importante ressaltar que as mensagens eram direcionadas para as famílias que tinham acesso aos jornais de grande circulação do Recife.

Este conjunto de ação da Funabem também representa a forma que a instituição utilizou o instrumento da imprensa e das publicações internas para disseminar o ideário acerca da família e dos papéis sociais que os pais e filhos deveriam reproduzir. A divulgação sistemática representava uma ação bastante característica da Ditadura Civil-Militar, onde na tentativa de propagar seus objetivos construía campanhas voltadas para as famílias. De acordo com os estudos de Maria José Rezende, fazia parte da cultura política dos sucessivos governos militares desenvolverem uma estratégia psicossocial sobre a população, buscando condicionar e disciplinar o indivíduo através de diferentes instituições, entre elas a imprensa e a família. Segundo Rezende:

O Regime Militar através de sua estratégia psicossocial, continuava, assim, insistindo na busca de uma fórmula de interação das diversas instituições sociais com os objetivos políticos da ditadura. A ideia de condicionamento era, por certo, reveladora desse processo e significava que o regime estaria empenhado em fazer com que essas diversas instituições da sociedade se associassem aos princípios básicos estabelecidos pelo regime em vigor.¹²²

¹²¹ FOUCAULT, Michel. *As malhas do poder*. In: FOUCAULT, Michel. Segurança, penalidade e prisão – Ditos e Escritos Vol. VIII. Rio de Janeiro: Forense editora, 2012. 177

¹²² REZENDE, Maria José. *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: editora da UEL, 2001.

Desse modo, a prática de reproduzir as mensagens nos principais veículos de comunicação também pode ser percebida como uma reprodução de uma cultura política institucional produzida pelos militares na tentativa de atingir o cotidiano dos indivíduos. De acordo com Michel Foucault, ao buscar construir uma nova tecnologia de poder, a sociedade ocidental moderna buscou controlar, através da vigilância, o indivíduo na “sua conduta, seu comportamento, suas atitudes, como intensificar sua *performance*, multiplicar suas capacidades”, como colocá-lo em seu lugar, onde será mais útil”.¹²³

Para a Funabem, a família tem uma função definida na sociedade e o problema da “disfunção” familiar poderia gerar desdobramentos negativos na vida das crianças e dos adolescentes. Procurando identificar os desdobramentos deste problema e apontando que essa situação conduzia os pais a internarem seus filhos nas unidades de recolhimento, os técnicos da Funabem argumentam que:

As situações anômalas ao nível do menor, derivadas em geral da disfunção do grupo familiar, resultam no ingresso do *menor* em instituições de internamento, destinadas a exercer o papel substitutivo das funções familiares, ou complementares delas. As situações decorrentes exclusivamente da patologia individual, menos significativas numericamente, podem resultar também no internamento.¹²⁴

A partir da leitura desse trecho, percebo que o internamento era visto como um dos desdobramentos dos problemas sociais vividos pelas crianças e adolescentes, em virtude da chamada “disfunção” do grupo familiar, sendo as instituições responsáveis para substituir as “funções familiares”. De acordo com este discurso, os espaços de internação eram observados como “lares substitutos”, onde crianças e adolescentes poderiam viver “em família”, apontando a internação como alternativa para a “solução” dos problemas da criança, tendo o apoio do sistema de justiça.

No que se refere à contribuição desse sistema, é importante ressaltar a importância do Juizado de Menores. O trabalho da historiadora Sônia Camara procurou problematizar a relação do Juizado com a política de assistência à infância no Brasil. De acordo com Camara, a própria legislação acenava “com a ordem e promovia uma

¹²³ Idem.

¹²⁴ BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *Revista Brasil Jovem*. Rio de Janeiro: 1976.

intervenção moralizante nas famílias, o Código firmava-se como um sistema de regulação dos comportamentos da população pobre”.

Nesse sentido, é possível afirmar que a questão da assistência às crianças e aos adolescentes abandonados passou a ser pautado pela imprensa local e nacional, de forma recorrente. No centro dos debates, percebe-se que os jornais da época reproduziam como estavam sendo construídas as políticas de atendimento do governo estadual frente ao número expressivo de solicitação de internamento. Como resposta, o governo buscava propor um acompanhamento mais direcionado às famílias pobres e à própria construção de abrigos para atender às demandas.

As estratégias de controle social construídas pela Funabem buscavam atuar sobre a vida das pessoas, representando uma espécie de biopolítica, como afirma Michel Foucault, construindo um poder sobre a população, construindo mecanismos de regulação, ou seja, a Funabem constatou que no combate ao abandono, era preciso estabelecer técnicas de observação, estar atento às estatísticas para que os “organismos administrativos, econômicos e políticos”, ao construir as estratégias de assistência aos chamados “menores”, estivessem atentos às “condições de vida de uma cidade”.

O problema do abandono buscou ser resolvido a partir de mecanismos de controle sobre a *população* pobre das grandes cidades do Brasil. Observo que o conceito de população construído por Foucault pode ser bastante apropriado para esse debate, uma vez que ele afirma população como:

Um grupo humano numeroso, mas de seres vivos atravessados, comandados, regidos por processos, leis biológicas. Uma população tem taxa de natalidade, mortalidade. Uma população tem uma curva de idade, uma pirâmide de idade, uma morbidez, um estado de saúde, uma população pode perecer, ou, ao contrário, se desenvolver.¹²⁵

Para Foucault, a “descoberta da população é ao mesmo tempo a descoberta do indivíduo e do corpo adestrável”. Desse modo, é possível afirmar que a Funabem procurou resolver o problema do abandono a partir de uma estratégia de ação que procurava atuar sobre a vida das famílias pobres; para isso, ela buscou atuar para além de seus muros. Os jornais da época, os relatórios institucionais e os documentos publicados pela equipe

¹²⁵ FOUCAULT, Michel. *As malhas do poder*. In: FOUCAULT, Michel. Segurança, penalidade e prisão – Ditos e Escritos Vol. VIII. Rio de Janeiro: Forense editora, 2012. P. 177

técnica da Funabem demonstram como foi construído o conceito de *abandono* e como a instituição buscou atender a criança e o adolescente considerados “menores abandonados”.

Mas, para além da lógica institucional, como a Febem buscava acolher o menino ou a menina que eram encaminhados/as para o setor de recepção e triagem ou para as suas unidades de internação? O que fazer com as crianças abandonadas pelos seus pais consanguíneos e que viviam em situação de abandono familiar? A trajetória de Augustinho contribuirá para uma compreensão mais sistematizada acerca da Febem e do cotidiano das unidades de internação, para além de ótica da institucional.

A partir desta leitura do cotidiano do abandono no Recife, minha preocupação consiste fundamentalmente em analisar como Augustinho construiu suas memórias sobre a Febem e como ele reagiu às estratégias de regulação construídas pela instituição. A partir desse propósito, buscarei compreender como o menino, que cresceu nas unidades de internação, elaborou as memórias do cotidiano da instituição, construindo, a partir de suas vivências, a sua ideia de Febem.

A invenção do cotidiano da “Febem punitiva”: entre fronteiras e pontes

O Recife não, Bongi, Jangadinha, Dom Bosco... O Dom Bosco Caruaru, pra mim, foi um dos melhores colégios que eu passei foi o Dom Bosco, o diretor era Padre Stanislaw, era um padre também, mas lá era beleza. Até piscina tinha o colégio na época, campo de futebol, quadra, tinha tipografia, foi um dos melhores que eu passei.¹²⁶

Depois de passar 2 anos na Chácara Bongi, Augustinho foi transferido para outras unidades de internação. Jangadinha, localizada em Jaboatão dos Guararapes, foi relembrada com carinho, haja vista que naquela unidade o nosso menino criou um relação de afeto com os monitores e com diretor Ênio. Depois, foi levado à Pacas, também conhecida como *Cidade do Menor*, lá funcionava um colégio agrícola, que atendia os meninos da comunidade, e um reformatório, voltado para os meninos que cumpriam a pena de privação de liberdade por terem praticado atos considerados

¹²⁶ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

infracionais. A *Cidade do Menor*, também conhecida como Reformatório de Pacas ou Instituto Profissional de Pacas, era localizada em Vitória de Santo Antão, sendo implantada na década de 1930, no governo de Carlos de Lima Cavalcanti.¹²⁷

Ao narrar a sua experiência nas unidades da Febem, Augustinho passa a praticar os espaços e a construir, parafraseando Michel de Certeau, “fronteiras e pontes”. Ao relembrar das suas vivências nas unidades de Pacas e Santa Rosa, ele elabora uma narrativa que determina singularidades de cada unidade e, ao mesmo tempo, articula uma conexão entre os diferentes espaços. De acordo com Certeau, “os relatos são animados por contradição que neles representa a relação entre a fronteira e a ponte, isto é, entre um espaço (legítimo) e sua exterioridade (estranha)”.¹²⁸

Augustinho elabora as imagens de uma instituição para além da lógica institucional, de uma Febem construída pelas lembranças de um cotidiano marcado pelas relações entre as pessoas e pelas ações construídas no dia a dia. Ao relatar as lembranças acerca do cotidiano nas unidades da internação da Febem em Pernambuco, ele constrói um território onde o passado e o presente fazem parte de um movimento da memória.

Augustinho produziu um relato sobre o cotidiano da Febem, focando detalhes sobre o processo disciplinar em Pacas e Santa Rosa, que também foi construída na década de 1930, durante a interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937). Santa Rosa, oficialmente denominado como Aprendizado Agrícola de Santa Rosa (inaugurada em 1930), no município de Garanhuns. Santa Rosa também possuía a missão institucional de realizar atividades agrícolas.¹²⁹

De acordo com os estudos de João Constantino Neto, Santa Rosa “era destinado à internação de adolescentes abandonados e/ou autores de atos infracionais leves e medianos, na faixa de 15 a 18 anos, transferidos de outras unidades da Febem (em razão da idade) ou para dar cumprimento a alguma medida judicial”. Já a Unidade de Pacas,

¹²⁷ MIRANDA, Humberto. *Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife (1927 – 1937)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Cultura Regional/ Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife: 2006.

¹²⁸ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹²⁹ MIRANDA, Humberto. *Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife (1927-1937)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Cultura Regional/ Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife: 2006.

“recebia meninos abandonados, em situação de risco pessoal e/ou social e ainda autores de ‘pequenos delitos’, na faixa etária de 7 a 14 anos”.¹³⁰

Augustinho lembra que existia uma segregação entre os meninos do colégio e os do reformatório, chegando a afirmar que os meninos da escola só encontravam os do reformatório nas missas celebradas aos domingos. Lembra-se da direção do Padre Pedro Souza Leão e como era rigoroso em relação aos meninos do reformatório. Perguntamos ao Augustinho como era essa relação com os meninos do reformatório, ele nos relatou:

Aqueles meninos mais indisciplinados, que o Padre via que não tinha mais jeito, o padre botava no reformatório, aí lá era cassete [...], lá o reformatório era tortura, era, era... Errou, lá era cassete...¹³¹

A fala de Augustinho nos leva a perceber que, ao se referir ao atendimento prestado aos meninos do reformatório, as práticas de violência se processavam com mais intensidade. Esse depoimento ainda nos faz analisar que Augustinho constrói uma demarcação de lugar: os meninos da escola e os meninos do reformatório. Dentro de uma mesma unidade de internação, existia um muro que separava os meninos considerados abandonados e os chamados *delinquentes*. Tal divisão se processava no plano da estrutura física e na própria forma de atendimento prestado aos meninos que viviam em situação de conflito com a lei. Ao narrar as experiências de viver no tempo da Febem, ele relembra:

Lá os meninos que chegavam do Juizado... Escolhiam aqueles piores, viciados em droga... Com 6 meses, o vício ficava lá fora e, quando eles deixavam o tempo deles, já saíam homens, saíam cidadão. E hoje todos os que passaram por lá agradecem. Ah... Se não fossem aquelas lapadas que Zé Neto *mim* deu, eu hoje não era o que sou.¹³²

Para Augustinho, falar da Febem foi contar como sobreviveu às adversidades e aprendeu com as práticas punitivas utilizadas pelos funcionários da instituição, que “levou lapadas” e se tornou cidadão. No seu discurso sobre a Febem, ele defende o sistema educacional disciplinar punitivo adotado nas unidades de internação, destacando

¹³⁰ FERREIRA NETO, João Constantino. *Dificuldades na escolarização dos adolescentes privados de liberdade em Pernambuco*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011.

¹³¹ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

¹³² Idem.

que, ao impor regras e freios, a Fundação se tornou um “elemento para moralidade” na formação do homem. Ele elaborou um discurso marcado pela lógica punitiva e permeado pelo sentimento de gratidão, uma vez que ele se coloca como exemplo de alguém que aprendeu com a dor e se tornou cidadão.

Ao construir o “discurso de si”, Augustinho procura elaborar a imagem da Febem disciplinar, da instituição que punia para ressocializar. Ele elabora uma narrativa acerca dos meninos, os identificados como “piores”. Esses meninos eram adolescentes que viviam em situação de conflito com a lei e eram conduzidos pelo Juizado de Menores às unidades de internação da Febem. Para Augustinho, a disciplina militar-punitiva deve ser utilizada para a ressocialização desses adolescentes.

Ao analisar o discurso produzido por Augustinho sobre a Febem é preciso considerar como foram construídas as suas experiências. Reinhart Koselleck afirma que a experiência pode ser entendida como “o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”.¹³³ Augusto passou pela Febem na condição de interno, e, no momento da entrevista, atuava na instituição como “monitor” (ou agente socioeducativo) dos internos, isso fez com que Augusto tenha construído a memória a partir dessas diferentes experiências.

De acordo com a historiadora Lucília de Almeida Delgado, essas experiências, vividas em diferentes tempos, faz-nos perceber que o relato é construído a partir de “múltiplas temporalidades”, quando no decorrer da entrevista ou depoimento, “fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente”. Daí a importância de se perceber o discurso de Augusto não como a reprodução exata do vivido e sim como desdobramento das suas “experiências e também lembranças a ele repassadas, mas filtradas por ele mesmo, ao disseminá-las”.¹³⁴

Desse modo, ao analisar os fragmentos de lembranças de Augustinho, percebi que sua fala era de um “tempo sobre outro tempo”. Como afirma Delgado, o desafio da história oral é buscar analisar a produção desse discurso, como no decorrer da entrevista, “registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações em uma

¹³³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro Contraponto, 2006.

¹³⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte; Autêntica: 2006.

narrativa entrecortada pelas emoções do ontem, renovadas ou ressignificadas pelas emoções de hoje”.¹³⁵

A fala de Augusto também representa indício para se estudar o que Donzelot chamou de *complexo tutelar*, ou seja, a dinâmica de internação de crianças, que envolve diferentes instituições e atores, inclusive a família, que por sua vez possuíam diferentes atribuições.¹³⁶ Ao estudar a construção das práticas de institucionalização da assistência às crianças e adolescentes no Brasil, Irma Rizzini considera que:

A divisão dos menores abandonados e delinquentes, já comumente utilizada pela literatura especializada do início do século, é adotada oficialmente pelo Estado com o Decreto nº 16272, de 20 de dezembro de 1923, que provocou o “regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes”. [...] No vasto universo do abandono, temos os vadios, os libertinos, os mendigos, os menores vítimas de maus-tratos, os sem habitação certa, nem meios de subsistência, os empregados em ocupação proibidas ou contrárias à moral, os filhos de pais incapazes ou condenados pela Justiça, os órfãos e assim por diante. Cada categoria é descrita no decreto de forma clara e detalhada. O “menor delinquente”, aquele que for indigitado autor ou cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção (Cap. V, Art. 24), pode ser abandonado, pervertido ou estar em perigo de o ser. Nesses casos, o decreto prevê um tratamento mais rigoroso, que é a internação em escola de reforma no período de 3 a 7 anos.¹³⁷

Segundo Rizzini, essa distinção foi construída a partir de práticas de classificação, criando subcategorias para identificar quem era o abandonado ou o delinquente. As subcategorias buscam abarcar o universo do abandono e dos meninos e meninas que viviam em conflito com a lei, estabelecendo a distinção entre os chamados “menores abandonados” e “menores delinquentes”.

Da Cidade do Menor, o menino Augustinho foi encaminhado para a Fazenda Santa Rosa, localizada em Garanhuns. Muros altos, paredes cinza e grandes portões de ferro... Assim, Augustinho descrevia o espaço onde os meninos tinham medo de ser internados, afirmando que: “partindo para Pacas e Santa Rosa, aí era um regime, era torturar mesmo”.

Ao narrar as suas experiências nas chamadas unidades de internação da Febem, destinadas exclusivamente aos adolescentes do sexo masculino, Augustinho “inventa o

¹³⁵ Idem, p.18.

¹³⁶ DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

¹³⁷ RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora da Santa Ursula, 1993. P. 41

cotidiano”. Para o nosso entrevistado, Santa Rosa foi lembrada pela rigidez punitiva do diretor, pela severidade disciplinar dos monitores e pelas mais diferentes formas de controle construídas pela Febem em relação aos internos que eram encaminhados para aquela unidade.

Para Augustinho, o que diferenciava a Cidade do Menor e Fazenda Santa Rosa era a prática da tortura. O cotidiano desta instituição foi rememorado a partir das lembranças da disciplina punitiva, marcada pelas práticas de castigos físicos e pelo tratamento degradante. Para o nosso protagonista esses procedimentos foram lembrados como a forma rígida da Febem. Método que recebia o reconhecimento de Augustinho, uma vez que o nosso entrevistado defendia a ideia de que tais procedimentos eram importantes para a “ressocialização” dos meninos.

Tortura, para Augustinho, eram as ações dos maus-tratos físicos, do tratamento cruel e degradante vivenciados em Santa Rosa. De acordo com o seu testemunho, a maioria das torturas era exercida pelos monitores, agentes que atuavam na Febem com a responsabilidade de controlar, vigiar e punir os meninos internos. A tortura se dava de diversas formas: castigos físicos, humilhações, encarceramento em lugar apertado, escuro e fechado.

Augustinho relembra que muitos dos meninos que chegavam à Santa Rosa vinham do Juizado de Menores por estarem em situação de conflito com a lei. Ao falar da entrada dos meninos na unidade, afirma:

Naquele tempo, o menino chegava com todo vício, mas com seis 6 meses o menino estava... Olha, parecendo uma moça. Tudo que ele fez de errado... Nem fumava, nem bebia, nada. O vício dele acabava ali. Depois que ele entrasse por aqui olhe, acabou o vício. - Olhe seu vício [o diretor dizia], eu não quero saber o que fez você lá fora. Quem ia do colégio daqui pra o colégio de Santa Rosa ia com uma carta de recomendação, mas o diretor dizia que não queria saber não... “Não quero saber o que você lá fora, quero saber do dia que você entrar aqui, aí é que eu vou saber quem é você”. Na época era: quem entrava já entrava sabendo o sistema da casa como é que era, escreveu não leu, o pau comeu.¹³⁸

Nessa narrativa, Augustinho construiu a imagem das normas e dos procedimentos praticados na instituição. A expressão popular “parecendo com uma

¹³⁸ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

moça”, utilizada no seu discurso, remete ao código de gênero, bastante utilizado no Nordeste, que relaciona ao comportamento dos meninos a forma educada e delicada remetendo-se à condição de moça. Desse modo, para Augustinho, o menino que chegava à Santa Rosa com “todo vício”, a partir das estratégias de controle e coerção utilizada pelo diretor, passaria a ter um comportamento educado e delicado.

Segundo o relato de Augustinho o “sistema” vivenciado na unidade provocava a mudança no comportamento dos adolescentes. Se acaso esse menino não correspondesse às normas de conduta estabelecidas pela direção, a punição física era utilizada como método corretivo. Foi nesse sentido que utilizou o dito popular “escreveu, não leu, o pau comeu”, que remete à disciplina punitiva estabelecida por aqueles funcionários daquela unidade.

Tais estratégias procuravam tornar os adolescentes dóceis e úteis ao projeto político da Febem de controlar e de intervir sobre o cotidiano das crianças e dos adolescentes pobres, e suas respectivas famílias. Para Michel Foucault, os recursos para o ‘bom adestramento’ foram construídos a partir da lógica do poder disciplinar, que por sua vez objetiva ‘fabricar indivíduos’, procurando torná-los “ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício”.¹³⁹

O poder disciplinar da unidade de Santa Rosa foi construído por meio de normas e sanções estabelecidas no cotidiano, na construção de códigos não escritos, mas produzidos nas nuances das relações sociais vividas entre os monitores e os meninos, os monitores e os diretores e entre os próprios meninos. A partir do relato de Augustinho, esse poder se encontrava na voz firme do diretor, no olhar severo de quem estava constantemente vigiando, na contundência de sua abordagem ao receber os meninos em Santa Rosa. Na sua narrativa, o diretor é lembrado como um homem severo, que, para além de coordenar a instituição, possuía a função de dirigir os corpos e mentes dos adolescentes internos. O diretor representava a personificação da autoridade e da ordem, que se utilizava de diversas estratégias para garantir a manutenção da unidade de Santa Rosa.

As memórias de Augustinho nos permitem analisar o lugar institucional do diretor da unidade. Ao se debruçar sobre a estrutura e o funcionamento da Febem/São Paulo, a psicóloga Marlene Garrido analisou a função dos diretores das unidades de internação. Para Garrido, esses agentes públicos possuíam várias funções, entre elas:

¹³⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 34. Ed. Petrópolis: 2007. P. 143.

As de investigação da verdade e punição de culpados em situação de conflito entre as pessoas e/ou grupos da instituição. Neste momento, ele aparece como autônomo em relação aos grupos institucionais, mostrando-se como o representante da Justiça e do bem. Mais ainda, mostrando-se, ele também, como quem tem o poder e o direito de decidir as atitudes a serem tomadas. Mas, atitudes que dizem respeito a este de investigar e punir.¹⁴⁰

Desse modo, o papel do diretor de uma unidade era fortalecido na medida em que não apenas respondia pela burocracia interna da instituição, mas porque possuía uma relação efetiva com o cotidiano dos internos. Assim, entendemos a fala contundente de Augustinho ao tratar do diretor da unidade, fala esta que procurou construir a imagem do diretor como a da pessoa que centralizava, que estabelecia as regras e que punia aqueles que não correspondessem às normas instituídas.

Santa Rosa era o espaço de internação voltado para os meninos. Chegava a receber crianças, mas a maioria dos internos era adolescente. Augustinho lembra que o controle sobre os internos era intenso e funcionava nos três expedientes do dia. Ao falar da estrutura do lugar, ele narra:

Lá tinha quatro pelotão, três pelotões, era dividido por idade. Esse pelotão aqui vai ser só de menino de 10 a 14 anos; esse aqui de 14 a 16; e esse, de 16 a 18. Se você fosse pego no quarto do outro, certo! — o cassete, olhe, comia. Pois quem estava doido? Se levantar de noite e pegar fazendo safadeza... Aí a patrulha chama piru [Risos] olha o *peru* [Risos]. Era o cabra quando era travesti, vamos dizer assim, lá era chamado de *peru*. Às vezes o camarada naquela ansiedade, aí saía devagarzinho pra cama do outro, praticava o que não deve. Mas lá não tinha esse negócio não, se fosse pego... E quem fazia sabia que se fosse pego a tabica lá quem escolhia era o menino que praticou o erro. “Vá buscar a tabica que você quer apanhar com ela”. Mas às vezes o camarada trazia uma tabica bem fininha, era, chama-se *tabica de fogo*, era mesmo que um rei, batia assim. Às vezes vinha o monitor ou o diretor mesmo. O diretor era o pior que tinha, batia sem pena, quando o camarada estava errado, era lapada pra ficar a mancha da tabica de fogo. Eu olhava assim, eita... Aí o camarada tinha que fazer pra não passar por aquilo, e o castigo era severo.¹⁴¹

¹⁴⁰ O trabalho de Garrido acaba se tornando uma referência importante não por se tratar apenas de uma tese de Doutorado, a psicóloga também atuou nas unidades de internação da Febem de São Paulo, fazendo com que seu texto fosse marcado pela fala de uma acadêmica e de uma pessoa que vivenciou as questões estudadas. GUIRADO, Marlene. *Instituições e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus, 1986. P. 61.

¹⁴¹ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

Nessa fala, Augustinho relembra as possíveis práticas homossexuais vivenciadas pelos adolescentes. As memórias de Augustinho nos permitem concluir que tais práticas eram efetivamente reprimidas pela equipe dirigente, fazendo com que o adolescente passasse a carregar a pecha daquele que praticou o “erro”, daquele que fez a “safadeza”, que “fez a coisa errada”.

O relato de Augusto sinaliza um controle da Febem sobre a sexualidade dos internos. Ao tratar sobre essa questão, ele fala pausado e afirma que esse era um assunto falado e que existia uma punição sobre as práticas homossexuais.

Foucault, em *História da Sexualidade*, analisa que a sociedade ocidental tem procurado construir dispositivos de controle sobre o sexo e a sexualidade das pessoas, inclusive das crianças, quando:

A partir do século XVIII, o sexo da criança e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos de institucionais e estratégias discursivas. É possível que se tenha escamoteado, aos próprios adultos e crianças, uma certa maneira de falar de sexo, desqualificada como sendo direta, crua e grosseira.¹⁴²

De acordo com Foucault, médicos, pedagogos, professores buscaram construir uma rede, onde todos estão “alertas”, onde cuidados, conselhos e uma série de recomendações foram construídos no sentido de criar uma racionalidade sobre o sexo no universo da criança e do adolescente.¹⁴³

Na Febem, a questão da sexualidade fazia parte da rotina daqueles que ali transitavam. A patrulha remete à ideia de que existia uma dinâmica de vigilância pernoite. Eram os monitores que circulavam entre os pelotões com o objetivo de garantir a manutenção da ordem no período noturno. Augustinho ainda descreveu as formas de punições físicas praticadas por alguns monitores em relação aos meninos:

Tinha, na época tinha monitor que pisava na cara assim ó... do menino [fazendo gestos]. Eu olhava assim, e aí fazer o quê? Ninguém podia fazer nada. O chefe era o carrasco lá, eram eles; aqueles que não perturbavam eles não tocavam em fio de cabelo, mas, errou, o lema era esse, era cassete. Pisava de pé assim, na cara dele, usava uns coturnos, usava uns coturnos os monitores e pisava na cara e tome

¹⁴² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Volume 1. Rio de Janeiro: Graal, 2011. P. 36.

¹⁴³ Idem.

cassete. Aí eu já vi lá um menino levar uma lapada lá com uma tabica de fogo que apartou a orelha, foi uma pisa medonha, foi pisa. E depois ele foi amarrado e levado pra Garanhuns, para a cadeia, depois pisa, quase uma tortura, apanhou muito esse menino; levou uma lapada que a orelha apartou com a tabica de fogo, tinha a tabica de fogo.¹⁴⁴

A partir desse relato, podemos observar que a prática de tortura pode ser entendida como uma ação repressiva que ao, utilizar a força física, procura punir aquele que desafiou ou transgrediu alguma lei ou norma estabelecida. Augustinho ainda ressalta que parte dessas punições era praticada na presença de todos adolescentes internados.

Na frente de todo mundo. Lá, inclusive, tinha até a delegacia [Risos], tinha a delegacia, o quartinho, mais todo mundo ia, olhe dava bolo. Era bolo. O errado apanhava mesmo, depois pra dentro do banheiro, chuveiro aberto, um saco pra o camarada espremer [...] Era, um saco molhado debaixo... Olhe, eu quero esse saco enxuto, olhe e como é que o camarada ia dar o saco enxuto debaixo do chuveiro, aí ficava espremendo para saí as marcas do bolo, a mão ficava vermelha, pra voltar o normal era espremer o pano, o saco.¹⁴⁵

Ao lembrar-se das cenas de tortura, Augustinho procura estabelecer uma relação entre as práticas consideradas permitidas e não permitidas, buscando construir uma linha entre o bem e o mal, entre certo e o errado. Nesse depoimento, percebo que o objetivo de praticar a violência em público, consistia em criar uma cena de castigo exemplar aos olhos dos internos, que ao assistirem, aprenderiam a lição a partir da punição do outro. Desse modo, esta forma de castigar, o que Foucault chama de “castigo espetáculo”, era praticado a partir de um objetivo pedagógico, quando a equipe dirigente procurava garantir a ordem instituída a partir do suplício.

Ao analisar as formas de punição exercidas pelo Estado, Edson Passetti nos afirma que os castigos físicos, tratamentos cruéis e degradantes, marcaram a trajetória da assistência às crianças e adolescentes no século XX, reconhecido como o “século do controle”. Para Passetti, as instituições prisionais se tornaram espaços onde as práticas de suplícios aconteceram de forma intensa:

¹⁴⁴ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

¹⁴⁵ Idem.

Aqui, as humanizações impessoais da lei se transformam em decisões sobre os corpos, instaurando uma sociabilidade autoritária que transcende as classes sociais. Onde o indivíduo é uma abstração (lei), passa a existir um sujeito com nome que se subordina à transmutação da economia política da pena, não em encarceramento ou castigo, mas, no seu limite, o suplício.¹⁴⁶

Os estudos de Carmem Silveira de Oliveira acerca da violência praticada contra crianças e adolescentes retratam como a Febem passou a aplicar a “pedagogia da punição” na tentativa de controlar o cotidiano dos internos. Na obra *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*, Oliveira aborda como as práticas de castigo eram utilizadas pela Febem no Rio Grande do Sul, sinalizando que tal procedimento era comumente praticado nas fundações estaduais. Para a pesquisadora, as punições, os constrangimentos, as referências humilhantes aos internos podem ser percebidas como “artes de fazer sofrer”, materializadas nas afrontas, nos castigos e em outros mecanismos de controle sobre os meninos e as meninas.¹⁴⁷

É importante lembrar que a própria ideia da punição como instrumento de ressocialização remete à chamada *disciplina moral*, que, segundo os estudos de Jurandir Freire Costa, foi propagada desde os oitocentos pelos higienistas, mas que permeou o ideário de políticas públicas ao longo do século XX. De acordo com Costa, o discurso higienista esteve presente em diferentes “modelos educativos”, inclusive, produzidos na área da assistência social, onde foram utilizados a partir da lógica de que a “disciplina repressiva” deveria ser utilizada em nome da “grandeza e do progresso do Estado brasileiro”.¹⁴⁸ Michel Foucault afirma que as instituições disciplinares constroem dispositivos de vigilância e punição por meio de castigos disciplinares, que por sua vez:

Têm a função de reduzir os desvios. Devem, portanto, ser essencialmente corretivo. Ao lado das punições copiadas ao modelo judiciário (multas, açoite, masmorra), os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício — aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetitivo.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Passetti, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999. P. 51.

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Carmem Silveira de. *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

¹⁴⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma disciplinar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. P.214

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 34. Ed. Petrópolis: 2007. P. 150.

Para Augustinho, os castigos faziam parte do “regime da casa”, que pode ser entendido como regras não escritas vivenciadas no convívio social. Tal regime estabelecia as formas de comportamento que a equipe dirigente da unidade de Santa Rosa esperava dos internos. Consideramos que essa dinâmica narrada por Augustinho remete ao cotidiano de um regime prisional. Concordamos com Sonia Altoé, que afirma que as unidades da Febem podem ser analisadas como internatos-prisões. Como espaços prisionais, o cotidiano dessas instituições é marcado por normas e regras punitivas construídas sob a justificativa da lógica disciplinar. Para Altoé:

A disciplina diária é vista como um conjunto de normas auto-justificáveis, isto é, que não necessitam ser explicadas. Baseiam-se em tradição oral e aprendizado pessoal, que dispensam qualquer forma escrita mais formalizada, porque ninguém tem dúvida do que seja disciplina. [...] A cada infração cometida, constitui-se o significado da disciplina. Ela é acionada para manter a casa em ordem, para debelar os conflitos, para restaurar o princípio de autoridade.¹⁵⁰

Desse modo, esse regime procurava ditar limites nas ações dos meninos para além das normativas cotidianas, como o horário de acordar, de estudar e de dormir. As regras buscavam criar mecanismos de controle sobre o comportamento e sentimento dos meninos. Elas reforçam o lugar de autoridade dos diretores, monitores, professores e todo grupo de pessoas que atuavam como servidores públicos da Febem.

Mas, o que era disciplina para a Funabem? Na sua missão de estabelecer um conjunto de procedimentos em relação ao cotidiano das Febems, a Fundação Nacional publicou no já mencionado documento *O bem-estar do menor*, um texto referente à disciplina, afirmando que:

A palavra disciplina vem de discípulo ou aquele que aprende. É preciso ter sempre em mente a origem desta palavra, porque há uma tendência a igualar disciplina à punição. Disciplina não é punição, mas um treinamento que visa dar ao indivíduo auto-controle, para que possa passar da situação de “dependência” para a de “independência”. A criança precisa de disciplina; é impossível não haver regulamento, principalmente quando o número de criança é grande; mas há uma distancia muito grande entre disciplina necessária e uma disciplina militar de que a criança não necessita, principalmente se vive numa instituição, que, para muitas, é o único lar que terão na vida. É, pois, grande erro exagerar na disciplina [...] A finalidade da disciplina é

¹⁵⁰ ALTOÉ, Sonia. *Infâncias perdidas: o cotidiano dos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon Ed, 1990. P. 235.

criar o hábito de controle próprio. Ora, disciplina exagerada torna-se punição e também cria motivos de transgressões, o que é um enfraquecimento moral da autoridade. A recíproca também é verdadeira, pouca disciplina é prejudicial, pois a disciplina é uma aprendizagem, que deve ser dosada, adequada e constante, para que possa realmente fazer crescer na criança o verdadeiro sentido de controle próprio [...] Dosada e adequada a cada idade. Seria um absurdo manter uma mesma regra de disciplina para uma criança de 3 e a outra de 10 anos. Naturalmente, quando um grupo de crianças é muito grande, aplicar esses princípios torna-se difícil, mas por isso mesmo é evidente que grupos grandes são desaconselháveis porque não dão margem a uma individualização como deveria ser, e não permitem uma boa educação.¹⁵¹

Nesse discurso, a Funabem buscou analisar o sentido da palavra disciplina, procurando concebê-la a partir da sua etimologia. A disciplina é vista como mecanismo de aprendizagem, é voltada para o autocontrole do indivíduo. De acordo com o manual do bem-estar, ela era concebida como instrumento importante para o próprio “autocontrole” daquele que se buscava disciplinar.

O documento ainda procurava estabelecer diferença entre a “disciplina aprendizagem” e a chamada “disciplina militar”. A segunda passava a ser reconhecida como equívoco, uma vez que podia provocar o enfraquecimento da autoridade. Para o manual, os profissionais que atuavam na Febem deveriam ter equilíbrio na aplicação das medidas disciplinares.

O tom aconselhador do manual nos faz perceber que a Funabem buscava doutrinar as pessoas que atuavam na assistência à infância. A produção desse documento foi construída a partir de preocupações que remetem aos cuidados com o desenvolvimento da criança, estando atento ao fator número de crianças atendidas em cada instituição e ao fator idade. Tais preocupações nos fazem observar que os argumentos utilizados pela Funabem eram fundamentados em estudos de diversas áreas do conhecimento humano.

Esse documento ainda abordava como as instituições deveriam proceder em relação à correção frente às chamadas *condutas desviantes*, estabelecendo princípios que deveriam nortear as práticas daqueles que atuavam nas instituições de internamento. Vejamos:

Princípios da correção: Punição de acordo com a idade: A punição deve existir quando se torna necessária, e sempre de acordo com a

¹⁵¹ Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *O bem-estar do menor*. Rio de Janeiro, 1969. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 35.

idade. O que serve como punição para um determinado desenvolvimento intelectual, não serve para o outro. O estado físico e emocional de cada criança deve ser levado em conta, porque tudo isto é individualização. Toma tempo saber “o porquê” do mau comportamento. Se formos à procura do “porquê”, veremos que muitas vezes o roubo, a mentira nada mais do que uma reação natural contra alguma regra exagerada ou muito trabalho de imaginação infantil. A análise do “porquê”, da causa do mau comportamento, mostrará grau deste como também da punição. Nunca punir sem estar bem certo de que o castigo está de acordo com a idade e com a possível reação. Perguntar sempre como irá reagir esta criança.¹⁵²

Esse trecho do manual nos faz perceber que o discurso da instituição focalizava a disciplina e a correção, propondo aos agentes públicos da Funabem/Febem o cuidado com a questão da idade, do desenvolvimento físico e intelectual. Esse discurso é marcado por uma preocupação dos técnicos e acadêmicos que faziam parte do quadro de funcionários da Funabem. Esses produziam uma série de pesquisas a partir das experiências vivenciadas nas unidades de internação.

A partir do discurso do manual, um dos princípios da correção era a prática da escuta. Ouvir as causas dos desvios, procurar as regras exageradas e procurar estabelecer um diálogo com as crianças e os adolescentes internos. Esta preocupação nos reporta ao pensamento de Foucault, que, ao analisar os dispositivos disciplinares na modernidade, afirmou que a partir desse período emergiu uma mudança na forma de lidar com as penalidades, onde a punição foi substituída pela procura de “corrigir, de reeducar, de curar”.¹⁵³

Analisar a fala do Augustinho e contrapô-la com o discurso da Febem me fez perceber que existia uma efetiva fronteira entre os diretores, os monitores e as recomendações estabelecidas pelos técnicos da Funabem. A partir das experiências de Augustinho, Santa Rosa ainda era um espaço prisional marcado pelos suplícios, pelo “castigo-espetáculo” e pela tortura. A lógica do discurso da Funabem admitia a punição e a correção, de forma dosada, como parte do cotidiano institucional.

Mas como Augustinho vivenciou esse cenário de tortura? No seu relato, falou-nos sobre a suas vivências, nesse contexto marcado pela rigidez disciplinar:

Eu mesmo passei lá uns 4 anos... Quatro anos lá em Santa Rosa. Nunca levei um cascudo de monitor porque eu sabia do regime. Você

¹⁵² BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *O bem-estar do menor*. Rio de Janeiro, 1969. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 31-32.

¹⁵³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 34. Ed. Petrópolis: 2007.

ia de Jangadinha ou do Dom Bosco de Caruaru para lá. Antes de chegar lá, o diretor João chamava você pra dentro numa sala e dizia como era o regime da casa: “Olhe aqui é assim, olhe sala de aula é lugar de quê? É de estudar, se a professora mandar um bilhetinho pra mim, você olhe... forma é lugar de quê? Se disser sentido e você se mexer, quando você não esperar é no pé do ouvido”.¹⁵⁴

Nesse relato, Augustinho passa a construir uma autorrepresentação, marcada pela imagem do menino que “sabia do regime”, do garoto que taticamente compreendia as formas de se comportar nos espaços de acordo com a ocasião, ou seja, respeitando as normas estabelecidas. Uma das estratégias do diretor consistia em intimidar os adolescentes através da advertência prévia. O garoto já era recebido na unidade sabendo que naquele espaço existiam normas que deveriam ser respeitadas.

A narrativa de Augusto aborda a tortura a partir do lugar de quem testemunhou as cenas de maus-tratos, de violência física e psicológica contra os internos de Pacas. No decorrer das pesquisas realizadas, encontrei um documento que denuncia a prática de tortura nessa instituição. Mesmo sendo uma reportagem publicada no final dos anos de 1958, resolvi selecioná-la, uma vez que intercruciar essa reportagem com a fala de Augusto fez-me perceber que a prática da violência fazia parte da cultura institucional daquela unidade de internação.

A reportagem publicada no *Diario de Pernambuco*, em 17 de julho de 1958, trazia a história de um adolescente chamado Arnaldo, que tinha abandonado o lar por duas vezes. A matéria, que tinha o título *Estaria sofrendo violências, o menor, no Reformatório de Pacas*, afirmava que na tentativa de “aplicar a correção”, seu pai Vicente procurou o Juizado de Menores, no qual encaminhou o garoto para Pacas. De acordo com a reportagem, o próprio pai tinha procurado a equipe do *Diario* para denunciar os maus-tratos que seu filho sofrera na unidade de internação.

A reportagem afirmava que o pai do garoto, que na época tinha 14 anos de idade, passava por um drama. De acordo com a reportagem:

Logo que o menino chegou à Pacas, conforme seu pai apurou posteriormente, foi gentilmente recebido pelo administrador dali, um ex-soldado da Rádio Patrulha, que fora expulso da corporação por indisciplina. Ao dar entrada no Reformatório, Arnaldo Valdevino foi mimoseado com pontapés de toda a espécie, principalmente na perna direita, formando-se logo um abcesso nas proximidades da rótula; um dia depois, notou-se na que a perna do *menor* havia sido fraturada.

¹⁵⁴ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

Imediatamente, o administrador determinou sua baixa na enfermaria do reformatório, permanecendo Arnaldo ali quase um mês.¹⁵⁵

Esse trecho da reportagem descortina as justificativas, o cenário e os agentes que praticaram a tortura. A punição para o menino, que também tinha fugido de Pacas em companhia de outros adolescentes, foi descrita em detalhes e sinaliza como as relações de poder foram construídas em Pacas e como a violência física fazia parte do cotidiano daquela instituição.

Estabelecer o inter cruzamento da reportagem publicada no *Diario* com a narrativa de Augusto me possibilita afirmar que a prática da tortura em Pacas acontecia antes da criação da Febem, e a implantação da nova política não representou o fim das práticas de punição física, muito pelo contrário, ela ganhou um viés de ação institucional. É possível afirmar que, a partir da fala de Augusto, essa ação fazia parte da rotina daquela unidade de internação e que em seu relato ele busca construir conexão com a questão da Ditadura Civil-Militar.

As lembranças das cenas de torturas praticadas pelos diretores e monitores que atuavam na Febem, faz-nos estabelecer conexões com o momento político da sociedade brasileira nos anos de 1970. As memórias de Augustinho nos permitem considerar que as ações de torturas também estavam presentes no cotidiano das instituições de internamento das crianças e dos adolescentes. O historiador americano James Green nos afirma que neste período o Brasil era reconhecido internacionalmente como um símbolo de violação dos direitos humanos, quando várias denúncias foram publicadas “informando requintados excessos de sadismo humano empregados pelo Regime Militar brasileiro”.¹⁵⁶

Ao analisar essa questão é importante construir um diálogo com a historiografia sobre a Ditadura Civil-Militar tem contribuído para a compreensão da prática de tortura no Brasil. Muito se tem estudado e publicado sobre as torturas praticadas contra os presos/as políticos. Contudo, é possível afirmar que a tortura também era exercida contra aquele que ameaçasse a ordem estabelecida.

De acordo com os estudos de Antonio Torres Montenegro, nesse período foram montada uma rede de tortura praticada nos centros de detenção, nas delegacias policiais

¹⁵⁵ DIARIO DE PERNAMBUCO. *Estaria sofrendo violências, o menor, no Reformatório de Pacas*. Recife, 17 de julho de 1958.

¹⁵⁶ GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

e nas dependências do Exército. Para o autor, a “tortura se materializa na produção de locais oficiais e clandestinos para a efetivação das múltiplas práticas de chantagem, coação física e moral, tortura e assassinato”.¹⁵⁷

Segundo os estudos de Isabel Frontana, foram os maus-tratos, os espancamentos, o esquema de corrupção e os aliciamentos praticados pelos próprios monitores, responsáveis pela onda de insatisfação, por parte de setores da sociedade brasileira, contra a Febem. As torturas foram divulgadas pela imprensa nacional a partir da segunda metade dos anos de 1970. Os jornais e revistas divulgaram as prática de tortura e outras ações de repressão e violência praticadas contra os internos.¹⁵⁸

Nesse sentido, é possível afirmar que existia uma cultura da violência nas instituições de privação de liberdade. A partir dos estudos historiográficos sobre a política construída na Ditadura Civil-Militar, a tortura era uma política do Estado, estabelecida nas normas sancionadas, nas leis promulgadas, nos estatutos e regimentos das instituições que serviam diretamente aos governos militares. Os estudos sobre as crianças internas na Febem me fazem afirmar que esta política não se voltava apenas aos presos políticos e sim àqueles que representavam ameaça à ordem estabelecida, entre eles meninos e meninas que viviam em situação de abandono ou eram considerados “menores delinquentes”.

Augustinho fala de tortura. Rememora o testemunho dos maus-tratos. Ele também sofreu a punição física. Todavia, para o entrevistado, os bolos, ou seja, a palmatória, era importante, uma vez que fazia parte da reeducação dos internos. Ele constrói a imagem da Febem eficiente, que demarca, classifica, ordena e pune, elaborando o discurso de quem foi disciplinado pelas práticas punitivas e coercitiva dessa instituição.

Na narrativa construída por Augustinho, acontece uma espécie de “operação de demarcação”, produzida por lembranças “compostas com fragmentos tirados de histórias anteriores e ‘bricolados’ num todo único”. Como afirma Michel de Certeau, a narração oral permite “compor espaços, verificar, confrontar e deslocar fronteiras”.¹⁵⁹

¹⁵⁷ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História e memória de lutas políticas*. In: MONTENEGRO, Antonio Torres, RODEGHERO, Carla & ARAUJO, Maria Paula. *Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária, 2012. P. 39

¹⁵⁸ FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

¹⁵⁹ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Esta operação foi construída por fronteiras e pontes dinâmicas, não estáticas. Augustinho descreve práticas, funda espaços, cria movimentos que se cruzam, construindo um “teatro de ações” que o fez elaborar um discurso sobre a Febem.

Augustinho construiu na sua narrativa um cotidiano e uma imagem da Febem disciplinar. A instituição do controle e do castigo é lembrada como espaço da ressocialização através da punição e da tortura. A partir da análise do relato de Augustinho, é possível afirmar que as histórias dos meninos que passaram pelas unidades de Pacas e Santa Rosa foram marcadas pelas práticas de repressão punitiva, pelos códigos não escritos, instituídos nas relações cotidianas. Códigos “não inscritos”, que legitimavam a manutenção da ordem e a autoridade da equipe dirigente, que, por sua vez se comprometia com a perpetuação da pedagogia punitiva, da tortura e da “tabica de fogo”.

SEGUNDO CAPÍTULO

Da internação às fugas: a Febem para além dos muros

Eu fugi seis vezes de Pacas para Jangadinha, lá em Cavaleiro. Ia de pés... Ia de pés, aí quando completou as seis vezes o diretor de lá, Dr. Enio, *mim* levou para Febem. Pra sede geral né? Que o padre Pedro pegava lá. Tinha o caminhão na época... Olha de caminhão... [Risos] [...] - Vamos embora pra Pacas, - Vamos embora padre. ¹⁶⁰

Para além dos muros da Febem, a história de Augustinho também é marcada pelas fugas, que desafiaram as práticas de controle elaboradas pela Febem. O menino, com apenas 8 anos de idade, desafiou os muros da Febem. Ao narrar às fugas, o protagonista desta trama procurou construir as imagens do caminho de Vitória de Santo Antão até Jaboatão dos Guararapes, percorrendo uma distância de aproximadamente de 50 quilômetros.¹⁶¹

Perguntado o porquê das fugas e para onde fugiu, ele responde: “Fugi porque estava com saudade”. Saudade daqueles que deixou em Jangadinha. Ele falou: “Eu gostava muito do diretor Ênio, e o diretor gostava muito de mim”. Augustinho narrou com orgulho que fugiu seis vezes da Febem. Ele sentia falta das pessoas que o acolhera e, taticamente, decidiu fugir.

Calcular a extensão dessa caminhada me faz perceber a determinação daquela criança. Fugir também representa uma astúcia que desafiava o controle do espaço disciplinar e da rede de vigilância construída pela Febem. De acordo com Certeau, o ato de fugir, de se deslocar clandestinamente para outro espaço, reveste-se de uma “enunciação” daquele que caminha, do pedestre.¹⁶²

Fugir exige uma ação preocupada com o tempo e com o espaço. Qual a melhor ocasião e onde se encontra o local mais indicado para se praticar a fuga? Esse movimento deve ser concebido a partir de um jogo tático. Como nos fala Michel de

¹⁶⁰ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

¹⁶¹ A referência para o cálculo do percurso Vitória de Santo Antão para Jaboatão dos Guararapes, a partir dos dias atuais (pela via BR-232), que corresponde a 33 quilômetros. Levando em consideração que na época do Augustinho não havia a mesma rodovia dos dias atuais e a por se tratar dos passos de uma criança, acrescentamos alguns quilômetros.

¹⁶² CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Certeau, “a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder”.¹⁶³

Percebo as fugas como de resistências das crianças e adolescentes da Febem. Concebê-las como uma tática que estabelecia uma ação calculada, um plano para a sua execução. Como ir além dos muros? Como ultrapassar as grades? Como desafiar as estratégias montadas pelos diretores e monitores da unidade de internação?

No decorrer da nossa pesquisa, percebemos que tais práticas faziam parte do cotidiano na instituição. A história de Roberto Carlos Ramos, que segundo a sua autobiografia, praticou 132 fugas da Febem, em Minas Gerais, faz-nos analisar que, diferentemente do seu discurso, a instituição não conseguiu controlar a ação dos meninos e das meninas, que planejavam suas fugas de modo individual e coletivo.

Em seu livro de memórias *A arte de construir cidadãos*, Ramos procurou narrar as suas experiências, relatando que a primeira fuga foi acompanhada por mais quinze colegas da instituição e que, na maioria das vezes, foi capturado por policiais. De acordo com suas memórias:

A minha primeira fuga durou apenas três dias. Logo fui capturado junto com outros colegas. Uma Kombi preta do Juizado de Menores passou pela rua onde estávamos e nos recolheu. Quando cheguei de volta à escola, me xingaram e ameaçaram me colocar em um quarto fechado. Mas, nesse primeiro momento, nada fizeram além de ameaças.¹⁶⁴

A partir das memórias de Roberto Carlos Ramos, percebo que as fugas também eram construídas de forma coletiva e que nesses casos a Febem contava com o apoio dos sistemas de justiça e de segurança para o controlar o cotidianos dos/as internos/as. Ramos narra as experiências de fugas da Febem procurando construir uma denúncia de um sistema falido, dos maus-tratos vividos na instituição, das arbitrariedades praticadas pela equipe de técnicos, professores, assistentes sociais e psicólogos. Nesse relato, as fugas da Febem foram pintadas pelas cores fortes da violência. Fugir, para Ramos, era encontrar-se com as mais diferentes formas de exclusão vivenciadas no mundo das ruas.

Ao analisar o cotidiano dos internos da Febem, a psicóloga Sônia Altoé chegou a analisar em seu trabalho a questão das fugas, no qual constatou que:

¹⁶³ Idem, p. 103

¹⁶⁴ RAMOS, Roberto Carlos. *A arte de construir cidadãos: as 15 lições da pedagogia do amor*. São Paulo: Celebris, 2004. P.61.

A fuga representa escapar aos maus-tratos, possibilidade de sair do ambiente no qual não tem qualquer liberdade, e também é a busca do lazer e da aventura. Mas a vida na rua não é fácil, e a maioria dos que fogem acaba voltando ou é trazida pela polícia.¹⁶⁵

As fugas das crianças e adolescentes atestaram a falência do modelo Febem, levando outros órgãos a questionar a atuação da instituição. De acordo com Altoé:

A fuga dos internatos é uma questão importante não só porque é realizada em grande número e pode virar notícia de jornal tornando transparente os maus-tratos, mas também porque é motivo para que o Juiz de Menores se comunique com a direção-geral para pedir esclarecimentos, o equivalente à repreensão da autoridade jurídica sobre as autoridades da fundação.¹⁶⁶

Mas qual seriam os desdobramentos dessas fugas? Como essas práticas repercutiam no dia a dia. Durante as pesquisas, encontrei documentos que registram as repercussões das fugas dos meninos de Pacas nos jornais locais. De acordo com a matéria publicada no *Diario de Pernambuco*, as fugas representavam uma preocupação da equipe técnica e dos dirigentes da Unidade de Pacas.

Informações colhidas de pessoas ligadas à Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor dão conta de que a fuga de menores tem sido constante no Reformatório de Pacas, possivelmente pela facilidade que oferece aos educandos, em virtude do excesso de menores ali recolhidos. Por outro lado, a direção da Fundação do Bem-Estar do Menor adota o sistema de liberar os educandos com 18 anos de idade, sem a adoção de qualquer medida preventiva, para evitar o perigoso caminho do crime. Para diminuir o número de educandos daquele reformatório, a Febem, não somente põe em liberdade aos 18 anos, mas aqueles que estão internados por longo período. Alguns desses menores são encaminhados ao convívio da própria família. Por outro lado, embora seja um reformatório, o Instituto de Pacas não está aceitando menores do Juizado, a não ser em caso de vaga, circunstância muito difícil, conforme afirmam.¹⁶⁷

Em Pernambuco, as fugas também repercutiram nas relações estabelecidas entre o Juizado de Menores e a Febem. A matéria divulgada no *Jornal do Commercio*, em

¹⁶⁵ ALTOÉ, Sonia. *Infâncias perdidas: o cotidiano dos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon Ed, 1990. P. 142-143

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ JORNAL DO COMMERCIO. *Menores estão fugindo do Instituto de Pacas*. Recife, 09 de setembro de 1967. Acervo: Arquivo Jordão Emereciano – Apeje.

setembro de 1969, sinaliza a reação do juiz de menores da capital frente às fugas dos meninos de Pacas. De acordo com a matéria:

Revoltado com o que considera desobediência, intromissão indébita e arbitrária do diretor da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, o juiz Nelson Ribeiro Lopes declarou ontem que, em represália ao que vem acontecendo, retirará todos os jovens ora internos nos abrigos do interior do Estado, transferindo-os para o Recife. Adiantou, o juiz de menores, que a direção da Febem, recusando-se a admitir a dependência que a prende ao Juizado, num gesto de verdadeira rebeldia, nega-se a internar crianças enviadas ao titular da Vara, além de libertar outras sem a competente autorização. O fato, conforme opinião do Sr. Nelson Ribeiro Lopes, contribui para piorar a repressão à delinquência juvenil, pois os menores perigosos estão sendo libertados da Febem.¹⁶⁸

O tom de revolta que marca a declaração do juiz sinaliza como as relações entre a Febem e o Juizado de Menores nem sempre se construíram de forma harmoniosa, haja vista que existia a denuncia de que, em alguns casos, as fugas eram facilitadas pela instituição. O juiz Nelson Ribeiro se colocava na condição de fiscalizador da Febem, identificando-a como desobediente por não proceder de acordo com as orientações do Poder Judiciário. A matéria ainda traz informações acerca das relações entre a Febem e o Juizado:

O juiz de menores acrescentou que a atitude assumida pelos diretores da Febem é antiga, porquanto, ao assumir o Juizado, já encontrou aquela situação, passando a lutar contra a anomalia. Ressaltou, porém, que atualmente o problema aumentou, pois o órgão passou à franca rebeldia, infringindo todas as normas, libertando os abrigados sem dar conhecimento à autoridade a que é subordinado. Asseverou, o juiz, que há poucos dias o diretor da Febem determinou a libertação de 18 menores recolhidos no abrigo de Pacas, os quais estão perambulando pelo Recife. Tratando-se de jovens considerados de difícil recuperação, o Sr. Nelson Ribeiro Lopes acredita que os mesmos já estejam desenvolvendo as mesmas atividades que provocaram o seu internamento.¹⁶⁹

Para o Juizado, a Febem deveria obedecer as suas recomendações, demonstrando que o Poder Judiciário exercia um poder sobre esta instituição. Ao ressaltar o descaso da

¹⁶⁸ JORNAL DO COMMERCIO. *Juiz diz que a Fundação do Menor é desobediente*. Recorte de Jornal - 9 de setembro de 1967. Acervo pessoal.

¹⁶⁹ Idem.

Febem, a matéria constrói uma imagem sobre os meninos que foram liberados pela Febem, identificando-os como “jovens de difícil recuperação”.

Desse modo, estudar o processo de fuga e liberação dos meninos de Pacas me fez conhecer como foram tecidas as “malhas do poder”. Esse trecho da reportagem permite observar como foi construído um campo de conflito entre diferentes poderes. Esses diferentes poderes construíram uma relação de disputa. Como afirma Foucault, “A sociedade é um arquipélago de poderes diferentes”, ou seja, “uma sociedade não é um corpo unitário no qual se exerceria um poder e somente um, mas uma justaposição, uma ligação, uma hierarquia, também, de diferentes poderes”.¹⁷⁰

No decorrer das pesquisas, encontrei uma matéria de jornal que trazia a mensagem do presidente da Funabem, solicitando à imprensa que não divulgasse as fugas dos meninos e das meninas. De acordo com a notícia:

Em mensagem que dirigiu à imprensa, o presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Mário Altenfelder, pediu maior compreensão no tratamento jornalístico acerca de assuntos relacionados a menores internos sob segredo de Justiça, tendo em vista o estigma perpétuo que causa nessas crianças o noticiário que recorda as infrações por eles cometidas. A mensagem da Febem resultou dos recentes acontecimentos verificados na Ilha do Governador, quando um grupo de menores do Instituto Padre Severino, aproveitando-se da distração de um vigilante, escapou pelo portão daquela casa, merecendo o assunto vasta cobertura da imprensa, com ênfase no nome de um *menor* de 11 anos que não participou da evasão.¹⁷¹

A mensagem publicada no *Jornal do Commercio* se referia ao caso ocorrido no Rio de Janeiro, mas que teve repercussão nacional, levando o presidente da Funabem a divulgar uma recomendação para todos os estados do Brasil. Mesmo argumentando que muitos processos correm “sob segredo de Justiça”, acreditamos que a postura do presidente representou uma censura à imprensa nacional. Vejamos:

Amigos jornalistas, dirijo-me a vocês como um velho amigo da imprensa. Na Febem, como em outras entidades que dirigimos, todas as portas sempre estiveram abertas à crítica construtiva, à presença vigilante, à dedicação, ao interesse público evidenciados pelos

¹⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *As malhas do poder*. In: FOUCAULT, Michel. Segurança, penalidade e prisão – Ditos e Escritos Vol. VIII. Rio de Janeiro: Forense editora, 2012.

¹⁷¹ JORNAL DO COMMERCIO. *Febem quer tratamento melhor para crianças*. Recife, 23 de fevereiro de 1969. P. 10

jornalistas do Brasil. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor deve a colaboração da imprensa esclarecida mais do que conseguiu fazer a redenção da assistência ao menor, relegando ao passado a fase negativa que a assimilou. [...] É com a confiança motivada por esse interesse que vimos, em nome das crianças sob nossa guarda, e de outras milhares que indiretamente recebem a nossa ajuda, solicitar-lhes que proporcionem a muitos desses menores um crédito de confiança, uma esperança de recuperação, o lenitivo do esquecimento. [...] Sabemos muito bem o dever da imprensa de obter notícias. Mas, justamente por saber isso, lançamos um apelo tanto aos jornalistas como a toda comunidade: por favor, mais ênfase nos que já se recuperaram! Mais cobertura daqueles assuntos positivos — do *menor* encontrado na rua, que hoje é campeão de basquete porque alguém lhe deu oportunidade; da mocinha saída de ambiente desagregador, que hoje é costureira-modelo e tem uma profissão que lhe dará de comer a vida toda sem morrer ao vício. Há tanta coisa boa a ser divulgada! Feitos escolares, integração dos dois sexos, aprendizagem profissional, cursos que colocam escolares a par do problema social, ensejando a sua participação na comunidade, nas oficinas, nas torneiras, no teatro, nos jogos, na natação... Por favor, enquanto esses menores não tiverem algo positivo a oferecer, um pouco de piedade! Podem ter certeza de que ele e os iguais a ele estão em boas mãos, assistidos por gente que gosta de criança independentemente do que ela tenha sido.¹⁷²

Nesse trecho da mensagem, observamos o efetivo interesse, por parte do presidente, em controlar as notícias publicadas sobre a Febem. Procurando construir um diálogo “amigável”, Altenfelder argumentou que a imprensa seria uma parceira da “causa do menor”, recomendando aos jornalistas que os “bons acontecimentos” promovidos pela Funabem deveriam ser propagados sob o argumento de que as notícias das fugas contribuíam com o processo de estigmatização das crianças e adolescentes.

Não podemos deixar de considerar que o discurso do presidente da Funabem representou uma forma de controle praticado em relação à imprensa escrita. É importante, inclusive, registrar que tal controle sobre a imprensa não pode ser analisado distante do cenário de controle/censura sobre a imprensa nessa época.

A historiografia tem analisado a questão da censura como uma prática institucionalizada pelos governos militares. De acordo com a historiadora Maria Aparecida Aquino, a censura da grande imprensa fez parte do cotidiano político no Brasil pós-64, quando o Estado autoritário assumiu a posição algoz, perseguindo jornais

¹⁷² Idem.

e jornalistas na tentativa de controlar e reprimir as notícias que circulavam nos grandes periódicos e nos chamados *alternativos*.¹⁷³

Ao procurar reprimir as matérias produzidas pelos jornalistas sobre as fugas praticadas dos meninos e das meninas internos na Febem, Altenfelder atuou como controlador. Essa matéria publicada pelo *Jornal do Commercio* possibilita analisar como a equipe dirigente da Funabem estabelecia a relação com a imprensa, reproduzindo a lógica do controle sobre as notícias, recorrentemente praticada pelos governos militares.

Contudo, as orientações da Funabem não correspondiam às reações do diretor Padre Pedro às fugas de Augustinho. Contrariando as recomendações da lógica do “bem-estar”, o Padre Pedro puniu Augustinho com a palmatória. Ao narrar o seu retorno à Pacas, Augustinho nos contou que, além dele, outras crianças também tinham fugido naquele mesmo período e reproduziu o diálogo entre o diretor e os meninos:

“Vocês vão tomar um cafezinho, e depois lanchar um bolinho”. Eu disse, “ôba! Que beleza, vou lanchar e comer um bolinho ainda... Olha!”. Eu nem sabia o que era um bolinho. Quando ele saiu, os meninos tudo formado - ele *mim* chamava de caboclo — ele disse: “Encosta aí, agora é a vez do bolinho”. Aí o padre entrou assim no gabinete, saiu com uma palmatória desse tamanho. Oxe... *Mim* deu seis *bolo*, por cada fugida que eu levei, foi um bolo que eu levei [Risos]. “Pra você não ir mais pra unidade de Dr. Enio, viu? Você fugiu seis vezes, é seis *bolo*”. No último eu dei uma carreira pra o pelotão, [Risos]. “Venha cá seu cabra”. Vim o quê?, no pelotão *mim* cobri do pé à cabeça.¹⁷⁴

Nesse discurso, Augustinho relembra o dia em que recebeu a punição física por ter fugido e narra a reação do Padre Pedro no contexto de uma instituição militarizada. A cena da punição foi narrada no cenário do pelotão, dos meninos em posição de sentido. Sorrindo, o nosso entrevistado nos fala que buscou correr, livrar-se do sexto bolo. Essa seria uma sétima fuga, uma forma de resistir à agressão física que marcaria as mãos e a memória do nosso protagonista.

Para os idealizadores da Funabem as fugas deveriam ser combatidas com muito rigor. Segundo o documento *O bem-estar do menor*, que possui o formato de uma

¹⁷³ AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999.

¹⁷⁴ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

cartilha e foi distribuído para os funcionários que atuavam nas Febems, as fugas deveriam ser analisadas da seguinte forma:

É quase certo que em toda instituição há desses casos, e o que é importante é procurar a sua causa. [...] Se houver um certo número de fugas numa instituição, é que alguma coisa está errada: no programa, no pessoal. A fuga não deve causar espanto, e um certo número delas é mesmo normal. O importante é procurar objetivamente a causa, não temendo confessá-la por um falso pudor ou amor próprio. Paredes e grades nunca impediram as crianças de fugir. Repugna ao espírito humano sentir-se engaiolado, e, se as grades foram usadas nos velhos tempos, modernamente não podem mais admitidas. Ao receber de volta o fugitivo, procurar manter uma entrevista com muita calma. Para isso, deixar a criança falar, contar suas experiências, ela acabará se sentindo com confiança e contará tudo. E não raro é aí que a causa é descoberta.¹⁷⁵

Nesse discurso, os gestores da Funabem reconheciam que “paredes e grades” não impediam as fugas e que a instituição deveria procurar as razões dessas práticas, recomendando uma análise a partir de suas motivações. Este discurso se distancia da perspectiva da punição física e se aproxima do controle da instituição sobre as ações e as formas de se comportar e sentir dos meninos que praticaram as fugas. Observamos que, a partir da lógica do bem-estar do menor, a preocupação estava focada na relação da instituição com aqueles que praticavam as fugas, considerando a possibilidade dos equívocos provocados pelo próprio pessoal que atuava na instituição ou no programa oferecido.

Não podemos deixar de ressaltar o tom humanitário do discurso ao defender que a liberdade é inerente ao “espírito humano”. O discurso sobre as fugas nos remete à ideia da sociedade moderna sobre o aprisionamento, que procurou estabelecer controle não só sobre os corpos, mas também sobre as almas. Esse discurso marca uma forma diferente de pensar a questão da disciplina punitiva. De acordo com Foucault, na sociedade moderna “a microfísica do poder punitivo seria uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da alma”.¹⁷⁶

As memórias de Augustinho, que retratam a passagem pela Febem, são indícios de como as relações sociais foram marcadas por práticas autoritárias. Percebi, na sua fala, a reprodução de um discurso ditatorial, despertando-me o interesse de

¹⁷⁵ Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *O bem-estar do menor*. Rio de Janeiro, 1969. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 61.

¹⁷⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 34. Ed. Petrópolis: 2007. P. 28.

estudar de forma mais aprofundada como se construiu, no cotidiano, a relação entre Pacas e os militares. Desse modo, procurei pesquisar os documentos produzidos pela instituição e os jornais publicados na época da passagem de Augustinho por Pacas, como interno e funcionário, que compreende o final dos anos de 1960 e década de 1970.

A Febem e a Revolução de 1964: a militarização da assistência à infância

O diretor do Instituto Profissional de Pacas, em Vitória de Santo Antão, cônego Pedro de Souza Leão Filho, declarou ao *Jornal do Commercio* que, graças ao governo revolucionário, pode aquela instituição ser inteiramente restaurada, permitindo que se possa ali realizar um trabalho de alto sentido social. Disse que assumiu a direção do Instituto logo depois do furacão comunista, no dia 23 de maio de 1964. “Encontrei tudo devastado. Não havia um copo se quer onde bebesse água nem uma xícara em que se tomasse café. O roubo foi total. Em nosso instituto, com capacidade para 300 crianças, encontrei apenas 40, maltrapilhas, famintas, desgraçadas. Dizem os vizinhos que, na debandada, atacavam terreiros, exigindo comida”.¹⁷⁷

O trecho da matéria publicada pelo *Jornal do Commercio* permite analisar como foi elaborado o discurso acerca da relação entre a Febem em Pernambuco e as Forças Armadas. O Padre Pedro, identificado como um “modelo de gestor”, em entrevista concedida ao *Jornal do Commercio*, afirma que foi graças ao chamado *governo revolucionário* que a Unidade de Pacas passou a ter sido “restaurada”, passando a funcionar a partir de sua missão institucional de atender meninos em situação de “abandono, pobreza ou em conflito com a lei”.

Essa reportagem representa um documento importante para se compreender a apropriação de um discurso que relacionava o acontecimento de 1964 como uma “revolução”. Esse discurso, bastante reproduzido por civis e militares, foi apropriado pelo Padre Pedro, que identificava o dito “sucesso” de sua administração graças ao apoio dado pelo *governo revolucionário*.

No decorrer da pesquisa, encontrei outras matérias de jornais que propagavam notícias sobre a administração de Pacas, relacionando a ideia de uma “administração exitosa” ao chamado *governo revolucionário*. De acordo com a reportagem publicada

¹⁷⁷ JORNAL DO COMMERCIO. *Instituto Profissional de Pacas foi restaurado depois da Revolução*. Recife, 12 de setembro de 1967. Acervo: Arquivo Jordão Emereciano – Apeje.

no *Diário de Pernambuco*, aquela unidade da Febem em Pernambuco representava um exemplo da gestão do Governador Nilo Coelho, afirmando que:

Os fundamentos da disciplina, os princípios da autoridade, que são esteio de toda instituição como esta — acrescentou que foram comprometidos naquele delírio, antes da Revolução de 1964. Não mais existem leitos sem lençóis para as crianças internas do Instituto. A dieta alimentar das crianças era sempre aumentada, o índice de fugas de jovens delinquentes se elevava consideravelmente. Num clima desta ordem, no qual o trabalho útil cedeu lugar à frouxidão e ao abandono, criou-se o ambiente propício às continuadas crises que são do conhecimento geral. Finalizando, disse o diretor do IPP que, com o apoio que recebeu do Secretário João Roma, no governo do Sr. Paulo Guerra, e, atualmente, do Sr. Nilo Coelho, através do Secretário Silvio Pessoa, conseguiu revitalizar o IPP, colocando-o nos caminhos arejados da ordem e do bem, dentro de uma terapêutica enérgica, corajosa e decidida.¹⁷⁸

Nesse trecho da reportagem, é possível identificar como a ideia da “Revolução de 1964” esteve associada à transformação positiva na política brasileira. A imprensa local assumiu uma posição de divulgadora das ações do governo, mais notadamente da gestão da unidade da Febem, localizada em Vitória de Santo Antão. Para a reportagem, foi a partir da chamada *Revolução* que as fugas diminuíram.

Ao procurar entender a historicidade desse discurso, busquei estabelecer conexão com os estudos realizados pelo historiador Daniel Aarão Reis, que, ao analisar “as reconstruções da memória” sobre o Golpe de 1964, afirmou que, para compreender esse momento da vida política brasileira, faz-se necessário estar atendo às “batalhas de memórias”. Sobre as memórias construídas acerca do Golpe e o discurso que identifica essa intervenção como um “ato revolucionário”, o historiador afirma que:

As direitas no poder, enquanto durou a Ditadura Militar, esmeraram-se em cultivar a memória do Golpe como uma intervenção salvadora em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção. Para isso mobilizaram-se grandes meios propagandísticos e educacionais. O esforço, no curto prazo, teve resultados apreciáveis, sem dúvida. A partir de um certo momento, já todos, ou quase todos, passavam a se referir ao Golpe Militar, que de fato se verificara como revolução, como os golpistas gostavam de se referir à intervenção militar.¹⁷⁹

¹⁷⁸ DIÁRIO de PERNAMBUCO. *Instituto Profissional de Pacas*. Recife, 02 de novembro de 1967.

¹⁷⁹ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Pato (Orgs). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos (1964 - 2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. P. 39.

Desse modo, é possível afirmar que o discurso de Padre Pedro dialoga com a direita golpista, que identificava o golpe e o governo como *revolucionários*, salvadores da pátria da ameaça comunista. No decorrer da pesquisa, encontrei outra matéria de jornal que me ajudou a compreender melhor a relação entre a administração de Pacas e as Forças Armadas. De acordo com o jornal *O Globo*, essa unidade da Febem foi invadida pelas Ligas Camponesas no mesmo ano do Golpe Militar. As Ligas, movimento organizado pela sociedade civil em torno da luta pela terra, no início de 1960, teria encontrado nas terras de Pacas. De acordo com a reportagem:

O Instituto Profissional de Pacas, no Município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, que deveria ser o quartel general das Ligas Camponesas de Pernambuco se a Revolução de 31 de março de 1964 tivesse demorado mais 48 horas, está totalmente recuperado. Dos 40 alunos que tinha em 23 de maio de 1964, passou para 350 alunos atuais. Seu diretor Padre Pedro de Souza Leão Filho, em visita à nossa redação afirmou que a recuperação se deve ao novo espírito da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor que inspirou a assistência dos menores.¹⁸⁰

Esse evento implicou no maior controle das Forças Armadas sobre o cotidiano daquela unidade da Febem. As Ligas eram organizações políticas articuladas por trabalhadores agrícolas que atuavam nos estados do Nordeste, mais fortemente em Pernambuco, desde a segunda metade da década de 1950. De acordo com estudos realizados pelo historiador Pablo Porfírio, as Sociedades Agrícolas, nomeadas pela imprensa como Ligas, tinham como objetivo a “luta por uma nova distribuição da terra, ou seja, a reforma agrária”.¹⁸¹

De acordo com a pesquisa de Porfírio, no final da década de 1950, mais notadamente no cenário do Golpe de 1964, foi elaborada pelos militares e setores ligados aos latifundiários do Nordeste uma forte campanha contra os trabalhadores rurais. Nesse período, a articulação dos trabalhadores rurais “estavam ocupando cada vez mais as páginas de reportagens da imprensa local e nacional”, as quais identificavam as lideranças como “perigosos subversivos”, como uma “ameaça à ordem social”. A conquista da desapropriação do Engenho Galiléia, em dezembro de 1959, foi amplamente noticiada pelos veículos de comunicação, procurando disseminar uma onda

¹⁸⁰ O GLOBO. *Recuperado o instituto que ia ser o quartel das Ligas*. Rio de Janeiro. 26 de junho de 1967. P. 5

¹⁸¹ PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução*. Recife: EduUFPE, 2009.

de medo e terror sobre os camponeses que integravam essa mobilização política e social.

A partir do trabalho de Porfírio, é possível entender a matéria publicada no periódico carioca *O Globo* sobre a ameaça de ocupação de Pacas pelas Ligas Camponesas. A reportagem demonstra o alinhamento político do jornal com os militares e como Pacas ficou conhecida nacionalmente como um espaço resistente à “ameaça comunista”. Além disso, à luz do pensamento dos militares, as Ligas e os chamados “subversivos” representavam uma ameaça à família e à religião, ou seja, tudo aquilo que a Febem defendia nos seus manuais, relatórios e propagandas. Desse modo, a ameaça dos comunistas em Pacas, representava também uma ameaça desses valores defendidos pela Febem. De acordo com a reportagem, “graças à Revolução de 1964”, o Instituto Profissional de Pacas continuou oferecendo o serviço de atendimento às crianças e aos adolescentes de Pernambuco que viviam em situação de abandono.

O discurso que legitimava a ideia de que a Febem era fruto da chamada “Revolução de 1964” foi amplamente divulgado em Pernambuco, fazendo parte de um projeto maior, articulado pelos idealizadores da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. A partir da documentação pesquisada, é possível afirmar que esse discurso foi construído pela Funabem, que por sua vez exercia uma relação de poder sobre as fundações estaduais. Essa afirmação é feita a partir da leitura dos documentos encontrados no acervo da Funabem, que hoje se encontra sob a custódia do Arquivo Nacional.

Durante a pesquisa documental nesse acervo, encontrei o livreto *A Revolução e o Problema do Menor*, produzido pelos técnicos e dirigentes da Funabem, na ocasião do décimo aniversário de criação da Lei nº 4.513, que estabelece a criação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. De acordo com esse documento:

Originária de uma corrente de ideias que foi cristalizada pela revolução de 31 de março, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, prestes a inteirar o 10º aniversário da Lei nº 4513, já pode apresentar à comunidade brasileira uma folha substancial de serviços. A presente publicação resume um pouco do muito que foi realizado para converter em realidade crescente um dos mais fascinantes ideais já programados no Brasil em favor de nossas crianças desassistidas ou marginalizadas, dispensando-lhes cuidados de ordem física, moral e

social, para que possam desempenhar com dignidade o papel que lhes cabe no seio da sociedade nacional.¹⁸²

O documento trazia informações sobre a atuação dos presidentes da República que atuaram a partir do Golpe de 1964, identificados como *governos revolucionários*. Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici eram apontados como os responsáveis pela criação e manutenção da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Neste ano de 1974, a *Revista Brasil Jovem* publicou uma edição comemorativa dos 10 anos da instituição, trazendo na capa as imagens dos presidentes militares.

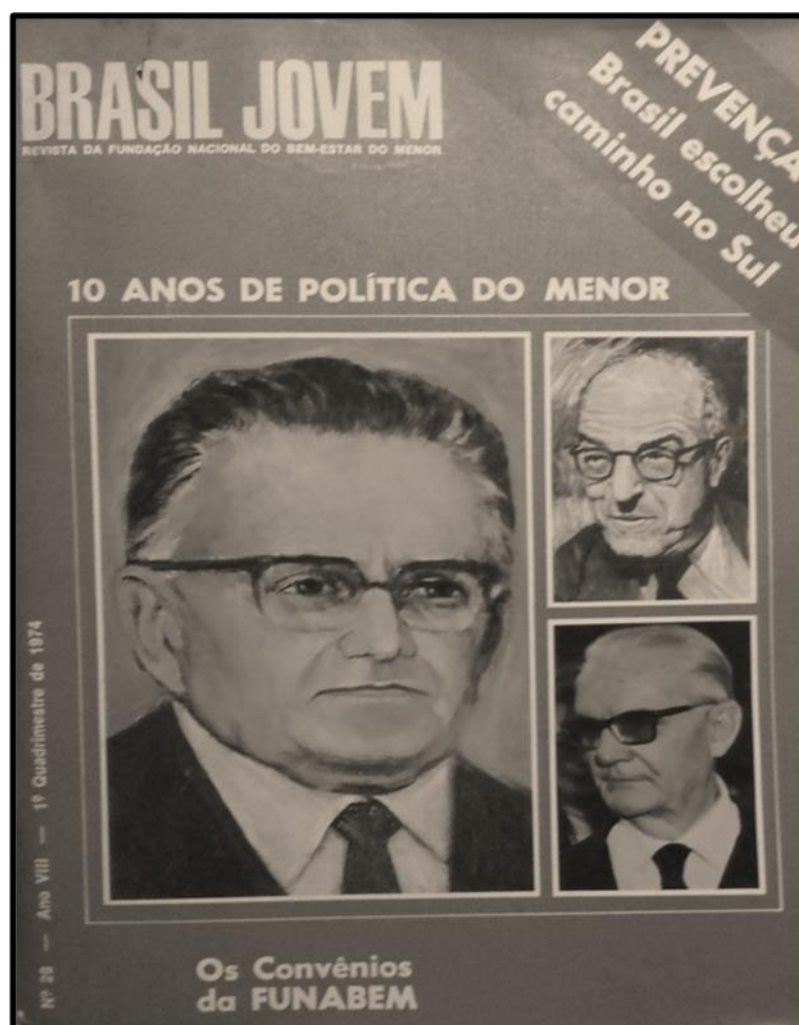


Figura 08: Capa da *Revista Brasil Jovem* constando as imagens de Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici. Brasil, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Rio de Janeiro, 1974.

¹⁸² BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *A Revolução e o Problema do Menor*. Rio de Janeiro: Funabem, 1968.

As imagens registradas na capa da revista demonstram a relação da Funabem com a Ditadura Civil-Militar, que, na tentativa de buscar legitimidade, buscou atrelar as políticas sociais ao projeto econômico dos governos militares. O aniversário de 10 anos da instituição foi comemorado a partir do discurso que reproduzia a homenagem aos presidentes militares, considerados como protagonistas da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

Em uma das suas visitas à Funabem, o Presidente Emílio Garrastazu Médici proferiu um discurso sobre a instituição, marcando efetiva aproximação entre esta e o Regime Militar, chegando a afirmar que a mesma representava um “milagre” da chamada *Revolução de Março* no campo da assistência social. Para Médici, a implantação da Febem representava fruto desse movimento. Ao visitar a sede da Funabem, localizada no Rio de Janeiro, Médici afirmou:

Esse milagre que, hoje e aqui, proclamamos a toda a nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de Março. E não tenho dúvidas em afirmar que a contestação mais cega e mais surda, que tudo negasse à obra revolucionária, haveria pelo menos, de bendizê-la por apagar o sangue, a corrupção e a vergonha do mencionado SAM, para, neste mesmo lugar, erguer a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Esse milagre nós devemos a quantos enunciaram a criminosa irresponsabilidade daqueles tempos anteriores à Revolução. Nós devemos à determinação dos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva, nós devemos ao Dr. Mário Altenfelder e à equipe de educadores da Fundação, assim como aos representantes da magistratura e do Ministério Público, juízes e curadores, que souberam dar ao problema a marca de sua sensibilidade humana.¹⁸³

Nesse discurso, Médici defende a ideia de que a Funabem e as respectivas Febems são frutos da *Revolução de Março*, ou seja, do ideário militar e que representava uma reação ao Serviço de Assistência aos Menores – SAM, fundado na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas. Em relação ao SAM, Médici buscou proferir o texto denunciador, acusando-o de “criminoso e irresponsável”, reproduzindo o discurso utilizado por aqueles que defendiam a “campanha” Anti-SAM.¹⁸⁴ Tal

¹⁸³ BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *Funabem: 10 anos*. Rio de Janeiro, 1978. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

¹⁸⁴ O debate acerca da “campanha” Anti-SAM pode ser encontrado nos trabalhos de Irene e Irma Rizzini, que se debruçaram sobre a trajetória da institucionalização da assistência à infância no Brasil. Podemos destacar a obra *A institucionalização de crianças no Brasil*, que procura analisar como, ao longo do tempo, as políticas públicas foram sendo construídas e reconstruídas no País. Nessa publicação, encontramos uma análise sobre as críticas realizadas por diferentes seguimentos sociais contra o Serviço de Assistência aos Menores e como, a partir das críticas e movimentos contrários ao SAM, fez surgir a

campanha, realizada por vários seguimentos da sociedade, pode ser considerada uma das ações que levou a extinção desse serviço, que se desdobrou na criação da própria Febem.

O pronunciamento do Presidente Médici reproduz as ações de seu governo no campo social. Ao analisarmos esse discurso, não podemos esquecer que foi construído a partir do interesse de disseminar o ideário Febem para a sociedade da época. Ao analisar a função dos pronunciamentos, o historiador Durval Muniz de Albuquerque afirma que:

O pronunciar-se também pode ter sentido de salientar-se, de manifestar-se, de ganhar forma, de aparecer. Pronunciamento tem ainda sentido de irrupção, de emergência de algo que provoca mudanças ou que pretende, ao ser emitido, provocar transformações na maneira de as pessoas, a quem é dirigido, pensarem, se comportarem, verem e dizerem as coisas.¹⁸⁵

O pronunciamento do Presidente Emílio Garrastazu Médici se tornou um instrumento de divulgação das políticas públicas construídas pelos militares na área da assistência às crianças e aos adolescentes atendidas pela Febem. É possível entender esse instrumento como uma tentativa de legitimação das ações dos governos militares na área da assistência às crianças e aos adolescentes no Brasil.

De acordo com as pesquisas realizadas pela socióloga Maria José Rezende, “durante todos os governos militares, e não apenas nos primeiros anos, houve uma constante tentativa de montagem da relação entre autoridade e legitimidade”. Os governos buscaram construir estratégias de articulação na tentativa de assegurar a manutenção do poder. Para Rezende:

Toda organização de poder se situa diante do desafio de encontrar meios de legitimidade, os quais não necessariamente de natureza democrática. O princípio daquela primeira pode estar assentado em bases absolutamente autocráticas e/ou ditatoriais; no entanto, o processo de adesão e reconhecimento decorrente dessas bases não

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem e as respectivas fundações estaduais. É importante registrar que tais pesquisas buscaram realizar um levantamento documental acerca das legislações sobre as crianças e os adolescentes no Brasil e que esse material foi produzido a partir do trabalho coletivo interdisciplinar promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – Ciesp, que pertencia à Universidade Santa Úrsula e hoje se encontra na Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Ver: RIZZINI, Irmã & RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios presentes*. São Paulo: Loyola, 2004.

¹⁸⁵ ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia*. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

inviabiliza a sua existência. O poder se define como tal a partir desses elementos. Ou seja, se este for democrático, a natureza da legitimidade também será; sendo ele autocrático, o princípio da legitimidade situa-se, também, nessas bases.¹⁸⁶

A partir dessa reflexão, é possível estabelecer conexão com as práticas discursivas elaboradas pelos idealizadores da Funabem, que por sua vez estiveram comprometidas em legitimar o poder autoritário dos governos militares, que reconheceram a chamada *Revolução de 1964* como um divisor de águas na política da assistência à infância no Brasil. O discurso elaborado possuía um forte caráter apelativo que evidenciava a mudança das políticas sociais e ressaltava o trabalho dos presidentes, apontados como os homens responsáveis pela “revolução”.

Em sua fala, Médice procura atrelar diretamente à criação da Funabem a ideia de um “milagre social”, o que representa uma das marcas de sua gestão. Trabalhos construídos no campo da historiografia política registram que o governo Médici foi marcado não apenas pelo conhecido milagre econômico, mas também pelo avanço de mecanismos e repressões contra aqueles que se apresentavam opositores ao Regime Militar. Da chamada *linha dura*, Médici encampou o nacionalismo do “Brasil, ame ou deixou-o”, buscando fortalecer as políticas e instituições do Estado.¹⁸⁷

Médici ainda traz a memória de Castelo Branco e Costa e Silva, seus antecessores, e faz referência direta ao presidente da Funabem, Mário Altenfelder. O culto ao personalismo se mistura com a valorização daqueles que operavam no campo

¹⁸⁶ REZENDE, M. J. *A ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: editora da UEL, 2001.

¹⁸⁷ Podemos considerar que, nos últimos anos, a produção historiográfica tem se dedicado em explorar diferentes questões acerca dos governos militares instaurados a partir de 1964. O governo Médici ocupa um lugar de destaque, tendo em vista o seu programa econômico e suas efetivas ações repressivas praticadas contra os grupos políticos de opositores. O trabalho de Maria José de Rezende, *A ditadura Militar no Brasil*, reserva um longo capítulo para analisar o governo Médici, o qual sinaliza as estratégias “de convencimento da população” para aceitar as “regras que a ditadura impunha”. Nesta pesquisa, Rezende afirma que o governo utilizava as mais diferentes estratégias para defender a manutenção do regime. REZENDE, M. J. *A ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: editora da UEL, 2001. Outro trabalho, realizado pelo brasileiro James Green, *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*, publicado em 2009, também pode ser citado como uma referência historiográfica acerca do período da Ditadura Civil-Militar. Nessa pesquisa, o historiador nos mostra uma “outra” História Política dos governos ditatoriais e das relações internacionais, uma vez que aborda o movimento de direitos humanos construídos nos Estados Unidos contra os crimes de tortura ocorridos no Brasil. De acordo com Green, a gestão Médici pode ser lembrada como um governo marcado pela efetiva manutenção do Regime Civil-Militar e pela intensificação das práticas de tortura que repercutiram no exterior, mais notadamente nos Estados Unidos. GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

da Justiça, como os juízes e curadores dos *menores*. Desse modo, podemos perceber como foi construída a ideia de Febem pelo Presidente Médici, levando-nos a entender que tal discurso foi disseminado pela instituição, que procurou construir uma conexão entre a ideia de que a proposta à Política do Bem-Estar do Menor estava efetivamente afinada com a proposta da chamada *Revolução*.¹⁸⁸

Mário Altenfelder, presidente e um dos fundadores da Funabem, afirmou em discurso, proferido na ocasião de visita à Escola Superior de Guerra, que não poderíamos entender a instituição distante do Regime Militar, assegurando que a lei da criação da Funabem representa fruto do compromisso dos militares com a “questão do menor”. Altenfelder afirma que a “Lei nº 4.513 é uma Revolução” e continua: “foi sancionada neste período histórico de nossa vida. Duvidamos que pudesse ser executada fora desse regime. As dificuldades que ainda encontramos para implantar a nova política sem contestação o que afirmamos”.¹⁸⁹

Quando a Febem entra na vida das pessoas: a última fuga e o retorno para outra vida

Eu mesmo gostaria que o Regime Militar voltasse. Se o Regime Militar voltasse, eu creio que acabava com a bandidagem... Esses meninos que estão sofrendo hoje é apoio que não tem. Eles não têm apoio, a sociedade. [...]. Aí, se voltasse o Regime Militar... Errou, já entrava sabendo... O País funcionava melhor, funcionava... Acabava com esses...¹⁹⁰

Em seu discurso, Augustinho faz conexões entre as memórias do tempo da Febem e os problemas contemporâneos enfrentados pela população infantojuvenil brasileira. Ao construir uma imagem da Febem relacionada ao Regime Militar, Augustinho associou o modelo “ideal” da assistência às crianças e aos adolescentes às práticas de controle e coerção utilizadas pelos militares para punir aqueles que apresentassem ameaça ao projeto político ditatorial. Na opinião do entrevistado, o

¹⁸⁸ A expressão *Revolução* foi bastante utilizada pelos militares na busca de estabelecer uma identidade ao Golpe de 1964, contestada por vários historiadores que identificam o acontecimento como o golpe elaborado pelos militares e setores da sociedade civil. Podemos encontrar uma discussão mais aprofundada na obra. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004.

¹⁸⁹ ALTENFELDER, M. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor*. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra. 11 de junho de 1970. Funabem, Setor de Relações Públicas, 1970. p. 67. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

¹⁹⁰ Idem.

retorno dessa política iria acabar com os problemas sociais enfrentados pelos adolescentes e jovens nos dias atuais.

O entrevistado ainda se encontrava muito envolvido com o debate sobre o internamento institucional de meninos e meninas, tendo em vista sua trajetória e sua atuação na Funase. Como nos falou Alessandro Portelli, ao contar suas histórias de vida, frequentemente, os narradores constroem seu tempo e espaço. Para Portelli:

Enquanto os historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem. Portanto, enquanto os historiadores muitas vezes se esforçam por ter uma sequência linear, cronológica, os narradores podem estar mais interessados em buscar e reunir conjuntos de sentidos, de relacionamentos e de temas no transcorrer de sua vida.¹⁹¹

Augustinho estabeleceu sua própria organização cronológica, que não representou a tradicional linha do tempo, buscando efetivamente construir um sentido para sua trajetória. Para o nosso protagonista, a Febem foi marcada pelas práticas disciplinares das regras estabelecidas a partir da lógica do controle e da coerção. Daí, podemos entender a relação estabelecida entre a Febem e o Regime Militar. Para Augustinho, a instituição era sinônimo de regra, de disciplina e punição moral, características típicas do autoritarismo militar. O atrelamento aparece no discurso da eficiência, que, para Augustinho, justifica o retorno daquele modelo de assistência.

Desse modo, podemos considerar que as memórias individuais de Augustinho dialogam com o que podemos chamar de *memória coletiva*, que na entrevista teve a “função” de reproduzir um discurso construído pela Funabem, que tinha o objetivo de relacionar a instituição com o ideário militar. Ao realizarmos o cruzamento entre as memórias de Augustinho e os discursos proferidos por Médici e Altenfelder, podemos perceber a reprodução dessa memória coletiva. De acordo com Michel Pollak:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, integra-se, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado

¹⁹¹ PORTELLI, Alessandro. *O momento de minha vida: funções do tempo na História Oral*. In: Muitas memórias, outras histórias. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; LAMEIDA, Paulo; KHOURY, Yara (Orgs). São Paulo: Olho D'água, 2004.p. 300.

serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.¹⁹²

Desse modo, podemos fazer conexão entre o pronunciamento do Presidente Médici e a fala de Augustinho acerca da Febem, que reproduz a memória coletiva sobre a instituição. Consideramos que, ao buscar relacionar a missão da instituição com o ideário dos governos militares, nosso protagonista reproduz uma ideia construída pelo discurso da Febem, que por sua vez buscou articular e propagar o atrelamento entre a lógica disciplinar militar e a assistência às crianças e adolescentes atendidas nas unidades de internação.

Ao lembrar-se dos meninos que viviam em situação de abandono, ele retrata um cotidiano escolar marcado por uma rotina pedagógica e um direcionamento para o processo de uma educação para o mundo do trabalho.

Estudava na parte da manhã, é. À tarde, na época, era menino, negócio de ir pra padaria, tinha padaria na época. O forno era a lenha. Ia para colchoaria, fazer colchão, aprender a fazer colchão. Antigamente, o colchão era de capim né?, aí passei a fazer colchão, aprendi, depois fui pra padaria, e lá o camarada tinha que aprender mesmo ou o bolo comia, era o Padre Pedro, era assim.¹⁹³

A partir das lembranças de Augustinho, percebo que existia um muro invisível que dividia a Cidade do Menor em dois espaços, um destinado aos meninos pobres e abandonados e outro para os chamados *infratores*. As lembranças de Pacas foram construídas como o espaço de passagem. Um lugar onde os meninos não queriam estar.

Mas quem era Padre Pedro? As pesquisas realizadas nos jornais da época trazem informações desse sacerdote que coordenou Pacas entre as décadas de 1960 e 1970. De acordo com uma das reportagens encontradas, Padre Pedro falava do cotidiano de Pacas como administrador, trazendo informações acerca do cotidiano dos meninos naquela unidade. Em seu depoimento o Padre declara:

¹⁹² POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: 1989.

¹⁹³ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidembergue Santos.

Temos no Instituto cerca de 300 crianças, todas recolhidas do abandono do mundo. Para aqui, mandam, os juizes de menores da capital e do interior, até delinquentes, alguns de alta periculosidade. Para estes, temos um pavilhão separado. A disciplina é rija, mas não há castigo corporal. As crianças vão aos poucos se acomodando e obedecem admiravelmente. É um novo mundo completamente diverso do que viveram, brutalizadas, errantes e famintas. Parece que temem até recordá-lo, como se tivessem num sonho tenebroso. Diga aos sociólogos que não existe na criança o criminoso total. Toda a perversidade do mundo não impregna na vida inteira. Não resiste a consoladoras influências do amor. [...] Quanto à instrução, vai até o quinto ano primário. Todos aprendem a ler, escrever, contar e rezar. O homem que não reza vive perdido no vácuo, sem consolação. Pedir a Deus é conversar com Deus, que é guia. À proporção que as professoras descobrem a vocação da criança, ela é encaminhada para seu novo destino. Temos a padaria, marcenaria, colchoaria, sapataria e música. A banda do instituto, composta por crianças que parecem não poder com os instrumentos, quando sai nas festas cívicas, como 7 de Setembro, arranca aplausos de toda a cidade de Vitória de Santo Antão.¹⁹⁴

Nesse trecho da entrevista, Padre Pedro elaborou uma imagem de uma instituição marcada pelas regras disciplinares e pelo atendimento exemplar aos meninos internos em Pacas, ainda destacando a parceria estabelecida com os juizes da capital e do interior do Estado para desafiar as teorias deterministas que defendiam a teoria da criminalidade inata.¹⁹⁵ Essa reportagem reproduz o discurso de uma “instituição ideal” e de um “administrador ideal”.

Padre Pedro aparece como um coordenador eficiente e responsável pela ressocialização dos meninos abandonados ou que eram encaminhados para Pacas por estarem em situação de conflito com a lei. As ações desenvolvidas por Pacas são descritas a partir do interesse de propagar a gestão do Padre Pedro, buscando construir uma imagem positiva da administração.

Através da leitura desta reportagem, é possível perceber, a partir do olhar do gestor, como foi construída a ideia de assistência aos meninos atendidos em Pacas. A reportagem buscava elaborar o discurso da “gestão ideal” voltada para uma “instituição ideal”, comprometida com a ressocialização das crianças e dos adolescentes internos e

¹⁹⁴ JORNAL DO COMMERCIO. *Instituto Profissional de Pacas foi restaurado depois da Revolução*. Recife, 12 de setembro de 1967. Acervo: Arquivo Jordão Emereciano – Apeje.

¹⁹⁵ Sobre essa teoria ver: BRITO, Eleonora. *Justiça e Gênero: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

articulada com a rede de assistência, uma vez que, na fala do Padre Pedro, também faz referência ao Juizado de Menores.

Mas a reportagem também contemplou aspectos do cotidiano em Pacas. Ao elaborar uma narrativa da rotina dos meninos na instituição, o jornal destacou as ações desenvolvidas na instituição, salientando a importância da educação profissional oferecida aos meninos internos. De acordo com a matéria publicada:

As crianças ouvem rádio, jogo de futebol e assistem a programas de televisão que as põem em contato com o mundo. A limpeza geral é completa. Até as torneiras são polidas. As crianças são asseadas, e seus cabelos são cortados como o dos militares.¹⁹⁶

Nesse trecho é possível analisar dois aspectos do cotidiano bastante presente nas memórias construídas sobre Pacas: a disciplina militar e a imagem da “instituição ideal”. Esses aspectos permearam o discurso institucional, sendo fortemente reproduzido pelos dirigentes da Febem, que encontraram na imprensa local o espaço para disseminação desse ideário.

De acordo com a historiadora Sonia Camara, a trajetória da assistência à infância no Brasil República foi marcada pela apropriação do ideário da profilaxia social, que fundamentou os discursos das instituições comprometidas em civilizar a infância pobre e abandonada a partir de um discurso racionalmente construído. Para Câmara:

A remodelação racional e científica na área da assistência e proteção à infância foi investida também pela convicção higiênica e exigiu a urgência de iniciativas de regeneração social em nome de uma infância civilizada a ser previamente conduzida, protegida e encaminhada.¹⁹⁷

Desse modo, é possível afirmar que Padre Pedro buscou, nessa reportagem, elaborar a narrativa da educação civilizatória, comprometida com a higiene e com a disciplina militar. O padre-gestor apresenta o asseio e o corte de cabelos seguindo os militares são aspectos que demarcam uma educação disciplinar como “educação ideal”.

¹⁹⁶ JORNAL DO COMMERCIO. *Instituto Profissional de Pacas foi restaurado depois da Revolução*. Recife, 12 de setembro de 1967. Acervo: Arquivo Jordão Emereciano – Apeje.

¹⁹⁷ CAMARA, Sonia. *Sob a guarda da República: infância e minoridade no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010. P. 307

O Padre Pedro ainda destacou na reportagem o aspecto da educação agrícola, relacionando-a com a produção de alimentos. De acordo com a reportagem:

Pais e outros parentes podem visitar as crianças, mas aos domingos, para que o ritmo de trabalho não seja perturbado. Em outros dias da semana, somente em casos de necessidade. Não há isolamento, porque aqui não é presídio. O cônego Pedro de Souza Leão Filho destacou a agricultura como um dos principais meios de trabalho no processo de recuperação das crianças que adoram a terra. É lindo se ver abroilharem as sementes que plantamos. Somos bem abastecidos de verduras, frutas e cereais. Não compramos batata, cará, macaxeira, jerimum, cebolinha, coentro, chuchu, etc. E ainda exportamos para as feiras o que sobra. Criamos galinha para o consumo. Todos os domingos, abatemos cinquenta aves para o almoço. As crianças são bem alimentadas e, por isso, são fortes e alegres.¹⁹⁸

O espaço como produtor de frutas e verduras e criador de aves para subsistência esteve fortemente marcado nas lembranças construídas sobre aquela unidade de internação. A Unidade de Pacas sempre foi conhecida como espaço que produzia alimentos para abastecer as unidades da Febem em Pernambuco e até comercializar os produtos nas feiras livres da região.

Pacas funcionava como uma espécie de colégio agrícola voltado para as demandas internas da Funabem em Pernambuco. Ao analisar o discurso de Padre Pedro, busquei realizar conexão com os estudos feitos pela historiadora Irma Rizzini, que faz referência às práticas de institucionalização da assistência à infância no Brasil. Ao analisar a estrutura e o funcionamento das escolas agrícolas no Brasil, Rizzini afirma que:

As colônias, patronatos, institutos agrícolas/industriais são produtos das novas ideias e teorias sobre a recuperação do indivíduo pelo trabalho e pela vida ao ar livre. As colônias têm a dupla vantagem de oferecer a sensação de se ter liberdade, privilégio dos espaços amplos, e manter os muros do asilo. As colônias agrícolas originaram-se no sistema assistencial psiquiátrico do princípio do século XX, tendo como característica principal o regime do *open-door* que visava a “ilusão da liberdade”, utilizada como técnica terapêutica.¹⁹⁹

¹⁹⁸ JORNAL DO COMMERCIO. *Instituto Profissional de Pacas foi restaurado depois da Revolução*. Recife, 12 de setembro de 1967. Acervo: Arquivo Jordão Emerenciano – Apeje.

¹⁹⁹ RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora da Santa Ursula, 1993. P. 41

Desse modo, é possível estabelecer conexão entre o discurso do Padre Pedro com a perspectiva das escolas agrícolas analisadas por Irma Rizzini. Para o gestor de Pacas, a unidade de internamento representa um espaço onde “não há isolamento”, onde as crianças se sentiam “felizes”.

Mas quais as memórias que Augustinho construiu sobre Pacas? No seu relato, é possível perceber como foi elaborada essa separação na Unidade de Pacas. De acordo com suas lembranças:

No tempo do Padre Pedro, o reformatório era embaixo, o colégio é lá em cima [interrupção externa]. Aqueles meninos mais indisciplinados que o Padre via que não tinha mais jeito, aí o Padre *botava* no reformatório. Lá era cacete, lá tinha um tal de João Eustáquio, acho que ele é vivo ainda, tinha a mão assim [Risos], de menina. Lá o reformatório era tortura, era... Errou, lá era cacete; em cima não desse jeito, embaixo dava.²⁰⁰

Ao relatar o cotidiano de Pacas, Augustinho traz as lembranças do reformatório como um espaço destinado aos meninos que viviam em conflito a lei. A sua fala estabelece uma distinção no atendimento desses garotos. Para Augustinho, Pacas foi descrito como o lugar da punição. Contudo, foi lá que ele aprendeu a profissão de padeiro. Ao ser transferido daquela unidade para a Fazenda Santa Rosa, localizada em Garanhuns, Augustinho levava consigo uma profissão.

Ele relembra o dia que o diretor o abordou, perguntando se sabia produzir pães:

Quando eu cheguei lá, o diretor perguntou: “Augustinho eu fui informado que o senhor sabe fazer um pãozinho?” É... Eu disse: “É, seu Genésio eu sei fazer um pãozinho”. “Então eu vou comprar um saco de farinha de trigo, e o senhor vai fazer um pãozinho”. E aí realmente comprou o trigo e o fermento, e eu fiz manualmente mesmo, pão para os meninos todinho, assava no forno, lá tinha um forno grande, antigo, daqueles do tempo da princesa Isabel [Risos]. Agora tinha o forno, ele era todo de ferro. Aí tinha o forno, dava pra assar um pãozinho, um bolinho, aí foi quando os meninos passaram a comer um pãozinho, um bolinho, né?²⁰¹

Ao reproduzir o diálogo, o nosso protagonista sinaliza como passou a ser respeitado pelo diretor, que se reportou utilizando a expressão *senhor*. A proposta foi realizada logo na chegada de Augustinho à Santa Rosa. As memórias da passagem de

²⁰⁰ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidembergue Santos.

²⁰¹ Idem.

Augustinho pela unidade da Febem em Garanhuns foram construídas a partir do discurso do respeito à forma como Augustinho se comportava e da sua responsabilidade frente às atribuições a ele estabelecidas.

Ao descrever o cenário do refeitório, o nosso entrevistado fala com riqueza de detalhes da maneira como aquele espaço era organizado, da disposição das mesas e das cadeiras e do brilho das bandejas de alumínio. Percebe-se desde então que a relação de Augustinho com o refeitório era bastante próxima. No decorrer da entrevista, o próprio Augustinho se encarregou de explicar como foi construída esta relação, afirmando que, ao saber da técnica para produzir pão, logo passou a ser responsável para fazer o café da manhã dos internos.

Augustinho afirma que aquela era a forma de receber o respeito e o reconhecimento do diretor e dos monitores. Ele se tornara útil a essas pessoas e aos próprios colegas. A partir daquele momento, o adolescente passava a receber a importante atribuição de preparar o café da manhã dos meninos de Santa Rosa.

Não podemos deixar de observar que Augustinho era um adolescente que recebia atribuição de um adulto. Naquela época, a própria Funabem considerava que algumas atividades deveriam ser realizadas por adultos. Ao tratar da questão da alimentação das crianças e adolescentes internas nas unidades da Funabem, o manual *O bem-estar do menor* aconselha que os meninos e as meninas não devem se envolver com a produção de alimentos e recomendava que:

Caso haja necessidade do auxílio de crianças na arrumação do refeitório, poderão dar, mas depois da refeição terminada, quando todos já se levantaram da mesa; que esse auxílio seja dado num ambiente de alegria e nunca como punição.²⁰²

Nesse trecho do manual, a preocupação se refere ao ambiente do refeitório, que ele fosse de harmonia e cooperação entre as crianças e adolescentes. O manual ainda trazia sugestões acerca de como os alimentos deveriam ser servidos:

A alimentação deve ser não só farta e boa, mas também bem apresentada. Aqui entra muito a imaginação. Arrumar bem os pratos, enfeitá-los, custa mais dinheiro, apenas mais trabalho. Bem preparada e atraente, a comida agrada mais. Nada mais desagradável do que uma

²⁰² Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. FUNABEM. *O bem-estar do menor*. Rio de Janeiro, 1969. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 31.

mesa mal arrumada, a comida pouco atraente e, pior do que tudo, servida fria, retirada às pressas, passando de mão em mão para facilitar o serviço do pessoal. Comida fria é consequência de uma organização errada de serviço. Se a comida é para ser quente, deve ser quente. Insisto nesse ponto porque não há adulto que suporte comida fria e, assim sendo, não há ninguém com o direito de pensar que a criança não dê importância a isso. [...] Nos Estados Unidos, usam-se muito aquecedores nas mesas, para conservar a comida quente, ou cozinhas suplementares ao lado dos refeitórios, onde a comida possa ser aquecida.²⁰³

Esse discurso nos leva a discutir duas questões importantes. A primeira se refere ao cuidado expresso no discurso da Funabem acerca da alimentação servida às crianças e aos adolescentes. De acordo com as recomendações do manual, os meninos e as meninas deveriam ter uma alimentação rica e atraente. Fazia parte do paradigma do bem-estar a preocupação de garantir a qualidade das refeições, que se confrontava com as práticas cotidianas de Santa Rosa. A alimentação naquela unidade foi assim descrita:

Era batata e macaxeira, de manhã e à noite. Meio-dia era o gugu. Gugu era uma comida da Aliança para o Progresso, vinha dos Estados Unidos, aí doava, era um arroz preto [Risos] na hora do almoço. Ôxe, feijão, hum... Não, ou macaxeira ou batata, manhã, meio-dia e *de noite* é esse Gugu. Não tinha mungunzá, não tinha papa de aveia, não tinha, não; era pra vim comer, ou comia ou morria de fome, era uma coisa séria.²⁰⁴

Além de pouco variada, a alimentação de Santa Rosa provinha de campanhas institucionais do executivo, que, para Augustinho, era nada atraente. Ressaltamos o modo bem-humorado com que nosso protagonista relatou a forma como a alimentação era oferecida. Augustinho dava boas gargalhadas ao lembrar-se do cardápio produzido na unidade. As risadas vinham como forma de desabafo e alívio de um tempo que se passou, mas que ficou marcado na memória.

As memórias sobre o cardápio da Febem foram marcadas pela dinâmica dos horários das refeições e das doações recebidas pela instituição. Para o nosso entrevistado, a comida oferecida para os meninos, além de não variada, tinha sua qualidade questionada. Augustinho lembra com riqueza de detalhes do que era oferecido nos diferentes horários pela instituição.

A *Aliança para o Progresso* foi um programa de intervenção dos Estados Unidos. Criado durante o governo de Kennedy, que tinha como objetivo uma

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

intervenção mais direta dos Estados Unidos nos países da América Latina, no contexto da Guerra Fria.²⁰⁵ Segundo as pesquisas realizadas pelo o historiador Pablo Porfírio, “objetivo do recém-eleito presidente era criar, para a América Latina, novas políticas para ampliação das oportunidades profissionais, educativas e de desenvolvimento de projetos nas áreas de saúde, saneamento, alimentação e outras”. No Nordeste do Brasil, a Aliança atuou de forma expressiva, quando:

Investiu milhares de dólares, por meio de uma cooperação técnica com a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste – SUDENE. Com essas ações, os Estados Unidos desejavam se fazer mais presentes e atuantes em uma das áreas da América Latina, onde se acreditava existir um dos maiores focos de ação comunista no início da década de 1960. Para o governo norte-americano, a pobreza dessa região era considerada um dos principais fatores responsáveis pela aproximação dos trabalhadores, especialmente camponeses, com o comunismo e seus representantes.²⁰⁶

Ao pesquisar os documentos produzidos pela comissão de *Coordenação da Aliança para o Progresso no Brasil*, percebi como foi construída a estrutura e funcionamento deste programa no Brasil. De acordo com o relatório elaborado em maio de 1964, a missão institucional da Aliança foi construída a partir do seguinte objetivo:

Construída sobre os alicerces da operação Pan-Americana, a Aliança para o Progresso teve como instrumento básico a Carta de Punta del Este, firmada em 17 de agosto de 1961. Foi-lhe atribuída a união de todas as energias dos povos e governos das repúblicas americanas, a fim de desenvolver magno esforço cooperativo capaz de acelerar o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, com o objetivo de alcançarem o máximo grau de bem-estar com iguais oportunidades para todos, em sociedades democráticas adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades.²⁰⁷

Neste documento, podemos perceber que a narrativa acerca das ações de intervenção norte-americana no Brasil e nos países latinos foi construída a partir do

²⁰⁵ Sobre a Guerra Fria, ver: HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 - REIS, Daniel Araújo; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. *O século XX: tempos de crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²⁰⁶ PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *De pétalas e pedras: a trajetória de Francisco Julião*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2013.

²⁰⁷ BRASIL, Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica. *Estudo analítico sobre as bases institucionais (objetivos, recursos, instrumentos, regime de cooperação)*. Rio de Janeiro, 1964.

discurso humanitarista e intervencionista, quando a lógica do “bem-estar” passou a ser sinonímia de cooperação multilateral entre os Estados Unidos e os governos latino-americanos.

Não podemos deixar de registrar que a Aliança também possuiu um efetivo interesse no combate ao Comunismo. Ao se voltar sobre a atuação da Aliança para o Progresso no Brasil, o cientista político Ricardo Allagio Ribeiro nos afirma que o interesse do governo norte-americano era voltado para o combate ao crescimento da influência da União Soviética nos países latinos depois da tomada de Cuba pelo Regime Comunista. De acordo com Ribeiro, “a Aliança para o Progresso significou uma nova abordagem, baseada no pressuposto de que o desenvolvimento era não só inevitável como também necessário para os interesses econômicos e da segurança nacional dos Estados Unidos”.²⁰⁸

Durante nossas pesquisas, observamos que as produções historiográficas sobre a política das relações internacionais têm privilegiado a atuação da Aliança. Há um “consenso” entre os historiadores brasileiros e americanos ao afirmarem que a Aliança representou um programa de forte intervenção dos Estados Unidos, que buscava atuar na esfera econômica, política e social dos governos da América Latina, nos anos de 1960 e 1970.

A partir de documentos pesquisados no Brasil, Estados Unidos e outros países da América Latina, o historiador James Green analisou a atuação da Aliança para o Progresso. De acordo com suas pesquisas nos jornais norte-americanos, a Aliança era propagada como “um vasto esforço cooperativo, de magnitude e nobreza de propósitos sem precedentes”. Em seu livro, *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*, Green afirma que:

Kennedy lançou a Aliança para o Progresso no dia 13 de março de 1961 em uma elegante recepção na Casa Branca, cercado de diplomatas latino-americanos e membros do Congresso. Seu programa de dez pontos para um plano de 10 anos de duração prometia uma década de progresso democrático.²⁰⁹

²⁰⁸ RIBEIRO, Ricardo Allagio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2006.p. 25.

²⁰⁹ GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Desse modo, podemos observar que o objetivo do governo norte-americano deveria contemplar o prazo de uma década, o que, no nosso entendimento, representa uma efetiva intervenção na cultura política e econômica dos países da América Latina. As estratégias da Aliança eram articuladas pela United States Agency for International Development – Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), que por sua vez buscou atuar em parceria com os estados autoritários latino-americanos, implantados na segunda metade do século XX.

Os estudos realizados por Cecília Azevedo se apresentam de fundamental importância para entendermos como a Aliança atuou na área da assistência social. Os resultados de sua pesquisa acerca da atuação do programa no Brasil afirmam que as áreas de educação, saúde e assistência social foram contempladas. Para Azevedo, o Nordeste brasileiro, passava a ser uma região de efetiva atuação da Aliança por se apresentar como um espaço de forte atuação do Partido Comunista e dos movimentos sociais, mais notadamente em Pernambuco, e por apresentar índices alarmantes de pobreza.²¹⁰

O relatório produzido pela Aliança, datado de 1966, registra que uma das ações da Aliança foi direcionada para a distribuição de alimentos para as crianças consideradas carentes. De acordo com o documento:

Em 1963, registrou-se aumento significativo tanto na qualidade como na quantidade de alimentos na dieta das crianças latino-americanas. Diariamente, mais de 9 milhões de crianças receberam alimentos por intermédio desse programa, em 18 países-membros da Aliança para o Progresso. Durante o ano de 1964, as nações da América Latina contribuíram com mais de 13 milhões de dólares para complementação do programa. Este montante não inclui os salários dos administradores, pessoal que lida com os alimentos, dos educadores e distribuidores. Além disso, os pais das crianças e voluntários locais têm trabalhado gratuitamente no programa. Durante esse período, os Estados Unidos contribuíram com cerca de 28,5 milhões de dólares em alimentos, equipamentos de cozinha, utensílios para o serviço de copa, refeições e veículos.²¹¹

Esse documento nos leva a perceber como foi construída a dinâmica institucional da Aliança no Brasil, demonstrando-nos que o programa se configurava como uma ação bilateral. Os países latino-americanos, membros da Aliança, somavam

²¹⁰ AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos de Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

²¹¹ BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Aliança para o Progresso: conceito, objetivos, estrutura e realizações no Brasil*. Rio de Janeiro: 1966. P. 41 Acervo: Biblioteca Nacional.

força com o governo estadunidense na execução do programa, que por sua vez possuía a colaboração dos voluntários, os pais das crianças atendidas pelo programa.

De acordo com a reportagem do Jornal do Commercio, a Usaid se apresentava como uma parceira do Governo de Pernambuco, na construção da política de assistência ao chamado “menor abandonado”. O depoimento do diretor de Pacas relata como tal parceria era realizada:

Ao meu ver, o problema do “menor abandonado” em nosso estado é por demais complexo e dispendioso. O Governador Paulo Guerra e o secretário João Roma estão empenhadíssimos em tudo a fazer pela sorte do *menor*. E, para isso, a Secretaria do Interior e Justiça elaborou um programa piloto, a ser indicado ainda no corrente ano, usando recursos orçamentários existentes e suas taxas próprias arrecadadas para recuperação de *menores*, coma a ajuda do Usaid. Esse programa está sendo examinado pelos técnicos da Usaid que estão interessados em ajudar o Estado na solução do grave problema. [...] Com o programa-piloto da Usaid, o Instituto Profissional de Pacas poderá abrigar o maior número de crianças abandonadas da capital e do interior, pois há possibilidades, tendo em vista a extensão territorial, o seu bom clima e outros fatores tão propícios para a recuperação do *menor* em nosso Estado.²¹²

Ao retratar os alimentos doados pela Aliança para o Progresso, Augustinho detalhou como era transportado o gugu, espécie de arroz preto que vinha dos Estados Unidos. Além do gugu, Augustinho também mencionou que a Febem recebia farinha de trigo. Ele relembra dos sacos onde era embalada a alimentação, gesticulando com as duas mãos o símbolo do programa de intervenção social norte-americano.

Nesse sentido, ao cruzarmos as memórias de Augustinho com a documentação produzida sobre a Aliança, percebemos como foi construída uma política pública da assistência às crianças e adolescentes atendidas pela Febem, no contexto do Regime Militar. Momento da nossa história marcada pela intervenção política e econômica estadunidense, que procurou atuar em diferentes esferas do cotidiano.

O relato de memórias de Augustinho sobre Santa Rosa nos fez buscar um diálogo entre o seu microcosmo social e a macropolítica nacional. Ao acompanharmos esse itinerário individual de Augustinho, fomos conduzidos ao “jogo de escalas”. Como nos falou o historiador francês Jacques Revel, esse procedimento nos leva a conhecer a

²¹² JORNAL DO COMMERCIO. *Como vai o Instituto de Pacas depois da nova administração*. Recife, 26 de julho de 1964, p. 30.

“multiplicidade de experiências, a pluralidade de seus contextos de referência, as contradições internas e externas das quais são portadoras”.²¹³

Augustinho tornara-se padeiro. Essa foi à profissão que aprendeu na Unidade de Pacas, exercitou em Santa Rosa e acabou tomando-a como ofício. Augustinho fala de sua profissão como uma conquista. Em seu relato, construiu uma imagem do adolescente disciplinado, daquele que tinha aprendido as regras:

Era educativo, era militar, lá era cheio de coluna, agora cada coluna tinha uma caquera, cheia de pó de serra. Pronto, o lugar de cuspir era ali; agora, se ele fosse visto cuspendo no chão, o pau comia. Lá, o refeitório era muito maior que essa *casa* aqui, as mesas de madeira, cadeira. Olhe, na hora da refeição, parecia que não tinha ninguém, as bandejas, aquelas bandejas de alumínio, ninguém ouvia uma *zuada*, se fosse pego arranhando assim, o pau... Quem fosse pego arrastando assim a cadeira... Oxe! Era pau, era cacete mesmo, na época, era...

Ao narrar as normas estabelecidas pela equipe dirigente, Augustinho defende que tal prática possuía um caráter educativo e que era justificado por se tratar do ideário militar. A ideia de Febem, defendida por Augustinho encontra-se relacionada à perspectiva de uma “funcionalidade”, de um campo eficiente de “fabricar” o trabalhador.

Ao analisar o sistema jurídico-assistencial voltado para a área das crianças e dos adolescentes, Passetti nos afirma que, ao longo do tempo, a nossa sociedade buscou aprisionar meninos e meninas a partir da lógica de que “a internação em espaços fechados fortalecia a obtenção de utilidade e obediência dos corpos, e as iminentes relações de poder produziam positividade produtivas, políticas e sociais”. A Funabem/Febem reproduziu a lógica do atendimento à “cultura punitiva da vingança, do ressentimento, do julgamento e da prisão”.²¹⁴

Ao analisar as instituições de assistência nas sociedades ocidentais modernas, Michel Foucault nos afirmou que esse período foi marcado pelo interesse do Estado em construir um “poder sobre a vida das pessoas”. Um biopoder, que buscou atuar de forma

²¹³ REVEL, Jacques. *Microanálise e construção social*. REVEL, Jacques (Org.). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

²¹⁴ PASSETTI, Edson. *Ensaio sobre um abolicionismo penal*. In: SOUZA NETO, João Clemente & NASCIMENTO, Maria Letícia (Orgs). *Infância: violência, instituições e políticas públicas*. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

microfísica, que procurou manipular e adestrar as pessoas comuns, produzindo rituais de verdade.²¹⁵

Foucault nos afirma que o poder é “construído de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas de justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria”, exercido no nível da vida cotidiana das pessoas comuns. Um poder sedutor, que cria relação de “dependência e pertinência”, construindo um jogo de forças que se entrecruzam com na trama do cotidiano.²¹⁶

O tempo foi passando, e Augustinho foi ganhando a confiança dos monitores e dos diretores da Febem. Ele era constantemente convidado para passar os fins de semana na casa dos dirigentes, o que sinalizava uma oportunidade de trabalho após completar 18 anos, período de sua vida em que ele deveria deixar a Febem. Na sua narrativa, ele explica: “Aos 18 anos, quem tivesse família ou não tivesse, tinha que deixar a unidade”.

Mas para onde ir? Ao sair da Febem, Augustinho foi trabalhar em uma padaria em Garanhuns. Contudo, depois de alguns meses, ele retorna para trabalhar como empregado na fazenda de um diretor da unidade Santa Rosa. Ao narrar esse momento de sua vida, ele relembra:

Trabalhei uns 6 meses numa padaria em Garanhuns, depois eu voltei à Santa Rosa de novo e o tempo foi passando, eu disse: “Sabe de uma coisa?”, falei com os monitores, eles disseram: “Olha, Augustinho, se tu ficar aqui, tu não vai passar disso, vai trabalhar na fazenda, tirar capim...” “Zé Neto gosta muito de tu, mas pra trabalhar”. Eu gostava de trabalhar mesmo. “Então, eu vou te dar a passagem, tu pega o ônibus de Correntes, em Garanhuns, tem o ônibus de Correntes. Toma o dinheiro da passagem e desaparece”.

Ao relatar esse acontecimento, Augustinho construiu o discurso do “cuidado de si” ao cuidado com vida. Ao construir a “imagem de si”, da sua trajetória, ele se coloca como alguém que decidiu o seu destino. Foi nesse cenário que ele narrou a última fuga:

Eu saí que nem cego em tiroteio. Saí que nem sabia nem onde era a Febem. É, sabia não. Aí, quando cheguei lá na antiga rodoviária do Recife, peguei um táxi, mas o dinheiro não dava pra pagar. Eu

²¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007.

²¹⁶ FOUCAULT, Michel. *História dos homens infames*. In: MOTTA, Manoel de Barros (Org.). *Coleção Ditos e Escritos IV - Michel Foucault: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

contando a situação... Ainda hoje eu *mim* lembro e digo, no dia que eu mudar de vida, tiver rico, eu procuro esse taxista... [Silêncio]. Aí, peguei esse táxi, saí conversando com esse taxista, conversando, contando a situação, mas lá vai. É que eu queria ir na sede da Febem, e ele disse: “Eu levo você lá”, e o táxi lá contado [o entrevistado reproduz o som: “tchi, tchi, tchi...”]. O táxi... [Risos]. Quando eu cheguei na porta da Febem, fui pagar a ele, ele não recebeu, disse: “Olhe eu sei a situação de uma pessoa desempregada, então não precisa você pagar nada”. Foi aí, nisso eu entrei pra sede, lá falei com Dona Tereza, ela *mim* mandou vim aqui pra Pacas, tinha padaria...²¹⁷

Fugir para onde? Ao lembrar-se da sua última fuga, Augustinho não se esquece da solidariedade que encontrou no caminho, do detalhe do cotidiano que marcara a sua memória. Fugir da Febem para a sede da Febem. Estudar a trajetória de Augustinho me fez perceber como a Febem atuou sobre a sua vida. Augustinho procurou defender o ideário Febem, uma vez que, para ele, a instituição construiu práticas e formas de interpretar o mundo. Ele relembra dos diretores e dos monitores com saudade, lamentando a sua extinção e declara a seu carinho por ela. Do abandono à conquista de outra “família”: a Febem.

²¹⁷ Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

PARTE 2

CARLOS

Lembro-me de que foi durante uma manhã de sábado que conheci Carlos. Estava apresentando a proposta pedagógica de mais um curso de extensão voltado aos conselheiros/as tutelares do Recife quando comentei que estava desenvolvendo uma tese sobre os meninos e meninas que passaram pela Febem. Naquele instante, um conselheiro apontou para um senhor grisalho, afirmando: “Então o senhor tem que entrevistar Carlos Aminésio, ele foi do tempo da Febem”.

Carlos era o “senhor grisalho”, conselheiro tutelar que naquele momento estava participando do curso. Fiquei surpreso e ao mesmo tempo curioso para saber sobre sua trajetória. No final da aula me aproximei de Carlos e disse que realmente gostaria de conhecer o que ele fazia na instituição. Ele olhou para mim e respondeu: “Professor, eu fui um dos meninos da Febem”. Naquele instante, passei a ficar ainda mais curioso e logo passei a vislumbrar como seria instigante falar sobre a história de uma criança que passou pela Febem que se tornou um conselheiro tutelar.

Logo procurei saber da sua disponibilidade de falar da sua trajetória de vida. Ele aceitou de imediato. Falou que gostava de contar a sua História e que até já tinha pensado em escrever um livro sobre o seu tempo de menino. Então eu perguntei: “Seu nome é Carlos Aminésio?”. Ele respondeu: “Não. Aminésio é apelido. Eu costumo esquecer muito das coisas”. No momento, descontraidamente, afirmei que iria entrevistá-lo sobre suas memórias de infância, que por sua vez são construídas por lembranças e também dos esquecimentos.

Depois daquele encontro, demoramos mais de 3 anos para realizar a entrevista. Justifico: logo após integralizar o curso, ele concluiu o mandato de conselheiro tutelar. No final de 2012, graças à interlocução da Conceição Pimentel, na época presidente da Associação de Conselheiros Tutelares, restabeleci o contato com Carlos. Ao atender à minha ligação, ele afirmou que, mesmo sendo o *Aminésio*, lembrava perfeitamente do meu trabalho e do meu interesse de produzir uma entrevista sobre a sua trajetória de vida.

Carlos Alberto da Silva Santos nasceu no Recife, em 1962. Cresceu entre os morros e os asfaltos de Casa Amarela, bairro localizado na zona norte da capital de Pernambuco. Viveu no Alto José Bonifácio, em companhia de Dona Marta, sua mãe, e mais uma irmã. Filho de pais separados, Carlos cresceu nos morros do Recife, onde

conhecera desde cedo o trabalho. Passou pela Febem, pelo Exército, tornou-se professor de artes marciais, líder comunitário e conselheiro tutelar. Nesse percurso, construiu a sua família.

Carlos foi para a Febem em 1974, aos 12 anos de idade, desligando-se da instituição, em 1980, ao completar os seus 18 anos. Nesse período, ele foi aluno do Centro Comunitário localizado no bairro da Mangabeira, que se encontra próximo do Alto José Bonifácio. Esse Centro foi construído no Governo Paulo Guerra, representando uma parceria firmada entre a gestão estadual e da Funabem.

A Febem de Carlos é uma Febem do controle e da prevenção. Daí o meu interesse de escolher a sua trajetória de vida para construir esta trama. A partir da história de Carlos é possível conhecer os núcleos preventivos, um território ainda inexplorado pela historiografia. Esses núcleos são espaços físicos e sociais construídos nas comunidades das periferias das grandes cidades e dos municípios mais populosos do interior, onde eram desenvolvidas ações voltadas para as crianças e os adolescentes, envolvendo suas famílias. Nessas unidades da Febem, a instituição tinha a missão de desenvolver ações preventivas direcionadas para população pobre.

No contexto das ações da Funabem/Febem, os anos de 1970 representaram uma década de efetiva aproximação das ações governamentais com a gestão dos governos militares em Pernambuco. Nesse período, a Funabem passou a estabelecer parcerias com a gestão estadual e com as instituições privadas que atuavam no campo da proteção à infância.

Para além dos muros, a segunda metade dos anos de 1970 demarca um período de início de um movimento questionador do paradigma Funabem/Febem. É nesse momento que assistimos a articulação dos movimentos sociais voltados para uma campanha em defesa dos direitos da criança e do adolescente, onde a Igreja Católica teve um papel importante nesse processo. É importante lembrar que esse movimento é construído no cenário político de contestação do próprio Regime.

Na década de 1970, a Febem passou a produzir a política preventiva através dos núcleos preventivos, chegando a construir 36 espaços na Região Metropolitana do Recife e no interior do Estado, conforme o mapa seguinte:

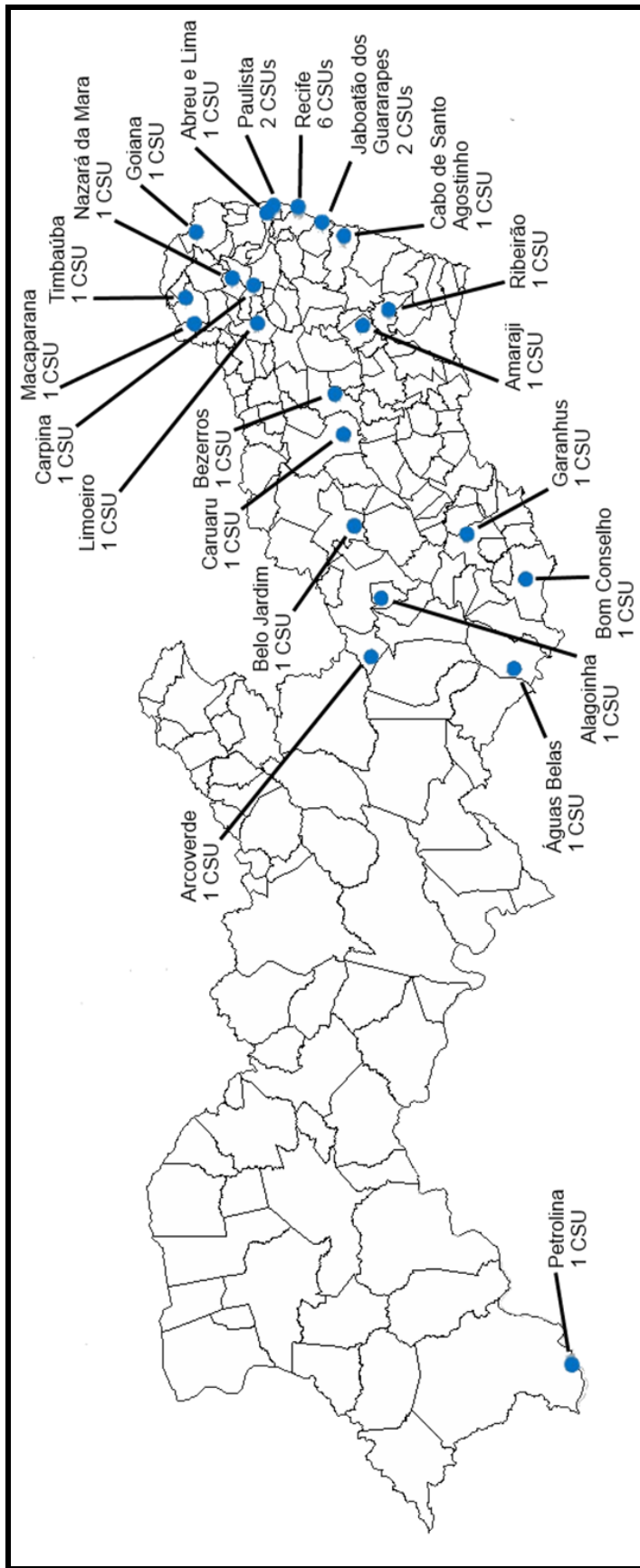


Figura 9: Mapa dos núcleos preventivos, também chamados de Centros Social Urbanos CSU, em Pernambuco. Interferência sobre o mapa de Pernambuco: Israel Ferreira/Humberto Miranda. Fonte: FERREIRA NETO, João Constantino. *Dificuldades na escolarização dos adolescentes privados de liberdade em Pernambuco*. Recife: Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011.

Os núcleos preventivos foram construídos para atender ao ensino regular de crianças que pertenciam às famílias populares, para promover educação profissionalizante para os adolescentes e para os pais e as mães. Através dos núcleos, a Febem buscava atuar de forma mais próxima com a comunidade, partindo da ideia de intervir diretamente no cotidiano das famílias populares. O mapa seguinte registra as cidades onde a Febem implantou esses núcleos em Pernambuco.

O mapa a seguir demonstra a capilaridade da instituição no interior do Estado e como os núcleos preventivos foram distribuídos nas diferentes regiões interioranas. Através dos núcleos, a instituição teve a possibilidade de ampliar a sua linha de ação preventiva, atuando para além das unidades de internação. Com a extinção da Febem em Pernambuco, esses núcleos tornaram-se Centros Sociais Urbanos - CSUs.

É na construção dessas memórias do tempo de criança que Carlos me falou do pós-Febem e do (re)encontro com sua família, dos seus vizinhos e amigos. É nesse momento que a trajetória de Carlos se encontra com a História do Morro da Conceição, bairro da zona norte do Recife. O bairro aparece como o “espaço praticado”, espaço onde as pessoas se encontram e se organizam; onde “a criança, o pequeno comerciante, a mãe de família, o jovem, o aposentado, o padre, o médico” e outros agentes históricos constroem um cotidiano.²¹⁸

Debruçar-se sobre a trajetória de Carlos permitiu-me conhecer a “Febem da prevenção” e discutir a questão da reintegração social do menino que vivenciou a experiência do pós- Febem. O Centro Comunitário da Mangabeira, além de representar um desdobramento dessa política, tornou-se um espaço de integração regional da Funabem, onde eram oferecidas atividades de formação para os técnicos que atuavam nas fundações localizadas no Norte e Nordeste do País.

²¹⁸ MAYOL, Pierre. *Morar*. In: CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 46

TERCEIRO CAPÍTULO

Entre o morro e o asfalto: memórias do tempo de criança

Eu ficava na tocaia, e eles faziam os assaltinhos. Aí, a gente dividia o dinheiro. Eu dizia à minha mãe que carregava frete, que era carregando na feira, botando água... Porque, no meio da semana, eu botava água de ganho e areia, pegava areia, frete de areia - assim, dois galões [gesticula] -, subia ladeira para as pessoas construírem suas casas lá no morro; tanto no Morro da Conceição como lá no Alto José Bonifácio. Eu era um cara bem conhecido: “Olha! Domingo tem que carregar areia! Fala com ele!”. Aí, eu carregava areia e carregava água. E o dinheiro que eu arranjava no sábado e no domingo era o que a gente saía. Porque furtava mais no sábado e no domingo. A gente fazia aqueles pequenos furtos...²¹⁹

Essa história aconteceu no Recife, na década de 1970. Filho de Dona Marta, que naquela época trabalhava como empregada doméstica, Carlos morava com o padrasto e os irmãos em uma casa localizada no Alto José Bonifácio, comunidade que pertencia ao bairro de Casa Amarela. Ele relembra que, desde tenra idade, adentrou no mundo do trabalho e que vivia uma atividade paralela de “tocaia” ou até mesmo praticar furtos na feira, em parceria com outros garotos. No decorrer do seu relato, ele afirma: “Mamãe saía pra ir trabalhar, eu e dois amigos *ia* furtar nas comunidades”.

Ao produzir as “memórias de si”, Carlos gesticula, movimentando o corpo, fita o olhar para narrar, não apenas com palavras, a memória do seu tempo de menino. No seu relato de memórias, ele elabora imagens do cotidiano de quem viveu nos morros da cidade e que transitava no asfalto, na feira de Casa Amarela. Nesse sentido, é na fronteira entre o morro e o asfalto que esta trama será construída.

O cenário dos altos, das casas construídas nos morros da cidade, eram espaços marcados pelas desigualdades sociais, que se desdobravam nas mais diferentes formas de sobrevivência. Carlos ressalta como era importante ser reconhecido pela comunidade

²¹⁹ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

onde morava, como o “garoto trabalhador”. Era no morro que ele carregava frete de areia e de água para atender às demandas de seus vizinhos. De acordo com seu discurso, muitas vezes colaborou para a construção dos “arrimos” físicos que sustentavam os barracos dos morros, na procura de se tornar um “arrimo” de sua família.

Mas o cotidiano de Carlos também foi marcado por vivências consideradas ilegais. Ao relatar como foram construídas as estratégias para praticar os chamados *assaltozinhos* em parceria com os seus colegas, ele afirmou:

No Alto, eu não andava com eles, mas nos encontrávamos na Rodinha. Eu não sei se eu era mais sabido do que eles ou eles *era* mais sabidos. Na comunidade, eles davam na vista, e eu não dava. Quando eu saía da comunidade da Rodinha, eu era mais violento do que eles. Às vezes, eu era mais violento que eles... Eu era um bom menino da comunidade, quando a gente saía, eu era um mau menino. Em uma dessas investidas, a minha mãe descobriu.²²⁰

Nesse relato, Carlos redesenha as imagens dos morros do Recife, situados na zona norte da cidade, na década de 1970. Naquela época, o Alto José Bonifácio e a Rodinha pertenciam ao bairro de Casa Amarela, considerado um dos mais populosos da capital pernambucana. Assim como o Alto José Bonifácio, a Rodinha era uma comunidade marcada pela desigualdade social, seus moradores eram trabalhadores subempregados que faziam parte do cenário marcado pela pobreza.²²¹

Mas quem eram eles? Boquinha, Nino e Boca Larga também fazem parte desta História, eles eram os seus colegas da Rodinha. Para Carlos, o convívio com os meninos e a prática de pequenos assaltos exigiam acima de tudo a construção de uma autodefesa, haja vista que eles transitavam no universo do perigo, da ameaça de serem abordados e detidos pelos comissários de menores ou pela própria polícia. Viver naquele grupo era sempre um desafio que se desdobrava na aprendizagem da defesa.

Na produção deste relato, ele afirmou que era considerado um “bom menino” por seus familiares e por seus vizinhos do Alto. O bom menino era aquele que atendia às regras estabelecidas; uma criança que se comportava, trabalhava para ajudar financeiramente a família ao “carregar frete na feira de Casa Amarela”. Mas a identidade do “bom menino” convivia com a do “mau menino”. O “mau menino”

²²⁰ Idem.

²²¹ No próximo Capítulo, será discutida a questão da pobreza e das políticas públicas construídas pela Febem nos morros do Recife.

praticava pequenos furtos, roubava e, em companhia de outros “maus meninos”, organizava as mais diferentes formas de conseguir dinheiro ou objetos de valor através de atividades consideradas ilegais.

É possível considerar que essa relação maniqueísta entre o “bom” e o “mau” menino representa a forma que Carlos buscou para se sentir integrado socialmente. Ao analisar a construção histórica e social das infâncias e a problemática do “menor”, o sociólogo Edson Passetti afirma que a sociedade brasileira construiu “o delírio do bom menino”, aquele que, para ser aceito socialmente, deve “estar trabalhando, estudando, vivendo em família, vivendo a vida social num constante ato de produzir e consumir”.
222

Esse conceito de integração social, ou o “delírio”, conforme sublinha o autor, faz projetar a ideia de que os “mundos da criança, do jovem e do adulto são partes do mesmo mundo”. Desse modo, ao longo do tempo e do espaço, a sociedade brasileira construiu projeto para as nossas crianças e nossos adolescentes um modelo de “criança ideal”, do “bom menino”, e esse modelo vem sendo reproduzido nos discursos daqueles que promovem as políticas públicas e no cotidiano das famílias e das crianças.

É possível afirmar que tais códigos foram assimilados por Carlos, que, ao construir o discurso de sua trajetória, também estabeleceu as fronteiras que demarcaram as formas de convívio com a sua família e com os moradores do Alto José Bonifácio. A perspectiva maniqueísta “do bom menino” e “do mau menino” também sinaliza uma estratégia construída na manutenção do convívio com a família e com a vizinhança no Alto José Bonifácio. O Alto e o asfalto definiam o limiar entre os dois espaços: o primeiro o espaço do “bom menino”, do trabalhador, e o segundo, do “mau menino”, aquele que, sem medo e temor, praticava as ações delituosas.

O relato de memórias construído por Carlos procurou produzir uma dupla identidade. Mas como se pode entender a relação entre memória e identidade? De acordo com a historiadora Lucília de Almeida Delgado, as identidades são construídas a partir das experiências de um povo, produzidas por sujeitos históricos, “individuais e coletivos”.²²³ Desse modo, analisar os fragmentos das memórias é estar atento à produção de identidades construídas pelo entrevistado, que, ao narrar sua trajetória de vida, constrói imagens e representações sobre o “eu”.

²²² PASSETTI, Edson. *O que é menor*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

²²³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica: 2006.

Essa relação entre a produção dos relatos de memória e a construção das identidades deve ser problematizada. Michel Pollack afirma que, ao se debruçar sobre os relatos orais como fonte para escrita da História, o pesquisador deve observar que “memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”, tanto do ponto de vista individual como coletivo. No processo de “reconstrução de si”, os indivíduos buscam estabelecer um sentido de coerência e de continuidade na sua narrativa, onde o entrevistado procura construir uma “imagem de si”, que por sua vez se articula com uma “identidade social”.²²⁴ Carlos construiu uma “imagem de si”, elaborada a partir do discurso moralista, que reproduz os “códigos de conduta e convivência” construídos a partir do princípio dicotômico da moral e ética burguesa, quando o trabalho e o trabalhador são considerados parâmetros do indivíduo aceito socialmente.

Relembrando as ações do grupo, Carlos relata como eram organizadas as táticas elaboradas na execução dos assaltos:

Era o tope de linha, o Bompreço de Casa Amarela. É o primeiro supermercado que existiu aqui, no centro de Casa Amarela. Não, o primeiro Bompreço! Aí, a gente fazia aqueles pequenos furtos ali. Eu vinha, corria, batia, empurrava as velhas, e Nino tomava a bolsa e corria. E quando era no final de 2h da tarde, a gente dividia o dinheiro. Eu pegava meu “fretezinho” e voava pra casa. E dizia à minha mãe que era de frete, de carregar areia.²²⁵

A narrativa sobre as estratégias das ações do grupo se mistura com a preocupação de registrar como construía o discurso para justificar como conseguira o dinheiro para ajudar nas despesas da casa. Durante a entrevista, Carlos sempre ressaltava que praticou os pequenos furtos porque “passava necessidade”. Ele afirma que a necessidade era de ordem financeira, a situação de pobreza na qual a sua família estava inserida pode ser entendida como um dos motivos da sua aproximação com o grupo.

Ao colocar no diminutivo a palavra *assalto*, Carlos buscou dar um sentido que os assaltos praticados não causavam um efeito trágico na vida daqueles que foram assaltados. Mas, no seu discurso, percebe-se que ele tinha o discernimento de que as suas práticas eram delituosas. Daí a sua tática de mantê-las em segredo. Ele tinha a

²²⁴ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: 1992, p. 200-212.

²²⁵ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

consciência de que as suas práticas poderiam comprometer o seu convívio com a família e com os vizinhos do Alto José Bonifácio.

Mesmo ressaltando que os assaltos praticados eram de pequenas proporções, Carlos detalha como foi realizada a organização do grupo para as ações nos finais de semanas. Os “assaltozinhos” exigiam acima de tudo uma organização coletiva. Nessa prática, cada integrante do grupo possuía uma missão que deveria ser executada da melhor forma para não comprometer a ação planejada. Contudo, no seu discurso, esses “assaltozinhos” deveriam ser ocultados, uma vez que ele tinha consciência de que se tratavam de atos infracionais.

Era em Casa Amarela que o grupo praticava os “pequenos furtos”, bairro que se tornou o território de atuação dos meninos. Na década de 1970, o comércio de Casa Amarela já era conhecido pelo expressivo número de feirantes, que negociavam os mais variados produtos. De acordo com estudos do historiador Antonio Torres Montenegro, a História de Casa Amarela é marcada pelos conflitos provocados por especulações imobiliárias e pelos movimentos sociais organizados pelos moradores que reivindicam o direito de moradia. Para o historiador, o bairro caracteriza-se como uma das áreas de maior densidade demográfica do Recife, sendo sua ocupação construída por moradores dos mais diversos setores, entre eles os migrantes das áreas rurais e operários da fábrica têxtil instalada na década 1930.²²⁶

Carlos recorda com saudade de Casa Amarela, que foi sempre lembrada pelo seu mercado e pela “grande feira” localizada em seus arredores. Naquele período, o comércio do bairro era reconhecido como um dos mais importantes espaços de varejo popular do Recife, assim como nos dias atuais. No tempo de menino, a construção de um supermercado nessa região atraía ainda mais o interesse das pessoas em procurar o bairro, aumentando o número de circulação de pessoas imbuídas no sentido de vender ou comprar as mais diferentes mercadorias.

As lembranças de Carlos também permitem analisar como foram construídas a organização do plano e a execução dos assaltos, até chegar ao momento da divisão do dinheiro adquirido por meio do roubo ou do furto. É nesse trecho da entrevista que Carlos pinta com cores fortes a questão do compromisso de cada integrante com o grupo. Esse compromisso se desdobra com a lealdade de cada garoto com a ação

²²⁶ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

coletiva, e foi a partir dessa experiência que surgiu uma relação de aproximação afetiva e respeito entre Carlos e os seus colegas, relembrando com saudade a trajetória de seus colegas.

Boquinha e Nino Boca Larga foram assassinados, e, quando eles foram assassinados, eu já não fazia parte mais do sistema deles. Eu já estava no quartel, eu já era soldado do Exército. Eu sempre conversava com ele, não deixei de conversar e ter amizade. Mas sempre eu conversava com ele, que já eram adultos já! Eu era três anos mais jovem do que ele. Eu estava com 17 [anos], 17 pra 18, quando foi assassinado Boquinha. Estava com 19, e o finado Nino pegou presídio, aí contava com quase 21.²²⁷

Conforme se observa nesse relato, foi lembrando-se do fim trágico da trajetória de vida dos seus colegas que Carlos construiu o discurso de como foi providencial a sua ida para Febem. É importante frisar que a história de meninos e meninas que vivenciaram a situação de conflito com a lei também é marcada por fatalidades, por “um caminho sem volta”.

As memórias de Carlos sobre Boquinha, Nino e Boca faz lembrar as trajetórias dessas crianças que tiveram suas vidas ceifadas. Esses meninos e meninas inspiraram o romancista José Lozeiro, que, ao escrever *Infância dos Mortos*, retratou o dia a dia de crianças e adolescentes que viviam em situação de rua ou em conflito com a lei, que foram mortas por se envolverem no universo da criminalidade.

A história de Pixote foi construída por José Loureiro, jornalista e literato que viveu na capital fluminense, e a partir de sua experiência na cobertura do conflito vivido entre adolescentes e policiais, na cidade mineira de Camanducaia, decidiu escrever a obra *Infância dos Mortos*, publicada em 1977. A obra serviu de inspiração para produção do filme *Pixote: a lei do mais fraco*, de Hector Babenco, ganhador de vários prêmios internacionais e que trouxe à baila o problema das crianças e dos adolescentes que viviam em conflito com a lei.

O romance-reportagem *Infância dos Mortos* foi produzido no momento da História do Brasil marcado por vários conflitos relacionado à institucionalização da assistência às crianças e aos adolescentes considerados pobres, abandonados ou que viviam em conflito com a lei. José Loureiro busca uma reportagem sobre a “Operação Camanducaia” para o jornal *Folha de São Paulo*, que ficou conhecida como um dos

²²⁷ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

casos divulgados sobre a atuação da polícia militar do Estado de São Paulo sobre os “menores”, quando 93 meninos foram colocados dentro de um ônibus em direção à cidade mineira de Camanducaia, onde, no meio do percurso, os garotos foram obrigados a se despirem, sendo, em seguida, lançados para fora do veículo e jogados em um penhasco pelos policiais.²²⁸

José Lozeiro criou o personagem Pixote, menino que transitou no mundo das ruas e que, a partir de seu envolvimento com crime organizado, teve sua infância perdida e sua vida encerrada na juventude. A história de Pixote repercutiu de forma tão expressiva que se tornou personagem de cinema, porque a “questão do menor” estava na ordem do dia, a sociedade expressava o medo de conviver com os chamados *trombadinhas*, *cheira-colas*, e as denúncias apontavam para a morte diárias de adolescentes que se envolviam no universo da criminalidade. Nos anos de 1980, o cineasta Hector Babenco, inspirado na literatura policial de Lozeiro, dirigiu o filme que narra a história de meninos que tiveram “o caminho sem volta”.²²⁹

A história de Boquinha, Nino e Boca, assim como a trajetória de Pixote, foi marcada pelo abandono e pela lógica da “lei do mais fraco”, que adentra na vida dessas crianças sem infância. Boquinha, Nino e Boca fazem parte de estatísticas que apontam os expressivos índices de criminalidade nas grandes cidades brasileiras, nas décadas de 1970 e 1980, marcadas pela violência exercida sobre crianças e adolescentes envolvidos com os crimes e pelas instituições criadas a partir do objetivo de controlá-los e puni-los.

Os assaltos praticados por Carlos, Boquinha, Nino e Boca Larga permitem conhecer como tais práticas eram construídas pelos meninos, que, ao desrespeitarem as normas e os códigos de conduta estabelecidos pelos aparatos de controle e vigilância, executando os assaltos, organizavam-se enquanto grupo, elaboravam estratégias e estabeleciam territórios de atuação de forma sistematizada. Essa História das crianças e dos adolescentes dos morros do Recife também é marcada pela burla, pelo não respeito das regras e códigos estabelecidos no cotidiano.

O trabalho realizado pela historiadora Izabel Frontana sobre o cotidiano das crianças em situação de rua registra que, na década de 1970, as grandes metrópoles

²²⁸ A matéria produzida por José Loureiro sobre a “Operação Camanducaia” inicialmente possuía oito laudas. Depois de passar pelo crivo da censura, o artigo foi reduzido para 64 linhas, evidenciando como os militares buscavam controlar a imprensa da época. A partir desse episódio, Loureiro abandonou a profissão de jornalista e passou a se dedicar a escrever romances. LOUZEIRO, José. *Infância dos mortos (Pixote)*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

²²⁹ Babenco, Hector (Direção). *Pixote - A Lei do Mais Fraco*. São Paulo/Rio de Janeiro: 1987

brasileiras conviviam com o problema social da presença de meninos e meninas que praticavam as mais diferentes ações na busca pela sobrevivência. Ao se debruçar sobre as manchetes de jornais e documentos produzidos pela Febem de São Paulo, Frontana afirma que:

A porta da casa e a rua definiam, assim, o limiar entre dois espaços, o privado e o público, este último apresentando-se como o único a oferecer oportunidades imediatas para determinadas necessidades e carências dessas crianças e adolescentes. Vivendo aglomeradas com as suas famílias em locais desprovidos de serviços e equipamentos públicos que proporcionassem uma socialização comunitária digna, livre de opressão e constrangimento, era natural que essas crianças buscassem nas ruas da grande metrópole a satisfação de suas necessidades infantis, afastando-se, desse modo, de sua comunidade original.²³⁰

Para Frontana, muitos desses meninos e meninas possuíam famílias, mas viviam em condições sub-humanas nos bairros periféricos das cidades onde moravam, ou nas ruas. De forma individual ou em grupo, essas crianças e adolescentes trabalhavam em atividades informais, muitas vezes explorados pelos adultos. Eram “meninos lépidos e hábeis, que ziguezagueavam entre as calçadas e as ruas; permeando com fluidez a multidão de passantes, mostravam destemor de assenhorar-se do público e do alheio”.²³¹ Alguns encontravam nas atividades ilegais uma forma mais imediata de suprir as suas necessidades individuais ou até as das suas famílias e eram com essas ações que adentravam no mundo do crime.

É importante lembrar que Carlos e seus amigos não estavam sós. Nos anos de 1970, outros grupos praticavam tais infrações na cidade. A investigação sobre o cotidiano de meninos e meninas do Recife sinaliza que vários grupos de crianças e adolescentes executavam furtos no centro do Recife e nos subúrbios da cidade. Desse modo, a trajetória de Carlos não pode ser entendida distante da história do cotidiano do Recife.

Por meio das matérias de jornais, publicadas nos periódicos, que circulavam no Recife na década de 1970, percebe-se que a prática de furtos e roubos, executadas por adolescentes e jovens fazia parte do cotidiano da cidade. Esses meninos eram

²³⁰ FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes: nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. P. 123.

²³¹ Idem: p. 125

identificados como *pivetes*, *menores delinquentes*, *bandidos de calça-curta* e, quando agiam de forma coletiva, os grupos eram nomeados por *quadrilha-mirim*, *gang de menores* ou *gang de meninos*.

No decorrer desta pesquisa se constatou que o termo “gang”²³² foi utilizado recorrentemente pela imprensa para identificar os grupos de crianças que realizavam as práticas delituosas, aparece com mais frequência nas folhas policiais publicadas nos periódicos do Recife. De acordo com estudos da socióloga Glória Diógenes, a expressão *gangue* passou a ser utilizada de forma mais intensa a partir da década de 1940 para identificar os “desvios” comportamentais de grupos juvenis. De acordo com Diógenes:

Gangue e delinquência passam a ser termos correlatos tanto na visão policial e no imaginário social como na percepção que pontua as diferenciações entre as turmas jovens. O uso do termo *gangue* pode ser enfocado levando-se em conta um tênue limite entre galeras que se organizam para ir aos bailes, às praias, para compartilhar músicas, drogas, e aquelas que têm o objetivo explicitado entre seus membros para o roubo, as brigas entre galeras, os saques a bens e equipamentos, etc...²³³

Os estudos produzidos por Glória Diógenes, dialogam com as perspectivas da Nova Sociologia da Infância, que nos dias atuais vem contribuindo no debate sobre a juventude e as organizações juvenis no cenário da criminalidade urbana. Para a autora, era comum, nos anos de 1970, recair sobre as crianças e/ou adolescentes que pertenciam ao universo das gangues o estigma daquele que representa uma ameaça à ordem estabelecida.²³⁴

A pesquisa coordenada por Mirim Abramovay, publicada através da obra *Gangues, galeras, chegados e reppers*, considera que o “objeto gangue” ganhou um lugar privilegiado nos estudos produzidos pela Sociologia da Delinquência Juvenil. De acordo com Abramovay, esses estudos sinalizam que as gangues expressam a “resposta dos jovens provenientes de meios desfavorecidos e de famílias com dificuldades de integração social”, além de buscar construir uma espécie de “identidade social”.²³⁵

²³² Atualmente, utiliza-se a grafia *gangue*.

²³³ DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 2008. P.108

²³⁴ Idem.

²³⁵ Os estudos da Sociologia da Juventude apontam que as primeiras pesquisas realizadas sobre as gangues juvenis se iniciam na década de 1920, sendo desenvolvidas de forma mais sistematizada pela Escola de Chicago. A chamada Sociologia da Delinquência Juvenil ganhará força no decorrer de todo século XX, tendo o apoio dos governos norte-americanos, que por sua vez investiam nesta temática a

A partir da contribuição da Sociologia da Infância, pode-se afirmar que a questão da criminalidade juvenil urbana materializada nos grupos juvenis que se organizavam para praticar ações delituosas fazia parte das preocupações de setores da sociedade brasileira nos anos de 1970. Com o crescimento das grandes cidades, que se desdobrou com o desenvolvimento da indústria e do comércio, que se desdobraram no problema do aumento da população e das desigualdades econômicas, as gangues emergem como resposta ao contexto de exclusão social em que eles estavam inseridos.

Desse modo, ao se construir a história de Carlos e seus colegas, é possível provocar um diálogo com esse cenário social. Os meninos faziam parte desse universo urbano, e suas ações, os chamados *assaltozinhos* passaram a incomodar a sociedade, mais notadamente aqueles relacionados ao sistema de segurança e de justiça. As ações infracionais de nosso protagonista também eram praticadas por outras crianças e adolescentes, que passaram a ser noticiadas nas colunas policiais da época.

No dia 21 de fevereiro de 1979, o *Diário de Pernambuco* publicou a matéria *Quadrilha retida em Água Fria*. Com o tom denunciador, a matéria informava que esse grupo era formado por seis adultos e quatro adolescentes e que parte dos integrantes residiam e atuavam nos Altos do Pascoal, de Santa Terezinha e do Deodato, comunidades da zona norte do Recife. De acordo com a matéria, “os malandros adultos serão encaminhados hoje à Delegacia de Roubos e Furtos, enquanto os delinquentes-mirins serão entregues, com ofício, ao titular da 2ª Delegacia de Menores, sediada em Casa Amarela”.²³⁶

Meses depois, em dezembro de 1979, o mesmo periódico publicou uma carta escrita por um leitor, intitulada *Foram-se os malandros, e os pivetes?* Nesse, o autor afirmava que as autoridades deveriam se preocupar com a atuação dos meninos que praticavam os assaltos na cidade, haja vista que a força policial combatia a ação dos “malandros” esquecendo a atuação dos “pivetes”. Para o leitor, os meninos “arrancam

partir do interesse com a questão da segurança e controle social. De acordo com Mirim Abramovay, “após os anos de 1930, e afastando-se do modelo da ‘desorganização social’, numerosos trabalhos tratando do tema continuaram a surgir em todos os períodos da sociologia americana, dando margem à composição de tendências e perspectivas teóricas” (p. 93). Para Abramovay, no Brasil, as pesquisas sobre as gangues juvenis emergem das preocupações da violência urbana e sinalizam os grupos a partir de uma “racionalidade instrumental que possibilita a mobilidade social aos jovens”. ABRAMOVAY, Miriam. *Gangues, galeras, chegados e reppers*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

²³⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Quadrilha retida em Água Fria*. Recife, 21 de fevereiro de 1979. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

com bolsas e carteiras e em desabalada carreira que não adianta mesmo reagir ou pedir socorro”.²³⁷

A carta do leitor reproduzia o mesmo discurso da reportagem elaborada pela equipe de profissionais do *Diario*, que por sua vez procurou criar uma classificação pejorativa para identificar a atuação dos meninos — os *pivetes* —, sem problematizar as causas e as justificativas que os conduziram a praticar tais atos. O discurso das matérias foi elaborado a partir da perspectiva de vigilância e da punição, quando os meninos eram apontados como ameaçadores da segurança e da ordem social.

No decorrer da pesquisa, foi constatado que, ao noticiar a atuação das gangues, os periódicos que circulavam no Recife, na segunda metade da década de 1970, produziam classificações para identificar o grupo de crianças e adolescentes envolvidos na prática de assaltos coletivos. Tais classificações foram construídas no sentido de adjetivar a atuação dos grupos e eram noticiadas através das manchetes, publicadas em letras garrafais, procurando chamar atenção do leitor a esse problema identificado como uma questão de segurança, cobrando do aparato policial medidas para combater tais práticas.

As matérias publicadas pelo *Diario de Pernambuco* permitem analisar o discurso deste periódico sobre a questão dos delitos praticados por adolescentes e jovens no Recife. Nessas matérias, estão registrados os embates construídos no cotidiano sobre os chamados *menores delinquentes*. Entrecruzadas, as duas reportagens apontam como setores da sociedade da época buscavam dar visibilidade aos casos que envolviam a relação entre os “malandros” e os “pivetes”, ao praticarem o ato infracional dos roubos e furtos no Recife.

Através das pesquisas nos jornais do Recife, é possível afirmar que os assaltos coletivos, praticados pelos meninos, eram realizados antes dos anos de 1970. Em abril de 1966, o *Diario de Pernambuco* anunciava em letras garrafais a seguinte reportagem: “*Gang*” de menores de 10 e 12 anos assalta e mata um quinquagenário. De acordo com essa publicação:

O bairro do Recife continua sendo o “quartel general” de menores desajustados. Agem durante o dia e “trabalham” em grupo, atacando preferencialmente as pessoas idosas. Enquanto dois ou três seguram

²³⁷ DIARIO DE PERNAMBUCO. *Foram-se os malandros, e os pivetes?* Recife, dezembro de 1979. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

sua vítima pelas costas, pois, premunidos de pedras e às vezes de pedaços de pau, completam o “serviço”, enquanto um deles esvazia o bolso da vítima.²³⁸

Essa matéria retratou com detalhes como foi processada a ação do grupo de meninos que praticaram um assalto seguido de morte. A matéria trazia informações sobre os assaltos praticados no Bairro do Recife, ressaltando que a atuação dos meninos estava provocando um clima de medo e terror às pessoas idosas que transitavam naquele espaço. Os “menores desajustados” eram identificados como indivíduos que deveriam ser punidos e que o Estado deveria ter um controle efetivo sobre o cotidiano desses grupos, identificados na matéria como *gang de menores*.

A leitura dessa reportagem possibilita a análise de como foi construído o cotidiano dos meninos e como setores da sociedade da época utilizavam a imprensa para divulgar sistematicamente as ações desses garotos, pressionando os poderes públicos no sentido de combater a “onda” de assaltos praticada pelas chamadas *gangs de menores*. É nesse cenário que emerge a necessidade de um dispositivo de segurança especializado com “a questão do menor”, ou seja, uma “polícia do menor”.

Carlos relembra, no decorrer da entrevista, que ele e seus colegas tinham ciência de que podiam ser detidos pelos dispositivos de segurança. Eles sabiam dos riscos que estavam correndo ao praticar os assaltos na feira de Casa Amarela. Além dos policiais que transitavam no bairro, os comissários de menores também estavam atentos aos movimentos dos meninos que praticavam os atos infracionais.

Os jornais da época são fontes documentais importantes para se entender como setores da sociedade da época deram visibilidade às praticas dos meninos que cometiam os assaltos em vias públicas. Em 04 de fevereiro de 1979, o *Jornal do Commercio*, publicou uma longa matéria intitulada *Meninos saem do Juizado e voltam à delinquência*, que permite analisar como foi construído o discurso da imprensa sobre o cotidiano de meninos que praticavam os assaltos em Casa Amarela e nas mais diferentes localidades do Recife. De acordo com a reportagem:

Roubos, furtos, lesões corporais são as ocorrências que em maior índice registra-se pelo Departamento Estadual de Polícia de Menores, que recebe em média vinte crianças diariamente, em sua maioria

²³⁸ DIARIO DE PERNAMBUCO. “Gang” de menores de 10 e 12 anos assalta e mata um quinquenário. Recife, 10 de abril de 1966. P. 2 Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

abandonadas (sem pais ou responsáveis), somando-se aos carentes e aos menores já fichados que saem do Juizado e retornam às delegacias. [...] O menor, quando detido, no mesmo dia é encaminhado ao Juizado, exceto aquele que passa por inquérito. Nesse caso, o *menor* fica recolhido para averiguações e, quando concluídas as diligências, é encaminhado ao Juizado. Diariamente, o Departamento recebe das três delegacias de Menores (a primeira localizada na Boa Vista, Rua José de Alencar; a segunda, em Casa Amarela; e a terceira, em Afogados), um relatório informando o número de menores detidos, os que foram remetidos ao Juiz e os que ficaram detidos para inquérito e averiguações.²³⁹

O texto jornalístico demonstra que o sistema de segurança, materializado através da delegacia especializada, contava com o aparato da Justiça e a própria Febem, que eram acionadas no sentido de arquitetar um dispositivo de vigilância e controle que buscava agir sobre o espaço urbano onde esses meninos e meninas transitavam. O Departamento Estadual de Polícia de Menores representava um órgão controlador das ações policiais, o que permite afirmar que a ação do Estado buscava atuar na vigilância, repressão e punição daquelas crianças e adolescentes que apresentavam uma ameaça social a partir do olhar policial.

Este debate propicia um diálogo com a questão do controle e da segurança urbana e como vêm sendo elaborada as estratégias para combater o chamado *indivíduo ameaçador*. O historiador Carlos Bretas, em sua obra *Guerra nas ruas*, afirma que a sociedade ocidental moderna construiu um discurso sobre a polícia, identificando-a como órgão responsável pela manutenção da ordem e dos bons costumes. Neste cenário, o policial passava a ser visto como o agente público que deveria executar o controle do cotidiano das pessoas. De acordo com Bretas, no Brasil a relação da polícia com a Justiça é bastante próxima, fazendo inclusive parte de sua dinâmica de atuação. Para o historiador:

As atividades policiais dependem legalmente de o Poder Executivo, mas também de o Poder Judiciário exercerem forte controle na medida em que as consequências de médio prazo da sua ação repressiva são estabelecidas pela Justiça, bem como a legalidade dessa ação. O foco principal da disputa polícia-justiça é a capacidade de efetuar prisões e conservar presos.²⁴⁰

²³⁹ JORNAL DO COMMERCIO. *Meninos saem do Juizado e voltam à delinquência*. Recife, 4 de fevereiro de 1979 – p. 25. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

²⁴⁰ BRETAS, Marcos. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. P. 63.

Desse modo, a relação da polícia especializada com o Juizado de Menores pode ser entendida a partir da própria cultura institucional do dispositivo policial, que encontra no sistema de justiça uma parceria estratégica para a execução de suas ações.

O Departamento Estadual de Polícia de Menores e o Juizado de menores articulavam as suas ações no sentido de promoverem um controle sobre o cotidiano do Recife, buscando atuar nas ruas do centro comercial da cidade e nos bairros periféricos. As matérias de jornais da época contrariam a ideia de que apenas o centro comercial do Recife era palco para atuação das crianças e dos adolescentes que praticavam atividades ilegais, seja de forma individual ou coletiva.

O Recife da década de 1970 possuía, nos seus bairros periféricos, centros comerciais que se tornaram espaços marcados pelas desigualdades e conflitos sociais, levando o Estado a articular um sistema de segurança caracterizado pela atuação do aparato policial. A criação de uma delegacia específica para tratar sobre as questões que envolviam os chamados *menores* aponta para uma sociedade preocupada em garantir o controle, a vigilância e a punição sobre o cotidiano de meninos e meninas e suas respectivas famílias.

Na construção desta trama, interessa observar que foi a criação de uma delegacia especializada nos casos que envolviam os chamados *menores* que representou o mecanismo utilizado pelo Estado no controle sobre o cotidiano dos meninos e meninas, que estavam sob a “mira da polícia”. De acordo com a matéria publicada pelo *Jornal do Commercio*, o caminho percorrido por crianças ou adolescentes que praticavam as atividades ilegais era direcionado para Delegacia e, a depender do caso, poderiam ser direcionados para o Juizado de Menores. A categoria infracional e a própria trajetória (dos reincidentes) poderiam conduzi-lo para as unidades de detenção provisória ou de privação de liberdade da Febem.

Todavia, nem sempre o caminho percorrido pelos meninos em direção a Febem passava pela polícia. A trajetória de Carlos foi construída de forma diferente. A sua mãe, Dona Marta, foi orientada a procurar a Febem, a fim de que a instituição o atendesse no sentido de interná-lo. Carlos Sá foi o comissário de menores, que orientou Dona Marta a procurar um núcleo preventivo da instituição. De acordo com Carlos, foi a intervenção do comissário de menores que impediu a sua prisão. Ao lembrar a

decisão de sua mãe, ele afirma: “Ela me dedurou a Carlos Sá, e Carlos Sá me indicou lá. Se eu não fosse, ia preso”.

Dona Marta procurou seguir as orientações do comissário, quando foi informada que no bairro da Mangabeira, localizado na zona norte do Recife, existia um núcleo preventivo da Funabem, que buscava “ressocializar” crianças e adolescentes através do trabalho. Nessa instituição funcionava um núcleo preventivo, que oferecia-se o serviço de semi-internato aos meninos considerados oriundos de famílias pobres da comunidade de Casa Amarela e de outros locais do Recife.

O internamento foi representado como o caminho para a sua “regeneração”. Ao relatar esse acontecimento Carlos não se esqueceu do comissário de menores:

O antigo comissário, chamado Carlos Sá, na época, já procurava os três meninos que faziam pequenos furtos. Era o finado Carlos Sá. [...] Pra mim, talvez foi uma das melhores coisas que aconteceu, na época: eu ter, ter sido repreendido, no momento certo, na hora certa. Porque, se não fosse repreendido nesse momento certo, nessa hora certa, eu poderia não estar mais aqui.²⁴¹

Importante frisar que Carlos demarca o “momento certo” para a mudança de vida. No decorrer da entrevista, ele afirma: “A gente engana por muito tempo, porém nunca por todo o tempo”, remetendo-se à decisão de sua mãe ao descobrir que seu filho andara em companhia de outros meninos praticando pequenos assaltos.

No decorrer da entrevista, ele afirmou que ainda circula pelo bairro e que, ao passar pelo prédio, recorda das atividades, das ações promovidas pelo centro comunitário. Ele se lembra do seu tempo de menino e, ao falar da instituição, ele afirma:

A Mangabeira não existe mais. Existe o prédio lá, eu digo por que lá, às vezes, eu passo... Na comunidade, eu vejo o prédio, eu reconheço... Mas, antigamente, era carpintaria, era esporte, cultura, lazer.²⁴²

Ao lembrar-se da Mangabeira, ele recorre ao discurso das regras. Carlos elabora o discurso do “entrar nas regras”, do assimilar e praticar as normas de conduta estabelecidas. Para Carlos, as regras foram ditadas por Dona Marta, sua mãe, e por Carlos Sá, o comissário de menores. Contudo, não é difícil afirmar que essas regras

²⁴¹ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012.

Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

²⁴² Idem.

foram construídas pela sociedade, que, ao longo do tempo e do espaço, elaborou dispositivos de disciplina e de controle para formar padrões de pensamento e de comportamento, a fim de tornar os “indivíduos dóceis e úteis”. Michel Foucault afirma que as regras são estabelecidas por um poder disciplinar que procura “relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é, ao mesmo tempo, campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir”.²⁴³

Ao estudar a cultura da sociedade ocidental moderna, Foucault ressalta que as regras disciplinares são construídas na perspectiva da “arte de punir”, que por sua vez estabelece sanções normatizadoras que funcionam na esfera tradicional da lei ou no campo das micropenalidades (castigos físicos, privações ligeiras, pequenas humilhações). A partir desta ótica, as regras disciplinares são construídas no campo da institucionalidade e da burocracia jurídica e no cotidiano das pessoas comuns, tornando-se “penalizáveis as funções mais tênues da conduta”, como o tempo, a atividade, o discurso, a sexualidade.²⁴⁴ Mas o que é a regra para Carlos?

A regra é andar direitinho! Não furtar, não roubar. Ir pra escola. Eu só tinha uma coisa boa: eu fazia todo tipo de coisa ruim, mas gostava de estudar. Eu era assim, um morde-e-assopra. Mas era um bom aluno... Mas eu esperava o período entrando na escola pra aprontar! Por isso, que eu digo a meus filhos e aos meninos (eu trabalho com um projeto ressocializando a minha comunidade): “A gente engana por muito tempo, porém nunca por todo o tempo”. Eu enganei por muito tempo, porém, nunca por todo tempo. Foi bom a casa, como diz o ditado, “ter caído”, porque se isso não tivesse acontecido, eu não teria tomado ciência do que aconteceu.²⁴⁵

Desse modo, “entrar nas regras” era atender à função estabelecida por esta sociedade disciplinar, que, a partir da lógica do mundo adulto, passou a instituir padrões de comportamento para que Carlos se tornasse efetivamente o “bom menino”. Foi a partir deste “marco divisor”, criado por Carlos ao construir as “memórias de si”, que ele abandonou a identidade do “mau menino”. O “entrar nas regras” era se tornar um menino respeitador das normas estabelecidas.

Para Carlos, a “casa caiu” no momento certo, e a tomada de decisão de sua mãe, que ao procurar a Febem providente buscou “ressocializar” o filho por meio do trabalho,

²⁴³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 34. Ed. Petrópolis: 2007. P. 152

²⁴⁴ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012.

Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

²⁴⁵ Idem.

contribuíram para que ele “entrasse na regra”. Contudo, é importante ressaltar que, na década de 1970, muitas famílias e/ou responsáveis procuravam a Febem para internar as crianças e os adolescentes a partir de diferentes justificativas. Desse modo, é possível afirmar que a ação de Dona Marta não representa uma excepcionalidade, uma vez que foi construída no cenário social e cultural, onde outras “Donas Martas” também tomaram as decisões de procurar a Febem para internar seus filhos.

O relato de Carlos sobre sua trajetória de vida e passagem pela Febem representa um importante indício para construção de uma “outra” história das crianças e dos adolescentes e permite uma análise mais sistematizada acerca da dinâmica institucional de atendimento. Os fragmentos de memórias que compõem a “narrativa de si”, construída pelo protagonista desta trama, sinalizam para uma “outra” forma de acesso ao serviço oferecido pela Febem às famílias pobres do Recife.

É importante entender como foram construídas essas práticas sociais e como a instituição Febem atendia às solicitações das famílias. Ao procurar a Febem, Dona Marta buscou resolver a questão do seu filho a partir da “ajuda” da instituição. É nesse momento que o Carlos se torna um “caso” que deve ser resolvido não só por sua família, mas por uma instituição. Mas como podemos entender este processo da partir da dinâmica de atendimento institucional?

João e Jeso... Quando a criança se torna “um caso”

Dona Eugênia é uma senhora jovem. Trajava-se simplesmente. Solicitou-nos internamento para os filhos João e Jeso, que estão “soltos na rua”. Menores quebram telhas de vizinhos. Dormem na rua. Vivem com grupos de maloqueiros, chegando em casa com objetos roubados do Bompreço da Ceasa. O vigia do Ipeane já avisou a Dona Eugênia que qualquer dia dar-lhes uns tiros, pois eles estão roubando frutas daquela repartição. Dona Eugênia vive apenas do seu trabalho, que é muito incerto. Foi abandonada pelo marido há 7 anos. Seu marido mora em São Paulo com uma companheira. A entrevistada tem 7 filhos, mas devido à sua “situação” apenas 3 vivem em sua companhia. A filha de 18 anos tem um companheiro. A de 15 anos é empregada doméstica e, às vezes, ajuda-lhe financeiramente. O filho de 17 anos vive na casa de uma senhora na Várzea, e o de 9 anos mora

com a tia materna Alzira em Brasil. Essa irmã de Dona Eugênia é viúva, tem filhos e recebe pensão do marido.²⁴⁶

No decorrer da investigação, foi possível pesquisar os “Relatórios de Plantão”, documentos produzidos pela Febem, pelas assistentes sociais que atuavam no espaço para o atendimento dessas famílias, localizado na região central do Recife.²⁴⁷ Os relatórios de plantão são documentos que trazem informações sistematizadas sobre os casos de crianças e adolescentes a partir da visita realizada pela família à Febem. Através da leitura dos relatórios de plantões, foi encontrado o caso de uma mãe chamada Eugênia Maria da Silva, que procurou a Febem para internação de dois filhos, por motivo de “indisciplina, vadiagem e furto”.

Esse caso chama atenção por se aproximar da situação vivida por Carlos. Assim como Dona Marta, Dona Eugênia também procurou a Febem em busca de solução para o problema vivido por seus filhos. Esse documento permite analisar que a situação de Carlos não era uma excepcionalidade, ou seja, outras crianças que pertenciam aos bairros do subúrbio do Recife também praticavam ações que se assemelhavam às “investidas” realizadas por Carlos e seus amigos.

O Relatório de Plantão registrava que Dona Eugênia era cambista, morava no bairro do Curado e foi atendida pela Divisão de Assistência Social entre os anos de 1975 a 1978. Essas informações podem ser encontradas no Relatório de Plantão de número 4.095, datado de 10 de julho de 1975. Neste documento, foi registrada a primeira visita feita por Dona Eugênia e todo o desdobramento processado a partir da sua relação com a Febem.

Os relatórios de plantão produzidos pela Febem se apresentam como um fundo documental até então inexplorado pela historiografia. Segundo a historiadora Arlette Farge, “a descoberta desse arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte”. Nesses documentos, as crianças não falam. As assistentes escrevem sobre elas. As informações sobre a pessoa entrevistada — as mães, os pais, os

²⁴⁶ FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. Relatório de Plantão. 1306. Eugênia Maria da Silva. Recife, 10 de julho de 1975. Acervo: Fundação de Atendimento Socioeducativo.

²⁴⁷ No decorrer da pesquisa, foi possível analisar 33 relatórios de plantão, que estão sob a guarda da Funase. No momento da pesquisa, esses documentos não estavam devidamente catalogados, encontrando-se em um depósito conhecido como *arquivo morto*, demonstrando que a instituição não planejou um projeto de preservação dos documentos históricos referentes às crianças e aos adolescentes atendidos no período da Febem.

responsáveis —, são descritas com sutilezas de detalhes, oferecendo ao leitor uma oportunidade de conhecer como foi construída a atuação das assistentes sociais e suas concepções acerca de infância, família e sociedade.

A riqueza de detalhes do texto sinaliza como a plantonista registrava os casos, que serviam para análise e encaminhamentos. Os detalhes sobre a aparência da mãe e sua vestimenta, as observações sobre a rede social a que ela pertencia e como foi construída a organização familiar, o local onde moravam e/ou circulavam eram informações relevantes para o trabalho da assistente social. O caso de Dona Eugênia foi encerrado por desistência da própria mãe de internar seus filhos.

A análise acerca desse fundo documental possibilita observar a importância do trabalho das assistentes sociais na Febem, uma vez que os registros sobre as famílias e as crianças foram construídos a partir de suas percepções acerca dos casos apresentados pelas pessoas no momento da entrevista. É importante ressaltar que, a partir dos relatórios analisados, verifica-se que, por meio das decisões dessas profissionais, as crianças e adolescentes eram, ou não, encaminhadas para o internamento.

Os assistentes sociais são profissionais graduados que atuam na execução direta das políticas públicas voltadas para a assistência nas áreas de saúde, educação, segurança, atendendo às demandas de iniciativas públicas e privadas. Segundo as pesquisas realizadas pelos pesquisadores Marialda Yamamoto e Raul Carvalho, o trabalho do serviço social surge como possibilidade de romper com a cultura caritativa, construída no Brasil colonial, como um campo de “formação técnica especializada para prestação de assistência”.²⁴⁸

É no momento da entrevista que a família procura o serviço de assistência social da Febem, e a criança ou o adolescente passa a ser tratado como mais um caso que deve ser atendido por esses operadores dessa assistência. No instante do preenchimento do relatório se estabelece o registro do menino ou da menina, que passa a ser atendido pela assistência pública, pela dinâmica de uma burocracia institucional produzida pelo grupo de técnicos da instituição.

De acordo com José Paulo Netto, em sua obra *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, mesmo com o surgimento das escolas de serviço social sendo construídas na década de 1940, foi no decorrer dos governos

²⁴⁸ IAMAMOTO, Marialda & CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2012.

militares que os assistentes sociais se consolidaram enquanto categoria profissional. É neste período que se emerge o discurso da “questão social” presente nas práticas políticas do Estado ditatorial. Para Netto, o discurso da “questão social” permeou o desenvolvimento das instituições sociais, tendo os assistentes sociais a atribuição de legitimar a assistência como um campo profissional, rompendo com a lógica do assistencialismo caritativo.²⁴⁹

A própria criação do Ministério da Previdência e da Assistência Social, em 1974, sinaliza que a “questão social” se torna uma política institucional dos governos militares. É a partir da criação desse ministério que a Funabem/Febem deixa de pertencer ao Ministério da Justiça e do Interior, passando a pertencer ao Ministério da Previdência e da Assistência Social. O trabalho de Maria Luiza Mestriner, *O Estado entre a filantropia e a assistência social*, representa uma importante contribuição para o entendimento da assistência social no Brasil. De acordo com Mestriner, é na Ditadura Militar que:

As práticas assistenciais ganham mais estrutura e racionalidade, desenvolvendo-se um aparato estatal que cresce e se burocratiza continuamente, durando todo período, desmembrando serviços, programas e projetos, seguindo a lógica da segmentação de necessidades, problemas e faixas etárias.²⁵⁰

É neste cenário que o Serviço Social ganha força na estrutura burocrática da administração pública, e o assistente social passa a ser reconhecido como um profissional que assume a atribuição de contribuir com os programas e projetos relacionados à assistência voltada para as populações mais vulneráveis, entre elas as crianças e os adolescentes. Desse modo, na esfera da administração pública, a partir dos governos militares os assistentes sociais passam a atuar no atendimento individual ou coletivo, nas instituições ou nas comunidades populares.

A crítica elaborada pelos acadêmicos sobre a atuação dos assistentes sociais consiste em afirmar que o processo de consolidação do campo profissional dos assistentes sociais foi marcado pela reprodução da tradição assistencialista. Conforme afirma Mestriner, no cenário dos governos militares, os profissionais reproduziram no

²⁴⁹ NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

²⁵⁰ MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2005.

cotidiano de trabalho as ideias de um “Estado assistencial”, reproduzindo a “filantropia de clientela e apadrinhamento”.²⁵¹

Em Pernambuco, a Escola de Serviço Social foi criada em 1940, “como consequência da III Semana de ação Social, ocorrida nas dependências do Juizado de Menores, em 1939. Esse período é marcado, como já foi dito, pela atuação do primeiro juiz de menores do Recife, Rodolfo Aureliano. Desse modo, a criação da Escola de Serviço Social neste estado esteve atrelada ao campo da infância e ao sistema judiciário. Ao procurar entender o surgimento das escolas de serviço social no Brasil, Ana Cristina de Souza Vieira afirma que:

A maior parte das escolas foi criada por dioceses, grupos religiosos ou leigos ligados à Igreja Católica. A estreita vinculação do Serviço Social com a Igreja impregnou a nova profissão em surgimento e toda a sua formação.²⁵²

Em Pernambuco não foi diferente, haja vista que Rodolfo Aureliano era um católico fervoroso. De acordo com Vieira, o juiz pertencia à Congregação Mariana, quando procurou reunir amigos da igreja, chegando a estabelecer relações com a União Católica Internacional de Serviço Social.²⁵³ Na década de 1960, a escola de serviço social foi incorporada às universidades. De acordo com Vieira:

Em fevereiro de 1965, a escola apresentou à Universidade do Recife um documento intitulado mercado de Trabalho para os assistentes sociais, contendo informações sobre a escola e a profissão. Apontava que a escola havia titulado 106 assistentes sociais, dos quais 90% exercia a profissão, inclusive acumulando cargos, pois havia grande demanda profissional.²⁵⁴

Na década de 1970, as assistentes sociais já possuíam um lugar demarcado na estrutura administrativa das instituições públicas que tinham em sua missão o atendimento aos setores da população que viviam em condições de pobreza ou abaixo da linha de pobreza. As assistentes formadas e as estagiárias faziam parte do quadro de

²⁵¹ Idem.

²⁵² VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Serviço Social em Pernambuco: particularidades da formação e inserção profissional dos anos de 1940 aos 1980. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. N. 95. São Paulo: Editora Cortez, 2008. P. 83

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Idem. P. 375

profissionais que atuavam nas unidades de atendimento direto à população e nas unidades de internação da Febem em Pernambuco.

Analisando o discurso das assistentes sociais registrado nos relatórios de plantão, percebe-se que as suas práticas estavam fundamentadas no discurso institucional construído pela Funabem. A leitura desses relatórios permite observar que os conceitos sobre internamento utilizados nas publicações da Funabem eram reproduzidos pelas assistentes nos seus relatórios. Os encaminhamentos construídos nos diferentes casos respeitavam uma determinação institucional, desdobrando-se em uma padronização do atendimento. Os assistentes sociais, no espaço de atendimento à população, possuíam autonomia de encaminhar ou encerrar.

A partir do relatório, um mapeamento acerca da vida da pessoa entrevistada era produzido. As informações registradas eram construídas a partir de um questionário que estabelecia a tipologia de problemas apresentados pela criança ou pela família, ou seja, era elaborada uma identificação pré-estabelecida pelo relatório, que visava classificar a criança como “vadia”, “indisciplinada” ou “abandonada”. No que se refere aos problemas apresentados pelas famílias, essas poderiam ser identificadas como incapazes de ter a guarda da criança por questão “moral, financeira ou mental”.

A leitura desses relatórios permite “mergulhar” no universo das assistentes sociais. Esses documentos são compostos por várias páginas, tornando-se dossiês sobre a vida das pessoas. Através de uma leitura atenta é possível observar que o foco do debate era a família, inclusive, na página inicial do documento fica evidente que o relatório é da pessoa que protocolou a solicitação, o adulto. A criança se tornava o caso, a partir da decisão da assistente social.

A estrutura do documento permitia primeiramente o registro da pessoa que procurava o serviço, ou seja, a mãe, o pai ou o responsável (no decorrer da entrevista não foi encontrado registro de crianças e/ou adolescentes atendidos pelos/as plantonistas). Posteriormente, era notificada a solicitação realizada, seguindo o “problema apresentado” pela família e pelo “menor”. Logo depois, o relatório buscava mapear “os aspectos sociais da família”.

O documento abaixo foi produzido na década de 1970, registrava os dados pessoais do entrevistado, identificando a solicitação (internamento e desligamento), o problema apresentado pela criança e pela família e os “aspectos da família do menor”, destacando a situação cível e financeira.

MOD. 41
AG
TF

Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEBEM Div. de Serviço Social - Setor de As. e Or. ao Menor e a Família

RELATÓRIO DE PLANTÃO CASO N.º 4.095 DATA: 10.1.72

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Eugênia Maria da Silva 37 anos Primária
(idade) (instrução)

Residência: R. Rita Moura 18 Penheno do Meio Recife PE
(n.º) (bairro) (cidade) (estado)

Ocupação: Cambleta Salário Cr\$ 600 por dia Outras rendas _____

Endereço do trabalho: IPEANE Curado
(n.º) (bairro) (cidade) (estado)

Gráu de parent. com o menor: mãe Encaminhado ao serv. por: _____

2 - SOLICITAÇÃO

Internamento Reinternamento Desligamento

Outros: _____

3 - PROBLEMA APRESENTADO

MENOR		FAMÍLIA	
Indisciplina	<input checked="" type="checkbox"/> Rejeição	<input type="checkbox"/> Mendicância	<input type="checkbox"/> Incapac. física
Vadiagem	<input checked="" type="checkbox"/> Fuga	<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Incapac. mental
Furto	<input checked="" type="checkbox"/> Prostituição	<input type="checkbox"/> Orfandade	<input type="checkbox"/> Incapac. moral
Abandono	<input type="checkbox"/> Delinquência	<input type="checkbox"/> Nec. Estudar	<input type="checkbox"/> Mendicância
Sem residência	<input type="checkbox"/> Homossexualismo		<input type="checkbox"/> Nec. Trabalhar
Outros			<input type="checkbox"/> Viuvez

4 - ASPECTOS SOCIAIS DA FAMÍLIA DO MENOR

Filiação: Pai: Antonio Vicente da Silva 39 anos alfabetizado
(idade) (instrução)

Endereço: São Paulo
(n.º) (bairro) (cidade) (estado)

Mãe: Eugênia da Silva 37 anos Primária
(idade) (instrução)

Endereço: citado
(n.º) (bairro) (cidade) (estado)

SITUAÇÃO CIVIL

Solteiro União ilegal C União relig. C Filhos n.º Dependentes

União Legal C União ilegal I União relig. I Menores 14 Independentes

União Legal I Viúvo Desquitado Maiores 14

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Ocupação: cambleta Salário mensal Cr\$ 600 por dia Outras rendas Cr\$ _____

Tempo trabalho: _____ Se for desempregado, há quanto tempo? _____

Previdência Social: _____ Ativo Benefício Auxílio reclusão

Auxílio doença aposentado pensão Carteira profissional _____

Casa própria Cedida Por quem _____ Alugada Cr\$ 50,00 (n.º) (valor)

Financiada Cr\$ _____ Tempo _____ N.º. Compartimentos 1

Figura 10: PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Febem. Relatório de Plantão Caso n.º 4.095. Recife, 1972. Acervo: Fundação de Atendimento (Ano e mês da entrevista não informado). Página 1

Nesse documento, observa-se que a solicitação de Dona Eugênia se referia ao internamento de seus filhos. O relato mais sistematizado sobre a criança ou o adolescente deveria ser registrado na segunda lauda, localizada no verso da primeira página, que destinava espaço para o registro da composição da família, do encaminhamento e do desenvolvimento do caso.

No verso da primeira, registrava-se a composição familiar, destacando por ordem: o grau de parentesco, a idade, se possui registro civil, o sexo, o estado civil, o grau de instrução, a profissão, a renda e o endereço. Também era notificado o encaminhamento dado aos casos e o seu desenvolvimento. Conforme se observa no documento seguinte:

5 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR DO MENOR (PAI, MÃE, IRMÃO, AGREGADOS)

NOME	Parente	Idade	RC	Sexo	E. C.	INST.	Profissão	Renda	Endereço
José Maria da Silva	Mãe	37a	S	F	C	Prim	Carb. 600 dia	3,5	cidade
João Batista da Silva	Filho	13a	S	M	-	Analf	-	-	"
Felipe da Silva	"	12a	S	M	-	Analf	-	-	"
Valdemir da Silva	"	7a	M	M	-	-	-	-	"

6 - ENCAMINHAMENTO

Estudo e Orientação Desligamento Juizado de Menores S. S. I.

Acautelamento Reinternamento Outros Rec. Comunid. Encerrados

Internamento Transferência Outros

7 - DESENVOLVIMENTO

A Sra. José Maria é uma senhora jovem. Ela passa-se simplesmente. Solicitou-nos internamento para o filho João e disse que estão "saltos na rua". Menores quebram vidros dos vizinhos dormem na rua. Vêem com grupos de maloqueiros, chegando em casa com objetos roubados do Bompeço da CEASA. O vigia do IPEAHE já avisou a Sra. José Maria que qualquer dia dar-lhes um tiro, pois eles estão roubando furtos daquela repartição.

A Sra. José Maria vive apenas do seu trabalho, que é muito incerto. Foi abandonada pelo marido há 7 anos. Seu marido mora em São Paulo, com uma companheira. A entrevistada tem 7

Assistente Social
CRAS 47 B. nº. _____

Figura 11: PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Febem. Relatório de Plantão Caso nº 4.095. Recife, 1972. Acervo: Fundação de Atendimento (Ano e mês da entrevista não informado). Página 2

Nessa parte do relatório, eram notificadas as justificativas apresentadas pelas famílias ao procurarem o serviço da Febem. As linhas em branco do relatório davam a “autonomia” para o assistente social registrar o desenvolvimento da entrevista, que poderia se desdobrar no processo institucional. Foi percebido, durante as leituras de vários relatórios, que os assistentes adotavam uma metodologia padrão, iniciando seus relatos com as primeiras impressões do entrevistado, e logo após focavam o motivo da visita.

Na maioria dos relatórios analisados, encontram-se as impressões das assistentes sociais, o seu conceito de família e infância e sua decisão sobre o encaminhamento. As

profissionais²⁵⁵ assumiam um lugar de poder no qual na relação entre entrevistador e entrevistado, a fala das famílias era construída e registrada a partir do interesse do assistente social. Os entrevistados, considerados pelas assistentes sociais como “clientes”, apresentavam argumentos que nem sempre estavam de acordo com a missão institucional da Febem, fazendo com que o caso fosse encerrado na primeira visita.

No “caso” dos meninos João e Jeso, filhos de Dona Eugênia Ferreira da Silva, a assistente social expediu o seguinte parecer favorável à internação dos seus filhos, a partir da seguinte justificativa:

Família desajustada por necessidade econômica, incapacidade física e ausência de autoridade por parte da chefe da família para educar e manter os filhos menores em estado de abandono em vias de marginalização. Pelo exposto somos favorável ao internamento.²⁵⁶

Analisando o discurso do parecer, observa-se a função da assistente social, que, ao encaminhar os meninos para internação da Febem, passa a construir uma ideia sobre a sua família, adjetivando-a como *desajustada*, construindo um discurso de poder. Desse modo, ela argumenta as justificativas para internação ressaltando que a “autoridade familiar” estava comprometida por passar por problemas econômicos e pela “incapacidade física” de Dona Eugênia de educar os filhos, pois “não vivia com o esposo”. Desse modo, os argumentos da assistente social estavam pautados na sua ideia de família, que por sua vez foi elaborada a partir da dicotomia *ajustada* e *desajustada*.

A ideia de família ajustada estava atrelada à imagem da família nuclear burguesa, composta pelo pai (chefe e provedor da família), pela mãe e pelos filhos. Já a família desajustada não tinha estrutura para educar seus filhos, daí o argumento do internamento, pela falta de “autoridade”, o que permite afirmar que a assistente tinha um discurso funcionalista, permeado pela lógica tradicional/conservadora de família, amplamente reproduzido por setores da sociedade da época. O discurso da internação

²⁵⁵ Não encontrei registro de relatórios assinados por homens, o que demonstra uma forte característica deste campo profissional. Sobre a “feminização” da assistência social no Brasil ver: CISNE, Mirla. a “feminização” da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. In: Iii Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos>. Acesso em: 3 de novembro de 2013; e AMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

²⁵⁶ PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. *Relatório de Plantão*. 1306. Eugênia Ferreira da Silva. Recife, 1972. Acervo: Fundação de Atendimento (Ano e mês da entrevista não informados).

das crianças ainda foi reforçado pelo argumento de que, uma vez desajustada, esta família estava em “vias de marginalização”.

O discurso sobre o processo de “marginalização” das classes populares foi reproduzido por vários seguimentos sociais e legitimado pela própria instituição acadêmica. Nos anos de 1970 e 1980, vários estudos realizados na área das ciências sociais aplicadas (Serviço Social) defendiam a ideia da marginalidade como uma “patologia social”. O trabalho de Lygia Pereira Edmundo — intitulado *Instituição: escola da marginalidade?* —, representa um exemplo dessa abordagem, uma vez que afirma a questão da marginalidade do *menor* como um problema de ordem política e social e que a própria instituição Febem reproduz a prática da marginalização.²⁵⁷

Na procura de construir uma intervenção direta na prática de atendimento, Edmundo defende que o Serviço Social deve ampliar o seu universo de ação, buscando também intervir no universo da família. Seguindo o argumento tradicional, a autora defende que a marginalização que afeta o cotidiano do “menor” é decorrente do processo de migração gerado pelo crescimento urbano-industrial, criando uma “significativa parcela de pobreza”.

Estudos contemporâneos questionam o argumento da marginalização. De acordo com antropóloga Alba Zaluar, em seu livro *A máquina da revolta*, no século XX vários setores da sociedade brasileira construíram o “mito da marginalidade”, que esteve intimamente relacionado à condição de pobre, ou seja, o mito de ser pobre era ser marginal, era estar às margens. Para Zaluar, esse mito fez construir uma “estigmatização das populações pobres”, reforçando ainda mais as “divisões, conflitos e tensões a esta categoria especialmente heterogênea dos pobres urbanos”.²⁵⁸

Desse modo, os argumentos da “marginalização” apresentados pela assistente social permitem afirmar que a sua atuação estava fundamentada numa ideia conservadora não só de família como do próprio conceito de pobreza. O discurso da marginalização foi reproduzido e materializado pelo Estado através de suas políticas públicas e pelas instituições, que fundamentaram e construíam os diagnósticos e ações, classificando os pobres urbanos como *marginais*. Zaluar ainda afirma que:

Ao sublinhar sua dependência em relação aos que dominam a sociedade, maneira de afirmar sua integração à sociedade, afasta-se no

²⁵⁷ EDMUNDO, Lygia Pereira. *Instituição: escola da marginalidade?* São Paulo: Cortez, 1987.

²⁵⁸ ZALUAR, Alba. *A máquina da revolta: as organizações populares e a máquina da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

mesmo ato a possibilidade de que possuam formas autônomas de organização e pensamento.²⁵⁹

A autora defende a ideia de que o “mito da marginalidade” foi elaborado pelos “poderes dominantes” para criar uma dependência dos pobres urbanos em relação aos grupos considerados estabelecidos e argumenta que tal mito deve ser desconstruído, uma vez que os “pobres são integrados em todos os níveis da sociedade brasileira” e que “embora marginalizados, não são marginais”.

Conforme se observa, a atuação das assistentes sociais era estratégica na dinâmica de atendimento às famílias e aos meninos e às meninas que passaram pela Febem. É importante destacar que, no caso especificamente dos plantões, as assistentes sociais atuavam como a porta de entrada da população para a Febem. Muitos dos meninos e das meninas que passaram pelas unidades de internamento foram inicialmente atendidos pelas assistentes sociais. Possivelmente, Dona Marta também foi atendida por uma assistente social que atuava na unidade da Mangabeira.

Esses relatórios de plantão são documentos indiciários, que trazem micronarrativas sobre os casos atendidos pelas assistentes sociais. Debruçar-se sobre este fundo documental remete aos escritos de Arlette Farge, que fala sobre a importância dos arquivos:

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história.²⁶⁰

Ler os relatórios de plantão permite perceber o momento que a criança se tornava um caso. Ao preencher o documento, a assistente social poderia encaminhar a criança ou o adolescente para a Febem ou, dependendo da circunstância, para outros setores da assistência social. De acordo com Foucault, a produção das descrições individuais e dos relatos biográficos, também representam mecanismos de disciplina e de controle. Registram-se os traços, as medidas, os desvios, tornando o indivíduo em um “caso”.²⁶¹

Esses relatórios de plantão permitem conhecer as práticas da institucionalização da assistência às crianças e às famílias pobres construídas pelos assistentes sociais que

²⁵⁹ Idem: p.44

²⁶⁰ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. P. 17

²⁶¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 34. Ed. Petrópolis: 2007.

atuavam na Febem, em Pernambuco. Esses documentos são fontes para a escrita da história da assistência social às famílias, que procuravam a Febem com a finalidade de requerer um serviço do Estado na tentativa de resolver os problemas relacionados às crianças e aos adolescentes dos quais as famílias eram responsáveis.

Quando Carlos se tornou um caso

Eu ainda me lembro do meu número, que era 3.218. É tanto que algumas senhas minhas, de algumas coisas que eu tenho, eu boto esse número: 3.218... Esse número sempre ficou gravado na minha cabeça: 3.218 (é meu número de série) — carimbado, né? “3.218”. Era Carlos Alberto: 3.218. Aí, sempre... Esse número, sempre me marcou! [...] Era feito quartel. Diziam o nome, e a gente dizia o número. É tanto que, assim lembro, lembro que, quando entrei no Exército, aqui de novo a mesma coisa! Que dizia o nome, e a gente dizia o número.²⁶²

Quando nas relações institucionais os nomes das pessoas são substituídos por números, é importante questionar onde se encontra o sujeito da História. Ao relatar as lembranças do tempo que passou na Febem, Carlos não se esqueceu de rememorar o número 3.218. Conforme afirma em seu relato, na Febem os nomes e os números se confundiam, fazendo parecer um “quartel”. Ele afirma: “Isso ficou marcado na nossa vida”.

A partir dessas marcas, que Carlos procurou construir um enredo de sua passagem pela Febem. Foi no bairro da Mangabeira que passou parte da sua adolescência, ele adentrou no mundo da instituição com apenas 12 anos de idade. Ao relembrar o cotidiano do Centro Comunitário, ele elabora um discurso sobre a gestão da Febem:

O modelo de gestão da antiga Febem, para muitos, de ensino, era bom, mas de coercibilidade era muito forte. Era uma coisa coercitiva, e você se direcionava, e, na época, a gente não entendia. Hoje, eu entendo. Vivia numa época militar, no domínio militar. Vou dizer: hoje é adolescente infrator, antigamente era crime mesmo. A gente fazia pequenos furtos, era tratado coercitivamente.²⁶³

²⁶² Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluize Júnior.

²⁶³ Idem.

Esse relato permite analisar como foi construído o atendimento da unidade da Mangabeira a partir do olhar do interno. Para Carlos, a Febem foi uma instituição que oferecia um método de ensino “bom”, mas que esteve permeado por práticas coercitivas e que poderia ser justificado pelo cenário político marcado pelo Regime Civil-Militar. Ao lembrar-se das práticas coercitivas do passado, Carlos estabelece uma conexão com o presente, ressaltando as diferenças entre infração e crime.

Para entender o discurso elaborado por Carlos, é importante lembrar que, na sua trajetória de vida, ele exerceu a função de conselheiro tutelar, tornando-se, inclusive, reconhecido como um militante na área dos direitos da criança e do adolescente. A sua trajetória justifica a sua visão e a crítica construída pelo sistema Funabem/Febem, haja vista que a partir da sua atuação ele passou a conhecer a “nova” perspectiva da Justiça da Infância, a qual defende a ideia de que o adolescente que comete um ato infracional deve ser atendido a partir de uma medida socioeducativa, estabelecida a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No campo da Justiça da Infância e da Juventude, a diferença entre crime e infração está intimamente relacionada à questão da imputabilidade, que por sua vez foi adotada a partir do conceito de *discernimento*. De acordo com Estela Scheinvar, desde as primeiras legislações brasileiras o critério de discernimento estabelecia “as diferenças das penas para as crianças e os adultos, e entre as crianças e os jovens”, sendo este critério “expresso através do indicador idade”.²⁶⁴

Para Carlos, o atendimento dos meninos e das meninas da Funabem era construído a partir da perspectiva da coerção, uma vez que, aos olhos das pessoas que trabalhavam na instituição, esses meninos eram criminosos. O discurso denunciador de Carlos reforça a ideia de que, mesmo praticando pequenos furtos, esses adolescentes eram tratados como pessoas que representavam um perigo à sociedade. Se à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente a diferença entre infração e crime se atenua, no período que Carlos passou pela Funabem essa distinção não fazia parte do *ethos* institucional, próprio do serviço oferecido pela Funabem.

No período que Carlos passou pela Funabem, o Código de Menores estabelecia a chamada *Doutrina da Situação Irregular*. De acordo com estudos realizados por Carmem Silveira de Oliveira, ao preconizar tal doutrina “eram levadas em conta as

²⁶⁴ SCHEINVAR, Estela. *Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da crianças, do adolescente e da família (pobres)*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

condutas delituosas em termos exclusivamente jurídicos, mas incluíam, também, os comportamentos de inadaptação ou irregulares, que requeressem medidas protetivas ou reeducadoras, por negligência familiar ou social”.²⁶⁵

Desse modo, é importante procurar entender a contradição presente no discurso de Carlos, uma vez que, mesmo criticando a Febem por tratar os internos de forma coercitiva, ele afirma que o “ensino” era bom. Essa afirmação permite estabelecer conexão com a proposta institucional da unidade da Mangabeira. Qual o objetivo desta unidade, construída na década de 1970, na zona norte do Recife? Quais as atividades oferecidas nesta unidade e o que a diferencia das outras?

Para responder a tais questionamentos, é importante promover um diálogo entre as fontes orais e os documentos institucionais. Analisar a missão institucional deste Centro e os documentos produzidos sobre a sua instalação e fundação permite compreender o objetivo da unidade da Mangabeira. De acordo com a historiadora Regina Beatriz Guimarães, ao trabalhar com fontes orais o historiador deve operar a partir de entrecruzamentos de fontes documentais, como as “fontes visuais, jornais, revistas e impressos diversos”. Para Guimarães, essa prática permite o historiador:

Refletir e interpretar não apenas as entrevistas/testemunhos e as implicações da memória individual e social, mas também as práticas discursivas no espaço social, especialmente, a posição do entrevistador e a do entrevistado em relação aos grupos sociais envolvidos.²⁶⁶

Seguindo tais recomendações teórico-metodológicas, objetiva-se provocar um entrecruzamento do relato de memória de Carlos com a *Revista Brasil Jovem*, uma publicação da Funabem. De acordo com esse periódico, a unidade da Mangabeira foi fundada em 1971, durante o governo de Nilo Coelho. O governo estadual, em parceria com a Funabem, inaugurou o espaço que seria o “núcleo preventivo” às crianças e adolescentes que viviam nos bairros da zona norte do Recife. Ao reconstruir as memórias da Mangabeira, Carlos ressaltou que foi naquele espaço que ele aprendeu uma profissão, através das oficinas profissionalizantes oferecidas pela instituição. A

²⁶⁵ OLIVEIRA, Carmem Silveira de. *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

²⁶⁶ GUIMARÃES, Regina Beatriz. *Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas*. In: LAVERDI, Robson. [et al.]. *História Oral: desigualdades e diferenças*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

Revista Brasil Jovem, traz, na sua edição de 1971, o registro sobre a fundação desta unidade da Febem em Pernambuco.

No decorrer da investigação, não foram encontrados documentos que registrassem o dia a dia dos meninos e das meninas que passavam pela instituição. No acervo da Fundação de Atendimento Socioeducativo estão salvaguardados alguns livretos, panfletos e relatórios da Febem, que falam sobre as ações institucionais, da missão do Centro na área da assistência às crianças e suas famílias.



Figura 12: Capa do *Projeto Mangabeira*. Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

A imagem de uma ciranda, dança que integra a cultura imaterial pernambucana, ilustra a capa do livreto do *Projeto Mangabeira*. A análise do discurso imagético permite perceber que ao fundo da imagem foi desenhado os pavilhões do Centro e, na parte central da ilustração, a ciranda é composta por crianças e adultos, homens e mulheres, procurando demonstrar a integração entre aqueles que faziam parte do Centro Comunitário.

É possível afirmar que a analogia entre a ciranda e o *Projeto Mangabeira* não foi aleatório. O “dar as mãos” é uma das marcas mais fortes da ciranda, uma dança coletiva, não se pode dançar só ou em dupla, as pessoas devem estar integradas para que uma grande roda gire, através de passos sincronizados, em uma mesma direção. Quem

conduz a ciranda são os integrantes, que devem seguir os passos de forma harmônica, fazendo com que a roda gire e a dança aconteça.

O discurso da Funabem sobre o *Projeto Mangabeira* procura disseminar a ideia de um projeto modelo, um “avanço” no campo da assistência às crianças e aos adolescentes pobres do Recife, além de representar uma parceria efetiva entre as esferas Federal e Estadual, que estavam de “mãos dadas” na execução dessa “nova proposta” (a imagem também reforça este discurso). Para a Funabem, o cotidiano do Centro Comunitário deveria ser marcado pelo trabalho pedagógico que envolvia as crianças na preparação para o mundo do trabalho, daí a importância das oficinas profissionalizantes.

Ao estudar a rotina dos internos nas unidades da Febem em Pernambuco, mais notadamente no Recife, a pesquisadora Lygia Pereira Edmundo afirma que foram construídas várias “denúncias” sobre as formas de “imposição e a ausência de opções de cursos” profissionalizantes oferecidos pela instituição. Em seu livro *Instituição: escola de marginalidade?*, a autora analisa depoimentos de adolescentes que vivenciaram as oficinas oferecidas pela Febem, quando afirmaram que tais atividades de cunho profissionalizante não atendiam às suas “aptidões” ou mesmo os sonhos e desejos construídos pelos(as) adolescentes sobre suas escolhas profissionais. Um dos internos, entrevistado por Edmundo, chega a afirmar: “Eu queria ser datilógrafo, mas não sei bater à máquina. A Febem não dá esses cursos pra gente”.²⁶⁷

De acordo com os estudos de Arno Vogel, a ideia de prevenção esteve associada ao “combate à marginalização do menor”, discurso amplamente divulgado nas falas e publicações produzidas pelos técnicos da Funabem. Desse modo, para a instituição, a ideia de prevenção consistia em “combater o abandono, o perigo moral e a inadaptação do menor, para transformá-lo, novamente, em cidadão útil à sociedade”. Para Vogel, os governos militares se empenharam em chamar para si a responsabilidade com a questão social e neste cenário reproduziram a ideia de que a “questão do menor” passava a ser uma questão de Estado, que por sua vez era responsável por resolver, de forma preventiva, o processo de marginalidade desses grupos sociais.²⁶⁸

A crítica produzida pelo interno da Febem no Recife demonstra indícios de que a política de formação profissionalizante da instituição esteve voltada para a disseminação

²⁶⁷ EDMUNDO, Lygia Pereira. *Instituição: escola de marginalidade?* São Paulo: Cortez, 1987.

²⁶⁸ VOGEL, Arno. *Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância no Brasil contemporâneo*. In: RIZZINI, Irma & PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

de cursos que privilegiavam o trabalho manual, sem oportunizar aos adolescentes o direito de escolherem a sua profissão. De acordo com as considerações elaboradas pela pesquisadora acerca dos depoimentos dos internos e da proposta da Febem em “recuperar” os adolescentes por ela atendidos:

A recuperação, tal como está demonstrada nos depoimentos, é pouco, tardiamente ou quase nunca alcançada porque a interpretação dada pela criança às práticas institucionais, os significados atribuídos, não são ou não foram suficientemente discutidos, descobertos, pela ausência de diálogo e de participação desta vida institucional.²⁶⁹

É possível afirmar que essa ação da Febem está intimamente relacionada à ideia que vinculava o trabalho braçal à ideia de um trabalho menor, que deveria ser realizado pelos pobres. Foi a partir dessa lógica que muitos das crianças e dos adolescentes brasileiros que pertenciam às famílias pobres não tiveram os direitos à educação e de planejarem sua vida profissional.

Os estudos de Lygia Edmundo ainda apontam que o debate da valorização do estudo e do trabalho da Febem no Recife também foi construído a partir do argumento de que era através da atividade laboral que os meninos e as meninas podiam “ocupar suas mentes”, para não proliferarem as “besteiras”, e que o trabalho poderia reverter lucro para a instituição, afirmando: “O trabalho dá aos que possuem coisas materiais um sentido de apropriação legítima dos objetos que eles irão consumir”.²⁷⁰

O Centro Comunitário da Mangabeira seria um local destinado para o funcionamento de um núcleo preventivo da Febem, além de se tornar um espaço de formação para todos os técnicos que atuavam na instituição no Norte e no Nordeste do país. De acordo com Evandro Onofre, Secretário de Interior e Justiça de Pernambuco, Mangabeira se tornava a “grande porta da prevenção”.²⁷¹

Para além do trabalho voltado para a assistência às crianças, foi criada uma política de banco de ajuda financeira, onde as famílias poderiam solicitar pequenos empréstimos, intitulado *Banco de Ajuda Familiar*. Conforme aparece na imagem seguinte, retrata o desenho de uma senhora solicitando recurso, que era administrado

²⁶⁹ Idem. P.65.

²⁷⁰ Idem. P. 69

²⁷¹ BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

por um Conselho de pais. De acordo com os documentos institucionais, os empréstimos eram realizados em espécie, sendo uma ação promovida com recursos do Funabem.²⁷²

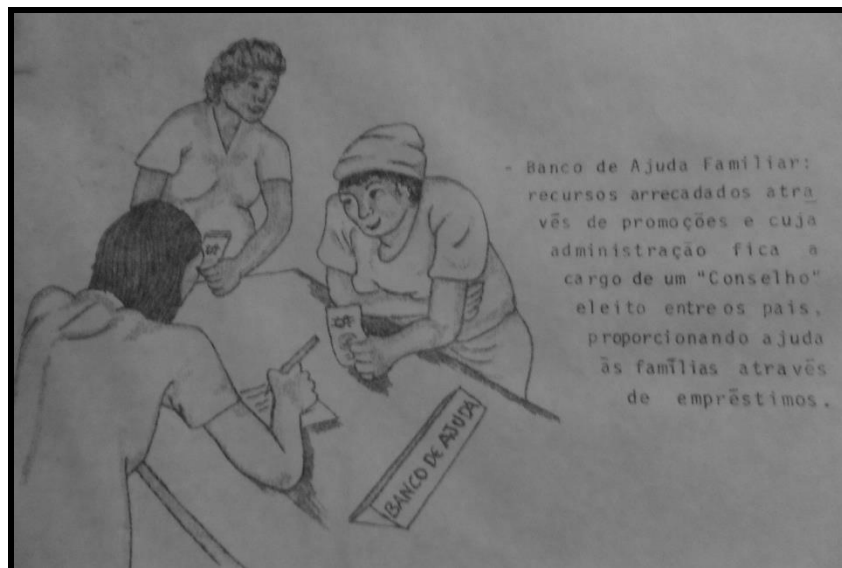


Figura 13: Desenho referente ao *Banco de Ajuda Familiar*. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

Nesta imagem, o desenho e o texto reproduzem o discurso de uma política assistencial da Febem, voltada para as famílias pobres que tinham seus filhos matriculados nos núcleos preventivos. Percebo que esta ação representava mais uma forma de controle sobre o cotidiano das famílias, a partir de um projeto econômico.

O Este projeto reproduz a lógica do Estado protetor e responsável pelo controle das famílias pobres. De acordo com os estudos de Maria Luiza Mestriner, durante a Ditadura Civil-Militar, o Estado brasileiro passou a realizar ações de combate à pobreza baseado na lógica apadrinhamento e na “filantropia da clientela”, onde as práticas assistencialistas se baseavam em projetos e programas que não resolviam a questão das desigualdades sociais, acentuava a concentração de renda e aumentava a dependência das famílias pobres em relação ao chamado “Estado protetor”²⁷³

Logo, esta ação da Febem – Pernambuco reproduzia uma marca da “filantropia de clientela” e do apadrinhamento. As ações que caracterizavam o “banco de

²⁷² Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social/MPS. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Recife: 1971.

²⁷³ MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2005.

empréstimo” acentuavam a dependência das famílias pobres, sendo reproduzida a ideia que a partir desta ação a Febem realizava o trabalho da “manutenção do menor no lar”.

O mapa abaixo registra a localização geográfica da Febem Mangabeira, elaborado pela própria Funabem e publicado em um livreto explicativo que buscava registrar as estratégias de atuação do Centro Comunitário da Mangabeira.



Figura 14: Mapa do bairro da Mangabeira e do entorno. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

O mapa, desenhado de forma artesanal, permite observar que o bairro da Mangabeira fazia fronteira com os bairros de Casa Amarela e com os altos da zona norte da cidade, locais onde nosso protagonista e os seus colegas circulavam. O Alto José Bonifácio, comunidade onde Carlos e sua família residia, fazia parte desse conjunto de altos que formavam as comunidades populares do Recife. É possível afirmar que a construção do Núcleo Preventivo neste bairro tenha sido pensada de forma estratégica pela Funabem, haja vista que o objetivo da instituição era atender às crianças e famílias que viviam em situação de pobreza. A ilustração abaixo traz os elementos característicos dos altos do Recife, entre as décadas de 1970 e 1980.



Figura 15: Imagem do bairro da Mangabeira. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

Ao construir a imagem da Mangabeira, a Funabem ressaltou as características físicas e sociais do bairro e de seu entorno. A geografia descrita foi marcada pelas ladeiras e pelos morros, pelas casas construídas à beira das encostas e pelas pessoas circulando, destacando-se “a ocorrência de desabamentos das barreiras, transbordamento de canais e alagamentos”, a “carência dos recursos de infraestrutura urbana” e a “precariedade das habitações, construídas do tipo taipa ou barracos improvisados”.

A imagem do prédio permite observar que ele foi construído a partir da perspectiva de grandes galpões divididos por salas amplas onde eram realizadas as atividades de oficinas e de recreação. Neste local, foram construídas salas de formação para os técnicos que atuavam nas unidades da Funabem/Febem das regiões Norte e Nordeste.

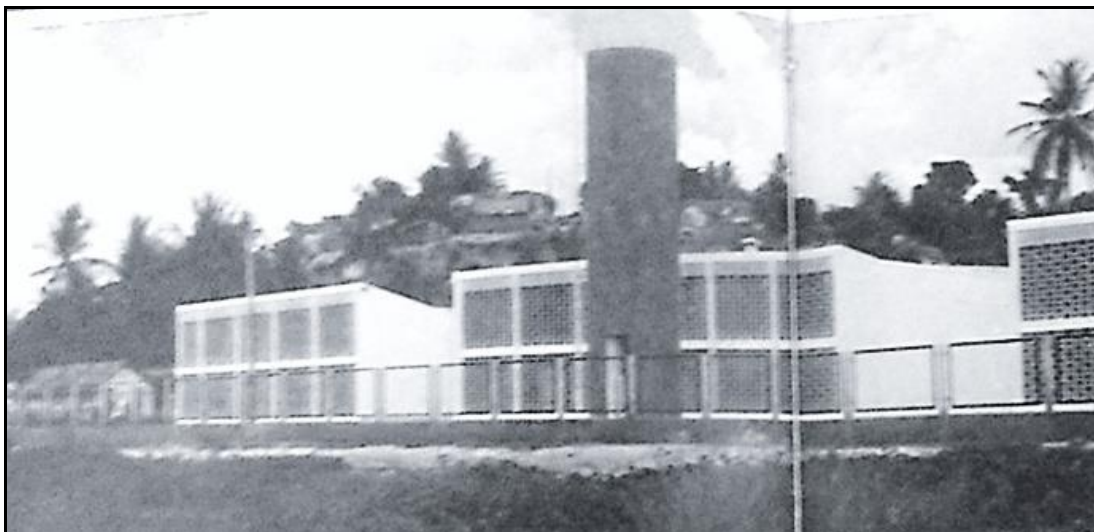


Figura 16: Imagem da fachada do Núcleo Comunitário da Mangabeira. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, 1979. Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

O registro da cerimônia de inauguração da instituição foi noticiado como um acontecimento que mereceu a presença do governador de Pernambuco e do presidente da Funabem, o médico Mário Altendelfer, na ocasião proferiu discurso enaltecendo a atuação do governador de Pernambuco:

Encontrei um governador bem dotado de vocação e de boa vontade para executar um programa de amparo ao menor. Isso transmitiu ao Conselho Nacional da Funabem que, logo depois, traçava um esquema de trabalho tendo Pernambuco como um polo regional no tocante ao preparo de pessoal especializado. Devo dizer, a bem da verdade, que jamais conheci um homem público com tanto amor pela criança, entre outros que conheci. Por isso, o Sr. Nilo Coelho já marcou sua passagem por este Estado e tenho certeza de que o Sr. Eraldo Gueiros saberá dar continuidade a essa missão de assistir ao menor.²⁷⁴

O discurso de Altendelfer possui um tom enaltecendor da atuação do governador pernambucano em buscar parcerias com a Funabem, o que demonstra uma efetiva relação política e institucional entre as esferas Federal e Estadual na área das políticas públicas para a infância, haja vista que Pernambuco se tornaria um polo regional de execução das ações da Funabem. As palavras do presidente nacional da Fundação

²⁷⁴ Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. 1979. Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

também evidenciam sua preocupação com a continuidade das ações no Estado, tendo em vista o momento de transição entre os governos de Nilo Coelho e de Eraldo Gueiros.

De acordo com a matéria publicada na *Brasil Jovem*, a cerimônia de inauguração contou com a presença das filhas do governador de Pernambuco, que participaram do rito das fitas simbólicas (conforme a imagem da capa), momento ocorrido logo após a “benção das instalações”, realizada por um religioso que esteve presente na ocasião.



Figura 17: Capa *Revista Brasil Jovem*. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. 1979. Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

De acordo com a capa da *Revista Brasil Jovem*, “Pernambuco salta adiante no bem-estar do menor”. Discurso que reforça a parceria entre o governo estadual e a Funabem. A capa ainda registra a imagem do governador inaugurando, ao lado de uma criança, o Centro Comunitário e ressalta o discurso “O desafio das transformações”, defendendo a ideia de que a Febem representa uma mudança no atendimento às crianças e aos adolescentes em Pernambuco.

Essas informações permitem analisar como as tradições filantrópicas permearam as ações da Funabem/Febem, mesmo sendo construídas a partir do discurso de um novo projeto político nacional de assistência. Nas nuances das relações sociais e institucionais, ainda é percebida a presença da Igreja Católica nas ações de um Estado que se dizia laico e que buscava romper com a cultura caritativa.

A *Revista Brasil Jovem*, considerada a mais importante publicação da Funabem, distribuída em todo território nacional, representava o veículo de divulgação das ações da instituição. Segundo o historiador Gutemberg Rodrigues, este periódico representa uma fonte para se entender a política de divulgação das ideias da política nacional de bem-estar do menor no Brasil. Ao abordar a estrutura e o funcionamento da revista, Rodrigues afirma que:

A Revista Brasil Jovem, editada pelo setor de Relações Públicas da Funabem, nasceu em 1967, tornou-se a porta-voz da Fundação, por excelência. A Funabem era apresentada pela revista como a guardiã da criança desvalida no Brasil. Afirmava que, antes da existência da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a criança e o adolescente eram tratados como sujeitos de direitos. Até 1972, foi publicada trimestralmente, tornando-se quadrimestral a partir de 1974. Com uma tiragem aproximada de 5.000 exemplares, era destinada, gratuitamente, a autoridades, órgãos de comunicação social, juízes e a demais interessados no problema do menor. Não podia, ainda, ser vendida ou exposta em bancas e locais públicos.²⁷⁵

A análise desse documento permite afirmar que a *Revista Brasil Jovem* também se apresenta como um meio de a Funabem registrar sua “prestação de contas” à sociedade brasileira. Nas suas páginas, também foram publicados os valores orçamentários destinados aos estados e os recursos encaminhados para as entidades privadas que se tornaram parceiras na Fundação no atendimento às crianças e aos adolescentes em todo território nacional.

Foi nesse espaço de divulgação das ideias e das ações da Funabem que foi construído um discurso sobre o Centro Comunitário da Mangabeira como uma referência de atendimento às crianças e aos adolescentes a partir das oficinas profissionalizantes. Ao elaborar um discurso sobre a sua passagem pela Febem, Carlos parte em defesa do Centro Comunitário, afirmando que naquele espaço ele foi

²⁷⁵ RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo: a face oculta da minoridade (1964 – 1979)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

ressocializado. Mesmo admitindo que as relações fossem estabelecidas a partir do controle e da coerção, ele considera que o modelo Febem conseguia seu objetivo de ressocializar os adolescentes encaminhados para a unidade da Mangabeira e afirma:

No meu período, sem demagogia, foi um período bom. Agora, muito coercitivo. Se hoje, o modelo de hoje, fosse igual ao de lá de trás, com escola, com medida socioeducativa, com escolas, cursos funcionavam. Dá direito, direito tem, a quem o direito merece. Porque eu entendo que medida socioeducativa é ressocializar o adolescente, é inserir *ele* na sociedade de novo. Saber os problemas que *aconteceu*. Por que eu fui roubar? Eu fui roubar porque minha mãe saia pra trabalhar... Pau, cacete e passava sem comida... E tu não *acha* que é bom ter três refeições? Seis por dia? Lá em casa não tinha. Aí, as pessoas dizem: “Mas, rapaz, o adolescente rouba? Porque não tem educação”. Se tu não *tem* oportunidade. E assim a oportunidade que eu tinha era carregar água, botar pesado. No pesado, aí, meus colegas carregam. As coisas aqui *era* mais fáceis. Aí, eu tome a roubar!²⁷⁶

Carlos se coloca como um exemplo de um menino ressocializado a partir de sua entrada na instituição. Ele constrói um discurso de uma Febem providente, que oportunizou, através das ações profissionalizantes, um espaço de reinserção social. Ao reconstruir a sua trajetória de vida, ele produz a imagem do menino que deixou de praticar atos ilícitos a partir da oportunidade que lhes foi dada e justifica as suas ações infracionais afirmando que roubava por “uma questão de necessidade financeira”.

Ao relatar as suas memórias das atividades realizadas no Centro, Carlos relembra como eram organizadas as oficinas:

À tarde, eram 40 a 50 pessoas. Pela manhã, não posso dizer, que eu não presenciava. Era bem organizado. O espaço era bom. Assim, eu mesmo tinha um espaço bom por ter alguma coisa de carpintaria. Hoje, eu entendo alguma coisa de pedreiro, se vai fazer alguma coisa, eu entendo. Que eu aprendi lá.

Ao ser perguntado se o Centro Comunitário da Mangabeira também atendia as meninas, Carlos respondeu que a sua turma era composta por homens, mas que o Centro também oferecia trabalhos para as meninas. Para Carlos, as oficinas serviam como instrumento de ressocialização dos garotos que viviam em condição de pobreza e em

²⁷⁶ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

situação de conflito com a lei. Ao lembrar-se do cotidiano da unidade, ele afirma que lá era um espaço de educação para o trabalho.

Eu me lembro de que eu ia pra oficinas de carpintaria, de pedreiro. Era bom demais. Eu gostava de fazer isso aí. Mas, se você não atingir sua meta, castigo! Se você desrespeitar o sistema, a organização funcional...²⁷⁷

O esforço de Carlos em construir uma imagem da Febem como um espaço de ressocialização dialoga com o próprio discurso da instituição, que também reproduzia a ideia de que o trabalho representava uma “medida terapêutica para regeneração”. As lembranças de Carlos também são marcadas pela cobrança do cumprimento das metas e das possibilidades de castigo, caso as metas estabelecidas não fossem cumpridas.

Os documentos publicados pela Funabem recorrentemente defendem a ideia de que as unidades de atendimento devem assegurar a “escolaridade e preparação para o trabalho”. A *Revista Brasil Jovem* publicou uma ampla reportagem na qual noticiava que o objetivo das oficinas profissionalizantes servia como um instrumento para a ressocialização dos adolescentes, para que a partir desse aprendizado eles se tornassem “úteis à nação”. Ao se referir sobre as oficinas de marcenaria, a reportagem afirma:

A oficina de trabalho em madeira prepara os rapazes para as especialidades de entalhação, lustração, modelagem, tornearia e marcenaria. Verdadeiras obras de arte são feitas pelos alunos, que, num ambiente agradável e completamente identificados com a especialidade que escolheram, preparam-se para o exercício da profissão que irão exercer quando deixarem a Fundação.²⁷⁸

O discurso da *Revista Brasil Jovem* servia como uma propaganda dos feitos da Funabem, construindo uma imagem da instituição ideal para a educação profissionalizante dos jovens que viviam em situação de vulnerabilidade social. Ao estudar a questão das ações profissionalizantes promovidas pela Funabem, a pesquisadora Maria Lúcia Violante afirma que:

Apesar do descrédito que, em geral, conferem ao menor, muitos agentes, vendo no trabalhador a antítese do “infrator”, tentam

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. 1979. Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

desenvolver no *menor* a crença de que o estudo e a profissionalização lhe garantirão a “reintegração social”, pelo combate ou prevenção de sua “marginalidade”, entendida como emissão de atos “antissociais”.²⁷⁹

Nos anos de atuação da Funabem/Febem o trabalho era visto como “medida terapêutica para regeneração” dos meninos e das meninas que vivenciavam a experiência da pobreza e que eram considerados “menores delinquentes”. Para Violante, a Febem sempre se colocou como uma instituição educacional, e não como uma prisão; como uma unidade de reeducação, e não como um sistema prisional. Desse modo, era comum encontrar no discurso oficial a reprodução de uma ideia construída pelo senso comum de que “o trabalho dignifica o homem e não o roubo”.²⁸⁰

Desse modo, o discurso construído por Carlos de que o trabalho serve para ressocialização e que a Febem foi uma instituição providente nessa ação, além de reproduzir o discurso elaborado pela própria instituição, dialogava com a lógica construída pela moral burguesa, que foi reproduzida no Brasil de forma intensa no cenário de desenvolvimento industrial. É importante entender como esse discurso relacional entre o trabalho e a regeneração foi construído historicamente.

A historiografia contemporânea vem contribuindo na discussão acerca do trabalho enquanto categoria de análise. Segundo o historiador Durval Muniz de Albuquerque, o trabalho, que assume uma atividade central no cotidiano de homens e mulheres na sociedade capitalista burguesa, passa a ser considerado uma obrigação moral, “quase religiosa”, torna-se para esta sociedade:

Fundamento do próprio ser social, como o núcleo explicativo da própria história humana, como essência do ser humano, como uma atividade, como uma ação no plano do material, do concreto, do objetivo que, ao mesmo tempo, confere ao saber produzido em torno desta categoria a condição de um saber materialista, objetivo e sobre o concreto, sobre o referente central que dá sentido a todo existir social.²⁸¹

Desse modo, segundo Albuquerque, na sociedade ocidental o trabalho passa a assumir uma centralidade, ganhando uma “importância nuclear” nas relações humanas e sociais. Assim, ele afirma: “ser trabalhador passa a ser um valor positivo moral que

²⁷⁹ VIOLANTE, Maria Lucia. *O dilema do decente malandro*. São Paulo: Cortez: 1982. P. 119.

²⁸⁰ Idem, p. 84

²⁸¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Mundos e imundos de(o) trabalho: por uma crítica histórica da categoria trabalho*. P. 57

aparta certos homens pobres, que os diferencia do mundo da vadiagem, da vagabundagem, da criminalidade, da libertinagem, da sedição, da desordem e da indisciplina”.²⁸²

Para Ângela de Castro Gomes, foi no início do Brasil República que o trabalho era visto “como uma atividade positiva na justa medida em que exercia uma função de regeneração social”. Para Gomes, a República nasceu sob o discurso da “revolução regeneradora que tinha como corolário a igualdade”, tendo como meta a garantia de construir a cidadania e a participação. Foi neste cenário que o trabalho passou a se destinar “aos que deveriam ser recuperados, aos inferiores: desocupados, órfãos, asilados, enfim, às classes pobres”.²⁸³

Os estudos históricos produzidos sobre a infância no Brasil sinalizam que o discurso “ressocializar através do trabalho” foi utilizado sistematicamente pelo Estado republicano. Ao estudar o cotidiano dos “pequenos trabalhadores”, a historiadora Irma Rizzini afirma que:

A extinção da escravatura foi um divisor de águas no que diz respeito ao debate sobre o trabalho infantil; multiplicam-se, a partir de então, iniciativas privadas e públicas dirigidas ao preparo da criança e do adolescente para o trabalho, na indústria e na agricultura. O debate sobre a teoria de que o trabalho seria a solução para o “problema” do “menor abandonado” e/ou “delinquente” começava, na mesma época, a ganhar visibilidade. A experiência da escravidão havia demonstrado que a criança e o jovem trabalhador constituíam-se em mão-de-obra mais dócil, mais barata e com mais facilidade de adaptar-se ao trabalho. Nessa perspectiva, muitas crianças e jovens eram recrutadas nos asilos de caridade, algumas a partir dos 5 anos de idade, sob a alegação de propiciar-lhes uma ocupação considerada mais útil, capaz de combater a vagabundagem e a criminalidade.²⁸⁴

Desse modo, percebe-se que com o advento da República, houve a preocupação de tornar a criança o “futuro trabalhador”. A partir da égide da “ordem e do progresso”, o Estado passa a criar políticas públicas assistencialistas com o objetivo de “formar e disciplinar braços da indústria e da agricultura” nacional. Foi neste cenário que emergiu o discurso salvacionista de que era necessário “salvar as crianças” para que se tornassem no futuro cidadãos úteis na nação. Para Rizzini, é neste período que os asilos

²⁸² Idem, p. 58.

²⁸³ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

²⁸⁴ RIZZINI, Irma. *Pequenos trabalhadores no Brasil*. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

de caridade construídos no período colonial e imperial foram transformados em institutos, escolas profissionais, patronatos agrícolas.²⁸⁵

Ao pesquisar sobre o cotidiano de meninos institucionalizados na cidade de São Paulo, entre as décadas de 1930 e 1960, a historiadora Elaine Marina Bueno Bernal afirma que as crianças e os adolescentes que adentravam no mundo do trabalho recebiam uma “remuneração irrisória, tendo sido crescente a porcentagem de crianças que trabalhavam em fábricas, casas e nos mais diversos ambientes”. Para a historiadora, os “arquivos do abandono” registram trajetórias de vida de meninos e meninas que “muitas vezes estavam nas ruas, praticando brincadeiras ou também tendo as ruas como local de sobrevivência foram taxados como vadios e perniciosos”, sendo detidos e encaminhados para as colônias agrícolas ou escolas profissionalizantes.²⁸⁶

A historiografia da criança e do adolescente no mundo do trabalho retrata as falas e práticas do mundo adulto, que ao longo do tempo ignorou, e ainda hoje ignora, a possibilidade de meninos e meninas vivenciarem a infância, direcionando-os, prematuramente, para o universo das fábricas, das oficinas, do trabalho agrícola e doméstico. As produções analisadas sinalizam que o discurso de educar pelo trabalho se confunde com a prática da exploração do trabalho infantil.

No cenário da Ditadura Civil-Militar, a questão da ressocialização através do trabalho assume uma nova roupagem. A investigação nos documentos institucionais da Funabem/Febem sinaliza que foi neste período que o trabalho foi utilizado no campo da ressocialização e fortemente adotado no plano da prevenção. É neste momento que as equipes dirigente e técnica da Funabem elaboram um discurso fundamentado no viés científico e jurídico para articular suas políticas públicas. De acordo com Edson Passetti, durante este período, o Estado procurou produzir uma nova metodologia no atendimento às crianças e aos adolescentes. Segundo Passetti:

A intenção principal, ao se adotar a nova metodologia científica, fundamentada no conhecimento “biopsicossocial”, era de romper com a prática repressiva anterior criando um sistema que considerasse as condições materiais da vida dos abandonados, carentes e infratores, seus traços de personalidade, o desempenho escolar, as deficiências potenciais e as de crescimento [...]. A nova política de atendimento organizada para funcionar em âmbito nacional pretendia mudar

²⁸⁵ Idem, p. 378.

²⁸⁶ BERNAL, Elaine Marina Bueno. *Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internos em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960)*. São Paulo: Cortez, 2004.

comportamentos não pela reclusão do infrator, mas pela educação em reclusão — uma educação globalizadora na qual não estava em jogo dar prioridades às correções de desvios de comportamentos, mas formar um indivíduo para a vida em sociedade.²⁸⁷

De acordo com Passetti, ao buscar ressocializar as crianças e os adolescentes atendidos pelas fundações estaduais, a Funabem elabora uma “governabilidade” sobre a “questão do menor”. A educação em reclusão aparece como um dispositivo disciplinar com a finalidade de tornar as crianças e os adolescentes, sob o controle do Estado, formados para o mundo do trabalho e para a garantia de segurança da população. A imagem abaixo, publicada na *Revista Brasil Jovem*, vem acompanhada pelo texto: “O que começa como meio de tratamento, acaba em divertimento, hobby, muitas vezes, profissão... Na foto, um artista do entalhe”.



Figura 18: *Revista Brasil Jovem*. Funabem, Rio de Janeiro, 1971. Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

Esta imagem foi publicada na *Revista Brasil Jovem*, que buscava registrar a visita de integrantes da Escola Superior de Guerra à Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor, no Rio de Janeiro. De acordo com a reportagem, ao visitar as oficinas de carpintaria, arte gráfica, além dos dormitórios e refeitórios, os militares consideraram a

²⁸⁷ PASSETTI, Edson. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

Febem como uma “obra de redenção”, ou seja, um trabalho que estava salvando a vida dos meninos institucionalizados.

Analisando o discurso dessa imagem, percebe-se o momento de demonstração do trabalho realizado por um garoto ao grupo de senhores. Ao publicar essa imagem, a Funabem procurou reproduzir a ideia de que a profissionalização fazia parte das suas ações e que seus dirigentes estavam empenhados em acompanhar, monitorar *in loco*, como ações estavam sendo executadas. A *Revista Brasil Jovem* registrou uma nota de rodapé que afirmava: “O trabalho manual é terapêutico, eficaz no trabalho de recuperação dos jovens”.

De acordo com estudos historiográficos, esse discurso do trabalho como prática regeneradora foi produzido no cenário da industrialização brasileira. Segundo a historiadora Margareth Rago, foi neste cenário que “a ideia de que o trabalho viria regenerar e moralizar esta população desocupada e abandonada” ganhou força expressiva.²⁸⁸

Nesta ocasião, foram apresentadas as estratégias de ação da Funabem em todo o País pela administração da instituição. Mário Altenfelder chegou a lembrar o discurso do Presidente Castelo Branco ao solicitar que o trabalho da Febem apagasse a “nódoa” que marcava a história do atendimento aos “menores” no Brasil e que o “Governo Federal se pode orgulhar da remodelação moral e material a que se procedeu no campo da assistência do menor”. A reportagem também divulga as impressões dos militares que atuavam na Escola Superior de Guerra, destacando as falas de alguns visitantes, entre eles a do General Oscar Luiz, que, ao conhecer a proposta da Funabem afirmou: “Essa realização positiva na assistência ao *menor* merece todo apoio governamental e comunitário”.²⁸⁹

A análise do discurso da revista permite vislumbrar como a Funabem buscava atrelar a sua atuação ao cenário do Regime e como, por sua vez, os militares que pertenciam à Escola Superior de Guerra estavam interessados em acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela instituição. É nessa lógica que se legitimava o discurso da Funabem/Febem acerca do trabalho enquanto instrumento preventivo de regeneração

²⁸⁸ RAGO, Margareth. *Do cabaré a lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil - 1890/1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²⁸⁹ BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. Rio de Janeiro: Funabem, Dez/1968. Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

social, aparecendo nesta reportagem como uma proposta dos governos militares no campo da assistência às crianças e aos adolescentes.

Além de noticiar a visita às dependências da instituição dos militares, a revista buscou reforçar a ideia do modelo Febem de educação, que adequava “as necessidades do *menor* às exigências do mercado de trabalho”. A reportagem ainda evidencia a questão da “disciplina consentida”, “a limpeza das instalações” e a “alegria das crianças” ao vivenciar a experiência nas unidades de internação da Febem.

Com a criação da Política Nacional do Menor, a ideia do “trabalho como estratégia para a regeneração” continua fazendo parte das políticas implementadas pelo Estado, ganhando uma nova roupagem, uma vez que se falava do trabalho como “método terapêutico para prevenção”, ou seja, as ações de formação para o mundo do trabalho foram executadas nas unidades de internação e nos núcleos de prevenção, criados pela Funabem para atender as comunidades.

Mas como Carlos construiu suas memórias acerca da sua passagem pelo Centro Comunitário de Mangabeira? Ao relatar experiências cotidianas, ele constrói a imagem da Mangabeira como um espaço das atividades esportivas, da escola e das oficinas profissionalizantes oferecidas pelos profissionais da Febem como um serviço eficaz para a sua “regeneração” e para a dos meninos que ali passaram. Contudo, ao relembrar do cotidiano institucional, das relações entre a equipe da Funabem e os meninos e do próprio convívio entre os garotos, ele traz à baila como eram construídas as redes de sociabilidade na unidade preventiva.

O relato de Carlos se distancia do discurso propagado pela Funabem/Febem, haja vista que, ao relembrar desse dia a dia, ele constrói uma “outra” imagem do Centro Comunitário. Para o nosso protagonista, o cotidiano na Mangabeira foi marcado pelas experiências vivenciadas com o grupo de meninos, que assim como ele estava no Centro para participar das oficinas e das demais atividades que o projeto oferecia (estudo formal, educação física, atividade artística).

Ao ser perguntado sobre o dia a dia nas oficinas profissionalizantes, Carlos responde: “Eu não lembro bem”. Mas procede a entrevista destacando como foram marcantes os primeiros momentos em companhia com os outros garotos e rememora um acontecimento ocorrido durante a hora da refeição. A imagem abaixo procura retratar que o momento da refeição também era considerado um dos momentos mais importante do cotidiano da Mangabeira. Nos documentos produzidos pela Funabem, o tema

“alimentação” era recorrentemente discutido. A ilustração abaixo foi acompanhada pelo seguinte texto: “Complementação alimentar, através de merenda e de fornecimento de alimentos às gestantes, nutrizes e crianças de 0 a 6 anos”.



Figura 19: Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

Contudo, a imagem dos meninos se alimentando comportadamente na hora da refeição se distancia das memórias construídas por Carlos sobre as refeições da Mangabeira. Sobre o assunto, o protagonista desta trama diz:

Eu me lembro das refeições, coisa que em casa não tinha. *Era* três refeições de manhã e três à tarde. Pela parte da manhã, eu fazia a primeira refeição e ia para a escola; quando eu voltava de meio dia, eu almoçava, quer dizer, a princípio a gente tem que se defender, porque é a comida era uma só. Mas o líder, ainda lembro o nome de Josan, um moreno, foi até assassinado... Morava em Santo Amaro. Ele tomava as comidas dos mais fracos. Eu aprendi a me defender! Aí foi a primeira confusão minha. No segundo dia meu, ele pegou a minha comida — aí foi bandeja para um lado, bandeja para outro —, foi uma confusão. Eu fiquei de castigo, que lá tinha castigo, e ele não ficou de

castigo. Aí, eu fui reclamar porque ele não tinha ficado de castigo, e a agente partiu pra cima.²⁹⁰

Para Carlos, um dos momentos mais importantes no cotidiano da Mangabeira era a hora da refeição. Ele até considera que a condição de pobreza vivida por ele e sua família justifica a importância desse momento no dia a dia da Febem. Mas a hora da comida também foi lembrada como a hora que as disputas entre os internos eram vivenciadas. Entre os meninos, existia uma disputa pela liderança interna, e tal rivalidade era praticada no decorrer das atividades diárias, e essa disputa acontecia, de acordo com Carlos, entre os mais “fracos” os mais “fortes”.

A dicotomia entre “fracos” e “fortes” surge no discurso de Carlos fazendo criar a memória de uma liderança entre os garotos. Mesmo confessando que “apanhou” do grande líder, o “forte” Josan, Carlos procura construir uma memória de superação de suas limitações, elaborando no seu discurso uma imagem de um fraco que se tornou forte a partir do convívio com os garotos. Na construção dessa “imagem de si”, ele afirma que foi tal aprendizagem que fez sobreviver no universo do Centro Comunitário da Mangabeira.

Carlos relatou quais os desdobramentos do momento de conflito entre ele e garoto Josan, quando o “castigo” não foi direcionado para os dois meninos, o que evidenciou um tratamento diferenciado entre eles. Esse acontecimento marcou as memórias de Carlos pela briga entre ele e o Josan e a penalidade dada apenas para um deles. Mas Carlos também reforçou que não deixou de questionar aos instrutores o porquê do tratamento diferenciado, o que demonstra mais uma forma de questionamento aos procedimentos dos integrantes da equipe da Funabem.

Ao lembrar-se das penalidades, ele rememora as falas dos monitores, que buscavam pressionar os garotos a partir de uma série de ameaças:

Agora, tinha castigo! Nós tínhamos castigo. Quando os adolescentes não se adaptavam, eu não sabia pra onde iam. Sei que iam pra outra unidade. Era no Cabo, e falavam em Pacas. Eu não sei onde era essa unidade.²⁹¹

²⁹⁰ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

²⁹¹ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

Ao narrar as lembranças da Mangabeira, Carlos ressaltou o seu temor e o temor dos meninos do morro de serem capturados pela polícia e encaminhados para a Escola Correcional de Pacas, construindo uma diálogo entre a memória individual e coletiva. De acordo com Halbwachs, a memória ultrapassa o plano individual, uma vez que as memórias são construídas também a partir da dimensão social.²⁹² Esse depoimento permite analisar como foram construídas as imagens e representações daquela unidade da Febem, localizada no município de Vitória de Santo Antão, a partir das memórias que a sociedade construiu sobre esta unidade e como Carlos as reproduziu em sua fala.

Para Carlos, Pacas representava o local do controle e da punição, passando a ser conhecida como uma prisão para os meninos que cometessem práticas que desafiassem as regras estabelecidas. A construção da imagem de Pacas como um espaço do medo deve ser problematizada, uma vez que sinaliza a elaboração de uma memória coletiva sobre uma unidade da Febem marcada como lugar de privação da liberdade, onde as práticas educacionais eram marcadas pelo controle e disciplinamento muito mais rígido. Ao analisar a questão dos espaços de internação voltados para crianças e adolescentes no Brasil, Edson Passetti afirma que:

A prisão e os internatos, em nome da educação para o mundo ou da correção de comportamentos, apresentam-se desempenhando um papel singular. Existem ao mesmo tempo como imagem disciplinar da sociedade – nelas, os supostos desajustados deverão ser enquadrados — e a imagem da sociedade transformada em ameaça — o lugar para onde ninguém pretende ir.²⁹³

Segundo Passetti, este cenário contribui para que o problema da ressocialização das crianças e dos adolescentes se perpetue ao longo da História do nosso país, haja vista que sobre esses espaços foram construídas imagens e representações da negligência, do descaso, da tortura e das mais diferentes formas de violência. Em seu relato, Carlos elabora as imagens sobre uma Febem que “ninguém queria ir”: a Unidade de Pacas, por representar um lugar de privação de liberdade, um lugar que apavorava os meninos que se sentiam ameaçados com a possibilidade de ser encaminhados para aquela “unidade-prisão”.

²⁹² HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro: 2006.

²⁹³ PASSETTI, Edson. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. P. 355

Ao lembrar o cotidiano da Mangabeira, Carlos elabora imagens de um cotidiano também marcado por cenas de violência, expressas nos microcosmo social, construídas pelos internos no cotidiano Febem. Ele relata:

Apanhei um bocadinho de Josan... Mas depois a gente aprendeu a se respeitar. Ele tinha o grupo dele, eu tinha o meu. Mas, assim, como eu estudava e gostava de estudar, meu contato com ele era pouco. Só mais à tarde, na oficina. O racha todo era nas peladas que tinha handball, que tinha futebol de salão, tinha basquete... As coisas que só adaptavam... Eu lembro que tinha um instrutor que passava: “Futebol de salão!” Fazia aquela seleçãozinha, e a gente sempre tem aquele escrito. Mas, aí, a gente aprendeu a se defender. E a gente foi construindo uma respeitabilidade entre o grupo. Ele me respeitava, e eu o respeitava.²⁹⁴

No enredo construído por Carlos sobre a sua passagem pelo Centro Comunitário da Mangabeira, o nosso protagonista pintou com cores mais fortes como foram construídas as relações de sociabilidade entre os meninos, deixando para o segundo plano a sua experiência com as oficinas profissionalizantes. Ele até chegou a reforçar o interesse dos instrutores e a forma disciplinar como eles buscavam agir na relação com os garotos, porém, o seu relato ficou marcado pelas lembranças, os momentos da refeição, da hora do futebol e de outros momentos em que ele precisava “se defender”.

Ele não estava interessado em falar das questões típicas que norteiam as práticas pedagógicas, chegando a afirmar no decorrer da entrevista que “não lembrava” de como eram realizadas as oficinas. Nesse processo de elaboração do passado, ele construiu o discurso de que o maior aprendizado na Funabem foi o de “se defender”. No seu relato, ele afirma:

A gente não podia fazer a confusão na hora do refeitório e nas oficinas. Aí, no esporte, a gente descontava — “É agora que a gente pega, quando ele vir a gente entra para torar”. E essas coisas sempre aconteciam.²⁹⁵

²⁹⁴ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

²⁹⁵ Idem.

No processo de construção do discurso da autodefesa, Carlos se lembra das táticas utilizadas por ele e pelos colegas nos momentos das atividades esportivas. Essas memórias são fragmentos de lembranças de táticas utilizadas pelos garotos que se reapropriaram do espaço dedicado à prática esportiva para driblar das “redes de vigilância”. Ao lembrar-se dos detalhes do cotidiano na Mangueira, Carlos elabora um discurso distante do “entrar nas regras”. É neste momento que ele quebra o discurso do “menino bom”, do “menino comportado”, e constrói a imagem do garoto que desafiava as normas estabelecidas para se autodefender.

O relato elaborado por Carlos traz à baila cenas de um “outro” cotidiano na Febem. Ele constrói imagens das práticas utilizadas pelos adolescentes na Mangabeira, marcadas pela criatividade dos garotos que se “reapropriam do espaço organizado” pelas técnicas disciplinares, pelos dispositivos pedagógicos, utilizados pela Febem na tentativa de “ressocializar” as crianças e os adolescentes internos. Como afirma Michel de Certeau, essas táticas podem ser percebidas como “operações microbianas que se proliferam no seio das estruturas tecnocráticas”, ou seja, no cotidiano das instituições.²⁹⁶

O “entrar para torar” era materializado a partir dos empurrões, bofetadas e outras formas de agressões construídas entre os meninos, vivenciadas no espaço das atividades esportivas. Carlos ainda relembra que:

A princípio era de defesa. Os que chegavam, os novatos, tinham que aprender a se defender. Ou se defendia ou assim... Ou você entrava no sistema ou você ficava escanteado. Assim, eu tive a felicidade de aprender a me defender. E eu tive um privilégio na minha vida, assim, de ter senso de liderança. Assim, eu não queria ser mais um.²⁹⁷

Nesse fragmento de memória, Carlos traz as lembranças de como foram elaboradas as “maneiras de fazer” dos meninos nas relações sociais entre si. As relações de poder construídas no campo microfísico trazem detalhes do cotidiano, que foi marcado pelas disputas entre os meninos na tentativa de sobreviver às mais diferentes formas de repressão construídas pelos adultos (que integravam a equipe de funcionários do Centro Comunitário da Mangabeira) e pelos próprios adolescentes internos.

²⁹⁶ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

²⁹⁷ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

Essas formas de repressão entre os meninos eram marcadas pelas mais diferentes modos de disputas. Carlos destacou que suas experiências foram marcadas pelos conflitos entre novatos e veteranos ou entre comunidades (bairros do Recife) rivais, trazendo para o espaço da Febem disputas construídas para além de seus muros. Entrar no “sistema” fazia parte do ritual estabelecido pelos meninos, caso contrário poderia recair sobre o garoto a penalidade de ficar “escanteado”.

Os estudos sobre a institucionalização das crianças e dos adolescentes produzidos na década de 1980 por Angela Valadares Campos demonstram que as relações entre os internos também foram marcadas pela ausência de afeto e pelas formas mais diferentes de agressividade. Em sua pesquisa desenvolvida na Febem/São Paulo, verificou-se que as relações entre os internos podem reproduzir as práticas do “adulto agressor” (leia-se técnicos e monitores da Febem). Segundo Campos, “Para não sofrer punições e humilhações, eles começam a agir como o inspetor, agredindo os colegas, às vezes de maneira mais severa que os próprios inspetores”.²⁹⁸

As memórias de Carlos acerca do Centro Comunitário da Mangabeira são fragmentos de lembranças das relações entre os meninos no cenário institucional, indícios que possibilitam construir uma “outra” História da Febem. Não foi o cotidiano das oficinas e as lições aprendidas no espaço de aprendizagem profissional que marcaram a passagem de Carlos na Febem e sim a rede de sociabilidades tecida no cotidiano. Foi na trama dessa rede que Carlos construiu a imagem de uma “Febem providência”, do espaço físico e social que contribuiu para a sua mudança de vida, local onde aprendeu a “cuidar de si”. A partir da análise do seu relato, não foi na oficina de carpintaria ou de marcenaria que Carlos aprendeu a lição que ficou marcada na memória. De acordo com a sua narrativa, a lição maior construída na Febem foi a “de aprender a se defender”.

²⁹⁸ Conforme foi discutido anteriormente, não se pode afirmar que no cenário institucional da Febem não foi construído redes de afeto e solidariedade. CAMPOS, Angela Valadares Dutra de Souza. *O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984. P. 71

QUARTO CAPÍTULO

Para além dos muros, o morro: A saída Febem e o início de outra História

Eu conheço pessoas que *saiu* de lá [da Febem] para o Exército. Na época, encaminhava para o Exército. Tem histórico. A gente era doido pra ficar no quartel! É que era mais uma oportunidade *da gente* ter dinheiro. Emprego era um problema antigamente. Não tinha emprego, e no quartel a gente passava mais um período. E tinha muita gente lá da minha época que do Exército foi empurrado para a polícia.²⁹⁹

Foi no Centro Comunitário da Mangabeira que Carlos ouviu falar sobre a possibilidade de os meninos que ali estavam integrarem as Forças Armadas. Entre os garotos da Mangabeira circulava a ideia de que eles também poderiam pertencer às fileiras do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica. Carlos relembra que no seu tempo de Febem, as Forças Armadas e outros setores do Estado representavam um espaço do “emprego certo” e da “estabilidade”, tornando-se o sonho de muitos que buscavam oportunidade de trabalho.

Ao buscar construir uma “memória de si”, da sua passagem pelo Centro Comunitário da Mangabeira, Carlos recorda de seus desejos de menino. A sua argumentação narrativa merece atenção, uma vez que ele articula a justificativa de “ficar no quartel” como um desejo pessoal e dos meninos que faziam parte do seu grupo de convívio de ser encaminhados do Centro Comunitário para o Exército.

Percebi que, ao longo do seu relato, Carlos procurou de forma sistemática, construir a ideia de que desde criança e adolescente possuía preocupações de “gente grande”. O discurso do “bom menino” foi retomado em vários momentos no decorrer da entrevista. As questões relacionadas ao estudo e ao trabalho foram constantemente ressaltadas na sua fala, buscando elaborar conexões com os problemas sociais, econômicos e políticos que marcaram o tempo de criança.

Observa-se, na fala de Carlos, o tom denunciador da realidade dos jovens que pertenciam às famílias populares, que tinham uma esperança de estabilidade, sendo encaminhados para “servir” às Forças Armadas. Ao apresentar este cenário, ele justifica que a instabilidade econômica atingia principalmente a população mais pobre do Brasil,

²⁹⁹ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

desdobrando-se no crescente desemprego que atingia principalmente os jovens. Desse modo, é possível estabelecer uma reflexão entre a vivência de Carlos no cenário político e econômico brasileiro nos anos finais da Ditadura Civil-Militar.

Percebi que a questão da pobreza foi colocada por Carlos, como um dos principais problemas enfrentados pelos meninos e pelas meninas do Recife. A partir dessa afirmação, procurei pesquisar a relação da Funabem/Febem com esta questão. Ao analisar os dados sobre a pobreza no Recife e no Brasil, constatei como era expressivo o número de famílias que viviam com a renda de até 1,5 salário-mínimo.³⁰⁰ A tabela seguinte, foi construída a partir dos dados publicados pela Funabem, na década de 1970. Esses números registram, a partir da faixa etária, o número de crianças e adolescentes que pertenciam às famílias pobres do Recife com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo.

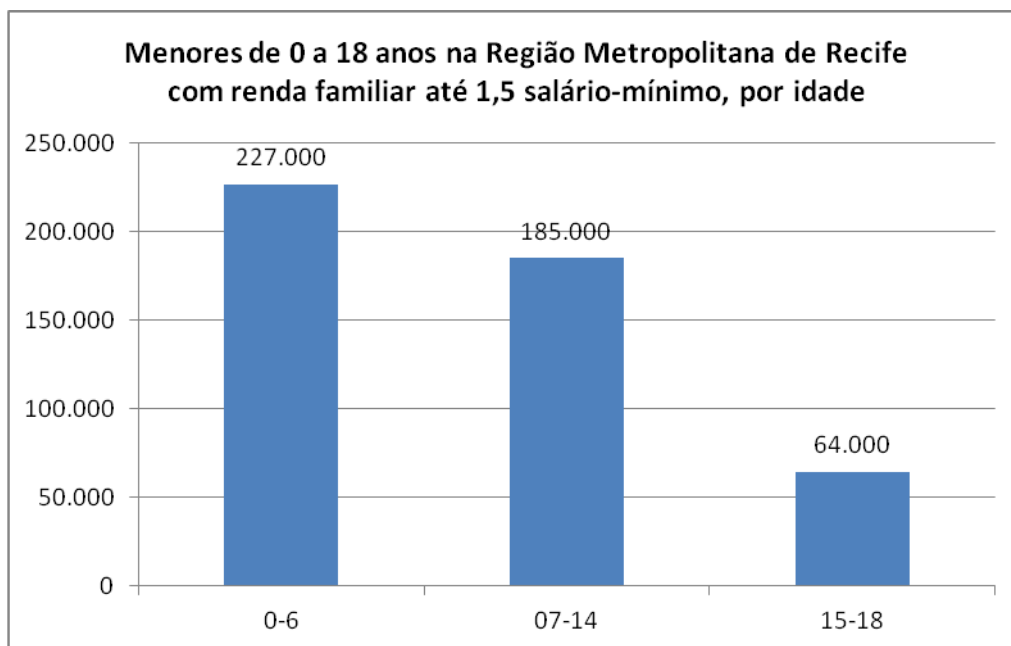


Tabela 4: Menores de 0 a 18 anos na Região Metropolitana do Recife com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo (por idade). BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

³⁰⁰ O salário-mínimo surgiu no Brasil na década de 1930, no período do governo de Getúlio Vargas. A Lei nº 185, de janeiro de 1936, e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938, regulamentam a criação de um piso salarial para os/as trabalhadores/as do Brasil. O Decreto-Lei nº 2162, de 1º de maio de 1940, regulamenta a fixação dos valores do salário-mínimo, que tinha prazo de vigência de três anos. Essas leis que regulamenta o salário-mínimo emergem do movimento articulado pelo movimento dos/as trabalhadores/as, que se desdobrou na criação do “novo ministério do trabalho”, construído no período Vargas. Ver: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

A partir desses dados, é possível analisar o quantitativo de crianças e adolescentes que pertenciam às famílias pobres no Recife. Neste período, a população geral do Recife era de 1.699.70, em que 53% deste número condizia às crianças e aos adolescentes que pertenciam às famílias pobres.³⁰¹ De acordo com o gráfico, a faixa etária de 0-6, seguida da faixa de 0-7, ocupava o maior número de crianças que viviam em condições de pobreza. O número de adolescentes também era expressivo, conforme sinaliza a tabela.

Nesta época, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, apontam que, em termos populacionais, o Recife era a terceira maior capital do País. Desse modo, resolvi construir um gráfico comparativo a partir dos dados da cidade do Recife no cenário nacional, estabelecendo conexão entre as capitais estaduais.

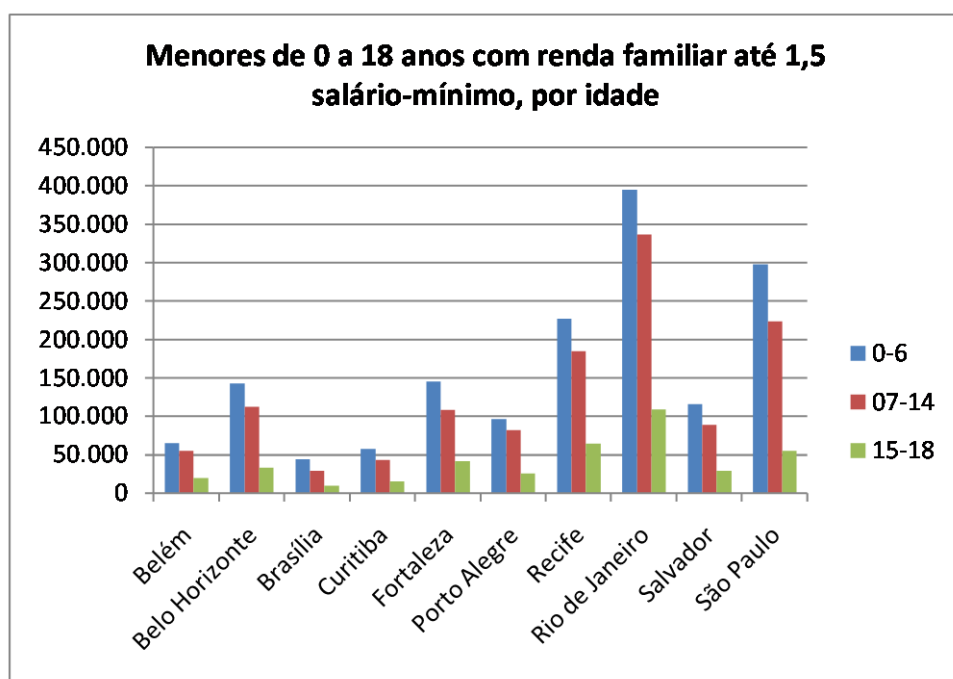


Tabela 5: Menores de 0 a 18 anos com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo (por idade). BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

A tabela acima demonstra o quadro comparativo das crianças e dos adolescente que viviam com a renda até 1,5 salários-mínimos. Construindo uma análise entre as

³⁰¹ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

capitais, é possível perceber que a faixa etária de 0-6 se apresenta como a maior população, seguida das de 7-14 e 15-18. Esses dados revelam como era expressivo o número de crianças de viviam em situação de pobreza. De acordo com relatório publicado pela Funabem, esses números também sinalizam que a situação econômica era responsável pelos problemas sociais enfrentados pelas crianças e adolescentes.

O período em que Carlos passou pela Febem, final dos anos de 1970 e início de 1980, foi marcado como o momento de crise econômica brasileira, chegando a ser considerado por alguns estudiosos como a “década perdida”. De acordo com Maria José de Rezende, este período da economia brasileira foi marcado pelo crescimento da inflação e pelos “problemas oriundos da miserabilidade que atingia os patamares altíssimos”. De acordo com os seus estudos, publicados no livro *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964–1984)*, o governo de João Batista Figueiredo (1979–1985) foi marcado pelo clima de tensão política provocada pela instabilidade econômica, o que veio efetivamente a contribuir com a abertura democrática.³⁰²

No decorrer das pesquisas realizadas para este trabalho, observei que a relação entre a Febem e as Forças Armadas foi um assunto recorrente no decorrer das entrevistas produzidas. Esse tema esteve presente na entrevista de Augustinho, que, ao lembrar do seu tempo de criança vivido na Cidade do Menor, em Pacas, afirmou:

Muitos foram pra Marinha. Ainda hoje tem muitos tenentes, tem capitão, tem sargento, tem oficial, tem porque passaram por esse regime, né? Houve uma época dessas que fizeram lá em Pacas um encontro de ex-alunos dos anos [19]60 até [19]70. Oxente! Olhe, meio mundo de aluno: tenente, capitão da Marinha, da polícia, do Exército [Silêncio], tudo, hoje tudo bem-sucedido, bem-sucedido. Mas todo ele agradece à Santa Rosa, muitos diziam “Há, se não fossem aquelas lapadas que eu levei dos diretores na época e dos educadores, hoje eu não seria o que sou...”³⁰³

Augustinho ainda lembra que os meninos encaminhados para o Exército, a Marinha ou a Aeronáutica eram aqueles que tinham bom comportamento, que tinham algum tipo de preparo profissional e que principalmente tivessem passado pela banda musical da Febem. Ele chega a construir um discurso acerca desse processo, afirmando

³⁰² REZENDE, Maria José. *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964 – 1984)*. Londrina: Editora da UEL, 2001.

³⁰³ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

que os meninos agradeciam à Febem pela disciplina punitiva, buscando evidenciar que as práticas de maus-tratos, a chamada *lapada*, serviu como um instrumento pedagógico para o ensinamento na vida militar.

É importante ressaltar as aproximações entre os discursos e da forma como Augusto e Carlos elaboraram os relatos. Ambos trouxeram a experiência particular da Febem relacionada às vivências coletivas. Ao se reportarem sobre a relação entre a Febem e as Forças Armadas, eles lembraram dos desejos dos colegas que partiram da Comunidade da Mangabeira ou de Pacas para “servir” ao Exército, à Marinha ou à Aeronáutica.

Mas o desejo de ficar no quartel não representava apenas uma alternativa aos jovens do tempo histórico determinado da Febem. A historiografia da infância nacional tem demonstrado que o recrutamento de adolescentes e jovens, e até crianças, foi uma prática utilizada pelas Forças Armadas desde o período colonial.³⁰⁴ Os estudos de Renato Pinto Venâncio registram que “crianças pobres, órfãs e enjeitadas, principalmente as de comunidades de pescadores, foram recrutadas quase sem nenhuma preparação ou treinamento prévio” para servirem às Forças Armadas. De acordo com Venâncio:

No Brasil, as atitudes frente ao recrutamento de crianças foram, no mínimo, ambíguas. Em uma primeira fase, após a independência, recrutou-se crianças para Marinha, valorizando, no entanto, a formação prévia daqueles que tinham estudado nas Companhias de Aprendizes de Marinheiros; em segundo momento, marcado pela Guerra do Paraguai, os burocratas imperiais assumiram uma postura arcaica, enviando inúmeras crianças sem treinamento algum para os campos de batalha.³⁰⁵

No decorrer da pesquisa, não foram encontrados registros sobre o recrutamento de crianças. Contudo, foram localizados documentos que indicam como essa transferência era processada e qual o perfil dos meninos que eram encaminhados. A matéria publicada no periódico *Diário de Pernambuco* me permitiu constatar como foi

³⁰⁴ A questão do cotidiano dos meninos que foram encaminhados para as Forças Armadas no período da Ditadura Militar de 1964 deve ser problematizada de forma mais sistemática. Esse tema poderá ser aprofundado em futuros trabalhos. Sobre esse tema ver: SILVA, Wandoberto Francisco. *Guerreiros do Mar: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura regional. Recife, 2008.

³⁰⁵ VENÂNCIO, Renato pinto. *Os aprendizes da guerra*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. 192-209. P. 192.

pactuado o encaminhamento dos garotos em 1965, anos antes da permanência de Carlos na instituição. Como demonstra a reportagem abaixo:

Dentro do programa elaborado pela administração Paulo Guerra, de uma melhor assistência ao “menor abandonado”, o Secretário João Roma, do Interior e Justiça, presidiu, sábado último, a transferência de onze alunos do Instituto Profissional de Pacas para a Escola de Aprendizes Marinheiros, desta capital. À solenidade, estavam presentes, além do titular da Justiça, o capitão-capelão José Vasconcelos Borba e o tenente farmacêutico Abel Ferreira de Oliveira, representantes dos comandos da Escola de Aprendizes Marinheiros e do 3º Distrito Naval, respectivamente; o diretor do IPP, Padre Pedro Souza Leão; funcionários estaduais e todos os internos de Pacas. [...] O ato de transferência dos onze meninos ocorreu às 16h30, em frente ao instituto, quando eles, após serem chamados nominalmente, entregavam seus instrumentos musicais ao instrutor e eram apresentados pelo secretário João Roma ao representante da Marinha de Guerra para o engajamento.³⁰⁶

A matéria trouxe a informação da relação da Febem com a Marinha, afirmando que essa ação representava uma importante iniciativa para ressocialização dos adolescentes de Pacas. Uma solenidade marcava esse rito de passagem dos meninos internos da Febem para a Escola de Aprendizes de Marinheiros, o que traduz o discurso de valorização deste momento, que contou com a presença de autoridades que faziam parte do Primeiro Escalão do Poder Executivo.

Arnaldo, Carlos Alberto, Edvaldo, José, Manuel, Walfredo. Os meninos transferidos de Pacas para a Escola de Aprendizes da Marinha foram nominalmente citados. De acordo com a reportagem, o Secretário João Roma aproveitou a solenidade para anunciar as reformas das unidades da Febem de Pacas, de Jangadinha e da Chácara Bongi, além de anunciar a construção de novas unidades em Olinda e Buíque, cidade localizada no Sertão de Pernambuco. Esse discurso demonstra que a solenidade representava um ato político, tornando-se uma espécie de prestação de contas do governo à sociedade pernambucana.

De acordo com João Roma, Secretário do Interior e Justiça, aquela solenidade representava um ato de demonstração do Estado com a “questão do menor”, afirmando que: “Governador Paulo Guerra vem se preocupando com o problema do amparo ao “menor abandonado”, dando-lhe, inclusive, melhores meios de assistência para vencer

³⁰⁶ DIARIO DE PERNAMBUCO. *Menores de Pacas são Aprendizes de Marinheiro*. Recife, 16 de fevereiro de 1965. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – Apeje.

na vida”.³⁰⁷ No discurso publicado pelo *Diário*, o costume da Escola de Aprendizes da Marinha deixou de ser ressaltado, levando o leitor a entender que aquela ação de transferência era proposta do governo de Paulo Guerra.

Mas, qual o olhar da Funabem sobre a relação das Febems com as Forças Armadas? Essa pergunta é importante, dado o contexto de centralização das ações da instituição, que buscava, a partir do seu escritório central, sediado no Rio de Janeiro, acompanhar as atividades nos estados. A resposta desse questionamento pode ser encontrada na *Revista Brasil Jovem*, que publicou, em setembro de 1969, a matéria *A responsabilidade do militar perante o menor*, assinada pelo Coronel Alberto Liêge de Souza Brasil.

Nesta reportagem é ressaltado que os adolescentes se encontram “em condições físicas e mentais de colaborar com os profissionais militares”. De acordo com o discurso do Coronel, iluminados por Deus, no contexto de “dias incertos”, do “tumultuado século XX”, os militares deveriam ter na juventude a esperança de dias melhores. Segundo o Coronel Alberto Brasil:

Esse é o momento em que o militar pode exercer uma atividade mais direta na formação do jovem, em consequência da série de responsabilidades que tem perante ele. Procuramos, então, inicialmente despertar no nosso aprendiz a consciência do verdadeiro valor que ele representa para a Pátria e para a Nação, fazendo-o observar que o lugar ocupado por ele, então já estava à sua espera, dada a importância e a necessidade para as Forças Armadas em seu grandioso conjunto possam cumprir sua missão de “constante segurança” e “eventual defesa nacional”. Conseguimos com isso fazer com que o jovem, orgulhoso da função que desempenha, conserve-se motivado para dar a merecida atenção a tudo que lhe vamos ensinar e desempenhe com ardor e convicção missões que a ele serão atribuídas. Damos-lhe, gradativamente, responsabilidades, observando-lhe as responsabilidades, observando-lhe as reações; damos-lhe honradas tarefas, observando-lhe as execuções; damos-lhe oportunidades de obedecer e comandar, observando os reflexos. Enaltecemos lhe as virtudes e corrigimos-lhe os defeitos, procurando, assim, fortalecer sua característica principal, a personalidade.³⁰⁸

Para o Coronel, a missão dos militares em relação aos chamados *menores* consistia em contribuir no processo de seu desenvolvimento pessoal, influenciando a

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ BRASIL. Funabem. A responsabilidade do militar perante o menor. *Revista Brasil Jovem*. Rio de Janeiro: 1969. Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

sua personalidade, apontada como principal característica do ser humano. A doutrina militar passava a ser entendida como instrumento de mudança social na vida dos “menores” e continua:

Ao mesmo tempo em que aprimoramos-lhe o físico com bem regradas sessões de educação física, ministramos-lhe instruções de educação moral e cívica em que são cultuadas as mais significativas figuras que embelezam com o relevo de suas vidas exemplares as gloriosas páginas de nossa História da Pátria. Ao mesmo tempo em que iniciamos-lhe na arte bélica instrução militar, damos-lhe oportunidades de treinar e mesmo evoluir nos afazeres profissionais a que já se dedicava antes de seu ingresso na caserna ou para os quais demostre pendor.³⁰⁹

O discurso do Coronel Alberto foi permeado de valorização dos símbolos da “pátria” e da “nação”, o Coronel buscou reproduzir a disseminação da moral e do civismo. Esse discurso propõe uma “instrução” integral (contemplando a dimensão intelectual e motora). Esse discurso lembra a reflexão de Vanessa Kern de Abreu, que, ao analisar a proposta educacional construída na Ditadura Civil-Militar, afirmou que seu era o “ajustamento do homem ao meio e ao tempo, em todos os seus atributos”.³¹⁰

Mas como tais ideias foram reproduzidas no cotidiano da Febem? Ao lembrar as atividades realizadas no Centro Comunitário da Mangabeira, Carlos relembra que, além de proporcionar o encaminhamento de alguns dos meninos as Forças Armadas, a Febem promovia ações cívicas que eram sistematicamente vivenciadas no cotidiano daquela instituição. De acordo com suas lembranças:

Era assim que eu me lembro: Hino da Bandeira, que a gente cantava; hino de Pernambuco, Hino Nacional e oração. Eram quatro coisas. Uma das coisas que eu não esqueço é o hino da bandeira, Hino de Pernambuco e o Hino brasileiro. Todo mundo de uniforme, todo mundo fardado. As camisinhas, calções *azul*, camisa de listrinha. Calções azuis, inclusive era praticamente o mesmo fardamento que nós tínhamos. Um cá e um lá.³¹¹

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ ABREU, Vanessa Kern de. *A Educação Moral e Cívica: Disciplina Escolar e Doutrina Disciplinar - Minas Gerais (1969-1993)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

³¹¹ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

O calção azul e a camisa listrada. A execução dos Hinos Nacional e Estadual e o canto do Hino da Bandeira. As recordações de Carlos acerca do cotidiano do Centro Comunitário da Mangabeira foram construídas pelas lembranças dos rituais cívicos e pelas tentativas estratégicas de “uniformização” das crianças e dos adolescentes que foram encaminhados para aquela unidade da Febem. Ao relatar as imagens das atividades cívicas, o nosso protagonista ressalta que não esquece que o canto dos hinos era também acompanhado pelo momento de oração, o que sinaliza como a equipe técnica da Mangabeira elaborou os pressupostos pedagógicos daquela unidade preventiva.

Uma pedagogia voltada para a uniformização dos corpos e das mentes que tinha como principal objetivo “educar as crianças para servir à nação”, através de um ritual que ficara marcado na memória de Carlos. É neste momento que a Febem buscava legitimar a política do Estado através do ritual cívico, de forma “teatral”. A análise desse documento me fez lembrar o pensamento de Clifford Geertz acerca da “poética do poder”. Em seu livro *Negara: o Estado teatral no século XIX*, ele afirma que toda prática “política é uma ação simbólica”, os rituais cívicos, são atos que buscam estabelecer a manutenção e a legitimação do poder instituído.³¹²

Ao relatar o cotidiano, Carlos ressaltou que para a Febem “a pátria era boa”, que os instrutores buscavam passar através das ações cívicas que era preciso “amar e respeitar” o Brasil e que essa ação era intensificada pelos militares. O fardamento, aliado à execução dos Hinos e da oração, é uma prática de uniformizar os corpos e os comportamentos utilizada como estratégia disciplinar e de controle nas gestões militares. Esta ação sinaliza que a Febem da Mangabeira estava sintonizada com o ideário do Regime, que por sua vez concebia a educação e o ensino como práticas de normatização e reprodução da doutrina militar. Tal normatização possuía o objetivo de disseminar a ideia de que os meninos deveriam ser educados para servir à pátria.

O tom crítico de Carlos pertinente aos rituais cívicos vivenciados na unidade da Mangabeira abre a possibilidade de uma problematização mais sistematizada acerca do projeto pedagógico desse Centro em relação à “educação moral e cívica”. Durante as pesquisas, encontrei documentos que me permitiram observar que, em outros Centros preventivos da Febem, a questão da “cultura cívica” também era vivenciada.

³¹² GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatral no século XIX*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

Acredito que, para compreender melhor a fala de Carlos sobre os rituais cívicos e sua relação com o cotidiano da unidade da Febem, é preciso entender o cenário político e social ao qual ele se referia. Desse modo, percebo a importância de operar dois deslocamentos: o primeiro seria qual a dimensão da “cultura cívica” no campo da educação e da assistência social no Brasil durante o Regime Civil-Militar; e o segundo, como a Febem reproduziu a ideia do civismo nas suas ações pedagógicas. Para isso decidi abrir uma “janela” que me permita problematizar esses deslocamentos.

Como a Febem agia: a educação moral e cívica para além dos muros

Ao se debruçar sobre a cultura cívica construída no Brasil, a historiografia brasileira aponta que o movimento republicano fomentou de forma mais intensa as práticas ritualísticas e o apego aos símbolos nacionais. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, o Hino Nacional e a Bandeira, por exemplo, foram produções elaboradas no cenário de uma “batalha” promovida por esse movimento, o que representa desdobramentos da proposta positivista que se desdobrou na “luta pelo mito de origem, pela figura do herói, pela alegoria feminina”, símbolos que traduziam o ideário republicano.³¹³

A historiografia tem demonstrado que, nos períodos marcados pelos regimes ditatoriais, a “cultura cívica” foi pensada estrategicamente para disseminar as ideias autoritárias. De acordo com o historiador Maurício Parada, as manifestações cívicas foram intensificadas no decorrer da Ditadura do Estado Novo (1937–1945), quando o governo Getúlio Vargas utilizou várias ações voltadas para uma educação disciplinar, elaborada a partir do discurso da “pacificação” e da proposta de modelos de “civildade”. Essas celebrações eram vivenciadas pelas unidades da Funebem em todo o território nacional, sendo divulgada através da *Revista Brasil Jovem*, que, em dezembro de 1968, publicou a imagem do desfile cívico realizado em setembro desse ano.

³¹³ Sobre o ideário positivista ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



Figura 20: Imagem do Desfile Cívico de 7 de setembro. BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. Dezembro de 1968. Rio de Janeiro.

A imagem acima retrata a preparação para o desfile cívico organizado em uma das unidades da Febem do sudeste do Brasil. A imagem de meninas segurando um cartaz que trazia as iniciais da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor foi utilizada pela revista para disseminar a ideia para os demais estados da federação. Ao fundo, um menino segura a imagem de duas crianças (criança negra e branca sorrindo) que representavam uma espécie de “identidade visual” fortemente reproduzida nas publicações da Funabem.

As cerimônias, os rituais, o culto aos símbolos, exigiam todo um lineamento, uma técnica e um aparato metodológico para serem estruturalmente vivenciados, voltados para a valorização do poder institucional. É nesse cenário que assistimos ao processo chamado de *calendarização do cotidiano das ações institucionais*, promovido através de uma agenda de festas e cerimônias sistematicamente planejada e organizada no Brasil a partir do Estado Novo, sob o pretexto de “celebrar a pátria”. Segundo Parada:

As cerimônias cívicas compõem um conjunto sistêmico de práticas disciplinares. Modo operacional por certo artesanal e incompleto, mas muito eficaz em certos lineamentos. E essas manifestações no exercício de pacificação das sociabilidades públicas foram a principal tarefa de gerentes das políticas de caráter cívico postas em funcionamento durante o Estado Novo. As cerimônias cívicas produziram um “lucro político” que pode ser mensurado, na medida em que criou fidelidades e envolvimento emocional com o regime e sua liderança.³¹⁴

Desse modo, é possível afirmar que a valorização das celebrações cívicas e o culto aos símbolos estão intricadamente relacionada com a manutenção do regime e seus líderes.

Mas como essa ação institucional refletia no cotidiano escolar e nos núcleos de prevenção construídos pela Febem? A partir da pesquisa realizada pelo jornal *Diário de Pernambuco*, constatou-se que o *Suplemento Infantil Júnior* divulgava sistematicamente desenhos produzidos por crianças que faziam parte dos centros comunitários da Febem, localizados em vários municípios de Pernambuco, os quais estabeleciam temas a serem trabalhados através das atividades artísticas, por crianças de diversas instituições.

No decorrer das pesquisas, foram analisados desenhos dos anos de 1979 a 1985. São mais de 500 desenhos publicados por crianças e adolescentes da Febem e de escolas localizadas no Recife e em outros municípios do interior de Pernambuco. É possível considerar que eles também trazem impressões de crianças sobre o mundo que lhes era apresentado. As mãos dessas crianças, mesmo pouco hábeis, desenham personagens que representam mães, pais, familiares, amigos, professora. Eles registram em tela o cotidiano infantil, que, mesmo traçado em preto e branco, traz um movimento que dá vida aos personagens desenhados. Esses desenhos são expressões gráficas que elaboram discursos sobre as redes de sociabilidades em que as crianças estiveram inseridas, eles trazem cenas sobre a escola, a comunidade, a famílias, os colegas, as festas e as brincadeiras.

O desenho a seguir foi produzido por uma criança do Centro Comunitário da Febem localizado em Amaragi, município da Zona da Mata de Pernambuco. O desenho da Josefa Regina da Silva vem acompanhado com o título *o soldado*.

³¹⁴ PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009. P. 14



Figura 21 - DIARIO DE PERNAMBUCO. *Suplemento Infantil*. Artistas Juvenis. Recife, 03 de setembro de 1983.

A figura de um homem com um boné e um instrumento bélico (arma) localizado na altura da cintura, ocupa lugar central na tela, apenas acompanhado pelo título, a autoria e a que lugar institucional a pequena “desenhista” pertencia, o que também representava uma forma de divulgar a instituição Febem. Em preto e branco, Josefa desenhou as sobrancelhas, os olhos, a boca, dando expressão ao rosto do soldado solitário.

Essas imagens representam uma importante fonte para a escrita das crianças atendidas pela Febem, uma vez que registram como foram construídas as atividades pedagógicas na instituição, como os profissionais discutiam temas relacionados ao universo infantil e com se articulavam com a imprensa local para divulgar as suas ações.

Os desenhos se apresentam como fonte documental importante para este trabalho, haja vista que por meio de sua análise o cotidiano da Febem pôde ganhar novos enfoques. Os desenhos serão analisados como imagens que foram produzidas no cenário marcado pelo interesse de comunicar uma mensagem para o público infanto-juvenil, tendo como instrumento um periódico. Concordo com a afirmação realizada pelo historiador Paulo Knauss de que “não se pode deixar de reconhecer o potencial de comunicação universal das imagens, mesmo que a criação e a produção delas possam ser caracterizadas como atividades especializadas”. Para Knauss, “a imagem é capaz de

atingir todas as camadas sociais ao ultrapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido humano da visão”.³¹⁵

Com o advento da modernidade e da “ciência da infância” – que marcou o interesse de se conhecer o mundo da infância, a particularidade do que é “ser criança” –, pesquisadores/as se debruçaram sobre os desenhos produzidos por esses sujeitos. Jean Piaget já nos afirmou que os desenhos dos infantes podem ser observados como o resultado da interação deles com o mundo que os norteia, que através da produção dessas expressões também manifestam as formas de ver o mundo.³¹⁶

Seja no campo da Psicologia ou da Educação, a prática de produzir desenhos nas consultas clínicas ou nas vivências formativas passou a fazer parte do cotidiano de consultores e de escolas. Philippe Greig afirma que “com o domínio da motricidade que permite às crianças uma ocupação mais ativa no espaço, as primeiras palavras acompanham os primeiros passos, e os rabiscos mais primitivos começam a deixar sua marca”.³¹⁷

Mário de Andrade já dizia que o desenho de uma criança “nos toca do mesmo jeito que o som curto dos instrumentos de cordas dedilhadas, o piano, o cravo, uma guitarra”. Para o poeta modernista, o desenho era uma forma de expressão que deveria ser cultivada por todos, inclusive pelos adultos, “o desenho é ilimitado”, ele traduz os sentimentos das crianças e a forma como elas observam o mundo.³¹⁸

Os desenhos não podem ser vistos como resultado da criação espontânea dos meninos e meninas, haja vista que os educadores estabeleciam um tema gerador, que variava de acordo com o calendário cívico/festivo/religioso do ano (Carnaval, Páscoa, Dia da Independência). Desse modo, as produções da garotada deveriam corresponder a uma programação, transmitir uma mensagem, construir um discurso.

Os estudos de Rosa Iavelberg demonstram que o ensino de desenho, praticado como atividade educativa, foi uma preocupação presente na educação infantil brasileira. No campo do ensino da arte, o desenho foi trabalhado a partir de modalidades: desenho como meio de fazer, ou desenho técnico; desenho como documento; desenho de

³¹⁵ KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. In: *ArtCultura*. V. 8, N. 12, p. 97-115, jan-jun. 2006.

³¹⁶ GREIG, PHILIPPE. *A criança e seu desenho: o nascimento da arte e da escrita*. São Paulo: Artmed, 2001. P. 19.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ GABBI, Márcia. *Mário de Andrade e os desenhos das crianças pequenas: olhares de “turista aprendiz”*. In: FREITAS, Marcos Cézár. *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006.

observação; de jogo; de arte; de ornamentação; ou de criação livre. Iavelberg afirma que, durante o governo Vargas, o Ministro Gustavo Capanema chegou a convidar o arquiteto Lucio Costa para contribuir com o programa do ensino de desenho no antigo curso secundário.³¹⁹

O *Suplemento Júnior* representava uma imprensa para a criança. Acredito que para analisar essa produção das crianças é importante estar atendo aos “bastidores” da redação do *Diario de Pernambuco*, e mais ainda, como as pessoas que transitavam nesses bastidores se relacionavam com a equipe técnica da Febem. Rosa Iavelberg nos afirma que “a produção da criança também reflete o tempo e o lugar onde vive, por meio dos padrões vigentes na cultura, das técnicas disponíveis, das orientações que recebe, bem como dos meios e suportes aos quais tem acesso para se apropriar e criar”.³²⁰

É importante lembrar que o próprio *Diario de Pernambuco* estabelecia temas geradores, como aconteceu em setembro de 1979, quando o periódico organizou o *Concurso Cívico*, solicitando aos leitores do *Suplemento Júnior* “desenhar ou escrever algo sobre Duque de Caxias ou sobre a Semana da Pátria”.³²¹ Desse modo, os desenhos foram elaborados pelas crianças a partir dos direcionamentos dos professores/as dos centros comunitários da Febem, que por sua vez atendiam aos chamados do *Suplemento Infantil*.

No Brasil, a questão do civismo fazia parte do projeto educacional dos governos militares. De acordo com os estudos de Vanessa Abreu, foi durante as ditaduras (1937 e 1964) que a chamada “educação moral e cívica” passou a vigorar no cotidiano das escolas brasileiras, institucionalizando uma ação que já vinha sendo desenvolvida para além dos bancos escolares, uma vez que se buscava “desfile em dias cívicos, para cultuar os heróis nacionais e cantar os seus hinos”. Para Abreu:

Ao ligar o projeto de nação à educação, a sociedade representada nesses movimentos passava a proclamar as escolas como seu centro de civilidade e patriotismo. A disciplina rígida das filas, da ordem das carteiras em sala de aula, da marcação do tempo de ensino em horários partidos de 40 ou 50 minutos, do intervalo para recreação, da reverência diante dos símbolos da

³¹⁹ IAVELBERG, Rosa. *O desenho cultivado da criança: práticas e formação de educadores*. Porto Alegre: Zourk, 2008.

³²⁰ Idem. P. 43

³²¹ DIARIO DE PERNAMBUCO. *Suplemento Infantil. Artistas Juvenis*. Recife, 03 de setembro de 1983. Acervo: Arquivo Jordão Emerenciano – Apeje.

Pátria e das autoridades, eram exemplos que os alunos deveriam levar para a sua vida adulta de dedicação à sua Pátria.³²²

A educação passa a ser utilizada como um instrumento de reprodução do “projeto nação”, construído durante a ditadura de 1937, que buscava “moldar o ser brasileiro, o homem e o trabalhador nacional”. Esse processo foi retomado na ditadura de 1964, fazendo parte das estratégias dos governos militares, quando o Estado passou a obrigar a realização dos desfiles em dias cívicos, “para cultuar os heróis nacionais e cantar os seus hinos”. Conforme analisa Abreu, “desde os primeiros momentos após o golpe de 31 de março de 1964, o Estado se preocupou em redefinir a Educação do País dentro da perspectiva disciplinadora da Educação Moral e Cívica”.³²³

Durante a Ditadura Civil-Militar implantada em 1964, foi promulgada uma normativa voltada para a disseminação desse ideário, que se materializou a partir do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispunha sobre “a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País”. De acordo com esse decreto, a disciplina moral e cívica passava a ser obrigatória como prática educativa, que estabelecia, no seu Art. 1º, a “preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus”.³²⁴

É a partir dessa “prática educativa” que é possível perceber a influência do discurso militar, da chamada *Doutrina de Segurança Nacional*, no cotidiano da escola e dos projetos de assistência social às crianças e adolescentes atendidos pela Febem. O cientista social Nilson Borges afirma que, através dessa doutrina, os conceitos, os princípios e os fundamentos construídos pelos militares se materializaram na “disciplina” Educação Moral e Cívica. De acordo com seus estudos, os conteúdos programáticos foram formulados “tomando como base os conceitos da segurança

³²² ABREU, Vanessa Kern de. *A Educação Moral e Cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar - Minas Gerais (1969-1993)*. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: 2008.

³²³ De acordo com os estudos de Elaine Rodrigues e Geraldo Inácio Filho, “a Educação Moral e Cívica permaneceu no currículo oficial como disciplina escolar e prática educativa em todos os níveis de ensino por 24 anos, até 1993, quando foi revogada pela Lei nº 8.663”. Ver: RODRIGUES, e. & FILHO, Geraldo Inácio. Educação Moral e Cívica e Ensino de História, aportes disciplinares de formação: um estudo comparado. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n.45, p. 139-152, mar 2012. 139-152.

³²⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. In: Ministério da Educação e Cultura/Comissão Nacional de Moral e Civismo. *Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino como disciplina obrigatória*. Brasília: 1970. Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

nacional”, que por sua tinham o objetivo de “criar uma mentalidade nos estudantes, com toda força ideológica, no sentido de transformá-los em reprodutores da Doutrina”.³²⁵

Nos desenhos publicado no *Diario de Pernambuco*, além da reprodução da educação moral e cívica, foram encontradas alusões à Tia Lola, personagem construída pelo *Suplemento*, que tinha a missão de mediar a comunicação entre os colaboradores (professores/as e garotos/as que enviavam os desenhos para o jornal). Tia Lola sempre era homenageada pelas crianças, que expressavam sua admiração e seus agradecimentos por meio dos desenhos. Em agosto de 1979, o *Suplemento Júnior* trazia a imagem de Tia Lola rodeada de crianças, os chamados *colaboradores*, e de seus familiares.



Figura 22: DIARIO DE PERNAMBUCO. *Suplemento Júnior*. Recife, 11 de agosto de 1979.

A imagem acima registra o momento da entrega da premiação do concurso promovido pelo *Suplemento Júnior*. A legenda da fotografia registra que aquele momento era de celebração dos “vitoriosos”, quando “Titia Lola” entregava o prêmio a uma das crianças presentes. A personagem Lola se apresentava de forma senhorial. A vestimenta, seguida dos acessórios, o corte de cabelo e a postura, remete-me à figura da professora tradicional, que buscava impor respeito a partir das vestes. Mesmo estando uma criança no centro, a legenda destaca a atuação da “Titia Lola”, reproduzindo a prática adultocentrista da época e que ainda nos dias atuais perdura.

³²⁵ BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, J. & DELGDO, Luculia. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 13-42.

Tia Lola se comunicava com os colaboradores através de cartas publicadas no *Suplemento Júnior*. Muitas dessas cartas faziam alusão ao trabalho realizado nas unidades da Febem, por exemplo quando mensagens de felicitações eram direcionadas às professoras dos centros comunitários. A leitura do texto permite vislumbrar como foi construída a relação entre o *Suplemento Júnior* e a Febem, marcada pela colaboração de profissionais dos centros de prevenção na coluna *Artistas Juvenis*.

Destaco que os desenhos produzidos pela garotada dos centros comunitários representavam símbolos da cultura cívica. Essas imagens reproduziam a ideia de “amor à pátria”, muitas vezes expressa textualmente pelos meninos e pelas meninas através de frases curtas que se inseriam no contexto da produção. Figuras que retratavam a atuação das Forças Armadas também eram divulgadas, demonstrando que, para além do culto à nação, os militares também eram prestigiados pelo *Suplemento Infantil*.

Em setembro de 1982, o *Suplemento* dedicou a seção de desenhos para o tema *Dia da Pátria*, quando desenhos de crianças, dos 5 aos 9 anos de idade, reproduziram imagens de soldados, das armas e da Bandeira, conforme se observa no desenho a seguir, produzido por Antônio Xavier de Lima, um menino de 9 anos de idade.

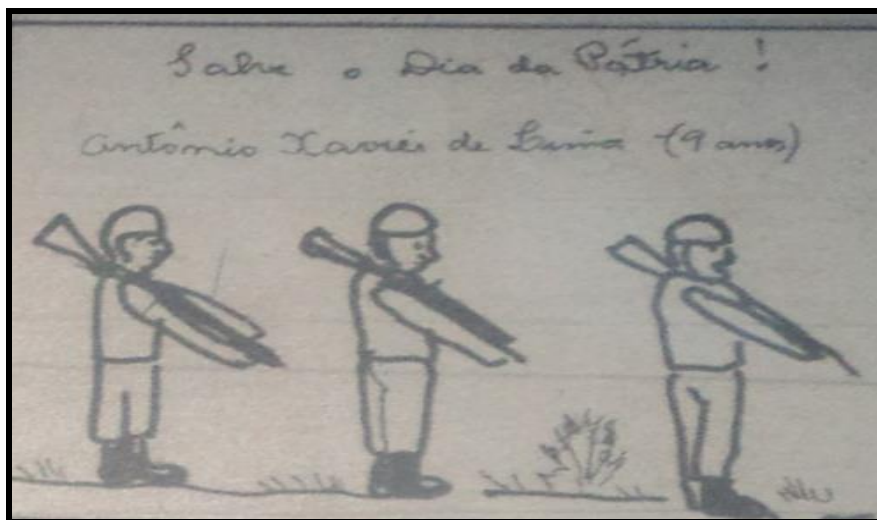


Figura 23: DIARIO DE PERNAMBUCO. *Suplemento Júnior*. Recife, 04 de setembro de 1982.

A imagem de soldados perfilados retrata a cena de homens armados, reproduzindo o sentido de caminhada, de movimento sobre um terreno gramado. Nessa tela, foi inscrita a frase “Salve o Dia da Pátria!”, além do registro da autoria. Para o pequeno Antônio, a ideia da pátria estava associada ao soldado. Na mesma página do desenho de Antônio Xavier de Lima publicado, outras crianças também produziram

imagens sobre o *Dia da Pátria*, reproduzindo a ideia de que essa data estava relacionada com a questão dos militares.

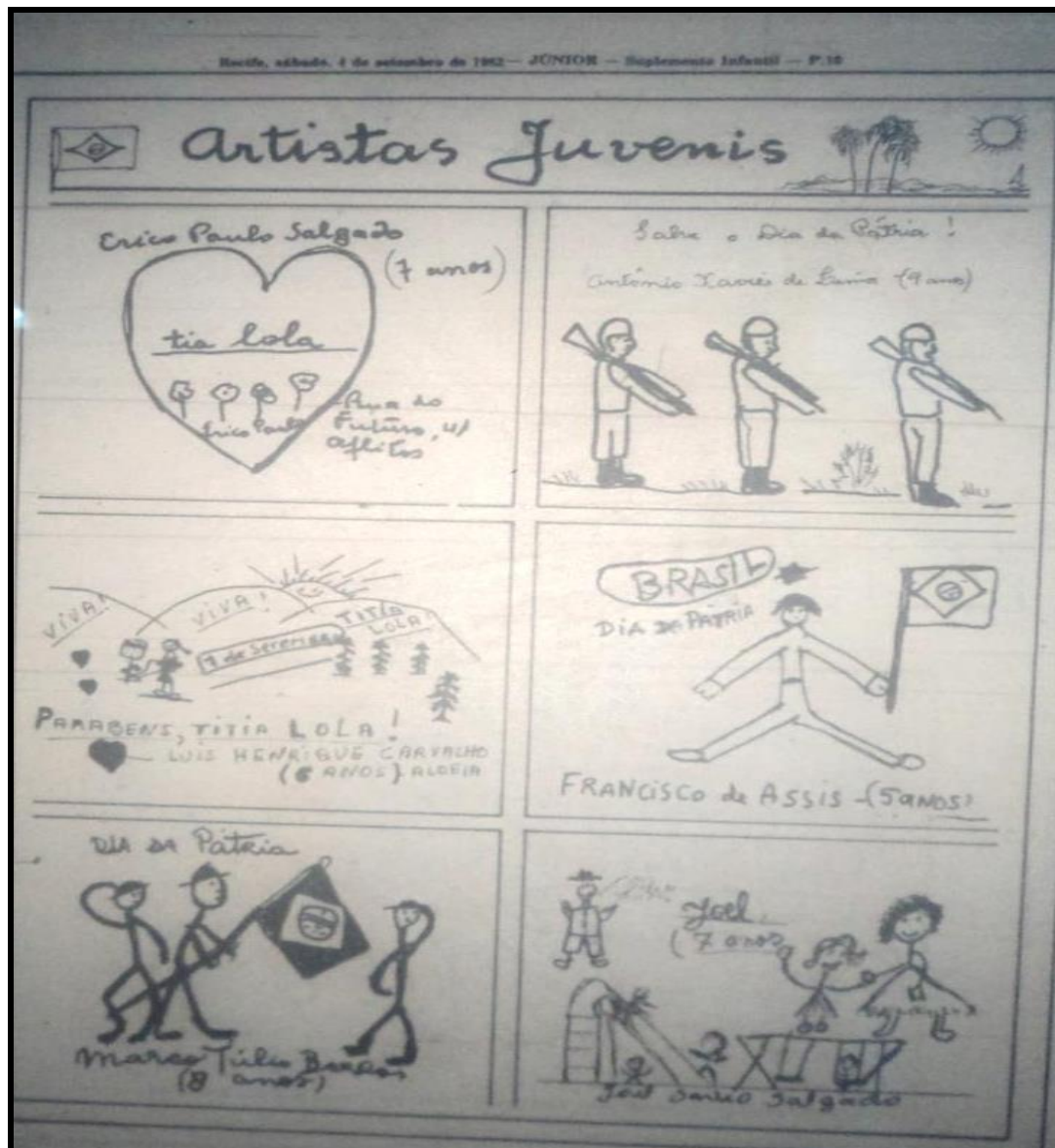


Figura 24: DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Suplemento Júnior*. Recife, 04 de setembro de 1982.

A análise dos desenhos permite afirmar que mesmo não trazendo imagens produzidas pelos meninos e pelas meninas da Febem, o tema do culto à pátria era vivenciado em outros espaços escolares. Nessa edição, observa-se que os desenhos sobre temas relacionados ao Dia da Pátria se misturam à outros temas que abordam o cotidiano infantil e às homenagens à Tia Lola.

A análise dessas imagens requer uma preocupação com as diretrizes estabelecidas pelo *Suplemento* e pelos professores dos meninos e das meninas, uma vez

que, a partir da leitura desses desenhos, fica explícito um direcionamento dos conteúdos, uma seleção das imagens e a própria reprodução dos discursos elaborados pelo Estado acerca da “sociedade desejada”, dos padrões de comportamentos aceitos e das regras de convívio estabelecidas pelos governos militares. Esses desenhos reproduzem imagens de soldados, de bandeiras, de família harmônica, de apologia às “belezas naturais” brasileiras e do sentimento da religião católica. Os desenhos são produzidos por crianças guiadas por adultos.

As imagens trazem diferentes informações, são desenhos feitos a lápis, publicados em preto e branco. Percebe-se que, em boa parte dos desenhos publicados, uma mensagem é escrita, fazendo uma composição entre a expressão escrita e visual. De acordo com Paulo Knauss,

A convivência entre expressão visual e expressão escrita sempre foi muito próxima. Ao longo da História das Civilizações, são inúmeros os exemplos em que se percebe como os registros escritos acompanham os registros visuais. Velhas formas de escrita, como os hieróglifos, demonstram essa proximidade. Isso equivale a dizer que a história da imagem se confunde com um capítulo da história da escrita e que seu distanciamento pode significar prejuízo para o entendimento de ambas.³²⁶

O desenho produzido por Lúcia Creusa Emídio, de 10 anos de idade, representava o Núcleo Preventivo Febem de Amaraji trazendo a Bandeira do Brasil hasteada no campo central da tela.

³²⁶ KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual*. In: *ArtCultura*. V. 8, N. 12, p. 97-115, jan-jun. 2006. P. 99

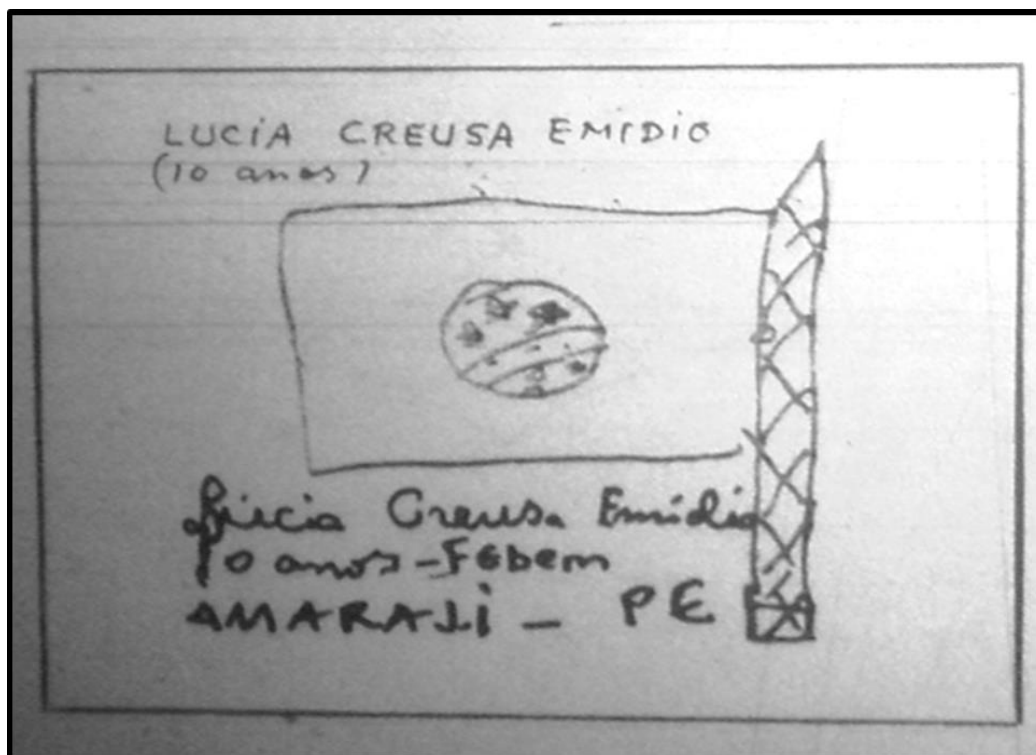


Figura 25: DIARIO DE PERNAMBUCO. *Suplemento Júnior*. Recife, 07 de setembro de 1983.

Publicado em 7 de setembro de 1983, no *Suplemento Infantil Júnior*, mais notadamente na coluna *Artistas Juvenis*, a imagem traduz uma forma de celebrar o dia da Independência do Brasil. O desenho feito a lápis, em preto e branco, registra a bandeira centralizada em uma folha em branco. Nesta edição, além da produção da Lúcia, a coluna *Artistas Juvenis* publicou o desenho de Carlos André e de outros meninos e meninas, quando mais uma vez, no espaço de homenagem ao chamado Dia da Pátria foram devidas às mensagens à personagem Tia Lola.

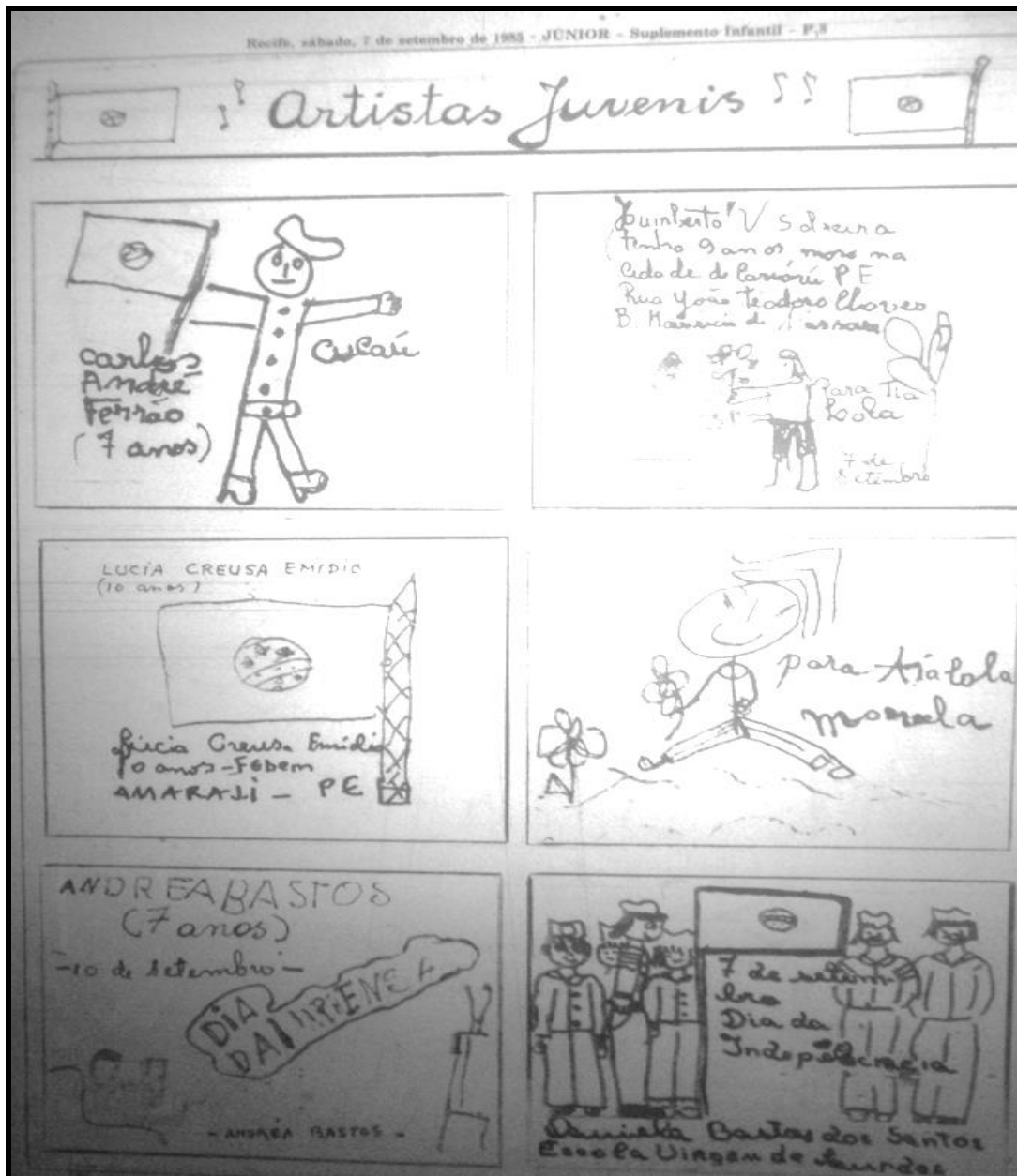


Figura 26: DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Suplemento Júnior*. Recife, 07 de setembro de 1983.

Essas produções celebraram a “independência” do Brasil correspondendo à calendarização imposta pela doutrina da Educação Moral e Cívica. Não era apenas necessário amar a pátria, era fundamental servi-la. Essa mensagem se encontra presente nos desenhos produzidos pelas crianças. Os desenhos elaboram o universo simbólico construído pela tradição republicana dos ícones elaborados no sentido de se legitimar as práticas dos governos militares.

Na tentativa de se evitar o esquecimento da Independência do Brasil, o *Suplemento Júnior* buscava disseminar a ideia que o “amor pela pátria” estava atrelado

à reverência da atuação dos militares. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira, as campanhas de eventos cívicos são sempre acompanhadas de “esclarecimentos patrióticos”, quando “datas, heróis, monumentos, músicas e folclore se conjugam na montagem da memória nacional e, se esta tem consistência, produz-se um importante reforço à coesão social”.³²⁷

É possível estabelecer conexão entre o objetivo do *Suplemento* com a proposta Comissão de Moral e Cívica, que também instituía o “culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história” [Art. 2º d] e “o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum” [Art. 2º g]. Essas ações deveriam fazer parte de todos “os graus e ramos de escolarização”, devendo ser monitoradas pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, que por sua vez era diretamente vinculada ao Ministério da Educação e Cultura [Art. 5º]. Esses artigos e incisos refletem como os governos militares procediam em relação à manutenção dos rituais cívicos e do culto aos símbolos nacionais, que representavam a forma de pensar a prática pedagógica durante o Regime, inclusive nas unidades da assistência social.

No manual *Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino como disciplina obrigatória*, encontra-se presente o interesse de que, no Ensino Superior, um dos temas abordados seria a questão da Segurança Nacional, da ameaça comunista e das “operações contra a subversão”. No “campo militar”, os estudantes do ensino superior deveriam também ter acesso aos temas: forças armadas, serviço militar, mobilização e informação, defesa territorial e aspectos da guerra contemporânea.³²⁸

Nesse documento, a educação moral e cívica é concebida como uma “prática educativa”, um instrumento que torna o indivíduo “feliz e útil à comunidade”, imprescindível às instituições que “integram a Pátria”, como a “família, escola, justiça, igrejas, forças armadas”. O manual ainda afirma que “o desenvolvimento econômico-social desejado tenha base no desenvolvimento espiritual e moral tão necessário para o indivíduo e a sociedade”.³²⁹

³²⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.4, 1989, p.172-189.

³²⁸ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Moral e Civismo. *Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino como disciplina obrigatória*. Brasília: 1970. Acervo: Fundação Arquivo Nacional. p 39

³²⁹ Idem, p. 8

Na tentativa de se construir o “homem moral”, o “homem cívico”, o manual indicava diferentes metodologias para a prática educativa através de ciclos voltados para o Ensino Primário, Secundário e Superior. Para os jovens, foi indicada a oferta da disciplina Organização Social e Política Brasileira, que deveria discutir a questão da estrutura e do funcionamento da burocracia e da institucionalidade do Estado brasileiro.

Ao se referir sobre os objetivos, a disciplina Moral e Cívica deveria promover o “culto à Pátria, aos seus símbolos, às tradições, às instituições e aos grandes vultos de sua história”, além do “culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade”.³³⁰

De acordo com o manual, o patriotismo é um ato de “amor e renúncia” pela pátria, entendida como uma “comunidade nacional”, como o “lar”, a “terra”, a “mãe”. Essa tentativa de impor padrões de sentimento representava um conjunto de regras e normativas que deveriam ser reproduzidas nos espaços educacionais. Contudo, o documento ainda afirmava que a educação moral e cívica deveria ser reproduzida nos meios de comunicação, como a televisão, o cinema, o rádio, o teatro e os jornais. Essa informação chama atenção pelo fato de que, para os integrantes da Comissão, a cultura cívica deveria ser ensinada para além dos bancos escolares.

Ressalto que a questão do civismo esteve atrelada à questão da educação positivista desde o início da República. O “apostolado positivista” foi institucionalizado através das práticas políticas republicanas, servindo como referência para a elaboração de uma proposta educacional nacional. Para Elomar Tambara, “foi na área da Educação que o positivismo, no Brasil, obteve maior penetração”, quando o pensamento de Augusto Comte permeou a proposta do “ensino livre” e estruturou a elaboração da educação técnico-profissionalizante nacional.³³¹

A epígrafe do livreto reproduzia um fragmento do discurso do Presidente Médici, pronunciado na Escola Superior de Guerra, em 10 de março de 1970. Nesse discurso, Médici afirmava:

Cuidados especiais estaremos sempre dando à família e à formação moral e cívica do homem brasileiro, de tal forma que se preservem os valores espirituais da nacionalidade e se fortaleça o caráter do povo,

³³⁰ Idem, p. 10

³³¹ TAMBARA, Elomar. *Educação e positivismo no Brasil*. In: STEPHANOU, M. & BASTOS, M. H. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012. P. 166-179.

sem o que o progresso material poderá ser passageiro, enganador e até desumano.³³²

Essa epígrafe registra que, para o Presidente Médici, a questão da moral e do civismo era tão importante quanto o próprio desenvolvimento econômico e social brasileiro. Para o governante militar, a moral e o civismo deveriam permear a formação do “caráter do povo brasileiro”, quando a “nacionalidade” deveria ser preservada como um “valor espiritual”. Esse discurso foi proferido na Escola Superior de Guerra – ESG, espaço onde as ações políticas da Doutrina da Segurança Nacional eram elaboradas e articuladas pelos militares e civis que faziam parte dessa instituição.

Ao longo da sua atuação no período da Ditadura Civil-Militar, a ESG publicou vários manuais, organizou por todo o País seminários, oficinas, conferências e outras ações de caráter formativo, voltados para a socialização da chamada *doutrina política aplicável para o País*, baseada nos ditames do Estado-Maior das Forças Armadas – Emfa. De acordo com os estudos de Maria Helena de Moreira Alves, a ESG procurou disseminar o ideário da política dos sucessivos governos militares, tornando-se uma instituição de referência para os militares e civis de produção de estudos sobre a política de segurança nacional interna e externa.

As imagens produzidas pelos meninos e pelas meninas da Febem e de outras instituições faziam parte das ações do *Diário de Pernambuco* de se construir uma imprensa para as crianças. Essa imprensa esteve comprometida em garantir a participação das produções de meninos e meninas, através da relação entre o *Suplemento Júnior* com as professoras e os professores dessas instituições, que por sua vez, no exercício da prática pedagógica, reproduziam o ideário moral e cívico dos militares.

A análise dos desenhos permite afirmar que as aulas de arte, vivenciadas nos centros comunitários da Febem, estavam em sintonia com os direcionamentos da Comissão Nacional de Moral e Cívica, buscando-se “disseminar” a doutrina do “amor à pátria” e do respeito aos representantes das Forças Armadas. Tal doutrina esteve representada nos desenhos dos soldados, constantemente lembrados nas produções dos meninos e das meninas. A partir da leitura das imagens, para os alunos e as alunas da

³³² BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Moral e Civismo. *Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino como disciplina obrigatória*. Brasília: 1970. Acervo: Fundação Arquivo Nacional.

Febem, a pátria era boa e os soldados deveriam ser reverenciados, uma vez que eles foram retratados como os representantes de “servidores da pátria”.

“Dentro da unidade da Febem a pátria era boa, e aqui fora?”: as memórias de Carlos para além dos muros

Se começar a perturbar no final de semana aqui, eu pego você e levo você pra Pacas! “Você preste atenção”, digo a Carlos Sá. Carlos Sá, na época esse comissário era muito coercitivo na comunidade ali. E ele indica você. Quer dizer, ali aquela coisa fica... Eu fui crescendo... Aí, depois, eu vi que com um menino de 18 anos... Aí eu disse: “Espera aí menino. Tem mais isso não!”³³³

Ao relatar a sua saída do Centro Comunitário da Mangabeira, Carlos procurou ser incisivo: “Espera aí menino. Tem mais isso não!”. Essa expressão traduzia uma ruptura como a Febem, partindo de uma decisão pessoal. Nesse fragmento de memória, ele procurou construir um marco divisor na sua trajetória, indicando que as constantes ameaças produzidas pelos técnicos que atuavam no Centro surtiam um “outro” efeito. De acordo com Carlos, em vez de estabelecer a ordem por meio da ameaça, os monitores produziam um clima de descontentamento e desejo de não permanecer na instituição.

A Febem da moral e do civismo aos poucos passou a representar a instituição que disseminava o medo e a ameaça em nome da disciplina e da ordem. De acordo com o relato, foi no período da adolescência que Carlos percebeu que os mecanismos utilizados pela instituição buscavam adestrar os adolescentes. A Febem da ordem e do progresso se tornava aos poucos um espaço onde Carlos já não queria mais pertencer. A expressão “Espera aí menino. Tem mais isso não!”, soou, no decorrer da entrevista, como um basta estabelecido pelo próprio Carlos.

As lembranças de Carlos Sá, o comissário de menores temido na comunidade dos morros e asfaltos de Casa Amarela foram mais uma vez retomadas a partir da memória da coerção. Era a Febem da ameaça, das pressões psicológicas, que atuava

³³³ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

sobre o cotidiano dos meninos do Centro Comunitário, que Carlos queria se desvencilhar.

De acordo com Hebe Signorini Gonçalves, a trajetória histórica das instituições de recolhimento de crianças e adolescentes é marcada pela prática de coerção. A coerção pode ser entendida como uma prática social baseada na ideia de “comando e obediência”, muitas vezes praticada pelo Estado para “neutralizar o que é dissonante em relação ao propósito unificador”.³³⁴

Ao narrar as lembranças da Mangabeira, Carlos ressaltou o seu temor e o dos meninos do morro em serem capturados pela polícia e encaminhados para a Escola Correcional de Pacas. As ameaças em relação ao encaminhamento para Pacas aterrorizava o cotidiano das crianças. Em busca de garantir a disciplina, os monitores buscavam pressionar os garotos a partir de uma série de ameaças:

Agora tinha castigo! Nós tínhamos castigo. Quando os adolescentes não se adaptavam, eu não sabia pra onde ia. Sei que ia pra outra unidade. Era no Cabo, e falava em Pacas. Eu não sei onde era essa unidade.³³⁵

Esse depoimento permite analisar como foram construídas as imagens e representações dessa unidade da Febem, localizada no município de Vitória de Santo Antão. Pacas representava o local do controle e da punição, passando a ser conhecida como uma prisão para os meninos que cometessem práticas que desafiassem as regras estabelecidas.

A construção da imagem de Pacas como um espaço do “medo” sinaliza a elaboração de uma memória coletiva sobre uma unidade da Febem, marcada como lugar de privação da liberdade, onde as práticas educacionais eram caracterizadas pelo controle e disciplinamento. Ao analisar a questão dos espaços de internação voltados para crianças e adolescentes no Brasil, Edson Passetti afirma:

A prisão e os internatos, em nome da educação para o mundo ou da correção de comportamentos, apresentam-se desempenhando um papel singular. Existem ao mesmo tempo como imagem disciplinar da sociedade — nelas os supostos desajustados deverão ser enquadrados

³³⁴ GONÇALVES, Hebe Signorini. *Infância e violência no Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj, 2003.

³³⁵ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluilde Júnior.

— a imagem da sociedade transformada em ameaça — o lugar para onde ninguém pretende ir.³³⁶

Segundo Passetti, esse cenário contribui para que o problema da ressocialização das crianças e dos adolescentes se perpetue ao longo da História do nosso país, haja vista que sobre esses espaços foram construídas imagens e representações da negligência, do descaso, da tortura e das mais diferentes formas de violência. Em seu relato, Carlos elabora as imagens sobre uma Febem que “ninguém queria ir”. A unidade de Pacas, representar um lugar de privação de liberdade, um lugar que apavorava os meninos que se sentiam ameaçados com a possibilidade de ser encaminhados para essa “unidade-prisão”.

A trajetória do menino do Alto José Bonifácio também foi marcada pela passagem pela Legião Brasileira de Assistência – LBA, onde atuou como monitor de um projeto chamado *Colônia de Férias*. A LBA foi um programa de assistência social criado por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas. De acordo com Fúlvia Rosenberg, “a LBA havia sido criada em 1942, associada ao esforço de guerra, como órgão de apoio aos pracinhas e suas famílias”. No período da Ditadura Civil-Militar, ele passou a integrar as ações do Ministério do Trabalho e da Assistência Social, inclusive articulando parcerias com a Funabem, a exemplo das realizações das colônias de férias.³³⁷

Ao sair da Febem, Carlos serviu às Forças Armadas. Sobre as experiências no Exército Brasileiro, ele não quis narrar com riqueza de detalhes. Apenas informou que o cotidiano no quartel não era muito diferente do dia a dia da Febem e lembra que naquele espaço disciplinar ele era tratado como um número, e não como uma pessoa. No decorrer da entrevista ele chega a comparar as similitudes das rotinas da Febem e do quartel:

Rapaz, *era* ambos, que ele diz, e era feito quartel: diziam o nome, e a gente dizia o número. É tanto que, assim lembro, lembro que quando entrei no Exército: “Aqui de novo a mesma coisa!”. Que dizia o nome, e a gente dizia o número.³³⁸

³³⁶ PASSETTI, Edson. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. P. 355

³³⁷ ROSEMBERG, Fúlvia. *A LBA, O Projeto Casulo e a Doutrina da Segurança Nacional*. In: FREITAS, Marcos Cezar. *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

³³⁸ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

Percebi, durante a entrevista, que Carlos não quis tratar sobre a sua passagem pelas Forças Armadas. Fiquei meio inquieto a despeito dessa ausência de informação. Contudo, após ler o artigo *História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta*, produzido pela historiadora Alice Beatriz da Silva Gordo Long, aprendi como poderia lidar com esse silêncio. De acordo com a autora, as fontes orais não nos possibilitam a “obtenção de uma história de vida completa”, afirmando que uma vida não pode “ser totalmente revisitada”, dado ao próprio processo seletivo, que “se impõe envolvendo o próprio rememorar, em geral determinado pelo próprio narrador”.³³⁹

Ao analisar essa fuga, é importante observar que, na procura de construir um relato auto-referencial, que também representa uma elaboração de “memórias de si”, Carlos buscou não abordar sua passagem pelas Forças Armadas, buscando construir uma crítica ao Regime Civil-Militar, colocando-se, inclusive, no lugar opositor da moral e civismo militarizados, das práticas de tortura e coerção vivenciadas na Febem e no próprio quartel. Como assinala Regina Beatriz Guimarães Neto, “o relato oral pode ser lido como um texto em que se inscrevem desejos, normas e regras e, também apreendem-se fugas”.³⁴⁰

A trajetória de Carlos me fez questionar a máxima defendida por pesquisadores e técnicos da Febem, que não acreditavam na reinserção, na comunidade, dos meninos e das meninas que passaram pela Febem. Roberto Carlos Ramos, em seu livro *A arte de construir cidadãos*, chega a afirmar que foi considerado como um “caso irrecuperável” pelos próprios técnicos da Febem, que entendiam a saída da instituição como o início no mundo da criminalidade.³⁴¹

Nas décadas de 1970 e 1980, muitas pesquisas apontavam a difícil ou impossível reintegração na sociedade das crianças e adolescentes que viveram a experiência de privação de liberdade. Para reforçar minha afirmação, passo a analisar o discurso produzido pela pesquisadora Angela Valadares Campos, intitulada *O menor institucionalizado, um desafio para a sociedade*. De acordo com Campos:

³³⁹ GORDO LONG, Alice Beatriz da Silva. *História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta*. IN: BOM MEIHY, José Carlos Sabe. (Re) introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996. P. 35.

³⁴⁰ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas*. In: LAVERDI, R. [et al.] *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife: ed. UFPE; Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.

³⁴¹ RAMOS, Roberto Carlos. *A arte de construir cidadãos: as 15 lições da pedagogia do amor*. São Paulo: Celebris, 2004.

A vivência em uma instituição, bem como a ruptura que ocorre no processo de saída, tornam impraticável a adaptação dos ex-alunos à comunidade, acarretando problemas insuperáveis para a maioria deles. Os ex-alunos passam por processos difíceis da adaptação, o que os leva a reações diversas. Uns caem na criminalidade, enquanto outros introjetam essa hostilidade numa revolta contra sua situação existencial, o que geram problemas psicológicos. Os poucos que conseguem emprego ou mesmo subemprego também não se adaptam.³⁴²

É possível afirmar que o discurso de Angela Campos é permeado por uma ideia preconcebida de que a passagem do menino ou da menina por uma instituição de internamento estava fadada ao insucesso no retorno à vida em comunidade. A leitura desse trecho permite afirmar que o discurso do “menino irre recuperável”, que muitas vezes fazia parte do cotidiano da Febem, foi reproduzido pelo censo comum e pelo saber acadêmico.

Este discurso deve ser datado historicamente. Além de carregar da tônica generalista, o discurso da não possibilidade de reintegração social desvela uma sociedade desacreditada, que não apostava na mudança dos meninos e meninas que foram encaminhados para as unidades de internação da Febem. Os relatos sobre as lembranças da saída da Febem foram acompanhados de um registro do que significou essa instituição para a vida de Carlos. Depois de ter passado parte de sua adolescência no Centro Comunitário, ele afirma:

Aprendi a me ressocializar direito, porque a Febem, me deu a ressocialização na questão de construir mais um trabalhador, de aprender carpintaria, mas o social, a questão humana, de você aprender procurar, seus direitos, foi esse grupo de jovem.³⁴³

Para Carlos, a Febem cumpriu o papel de ressocializá-lo. Ele afirma que o menino que vivia nas ruas de Casa Amarela praticando “pequenos assaltos” se tornou um trabalhador. Mas eis que “novos personagens entram em cena”. A saída de Carlos da Febem foi marcada pelo encontro com os movimentos sociais, chamados por ele de *os grupos de jovens*, que por sua vez eram articulados por “religiosos e leigos” nos morros

³⁴² CAMPOS, Angela Valadares Dutra de Souza. *O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.

³⁴³ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

do Recife. Ao retornar aos morros de Casa Amarela, na década de 1980, Carlos conheceu o trabalho de padres e freiras do Morro da Conceição, que realizavam ações catequéticas nesse bairro. De acordo com as memórias de Carlos:

Na minha comunidade, no grupo de freiras, essas freiras faziam um trabalho de ressocialização na comunidade, dentro da maneira delas. Eu digo agora que era um trabalho de ressocialização de aproximação política e religiosa na comunidade, porque agora eu entendo. Mas as mães da gente não sabiam, era pra ir pra Igreja que lá o padre ia dá instrução, mas dentro da maneira dele. As freiras foram introduzindo na nossa comunidade um sistema educacional, religioso e político.³⁴⁴

Carlos se refere ao trabalho das freiras e dos padres com bastante entusiasmo. Lembra-se da presença dos/as religiosos/as como pessoas que contribuíram para a ressocialização dos jovens do Morro da Conceição por meio de uma ação educativa, quando o político e o religioso se misturavam. Mas que comunidade é essa? Quem são esses religiosos? De que Igreja Carlos estava falando?

Na década de 1980, a comunidade do Morro da Conceição, que se avizinha do Alto José Bonifácio (local onde Carlos vivenciou parte da sua fase de criança), vivenciou um momento de efervescente movimento político e social. De acordo com os estudos antropológicos de Jamerson Moura, a História do Morro da Conceição foi marcada pela forte presença dos movimentos sociais, que reivindicavam uma política habitacional para os moradores do Morro, além de melhores condições sociais, como segurança, saúde e educação.³⁴⁵

De acordo com Moura, na década de 1980 o Morro da Conceição “constituiu-se como espaço público-religioso a partir de relações de processos sociais que refletiam a consciência das questões que envolviam a comunidade”. Corroborando com o sentido construído sobre a palavra *comunidade*, Moura afirma que essa expressão foi utilizada pelos moradores do Morro da Conceição como:

Conjunto populacional que geograficamente circunda ou refere-se à Igreja Católica do Morro da Conceição, e não o que mais especificamente estamos a analisar neste trabalho, pois, analisamos a comunidade católica ligada à Igreja, uma vez que esta se liga a tal

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ MOURA, Jamerson Kemps Gusmão. *Nossa Senhora e o Morro da Conceição: História, Igreja e Comunidade Católica em encontros e desencontros*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

instituição não necessariamente por uma questão física, mas, além disso, por suas atividades pastorais, peregrinas e espirituais.³⁴⁶

Essa ideia de comunidade deve ser problematizada a partir do cenário político e social no qual os padres e freiras da Paróquia do Morro da Conceição estavam inseridos. Para entender de qual Igreja Carlos estava se referindo, é necessário se debruçar sobre os estudos acerca do catolicismo no Brasil, durante os anos de 1980. De acordo com as pesquisas realizadas pelo antropólogo Marcelo Ayres Camurça, pode-se entender as CEBs como:

Comunidades religiosas que desenvolvem atividades comunitárias, sociais e políticas. Atuam no apoio de “movimentos populares”: luta contra expulsão de terra, por melhores salários, por moradia, contra a violência. Seus membros participam dos sindicatos, da associação de moradores, dos movimentos de mulheres, de negros, de meninos de rua.³⁴⁷

Ao analisar esse cenário político e social, o historiador Eder Sader afirma que foi nesse momento que “novos personagens entraram em cena” na História dos movimentos sociais urbanos no Brasil. Esses “personagens” articularam as chamadas *Comunidades Eclesiais de Base – CEBs*. Era a essa “Igreja progressista” que Carlos se referia na entrevista. De uma igreja que se aproximava das demandas da população pobre e buscava construir um sentido de comunidade.

Para entender a dinâmica desse processo, é importante retomar à análise de Sader sobre a ideia das CEBs. Para o autor, as CEBs reproduziam a ideia de que a Igreja deveria transpor os muros da “capela tradicional”, buscando construir outra interpretação do Evangelho. Do ponto de vista de sua articulação:

O caráter flexível das CEBs começa com o número de seus participantes: 10, 15, 30, 50. Em alguns lugares, os coordenadores chegam a falar de 200 ou 300 e, outras vezes ainda, referem-se ao conjunto de moradores do local como “a comunidade”.³⁴⁸

³⁴⁶ Idem. P. 30

³⁴⁷ CAMURÇA, Marcelo Ayres. *A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica*. In: FERREIA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia 1964...* (Série As esquerdas brasileiras - Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. P. 396.

³⁴⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo - 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Mesmo não tendo uma forma uniforme de atuação, a História das CEBs foi marcada pela articulação política entre os setores da Igreja preocupados com as questões sociais e com os movimentos sociais de bairro. Dessa forma, a Igreja que estamos falando percorreu um caminho “paralelo” ao da Igreja mais conservadora. Segundo Michael Löwy, para se entender a atuação das CEBs é preciso entender o discurso católico que encara uma nova forma de observar a pobreza, quando:

O sofrimento comum (pobreza), a ajuda mútua e a esperança de salvação coletiva são alguns dos aspectos da cultura político-religiosa das CEBs, que corresponde bem ao tipo ideal que Max Weber chamava de “religião comunitária” (*Gemeindereligiosität*) baseada num “comunismo de amor fraternal” (*brüderlichen Liebeskommunismus*), inspirado por ‘profecias de salvação’ e por uma ‘ética de reciprocidade entre vizinhos’.³⁴⁹

Esse outro “olhar” sobre a pobreza proporcionou às CEBs uma maior aproximação com os problemas sociais vivenciados pelos moradores das zonas rurais, nos sindicatos, nos movimentos de mulheres e nas associações de moradores. A alternativa para o combate à pobreza não estava mais no assistencialismo caritativo, que marcou a atuação da Igreja Católica no Brasil. A partir da atuação das CEBs, os sujeitos históricos deveriam protagonizar as transformações sociais.

Segundo os estudos da historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado e do historiador Mauro Passos, nessa década o catolicismo brasileiro foi marcado por intensas transformações:

O novo lugar que, progressivamente, o catolicismo foi ocupando na sociedade brasileira, nesse período, modificou o seu perfil tanto interna como externamente. Foi ocorrendo, assim, uma metamorfose na compreensão de si mesmo. O seu perfil institucional foi sendo alterado. Com isso, a imagem da Igreja tradicional, sua linguagem e sua projeção na sociedade apresentavam uma nova direção. A instituição eclesiástica começava a abrir novos horizontes em sua práxis.³⁵⁰

³⁴⁹ LÖWY, Michel. *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação*. In: FERREIA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia 1964...* (Série As esquerdas brasileiras - Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. P. 396.

³⁵⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves & PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 – 1970)*. In: *O Brasil Republicano: o tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 93 – 131. P. 96.

Uma Igreja onde padres, bispos e leigos “procuravam outros passos, favorecendo um maior diálogo com a história, buscando uma maior participação de seus membros, em vista da construção do que entendiam ser uma comunidade livre, justa, solidária e fraterna”.³⁵¹ A construção desse processo rompe com a ideia da Igreja como um “bloco homogêneo”, a Igreja tradicional (das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”), passava a conviver com a Igreja da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Essa convivência foi gerada a partir de intensos conflitos, haja vista que essa nova forma de ver a atuação paroquial provocava tensões no próprio espaço clerical e com o Estado.

A Teologia da Libertação, inspirada no Concílio do Vaticano II (1962-1965), construído no papado de João XXIII, marca o momento que a Igreja Católica assumiu um discurso de “diálogo, abertura e articulação” com as causas sociais. Os registros sinalizam que a pauta da II Conferência Geral de Episcopado Latino-Americano, realizado em 1968, em Medellín, na Colômbia, foi conduzida no sentido de debater os problemas sociais vivenciados na América Latina, levando parte da Igreja a construir uma discussão acerca das desigualdades e da justiça social.

Esses movimentos internacionais contribuíram para que a ala mais progressista do catolicismo brasileiro estivesse empenhada com as causas populares. De acordo com Camurça:

A Teologia da Libertação se estruturou através da crítica a uma teologia tradicional, para quem os pobres deveriam ser objeto de caridade, e não agentes da própria libertação. Sendo a categoria “pobre” central no cristianismo, a apropriação do marxismo serviu para desvelar os pobres como oprimidos cuja pobreza é fruto da acumulação e exploração do seu trabalho, e não de uma fatalidade ou desejo divino. Para os teólogos da libertação, a salvação não se realiza no plano individual, mas coletivo, sendo sua luta pela libertação humana uma antecipação do “Reino de Deus”.³⁵²

Os estudiosos da Teologia da Libertação afirmam que, para se entender os pressupostos teóricos dessa perspectiva teológica, é necessário observar a sua forte

³⁵¹ Idem. P 98.

³⁵² CAMURÇA, Marcelo Ayres. *A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica*. In: FERREIA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia 1964...* (Série As esquerdas brasileiras - Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. P. 394.

interlocução com o Movimento de Educação de Base – MEB³⁵³, articulado pelo educador pernambucano Paulo Freire, e com o Marxismo. Para Camurça, “O socialismo real atingiu de forma contundente a Teologia da Libertação devido à sua avaliação positiva do bloco soviético, particularmente às revoluções cubana e a nicaraguense, esta última com o engajamento de vários cristãos, e ambas tomadas como modelos bem-sucedidos a serem seguidos na América Latina”.³⁵⁴

Desse modo, o sentido da palavra *comunidade* aos religiosos e leigos que atuavam nessa Igreja progressista estava relacionado à articulação política para a transformação social. Era dessa comunidade que Carlos se referia ao abordar a sua saída da Febem. Ao se referir ao Morro da Conceição, esse narrador, que media de forma compassada o modo de utilizar as palavras, cedia lugar ao homem que lembrava emocionado do trabalho realizado no Morro da Conceição.

É nesse momento da entrevista que o morro passa a ter “outro” sentido, enquanto espaço físico e social. Quando criança, antes de ir para Febem, o morro era o lugar de morada ou do trabalho informal, do carregar frete de areia e de água para o uso diário dos moradores. Na adolescência esse mesmo espaço se torna um lugar de militância política. Ao lembrar da saída da Febem, Carlos constrói a história da ressocialização nos morros do Recife, elaborando uma memória da comunidade e do bairro.

Esse bairro é narrado como o espaço de encontros, de articulações, de reuniões, em torno dos problemas dos moradores. As memórias de Carlos me fizeram estabelecer conexão com o pensamento de Pierre Mayol, que, ao analisar o cotidiano, afirma que o bairro “aparece como o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: uma arte de conviver com os parceiros”, definindo-se como “uma organização coletiva de trajetórias individuais”.³⁵⁵

É a proximidade, é, a relação concreta de convívio que se constrói no bairro, uma arte de viver o cotidiano. Para Pierre Mayol, o bairro é “o espaço de relação com o outro como ser social”, e mais:

³⁵³ Sobre o Movimento de Educação de Base – MEB, ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁵⁴ CAMURÇA, Marcelo Ayres. *A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica*. In: FERREIA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia 1964...* (Série As esquerdas brasileiras - Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. P. 398.

³⁵⁵ MAYOL, Pierre. *Morar*. IN: CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 46

O bairro é uma noção dinâmica que necessita de um repetição de engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer uma apropriação. A trivialidade cotidiana desse processo, partilhado por todos os cidadãos, torna inaparente a sua complexidade enquanto prática cultural e a sua urgência para satisfazer o desejo urbano dos usuários da cidade.³⁵⁶

É sobre essa dinâmica, esse engajamento e essa (re)apropriação desse espaço que marca a narrativa de Carlos sobre o Morro da Conceição. A partir desse relato, ele fala do pós-Febem, da forma como ele estabeleceu as relações com a sua família, os vizinhos e os colegas. Para Carlos, a ressocialização aconteceu no Morro da Conceição.

As suas memórias bairro Morro da Conceição na década de 1980 trazem lembranças de religiosos e leigos. Entre eles aparece de maneira mais viva a presença do Padre Reginaldo Veloso.

Era o Padre Reginaldo que coordenava por fora. Mas tinha um grupo de freiras que nos orientava socialmente. É, era um grupo muito forte! Até 1978, muito forte, aqui e no Brasil. Política na época da ditadura, e você dava a ideologia de política aos jovens. Como aprender a fazer política e essas coisas. Foi uma coisa muito gratificante em minha vida. Aprendi a fazer política dentro da comunidade. A requerer nossos direitos, a brigar pelos nossos direitos dentro desse grupo de jovens.³⁵⁷

Carlos se vestia como militante, assumindo outra identidade. Ele contava a atuação da Igreja de forma engaja, buscando transmitir a mensagem de que foi no Morro que iniciou a sua formação política. Assim, a sua ressocialização é marcada a partir do convívio com os padres e leigos que os ensinaram a viver e olhar para a comunidade de forma crítica, o “tempo que passa”, a experiência, também o “ajudavam” a entender naquele momento os conflitos políticos do Regime Civil-Militar.

A narrativa de Carlos ganha uma nova forma, a forma da “politização” engajada, tornando-se um desafio para o historiador analisar essa mudança na forma de narrar. Ele pinta com cores mais fortes o desenho da sua trajetória e parte em defesa da comunidade. O historiador argentino Pablo Pozzi chama atenção para a questão da análise do relato do militante, partindo do pressuposto de que “as narrativas são

³⁵⁶ Idem. P. 42

³⁵⁷ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

significativamente distintas enquanto imagens, ênfases e modos de estruturar suas explicações àqueles que provêm de outros setores sociais”.³⁵⁸

De acordo com Carlos, foi a partir deste trabalho que ele passou a ter os primeiros contatos com aqueles que criticavam o modelo de assistência da Febem/Fundabem. Em seu relato, ele afirma:

O Padre Reginaldo, ele, ele fazia parte da construção do grupo de jovens. Foi onde aprendi a essência de coletividade. Eu conheci o Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, o Grupo Alicerce...³⁵⁹

Mas quem era o Padre Reginaldo Veloso? E quais as memórias que ele construiu do Morro da Conceição? De acordo com o trabalho de Edvaldo Vieira de Souza Júnior, Padre Reginaldo Veloso foi um dos articuladores das CEBs no Recife. A sua atuação no Morro da Conceição, ocorrida no mesmo período do arcebispado de Dom Helder Câmara na Arquidiocese de Olinda e do Recife, foi marcada pelo engajamento político com os moradores do Morro.

Em entrevista concedida ao pesquisador Jamerson Kemps Gusmão Moura, o Padre Reginaldo Veloso também reconstrói uma memória de sua chegada ao Morro, afirmando:

Quando eu cheguei aqui no Morro da Conceição em 1978, eu já vinha da Paróquia da Macaxeira, onde eu passei também 10 anos. Tanto lá na Macaxeira quanto aqui, o nosso trabalho paroquial era organizado como uma federação de comunidades; pequenas comunidades, comunidades autônomas, que organizavam e assumiam todas as suas dívidas. Sua catequese com as crianças, grupo de jovens, celebração de domingo, as finanças, tudo era organizado de maneira autônoma. Eu cuidava de me reunir com os representantes das várias comunidades. Tínhamos reuniões específicas, reuniões dos catequistas das várias comunidades, reuniões dos animadores de jovens das várias comunidades, reuniões dos grupos de adultos das várias comunidades. E o trabalho religioso era feito, sempre foi feito, todo ele de olho nos problemas da vida, nos desafios do cotidiano.³⁶⁰

³⁵⁸ POZZI, Pablo Alejandro. *Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955 – 1976)*. In: LAVERDI, R... [et al.] *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife: ed. UFPE; Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ MOURA, Jamerson Kemps Gusmão. *Nossa Senhora e o Morro da Conceição: História, Igreja e Comunidade Católica em encontros e desencontros*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006. P 74

Ao provocarmos um diálogo entre as memórias de Carlos e de Reginaldo Veloso, percebe-se como foram construídas as redes de sociabilidades políticas no Morro da Conceição no período em estudo. A mensagem elaborada nos dois relatos desenham com cores mais fortes a importância da articulação política como o fio condutor das ações de uma Igreja preocupada com as problemas sociais vivenciados pela comunidade. No decorrer de sua entrevista, ele ainda afirma:

Olhe, eu diria que o que foi plantado está sendo colhido, porque, por exemplo, nós temos hoje no Morro da Conceição um Conselho de Moradores que tem uma história de luta, conquistas, muito significativa, no âmbito da região metropolitana. Nós temos grupos de mulheres importantes. Foram mulheres que de certa maneira tomaram consciência do seu papel social, as fundadoras desse movimento na Comunidade Eclesial de Base. Temos um trabalho com crianças que continua; jovens passaram pelo Movimento de Jovens, eles hoje estão atuando na sociedade. Tem vários segmentos: saúde, educação, política partidária, etc. Estão dando a sua contribuição, nada se perdeu ou teve uma quebra nesse sentido. Talvez a comunidade católica oficial, paróquia, aí, as coisas tomaram outro rumo, tomaram o rumo que tem um pouco das demais paróquias, não tem mais aquela orientação, aquela prática, aquela sistemática que tinha quando a gente fazia trabalhos das CEBs.³⁶¹

Nesse trecho da entrevista, percebe-se que a fala de Padre Reginaldo Veloso procura elaborar uma memória das CEBs no Recife construindo uma imagem de efetiva afinidade com os moradores do Morro da Conceição e os problemas sociais enfrentados por seus moradores. Em Pernambuco, a Teologia da Libertação foi fortemente disseminada através da atuação CEBs. Para o historiador Severino Vicenti, “Uma das dioceses brasileiras que se mostrou mais ativa nos anos progressistas foi a Arquidiocese de Olinda e do Recife, período em que esteve sob o pastoreio e governo de Dom Helder Câmara, nos anos de 1964 e 1985”.³⁶²

Era o tempo de reabertura política. Enquanto o governo Figueiredo negociava o fim do Regime Civil-Militar, a Igreja e os movimentos sociais se organizavam politicamente, articulando a participação popular na vida política do País. O governador Marco Maciel, convivia com a Arquidiocese de Olinda e do Recife comandada por Dom

³⁶¹ Entrevista Padre Reginaldo Veloso. Apud. MOURA, Jamerson Kemps Gusmão. *Nossa Senhora e o Morro da Conceição: História, Igreja e Comunidade Católica em encontros e desencontros*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

³⁶² SILVA, Severino Vicenti. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e do Recife*. Recife: Editora da UFPE, 2006.

Helder Câmara, que por sua vez apoiava a atuação das CEBs, contribuindo para o fortalecimento de uma “evangelização politizada”.

Carlos se lembra do Conselho de Moradores do Morro e afirma que vivenciar esse momento político foi significativo para a sua vida. A trajetória do menino pobre que cometia “pequenos assaltos” agora adentra em uma “outra” fase. Com voz firme, o “ex-aluno” da Febem passa a construir uma “fala engajada”, denunciadora, afirmando:

Questionar, ir buscar na comunidade a melhoria da calçada, a melhoria da Igreja, do espaço público, da associação, sou um dos fundadores da associação junto com um grupo de pessoas, né, da associação dos moradores. Quer dizer, ela fez com que a gente transformasse, fizesse uma associação dos moradores, trouxesse a comunidade. Quando fizeram tudo, organizaram, fizeram a capelinha e devagarzinho foram saindo da comunidade, prepararam o terreno e deixaram a planta.³⁶³

Nesse depoimento, Carlos reproduz o discurso das CEBs. Comprometido com a questão da comunidade, com problemas sociais enfrentados pelos moradores do Morro da Conceição. Carlos recorda do grupo de jovens do Morro procurando elaborar as imagens de um espaço, físico e social, marcado pela mobilização popular. Ao estudar as memórias de lideranças comunitárias a partir dos relatos orais, o historiador Pablo Vammaro afirma que as memórias trazem outra perspectiva das organizações sociais, quando:

A construção da comunidade, então, permite que a diversidade que caracteriza o território, as diferentes situações individuais e a violência que domina a vida no bairro se transforme na capacidade criadora ao organizar-se em um projeto coletivo comunitário.³⁶⁴

Ao analisar o surgimento do Conselho de Moradores do Morro da Conceição – CMMC, o historiador Edvaldo Vieira de Souza Júnior, em seu trabalho *A Igreja progressista no Recife*, afirma que enquanto os governos estadual e municipal buscavam controlar o cotidiano das comunidades, esse Conselho surgiu “em íntima conexão com a militância pastoral da Igreja Católica”, onde seus dirigentes estavam envolvidos no trabalho paroquial, leia-se “conselhos, grupos pastorais, de liturgia,

³⁶³ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

³⁶⁴ VOMMARO, Pablo. “*Que a diferença não se converta em desigualdade*”: organizações sociais e história oral na Argentina contemporânea. In: LAVERDI, Robson... [et al.]. História Oral: desigualdades e diferenças. Recife: Editora da UFPE, 2012.

catequese, grupo de mães”. Para Souza Júnior, a atuação dos religiosos e leigos foi fundamental para a articulação política dos moradores do Morro da Conceição.³⁶⁵

Carlos afirma que a Igreja teve um papel importante no movimento anti-Febem e ressalta que a catequese construída pelos religiosos que trabalhavam no Morro da Conceição era comprometida com a “politização das pessoas”. Em seu relato, ele afirma: “Dentro da unidade da Febem, a pátria era boa, e aqui fora?”. A partir de sua experiência com os moradores do Morro, ele afirma que foi na Igreja que os jovens daquela comunidade “procuraram seu espaço, seus direitos, seus deveres”.³⁶⁶

Mas como a Igreja do Morro da Conceição atuou mais especificamente na área da infância? Qual o envolvimento desses religiosos e leigos com a política de assistência aos meninos e meninas que vivenciavam as mais diferentes situações de vulnerabilidade social? Os documentos encontrados no decorrer da pesquisa são indícios para se compreender a relação dessa Igreja progressista, lembrada no depoimento de Carlos, com a questão da infância.

Em 1987, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB³⁶⁷ lançava a Campanha da Fraternidade – CF, que trazia como tema a “questão do menor”. A Campanha da Fraternidade marca o momento de reflexão no período da quaresma, quando católicos passam a refletir sobre um tema específico voltado para os problemas sociais. A partir da leitura dos documentos produzidos pela CF, é possível analisar o discurso dessa “Igreja engajada” acerca dos problemas sociais vivenciados por meninos e meninas.³⁶⁸

No decorrer das pesquisas realizadas no acervo da extinta Funabem, foram encontrados documentos pertinentes à Campanha. Entre os documentos arquivados, encontra-se o cartaz oficial da Campanha, que deveria ser anexado nas igrejas e espaços

³⁶⁵ SOUZA JÚNIOR, Edvaldo Vieira de. A Igreja progressista no Recife: limites e possibilidades da ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Recife 1973 - 1985. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2006.

³⁶⁶ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Junior.

³⁶⁷ A missão da CNBB nasce como uma “organização que atua no plano social e político”. De acordo com os estudos de Maria José Rezende, por meio de suas representações, comissões e organizações regionais, a CNBB tem um trabalho coordenado pela pastoral nacional que articula as pastorais locais.

³⁶⁸ Os estudos de Ângela Pinheiro evidenciam que a atuação da Igreja progressista se destacou a partir da criação da Pastoral do Menor e da criação da CF 1987. A história das campanhas foi iniciada na cidade de Natal-RN, no período do arcebispado de Dom Eugênio Sales. No ano seguinte, a CF passava a ter uma dimensão nacional. PINHEIRO, Ângela. *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: Editora da UFC, 2006.

públicos. Esse documento traz a imagem de uma criança, acompanhada da frase: “Quem acolhe o menor a mim acolhe”.

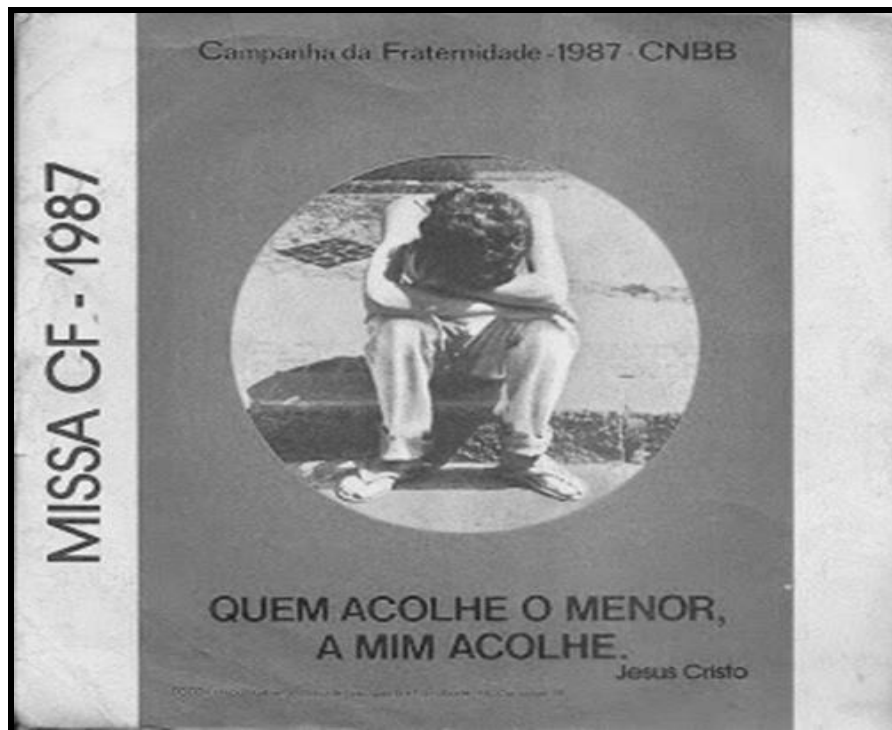


Figura 28: Cartaz Campanha da Fraternidade 1987. “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

De cabeça baixa, com trajes simples, de sandálias e sentado na sarjeta, a forte imagem procura vitimizar o menino, procurando, de forma apelativa, construir a representação do indefeso. A fotografia da criança indefesa reproduz a mensagem da vítima que precisa ser acolhida. O lema da Campanha reproduz a mensagem de Jesus Cristo, que afirma que quem acolhesse a criança, no caso o “menor”, o acolhia. Apesar do caráter apelativo do cartaz, é possível afirmar que nessa Campanha a Igreja passou a questionar as políticas da Política Nacional de Bem-Estar do Menor, trazendo para a esfera dos rituais religiosos as questões pertinentes aos problemas cotidianos de meninos e meninas que vivenciavam as mais diferentes formas de vulnerabilidade social.

A Campanha também produziu o *Caderno de Orientações* para o trabalho dos religiosos e leigos, que continha textos de referência para as aulas e reuniões realizadas no âmbito deste movimento político-religioso. A capa desse livro trazia mais uma vez

as imagens de crianças e adolescentes no cenário de abandono. A imagem seguinte retrata a realidade dos meninos e das meninas em situação de rua.

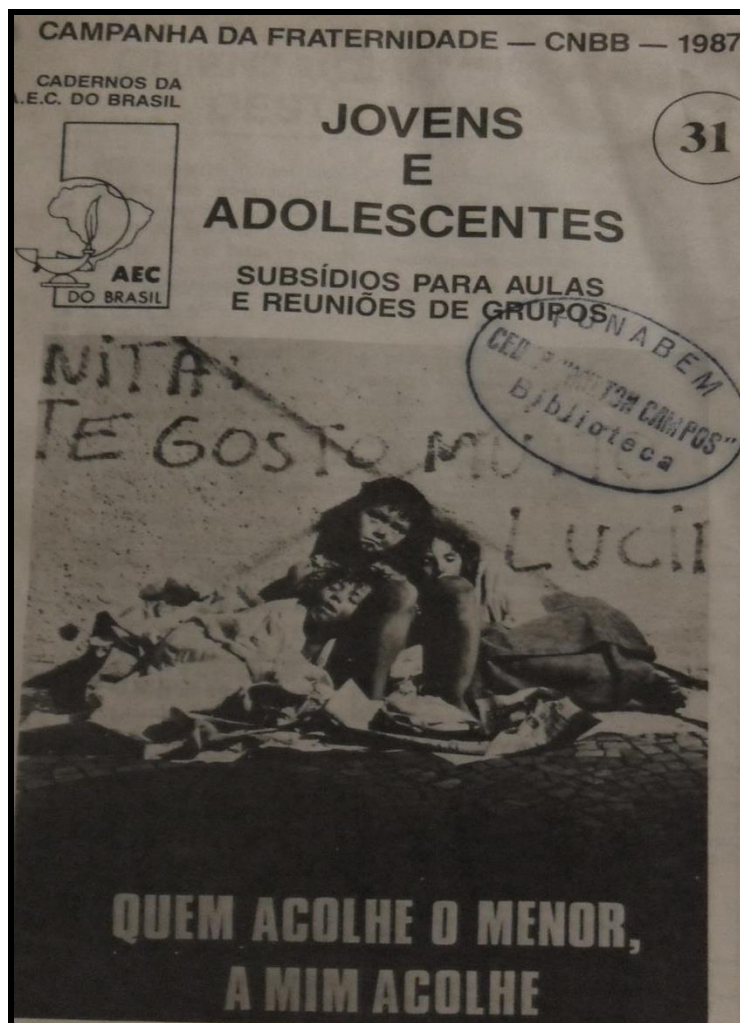


Figura 29: Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB. Capa de livreto da Campanha da Fraternidade de 1987. Rio de Janeiro: CNBB, 1987.

A imagem de crianças encostadas em uma parede pichada, envolvidas entre folhas de jornais e estopas, traz a mensagem de denúncia do descaso praticado contra os meninos e as meninas. Enquanto duas dormiam, a terceira reproduzia a expressão de desolação. A imagem da capa se apresenta como uma “tradução figurativa do real”, fruto da ação humana, que leva o leito-espectador contemplar o cenário do ser

fotografado.³⁶⁹ O olhar da criança acordada é um registro do abandono e de dor do ser abandonado.

A fotografia e o texto reproduzem a mensagem de uma Igreja preocupada em colocar na seara do debate um personagem historicamente invisibilizado: os meninos e as meninas que viviam em situação de rua. Muitas vezes recolhido, poucas vezes acolhido. Na capa desse livreto se evidencia o carimbo da extinta Funabem, demonstrando que a Campanha buscou também envolver a instituição no debate.

O documento ainda reafirma o dever do cristão em relação ao abandono e constrói, à luz do “catolicismo militante”, uma ideia do ato de abandonar:

O Código da Aliança (Ex. 20, 22-23, 33), espécie de Constituição do Povo de Deus no Antigo Testamento, data dos primeiros tempos de instalação do povo de Canaã, a Terra Prometida. Proíbe afligir o órfão: Se o afligires e ele clamar a mim, escutarei o seu clamor. (Ex. 22,22), pois Deus ouve o clamor do oprimido (Cf. Ex. 3,7).³⁷⁰

Ao utilizar as passagens bíblicas a partir de “outra” interpretação, o texto da CF passa a dialogar com os princípios da Teologia da Libertação. De acordo com Marcelo Camurça, a Teologia da Libertação buscou se apropriar do marxismo, articulando a teologia aos fundamentos socialistas, construindo assim uma nova visão sobre os estudos bíblicos. Esse princípio se pautou nos textos produzidos pelos seguidores dessa tendência, que buscaram disseminar outro olhar sobre a leitura bíblica.³⁷¹

É nesse cenário que a Campanha propõe um debate sobre a questão das desigualdades sociais que atingiam as crianças e os adolescentes no Brasil. De acordo com o discurso, os problemas enfrentados por esses agentes sociais devem ser entendidos na sua historicidade, conforme demonstra o fragmento seguinte:

A indigente dívida social tem raízes históricas em nossa estrutura social. A apenas um ano da celebração do centenário da chamada *Abolição da escravatura*, deve-se reconhecer que a miséria em que

³⁶⁹ PESAVENTO, Sandra. Imagem, memória, sensibilidades: territórios do historiador. In: RAMOS, Alcides Freire, PATRIOTA, Rosangela & PESAVENTO, Sandra. *Imagens na História*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. P 17 – 34.

³⁷⁰ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. *Campanha da Fraternidade 1987*. “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. São Paulo, 1987. Acervo: Fundação do Arquivo Nacional.

³⁷¹ Idem.

vive hoje a metade da população brasileira tem a ver com a formação inicial do nosso povo.³⁷²

O conteúdo desse folheto faz severas crítica à essa instituição e à história de assistência às crianças abandonadas no Brasil. De acordo com esse documento:

O *menor* marginalizado não surge por acaso, nem nasce mau. Ele é fruto de um estado de injustiça crônica que gera e agrava o pauperismo em que sobrevive a maior parte da população. Na medida em que a desigualdade econômica e a decadência moral foram crescendo nesses últimos anos, aumentou cada vez mais o índice de menores empobrecidos, abandonados, marginalizados e chamados de *delinquentes*.³⁷³

A ideia de *menor* marginalizado reproduzido pela Campanha da Fraternidade vai de encontro aos argumentos da Funabem sobre a chamada *marginalização*, uma vez que para os idealizadores da Campanha, a marginalização é decorrente do “estado de injustiça”, e não exclusivamente dos fatores econômicos, conforme argumentam os técnicos da Funabem. De acordo com Ângela Pinheiro, o material produzido pela CNBB para a Campanha da Fraternidade de 1987 “evidencia a diversidade de representações da criança e do adolescente que circulava no âmbito da Igreja Católica”, quando:

Apesar de formular críticas às classificações que correntemente eram contribuídas ao denominado “menor” — carente, deficiente, defasado, inferior — utiliza-se classificações, de teor discriminatório, como “menor infrator, menor marginalizado”.³⁷⁴

Além do cartaz e do livreto, os cânticos da missa também foram elaborados com o tom denunciador. O trecho da música *Menores Abandonados*, de autoria de Padre Zezinho, traz uma crítica ao problema da assistência aos meninos e as meninas em situação de abandono no Brasil. De acordo com a letra:

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem. P. 21

³⁷⁴ PINHEIRO, Ângela. *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: Editora da UFC, 2006. P. 151.

Dizem que este País é feliz porque o povo ainda canta nas ruas
Dizem que nossa nação não vai mal porque o povo ainda faz Carnaval
E eu queria somente lembrar que milhões de crianças sem lar
Não partilham da mesma visão
Há tristeza no seu coração
(refrão)
Menores abandonados
Alguém os abandonou
Pequenos e mal amados, o progresso não os adotou
Pelas esquinas e praças estão
Desleixados e até maltrapilhos
Frutos espúrios da nossa nação
São rebentos, porém, não filhos
E eu queria somente lembrar que milhões de crianças sem lar
Compartilham do mesmo sofrer
Já não sabem a quem recorrer.³⁷⁵

A letra dessa música se apresenta como uma importante fonte para a análise sobre a relação da Igreja e os movimentos sociais em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Como afirma o historiador Marco Napolitano, “A tradutora dos nossos dilemas nacionais e veículo de nossas utopias sociais”. De acordo com Napolitano,

Entre nós, brasileiros, a canção ocupa um lugar muito especial na produção cultural. Em seus diversos matizes, ela tem sido termômetro, caleidoscópio e espelho não só das mudanças sociais, mas sobretudo das nossas sociabilidades e sensibilidades coletivas mais profundas.³⁷⁶

A partir da canção produzida pelo Padre Zezinho, é possível refletir como a Igreja popular, da década de 1980, refletia os problemas sociais das crianças e dos adolescentes no Brasil. Ela questiona o modelo de progresso defendido pelas elites brasileiras, denunciando que esse “progresso” não “adotou” os meninos e as meninas que viviam em situação de abandono, tratados como “frutos espúrios” ou “filhos ilegítimos” de uma nação. Essa composição vai de encontro ao ideário da Igreja tradicional que articulou sistematicamente as suas ações baseadas no princípio da caridade assistencialista.

³⁷⁵ ZEZINHO. *Menores Abandonados* (canção religiosa). Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Campanha da Fraternidade 1987. “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. São Paulo, 1987. Acervo: Fundação do Arquivo Nacional.

³⁷⁶ NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autentica. 2002. P 53.

Foi nesse cenário que Dom Helder, arcebispo de Olinda e Recife, publicava críticas ao sistema de atendimento promovido pela FEBEM, em Pernambuco. De acordo com o seu depoimento:

Conforme publica um dos nossos jornais, nós temos na Grande Recife 100 mil crianças abandonadas. E a FEBEM (Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor) só tem meios de atender a 22 mil menores, em 22 núcleos e 8 colégios. Comentário: nenhum de nós pode lavar as mãos como Pilatos. Se estudarmos mais de perto o problema dos menores abandonados, veremos que se trata de uma consequência da situação de famílias em condição abaixo de humana, de desemprego, de miséria e de fome. Se todos nós nos unirmos para que em nosso país parem de projetos faraônicos, de preocupação econômica e supereconômica, sem a mais leve preocupação social; se todos nos unirmos para um basta a projetos com a pretensão de ser os maiores do mundo e exigirmos a atenção do Governo para os projetos de dimensão humana, veremos que é possível o que parece impossível. (...) Mas os agentes de Pastoral de nossa Arquidiocese registram um lado ainda mais doloroso. Dizem: “todos os bairros da Grande Recife têm as chamadas ‘pequenas zonas’, em plena prostituição”. Isso é tremendo, sobretudo quando se sabe que a grande causa desta vergonha, desta chaga, é a miséria das famílias dos menores. É ou não o caso de cada bairro movimentar-se, verificar se a informação é válida para a sua área e unir esforços, salvar deste despenhadeiro estas pobres e queridas meninas-moças...³⁷⁷

O discurso de Dom Helder possui um caráter denunciador e descortina um cenário de exclusão social no Recife. O “olhar” de Dom Helder “sobre a cidade” sinaliza para as questões das desigualdades econômicas que marcava o cotidiano das famílias pobres. A fala de Dom Helder sublinha a responsabilidade na superação de tais desigualdades, que atingiam mais diretamente os chamados “menores abandonados”.

É possível observar a ressonância desse discurso na fala de Carlos. Ele traz no seu relato a ideia defendida pelo movimento político articulado no Morro da Conceição, como é possível perceber no próximo fragmento de memória:

A miserabilidade, a fome, a oportunidade de trabalho de emprego e de renda. Assim, esse grupo da gente, ele fazia com que na época, que hoje não existe mais, realmente não existe mais; ele fazia com que fossem inseridas através da língua dele no mercado de trabalho, as

³⁷⁷ CÂMARA, Helder. *Um olhar sobre a cidade: olhar atento, de esperança, de prece*. São Paulo: Paulus, 1995.

oportunidades... Fazia com que os adolescentes da nossa comunidade tivessem ciência da questão de direitos e deveres.³⁷⁸

O tom denunciador do discurso de Carlos reproduz a imagem das ações políticas promovidas pelos movimentos sociais dos anos de 1980. Ele se apropria do discurso da Igreja progressista produzido sobre a pobreza reconstruindo as imagens sobre os problemas sociais vivenciados pelos moradores do Morro da Conceição.

Ao tratar sobre os ensinamentos aprendidos pelos religiosos do Morro, ele retrata que nas reuniões realizadas na comunidade eram ensinados como as relações cotidianas trazem ressonância do processo histórico colonial. Carlos diz:

A gente foi criado num regime patriarcal, onde o pau resolvia. Pau de mãe, pau de pai, pau de irmão. E da Igreja, na época, apesar de eu não fazer parte da religião católica, no momento eu faço parte de outra religião. Mas a Igreja fez um papel preponderante na época, de fazer entender “pau não resolvia”. Que o importante era diálogo.

Nesse trecho do relato, Carlos constrói uma crítica às tradições familiares e à própria ideia das relações de família. Ele questiona como as relações sociais construídas entre pais e filhos foram sendo construídas culturalmente, afirmando que a Igreja daquela época, a “Igreja progressista”, o ensinara a questionar as relações de submissão e violência construídas historicamente no contexto das relações familiares.

O que Carlos chamou de *essência da coletividade* se refere à possibilidade de “viver em comunidade”. Foi nesse cenário de “vida em grupo” que surgiram o questionamento do modelo Febem/Funambem. A partir do Morro, os meninos e meninas passaram a ter contato com os movimentos sociais que se destacaram na militância em defesa de outra legislação e política de assistência aos meninos e às meninas que viviam em situação de vulnerabilidade social. Essa fase é início de outra História que não pretendo contar agora.

Ao analisar as memórias de Carlos, percebi que, ao falar sobre a sua trajetória, ele foi construindo uma relação com o cenário local e nacional. A partir de sua argumentação narrativa, ele constrói uma conexão com o movimento e as organizações sociais que atuaram na área dos direitos da criança e do adolescente. Esse relato me fez

³⁷⁸ Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluide Júnior.

lembrar a reflexão construída pelo historiador Alexander Freund, que, ao analisar a importância das fontes orais para escrita da História, afirmou que o historiador pode “descobrir pormenores sobre a participação ativa na construção de discursos sociais e sobre a atualização dessas memórias coletivas na própria vida”.³⁷⁹

Mas é importante lembrar que foi a partir desse encontro com os movimentos sociais que Carlos se tornou uma liderança na área dos direitos da criança e do adolescente, tornando-se, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, um conselheiro tutelar. Os conselheiros tutelares são pessoas eleitas pela comunidade para “zelar pelos direitos da criança”, uma referência na proteção dos meninos e das meninas que vivenciaram as mais diferentes formas de violação.

Com a criação dos conselhos tutelares, é abolida a função dos agentes comissários de menores, ou seja, pessoas que tinham a mesma função do Carlos Sá, aqueles que controlavam o cotidiano dos meninos e das meninas nas comunidades passaram a não mais existir. Um conselheiro tutelar eleito pelas comunidades dos morros da cidade, esta é a imagem que Carlos buscou construir de si.

Debruçar-se sobre a História de Carlos me fez analisar a questão da ressocialização a partir da comunidade. Já adulto, ele admite que a Febem foi importante por ter afastado do convívio meninos que praticavam pequenos assaltos na feira de Casa Amarela e que depois perderam a vida para o mundo da criminalidade. Contudo, foi com o convívio com os padres e com os moradores do Morro da Conceição e adjacências que ele aprendeu a questionar, a participar, a se envolver com as questões da comunidade.

Para Carlos ressocializar não é só entrar na “regra”, é também participar, é viver a comunidade. A Febem da coerção e do medo, da disciplina e dos ensinamentos cívicos foi importante para a sua trajetória, mas não suficiente para a sua ressocialização. A partir da fala do militante, se para a Febem a “pátria era boa”, para além dos muros da instituição, Carlos aprendeu que a pátria não era tão boa assim.

A saída de uma instituição é uma porta para outra vida. A história de Carlos me ensinou que nem sempre a passagem pela Febem significa, no momento da saída, o encontro com uma porta fechada. A família, a escola e a comunidade podem se tornar

³⁷⁹ FREUND, Alexander. *Migração, memória e identidade: relatos de história oral no contexto de histórias de familiares e nacionais*. In: LAVERDI, Robson... [et al.]. *História Oral: desigualdades e diferenças*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

espaços de acolhida, para que o menino e a menina possam encontrar nesse momento de saída da instituição uma porta aberta para uma “outra” História.

PARTE 3

BETÂNIA

Betânia e a construção da Febem Prisão

Betânia nasceu no Recife, em 1973. Filha de uma família chefiada por mulher, sua mãe biológica, Aparecida, gerou onze filhos e exercia a profissão de doméstica. Nunca conheceu seu pai. Até os 9 anos, viveu no Alto Pascoal, bairro localizado na zona norte da cidade. Nesse período, não frequentou regularmente a escola, sendo alfabetizada no final de sua adolescência. Hoje, ela é mãe de duas filhas e um filho, formada em Pedagogia e trabalha em uma instituição destinada ao acolhimento de crianças que vivenciam a situação de abandono.

Conheci Betânia em 2011, durante uma ação promovida pela Escola de Conselhos de Pernambuco voltada para os profissionais que atuam na rede de proteção à infância. A atividade propunha que as pessoas falassem da sua trajetória de vida e como foi o início da atuação na área dos direitos da criança e do adolescente. Com uma voz firme e com gestos suaves, narrou a sua história, lembrando que, na década de 1980, com apenas 9 anos de idade, fugiu de casa, passando a viver entre as ruas e a Febem.

No final dessa atividade, aproximei-me de Betânia para falar da minha pesquisa, quando perguntei sobre a possibilidade de ela conceder uma entrevista, para falar sobre sua história de vida e da sua passagem pela Febem. Ela disse que sim, afirmando: “Hoje eu tenho condição de falar do meu passado”.

Durante a entrevista, ela estava serena. Respondeu às primeiras perguntas de forma pausada. Aos poucos, foi desafiando o roteiro de perguntas pré-elaborado, trazendo novas visões e versões sobre o cotidiano da Febem, permeadas pela emoção de falar sobre do seu tempo de criança. Ao produzir a entrevista, lembrei-me da reflexão construída pelas historiadoras Janaína Amado e Marieta Ferreira ao prefaciarem a coletânea *Usos e Abusos da História Oral*, quando afirmam que:

A pesquisa com fontes orais apoia-se em pontos de vista individuais expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja pelo seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas — porque tradicionalmente relacionados apenas a indivíduos —, como a subjetividade, as emoções e o cotidiano.³⁸⁰

³⁸⁰ AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. *Apresentação*. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

O depoimento de Betânia permite analisar o cotidiano das meninas e dos meninos da Febem a partir da perspectiva do adulto que já vivenciou a experiência de estar em uma unidade de internação. Na manhã da entrevista, Betânia se apresentou como a mulher, mãe e educadora que vivenciou a experiência, no seu tempo de criança e de adolescente.

Betânia construiu a imagem da Febem Prisão. Em suas memórias a instituição é lembrada a partir das práticas de agressão e dos maus-tratos, que utilizavam da força física para garantir o “bom comportamento” das crianças e dos adolescentes que ali estavam aprisionadas. As suas lembranças me proporcionaram estudar a questão das meninas que viviam em situação de rua. Das garotas que passaram a viver em conflito com a lei, sendo identificadas pela polícia, pelo Juizado de Menores e pela Febem como *infratoras*. Daí a justificativa de ter escolhido a sua trajetória de vida para compor este trabalho.

É importante lembrar ao leitor/a que as discussões de gênero permearam todo este debate. Falar da História de Betânia é falar sobre as políticas de assistência — ou das ausências de políticas —, construídas para as meninas na Febem, no decorrer da década de 1980. Dessa forma, falar da caminhada de Betânia me proporcionou estudar a diferença do atendimento oferecido aos meninos e às meninas nas unidades de internação.

Esse é um tema ainda pouco explorado pela historiografia nacional. Ao me debruçar sobre os estudos historiográficos, percebi que ainda são bastante pontuais as pesquisas que retratam as questões de gênero nas unidades de internação.³⁸¹ De acordo com a historiadora Joana Maria Pedro, ao escrever a História, cabe ao historiador perguntar se o seu trabalho vem reforçando ou combatendo a heteronormatividade. Para Joana Maria:

As práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim, os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros; estamos escrevendo uma história que questiona as

³⁸¹ Ao pesquisar a produção historiográfica nos bancos de teses e dissertações, percebi que os trabalhos produzidos sobre os chamados *menores infratores*, atendidos pela Febem, foram realizados por acadêmicos do Sudeste do País. Em termos quantitativos, a produção não é expressiva, quando comparada aos trabalhos realizados na área das ciências sociais, levando-nos a transitar no terreno dos sociólogos e antropólogos. Contudo, é importante lembrar que encontrei uma produção significativa realizada pelos acadêmicos do serviço social e psicólogos que também possuem trabalhos de referência sobre o tema.

“verdades” sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente.³⁸²

A fala da historiadora permite refletir sobre a produção do discurso heteronormativo elaborado por pessoas, instituições e/ou grupos sociais que estabeleceram suas relações a partir da lógica patriarcal, da égide da “dominação masculina”. Desse modo, procurei analisar as práticas da Febem a partir desta preocupação, possibilitando-nos refletir a atuação da equipe dirigente e dos/as profissionais que atuavam diretamente no atendimento aos meninos e às meninas.

A historiadora Joan Scott, afirma que a expressão *gênero* representa uma relação social quanto a uma categoria de análise, possibilitando-nos desconstruir as ideias pautadas no determinismo biológico, uma vez que tal categoria se constrói nas relações culturais, proporcionando observar a história de homens e mulheres a partir da perspectiva relacional.³⁸³

Nessa perspectiva, é importante perceber como tais relações foram construídas na Febem pela polícia e pelo Juizado de Menores. De acordo com a historiadora Eleonora de Brito:

As representações de gênero devem ter conduzido as interpretações de seus operadores, chegando a prevalecer em relação a certos princípios norteadores daquele tempo (com as noções de assistência e proteção à menoridade, inscritas em seus fundamentos), e que lhe garantiriam sua especificidade. Em outras palavras, também nos antigos Juizados de Menores, as meninas e os jovens teriam sido submetidas na representação da mulher. Portanto, na Justiça de Menores, meninas e jovens, a quem foram atribuídas práticas de atos transgressores, sofreram, muito provavelmente, as consequências de sua dupla condição: eram mulheres e menores.³⁸⁴

Para a historiadora, no período de vigência do Código de Menores, as ações judiciárias foram realizadas a partir da justificativa de um discurso científico permeado pela lógica sexista e machista, partindo da hipótese de que o “desvio tem sexo” e que a classificação atribuída pelo Juizado de Menores aos casos de internação das crianças e dos adolescentes era pautada a partir das diferenças de gênero.

³⁸² PEDRO, Joana Maria. *Historicizando o gênero*. IN: FERREIRA, A. C.; BEZERRA, H. G. & LUCA, T. R. O historiador e seu tempo. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

³⁸³ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade., v. 20 (2), jul./dez.1995.

³⁸⁴ BRITO, Eleonora. *Justiça e Gênero: uma história da Justiça de Menores em Brasília (1960-1990)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. P. 101.

Tendo em vista essas preocupações, é importante lembrar que o período em foco também é marcado pela mudança do Código de Menores de 1979. É de fundamental importância debater a mudança desse arcabouço jurídico e discutir sobre as ressonâncias no campo da assistência aos meninos e às meninas que vivenciavam as mais diferentes formas de abandono nesse período.

Desse modo, é possível identificar que a história de Betânia foi construída no decorrer das transformações da sociedade brasileira, período que marca o fim do Regime Civil-Militar e do movimento de redemocratização. Na construção desta trama, é inevitável estabelecer as devidas conexões entre a trajetória de vida da nossa protagonista e o cenário político nacional. O Recife da década de 1980 vivenciava a efervescência da abertura política e convivia diariamente com a (re)articulação dos movimentos sociais, que passaram a levantar as mais diferentes bandeiras de luta, entre elas dos direitos dos/as trabalhadores/as, dos/as negros/as, das mulheres e das crianças e dos adolescentes.

Todavia, os movimentos sociais conviviam com um cenário de desigualdades sociais e com uma política autoritária. Este período é marcado pelos governos de João Figueiredo na Presidência da República, do governador biônico Marco Maciel e do prefeito eleito Gustavo Krauser (1979-1982), que, mesmo na fase de abertura política, estavam sintonizados com o ideário dos governos militares. Como lembra o historiador Denis Bernardes, no Recife, “o autoritarismo havia encontrado seus fieis seguidores, quando contava com a mais absoluta identificação com o sistema”.³⁸⁵

As ruas e praças do Recife serão o cenário onde esta história será contada, será palco da exclusão e dos conflitos sociais vivenciados entre as crianças e a polícia, entre os garotos e garotas e os comissários de menores, entre os próprios meninos e meninas. Também será o espaço de encontro desses meninos com os ativistas e os militantes que passaram, na década de 1980, a defender a bandeira do chamado *direito das crianças e dos adolescentes*. A história de Betânia também é a história desses movimentos.

Nesse clima de conflito, os movimentos sociais se articularam a partir das disputas que passavam pela preocupação de garantir o retorno da democracia e ao mesmo tempo lutar contra as desigualdades sociais. Daí a importância de discutir nos próximos capítulos a contribuição dos movimentos sociais e das organizações não

³⁸⁵ BERNARDES, Denis. *Recife, o caranguejo e viaduto*. Recife: Editora da UFRPE, 1996. P. 99.

governamentais que atuaram na área dos direitos da criança e do adolescente, no Recife, na década de 1980.

O relato de Betânia nos possibilitará conhecer uma Febem até então pouco conhecida, proporcionando-nos adentrar nos corredores, nas celas e no refeitório de um pavilhão destinado ao recolhimento das meninas. O depoimento de Betânia também nos permitirá conhecer outro Recife. A Praça do Diário, a Dantas Barreto e o prédio do JK... Depois de ouvir o seu depoimento, já não transito da mesma forma pela cidade. Concordo com Michel de Certeau, “os lugares são histórias fragmentadas e isoladas em si”.

É sobre os passos que compõe uma caminhada e sobre a insistência em “abrir portas” que os próximos capítulos desta trama devem se debruçar. Betânia constrói espaços, a cidade é praticada, a Febem é praticada. Ela se coloca como alguém que, de forma individual ou coletiva, (re)apropriou-se da Febem prisão, das ruas e praças do Recife, na busca diária pela sobrevivência. No seu relato, ela constrói os passos e inventa uma caminhada em direção à liberdade.

Liberdade. Falar de Betânia é falar dos meninos e das meninas que viveram em situação de privação de liberdade. Nas próximas páginas deste trabalho o/a leitor/a vai se debruçar sobre a trajetória de meninas que passaram pelas delegacias, juizados e de lá foram encaminhadas para Febem por terem desafiado as normas e as leis estabelecidas. Jean Genet afirma que “a criança criminosa é aquela que forçou uma porta que vai dar num lugar proibido”. A trajetória de Betânia será o fio condutor para se construir a história dos meninos e meninas que passaram a ser “classificadas” como *delinquentes*, *trombadinhas*, *pivetes*, *criminosas*... Concordo com Genet, a criança infratora “quer que esta porta se abra para a mais bela paisagem do mundo”.³⁸⁶

³⁸⁶ GENET, J. *A criança criminosa*. Lisboa: Hiena, 1988.

CAPÍTULO CINCO

Do Alto do Pascoal às ruas, das ruas à Febem

Aos 9 anos fui “pras” ruas do centro do Recife. E inicialmente pedia esmolas para sobreviver; nos bares, pegava resto de comida, ia catar no lixo e aí, depois, eu comecei a me... Enfim, quando a gente tá na rua a gente descobre que a situação é muito mais preta do que se imagina.³⁸⁷

Viver na rua era enfrentar desafios, afirmou Betânia. Esmolar, alimentar-se a partir das sobras dos outros, catar lixo... Formas sub-humanas de sobrevivência, que marcaram efetivamente as suas memórias do tempo de criança e de adolescente, vividos na década de 1980. Ao narrar as memórias sobre as vivências nas ruas do Recife, Betânia retratou as experiências de quem procurou, das mais diversas formas, sobreviver às situações-limite construídas no cotidiano.

Viver nas ruas da grande cidade representou um passo dado ao encontro do inesperado, de quem buscou se apropriar de um lugar desconhecido. No decorrer da entrevista, desabafa: “Nossa Senhora, eu era uma menina de 9 anos, mas que habitava uma velha dentro de mim”. Esse desabafo nos faz observar que, aos 9 anos de idade, nossa protagonista passou a ter obrigações de adulto, de “gente grande”.

Antes de viver nas ruas do Recife, Betânia morava com sua família no Alto do Pascoal, comunidade que pertencia ao bairro chamado Alto de Santa Terezinha, na zona norte da cidade. Ao se recordar do Alto, ela relembra:

Brincava de pega algumas vezes, quando a gente entrava nos terrenos baldios. Eles, assim, sempre com a questão de explorar mesmo. Eu ia basicamente atrás das frutas assim jambo, manga... Eu acho que assim Deus ele é muito sábio, eu não morri de fome porque assim... a natureza era um lugar onde também eu ia buscar minha sobrevivência e do meu irmão.³⁸⁸

³⁸⁷ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

³⁸⁸ Idem.

Essas lembranças foram rememoradas com a emoção do reencontro do tempo de criança. As memórias do Alto foram construídas a partir das lembranças de quem “explorava” o bairro, de quem vivenciava o espaço verde e pelo sabor doce das frutas colhidas diretamente das árvores. Mas as recordações do bairro onde residia foram acompanhadas pelas memórias da necessidade de comida. Eram o jambo e a manga que saciavam a fome de Betânia e de seus irmãos.

As memórias sobre sua mãe foram registradas a partir de uma fala permeada pelo ressentimento. Betânia nos traz os momentos de tensão vividos na sua casa, no Alto do Pascoal, ressaltando a forma como foi construída a relação com a sua mãe. Ao narrar momentos do seu tempo de criança, ela relembra:

A gente dizia: “Mãe eu tô com fome”. Eu lembro que era um momento em que ela respondia: “Não tem. Não tá vendo que não tem?”; gritava. Assim, desesperada e quando a gente fazia alguma trela, alguma coisa: “Vai embora! Eu quero que o diabo...”. E aí, enfim, eu acho que, ela trazia o contexto em que ela viveu um dia. Então, ela sempre dizia: “Vá embora! Vá embora! Eu quero que o Diabo te carregue... Eu quero que...” E um dia você termina indo, né? De tanto ser convidada a sair, você sai.³⁸⁹

O depoimento acima nos mostra que a relação de Betânia com sua mãe era marcada por momentos de tensão e de constrangimentos. Durante a entrevista, Betânia nos informou que sua mãe se chamava Aparecida, uma mulher que chefiava a família sem a colaboração de um companheiro, tendo a responsabilidade de cuidar de Betânia e seus dez irmãos e irmãs. Ela recorda que, mesmo buscando estabelecer vínculos de trabalho, não obtinha sucesso. A situação de extrema pobreza comprometia a relação entre a mãe e os filhos, levando-os ao conflito cotidiano.

Betânia decidiu fugir de casa para as ruas do centro do Recife, uma vez que, segundo ela, naquela casa não encontrava carinho e proteção, afirmando:

Decidi ir pra rua. Quando não dá mais, é uma coisa, assim... Ninguém consegue ficar onde não é bem quista. Eu acho que pra gente se desenvolver bem num lugar, independe se é criança ou adulto, enfim... Cê precisa ter sentimento de pertencimento. Eu não tinha na minha família, nem na minha casa.³⁹⁰

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ Idem.

A fala de Betânia nos faz perceber que a casa e a família nem sempre podem representar o espaço de proteção e aconchego e que o mais importante de ter família é ter o sentimento de que pertencemos a esse grupo social. Nesse discurso, para além dos maus-tratos vivenciados no cotidiano familiar, a questão do pertencimento foi decisiva para a sua fuga.

Do Alto do Pascoal, a menina partiu para as ruas do Recife, onde procurou garantir a sobrevivência das mais deferentes formas. No decorrer do seu depoimento, ela nos fala sobre como foram estabelecidas as redes de sociabilidade no universo das ruas, que também representava um espaço de convívio social. Relembrando as suas experiências, ela nos relata o dia a dia dos meninos e das meninas nas ruas do Recife no final da década de 1970:

A gente precisa se associar às outras pessoas, às outras crianças. Eu comecei a me envolver com o grupo na época, o termo que se usava era *meninos de rua*, a *trombadinha*, o *cheira-cola*. Era pra sobreviver mesmo. E aí a gente começa a conhecer, a ter contato com outras experiências. A droga, pra aliviar mesmo a fome, mas eu acho que não é a fome biológica.³⁹¹

A memória de Betânia descortina um cotidiano marcado por práticas de sobrevivência, construindo as memórias das táticas, das articulações realizadas de forma individual e de grupo. Tais envolvimentos e associações eram necessários para sobreviver no mundo das ruas. Ao buscar construir as memórias do cotidiano nas ruas, Betânia nos fala das formas de sobrevivência para “aliviar a fome”, que não era biológica, mas causada pela falta de afeto, de atenção e de bons tratos.

Taticamente, Betânia procurava se apropriar do espaço da cidade, marcada pelas desigualdades sociais. De acordo com Michel de Certeau, a tática pode ser considerada como a “arte do fraco”, determinada pela “ausência de poder”, sendo vivida nas sutilezas do convívio social. Para Certeau:

A tática não tem o lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distancia, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática

³⁹¹ Idem.

é o movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado.³⁹²

A tática é a “vitória do fraco contra o forte”, assim nos diz Certeau. Diferente das estratégias, as táticas são construídas nas práticas cotidianas, quando as artes de falar, escrever, circular, ocupar e até mesmo a arte de fugir se apresentam como os mais variados tipos de táticas. Para Betânia, viver na rua era driblar os desafios encontrados no cotidiano.

Ao narrar as memórias das noites em que dormiu nas ruas do Recife, Betânia nos fala que a escolha do local também era decidida a partir da própria condição climática, tendo em vista que nos dias de chuva ou de frio ela procurava dormir em espaço coberto. De acordo com suas lembranças, ela diz:

Eu lembro que um dos lugares que eu mais gostava era o edifício JK, o antigo prédio do INSS, aquele grandão, na rua do lado, que é uma rua que tem uns cartórios. Não lembro... Eu conheço todo o centro, mas não consigo lembrar os nomes das ruas. Na rua do Imperador, nas igrejas ali, porque sempre tinha muita gente, até hoje, tem alguns dias que passam, umas ajudas. A gente dizia que era a ronda, um grupo de pessoas que dava comida, acho que era quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, então todo mundo corria pra lá, para aquelas ruas ali. A própria igreja, todos os dias cediam uma refeição.³⁹³

Betânia nos fala que o local da dormida estava relacionado ao aspecto físico que o prédio oferecia. Daí a escolha pelo prédio JK, localizado no centro do Recife, considerado cartão postal da cidade, que integra as construções erguidas na segunda metade do século XX. Nele, há uma grande marquise que servia como proteção da chuva e uma extensa calçada, fazendo que conglomerasse o número de moradores de rua, que coletivamente se solidarizavam.

Ela ainda narra a possibilidade da contribuição de integrantes da Igreja, que, a partir de uma perspectiva caritativa distribuíam alimentos às pessoas que moravam nas ruas do Recife, na época.³⁹⁴ Essa prática, que nos dias atuais persiste, também era

³⁹² CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994. P. 101.

³⁹³ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

³⁹⁴ No Capítulo anterior, abordei a contribuição da Igreja Católica a partir das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Essa Igreja a que Betânia se refere é formada por grupos tradicionais e conservadores que conduziam as suas ações pastorais a partir da lógica da caridade. Desse modo, é possível afirmar que na década de 1980, em paralelo aos trabalhos realizados pelas CEBs, outra ala/grupo católico continuava a

considerada na hora da escolha do local para dormir. Contudo, Betânia nos falou que dormir na rua também era enfrentar a violência da polícia, que, de acordo com o seu depoimento, constantemente realizava o serviço de abordagem, procurando “limpar” as pessoas que estavam em situação de rua.

Ao se voltar para a questão dos meninos e das meninas que viviam em situação de rua na década de 1980, a historiadora Isabel Frontana nos traz uma contribuição importante para historiografia nacional ao analisar os depoimentos dos garotos e das garotas que viviam nas ruas de São Paulo. Esses depoimentos foram publicados pelo periódico *Folha de São Paulo* e retratam diferentes histórias de meninos e meninas que escolheram morar na rua por diferentes motivos. De acordo com Frontana:

Embora muitas crianças e muitos adolescentes transformassem a rua em espaço de reprodução das condições materiais de existência, nem sempre era apenas nessa dimensão, por assim dizer, econômica, que se encontrava validação subjetiva. Além de meio de geração de renda, a rua era também um espaço vivencial significativo para a projeção de atitudes e comportamentos que alimentavam a vida de um senso lúdico peculiar, no qual a aventura e a brincadeira eram valorizadas.³⁹⁵

É nesse cenário que o debate sobre o “menino de rua” foi construído no Brasil. De acordo com Riccardo Lucchini, a partir de 1980, nos movimentos políticos e institucionais, os meninos e as meninas que viviam ou trabalhavam nas ruas das cidades, passaram a ser chamados de meninos e meninas que viviam em *situação de rua*, deixando de ser identificados como *meninos de rua*. De acordo com Lucchini, é preferível chamar meninos e meninas em situação de rua, uma vez que a própria “intervenção não pode mais, desse modo, limitar-se somente à criança; ela deve, ao contrário, englobar o conjunto das interações sociais das crianças nos outros meios sociais”.³⁹⁶

Ao rememorar o cotidiano nas ruas do Recife, Betânia afirma:

Eu lembro assim: se fala até hoje que é a Operação Papai Noel, que nada mais era do que uma Kombi, com um grupo de pessoas, que eu lembro que não era da polícia, que pegava, saía recolhendo. Então,

realizar as ações de distribuições de sopa, agasalho e outras formas de ajuda aos pobres que viviam nas ruas do Recife.

³⁹⁵ FRONTANA, Isabel. *Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

³⁹⁶ LUCHINI, Ricardo. *A criança em situação de rua: uma realidade complexa*. In: RIZINI, Irene. *Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: PUC/Rio, 2003. P. 59.

quando eles viam: “Já vem era a...”. Eu não lembro o nome que a gente usava, mas aí todo mundo saía correndo, e eles corriam mesmo. [...] Então eu me lembro muito disso, eram justamente os caras, eles usavam uns coletes e pegavam a gente, enfim todo mundo terminava na delegacia ali da Fernandes Viera, na José de Alencar [...]. Todo mundo terminava parando lá. A gente ficava dois ou três dias, apanhando, passando fome, brigando, né, porque terminava um brigando com o outro e depois era todo mundo transferido pra Febem, que aí uma das unidades que eu lembro ficava na Fernandes Vieira.³⁹⁷

A partir desse depoimento, percebemos que viver na rua também era enfrentar a vigilância do aparato de segurança, que buscava controlar a população através de práticas coercitivas. A “Operação Papai Noel” era processada no período natalino, período de maior intensificação do comércio de rua. As lembranças desse período foram marcadas pelas memórias do recolhimento nas delegacias e unidades da Febem, que segundo Betânia, foram momentos de fome e maus-tratos.

O objetivo dessas campanhas era o de recolhimento de crianças e adolescentes que transitavam nas ruas da cidade, faziam parte das estratégias do aparato policial e do próprio sistema de justiça, que pressionado por setores da sociedade, vinculados sobretudo à rede comercial, procuravam garantir o que podemos chamar de “limpeza” nas vias públicas. Tal “limpeza” tinha o intuito de proporcionar aos “consumidores” a segurança de circularem nas áreas comerciais sem a ameaça das abordagens dos meninos e das meninas de rua.

Betânia, aos poucos, foi demarcando os espaços da cidade que se tornavam o território dela e de seus colegas. A cidade passava a ser praticada, vivida como espaço de possibilidades. Nas suas lembranças, Betânia rememorou os locais da cidade que se tornaram espaços de moradia:

A área onde eu ficava era ali, Praça do Diário. O bairro do Recife, a Rio Branco, se tem aquela parte que tinha uns trens ainda, no Cais de Santa Rita. Agora tem uns edifícios bem bonitos, já indo pra o Pina... Assim no Porto. O Mercado São José era outro lugar que eu ficava [...] Pequenos furtos, droga, eu nunca vendi, mas assim, já repassei muito. Enfim, é ter que armar contra outras pessoas. Tudo que fosse gerar uma grana pra sobreviver. Terminei me perdendo da minha

³⁹⁷ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

família, da minha mãe, dos meus irmãos, que eram as pessoas com quem eu tinha vínculos.³⁹⁸

Ao narrar a vida nas ruas da grande cidade, ela nos falou das diversas formas de sobrevivência. Dormir, acordar, conviver com diferentes pessoas eram desafios que o mundo das ruas lhes oferecia. Ao falar das práticas de caridade exercidas por grupos sociais, lembrados na entrevista como a “ronda”, Betânia nos faz perceber que não existia na época um acompanhamento efetivo do Estado em relação aos moradores de rua da cidade.

Percebi nessa fala que, ao procurar um lugar para “ficar”, as escolhas de Betânia não eram aleatórias. Era através dessas escolhas, dessas demarcações de espaços, que as meninas e os meninos em situação de rua passavam a estabelecer seus territórios. Segundo Maria Stela Graciani:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido, no seio do qual o sujeito se “sente em casa”. O território pode ser considerado como sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nas quais vai se desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos.³⁹⁹

A história de Betânia nos faz pensar como a sociedade brasileira da época convivia com o problema dos garotos e das garotas que viviam em situação de rua. A “Operação Papai Noel”, que ocorria na cidade do Recife, rememorada por Betânia, pode ser considerada como uma ação de controle e repressão construída durante o período natalino, época em que o movimento comercial se torna mais intenso nas áreas comerciais da cidade. A sua fala faz surgir outro personagem para a nossa trama: os “homens de colete”, que recolhiam as crianças e os adolescentes que estavam nas ruas. Esses homens eram chamados *agentes* ou *comissários de menores*, representantes do Juizado de Menores responsáveis pelas campanhas de monitoramento e vigilância dos meninos e das meninas que circulavam nas ruas da cidade.

O trabalho de Silvia Arend nos mostra que as atribuições dos comissários eram as mais diversas, porém as tarefas mais recorrentes eram de: “apreender os menores

³⁹⁸ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

³⁹⁹ GRACIANI, Maria Stela. *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo: Cortez, 2009. P. 115.

abandonados e delinquentes”, “preceder todas as investigações relativas aos menores, seus pais ou encarregados de sua guarda”, além de vigiar e fiscalizar a presença de meninos e meninas em bares, cinemas, cabarés e outras “casas de diversões”. De acordo com Arend, “No dia a dia eram esses homens que estavam em contato direto com os infantes, seus familiares, os guardiões, etc.”.⁴⁰⁰

O próprio Código de Menores representou o marco legal que procurou codificar as ações punitivas frente aos atos considerados “desviantes” praticados contra os meninos e as meninas que viviam no mundo das ruas.⁴⁰¹ O Código possuía um forte caráter policialesco e buscava efetivamente controlar o cotidiano das crianças e dos adolescentes e de suas famílias.⁴⁰² Esse aparato legal buscava aplicar penalidade ao chamado *vadio*, ou *mendigo habitual*, que eram aqueles meninos e aquelas meninas que foram apreendidos mais de uma vez por estarem praticando tais atos.

O Código estabelecia a criação de instituições de recolhimento dos chamados *menores em situação irregular*. É nesse período que emerge o debate mais aprofundado sobre os meninos e meninas “de rua”. A própria Febem passou a produzir um discurso de prevenção e controle sobre esses garotos e essas garotas, que das ruas das grandes cidades eram encaminhados para as suas unidades de internação.

No decorrer das pesquisas, tive a oportunidade de entrevistar três agentes de menores que atuavam nos municípios do Recife e de Jaboatão. Durante a entrevista, os ex-agentes exibiram, de forma saudososa, a carteira de identificação utilizada no cotidiano, com informações pessoais e registro de permissão para portar armas de fogo. Esses agentes eram verdadeiros representantes do Juizado de Menores e desempenhavam um papel que possuía um forte caráter policialesco.

Entre eles, conversamos com o senhor Miguel, ex-comissário que ainda hoje presta serviço ao sistema de justiça de Jaboatão dos Guararapes, ele nos falou um pouco da sua rotina de trabalho no centro da cidade do Recife:

Era um tipo de blitz, colocavam-se seis, sete na Kombi. *Nós fazia* plantão ali na Rua da Palma, Guararapes. Quando o *menor* assaltava

⁴⁰⁰ No próximo capítulo, serão discutidas as questões concernentes às mudanças do Código de Menores ocorridas em 1979.

⁴⁰¹ AREND, Silvia Maria Fávero. *Histórias de abandono. Infância e justiça no Brasil*. (Década de 1930) Florianópolis: Mulheres, 2011.

⁴⁰² MIRANDA, Humberto. *Meninos, moleques, Menores: faces da infância no Recife (1927-1937)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional – UFRPE. Recife, 2008.

uma senhora a gente já estava abordando o menor, entendeu? Porque a Kombi ficava assim de frente, *ficava* quatro agente lá, *ficava* quatro em outro canto, seis em outro canto, assim diz a história. Quando ele assaltava, a gente *já tava* pegando ele. “Porque assaltou a senhora?”, Não, *mim* solte, não sei o que...”, “Você tá detido”. Colocava na Kombi, levava até o comissário-chefe na Fernandes Vieira, era Ribeiro nessa época — que já faleceu —, era quem tomava as devidas providências da criança e do adolescente, a gente só fazia só deter na cidade e trazer pra ele.⁴⁰³

A partir da fala de senhor Miguel, podemos dimensionar como eram exercidas as práticas cotidianas dos comissários de menores. O diálogo nos possibilitou construir a imagem da relação estabelecida entre o comissário e a criança, relação essa marcada por práticas de coerção. Esse trecho da entrevista nos faz vislumbrar as demarcações dos espaços de atuação desses agentes, que tinham o centro comercial do Recife como cenário para as práticas de controle social.

Contudo, é importante lembrar que a atuação dos comissários não se restringia ao espaço comercial da cidade, eles também atuavam nos bairros periféricos da cidade, fiscalizando o cotidiano das crianças e dos adolescentes pobres e de suas famílias. De acordo com Arend, esse conjunto de práticas de vigilância e coerção fez criar na população pobre a ideia de que esses representantes do Poder Judiciário estavam atrelados ao controle social, “em nível individual e coletivo”.⁴⁰⁴

Foi um desses “homens de coletes” que conduziu Betânia para um espaço de detenção. Nossa menina também estava entre aquelas crianças abordadas pela “Operação Papai Noel”. Da delegacia localizada no centro do Recife, esses meninos e essas meninas eram encaminhados/as para uma das unidades de internação da Febem.

Para Betânia, as pessoas as identificavam como *meninos de rua*, *trombadinha*, *cheira-cola*, expressões que contribuíram para estigmatizar essas crianças e adolescentes, ou seja, construir categorias que identificassem esses garotos e essas garotas como indivíduos nocivos. De acordo com seu depoimento, ela informa:

A falta de afeto, de orientação, de cuidados mesmo. Eu acho que é a falta do olhar da sociedade, porque eu lembro que naquela época eu era uma criança que tinha uma dor, uma revolta sabe, tão grande, e eu

⁴⁰³ Entrevista com Miguel Cipriano de Oliveira. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

⁴⁰⁴ AREND, Silvia Maria Fávero. *Histórias de abandono. Infância e justiça no Brasil. (Década de 1930)* Florianópolis: Mulheres, 2011.

olhava para as pessoas com tanta raiva assim, todo mundo para mim era um inimigo e as pessoas por sua vez me viam na verdade... Eu acho que a sociedade era... É o espelho, o reflexo...⁴⁰⁵

Uma vez identificada como “menina de rua”, recaía sobre Betânia a pecha perigosa e ameaçadora da ordem estabelecida. De acordo com Erving Goffman, o estigma pode ser entendido como referência a uma “linguagem de relações” que faz construir uma marca ou impressão, um estereótipo que a reconhecia como um ser desacreditado pela sociedade.⁴⁰⁶

No seu discurso, Betânia nos traz o sentimento da dor e da revolta, provocado pelas situações de violência que aquele cotidiano lhes proporcionava, apresentando-se como resposta da forma violenta com que grupos sociais observavam as crianças e os adolescentes que se encontravam em situação de rua. Betânia se refere ao “olhar da sociedade”, que correspondia às imagens e representações construídas por grupos sociais acerca desses meninos e dessas meninas.

Percebo que essa imagem negativa construída sobre as meninas e os meninos tem uma historicidade que precisa ser discutida. Nesse sentido, ao procurar entender esse discurso da “dor e da revolta”, proponho a abertura de uma janela, para que seja construída uma análise mais sistematizada sobre a questão da criança e do adolescente em situação de rua e como foi construída historicamente a expressão *menino/a de rua*. Dessa forma, é necessário se voltar para os discursos dos “operadores da Justiça” e políticas públicas construídas no período da Ditadura Civil-Militar na procura de entender que sociedade é essa que Betânia retratou na sua fala.

Olhares sobre as meninas: o cotidiano controlado

Acompanhando o repórter a todas as dependências, inclusive à cozinha, o juiz provou não existir a propalada promiscuidade que se diz haver no Juizado. “Os meninos [disse], não têm o menor contato com as garotas, a não ser na hora da missa, embora a medida não seja aplicada com tanto rigor para as consideradas “perdidas”, isto é,

⁴⁰⁵ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

⁴⁰⁶ GOFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

aquelas apanhadas nas zonas de meretrício. Com estas não se pode ter o mesmo cuidado dispensado àquelas encontradas ao abandono, por mães desalmadas ou pais violentos, mas, que, à primeira vista, se reconhecem serem humildes e boas, são mais vítimas da maldade humana do que das pervertidas com reais possibilidades de recuperação”.⁴⁰⁷

Na década de 1960, uma série de notícias foi publicada com o objetivo de denunciar que, mesmo separados em pavilhões diferentes, meninos e meninas se relacionavam sexualmente, provocando uma reação do Juizado de Menores. O discurso do Juiz Nelson Ribeiro permite analisar como as relações de gênero eram construídas no âmbito do Juizado.

Ao procurar combater as denúncias, o Juiz buscou construir a imagem de uma unidade rigorosa no aspecto da divisão entre os meninos e as meninas, constituindo a ideia de uma instituição que possuía regras no que se refere ao contato entre os internos e as internas. Esse discurso trazia o elemento religioso — a missa —, que justificava a boa convivência entre os garotos e as garotas.

O olhar sobre as questões cotidianas representava a fala institucional do Juizado de Menores e traduzia como foi elaborada a distinção entre os meninos e as meninas que eram atendidos pelo órgão e que eram encaminhados para Febem. Ressalto que o seu discurso foi permeado pela lógica machista e determinista, uma vez que defendia a ideia de que meninas abandonadas deveriam ser atendidas como vítimas dos abusos de suas famílias, e a garotas que vinham das ruas como “perdidas”.

Não podemos deixar de registrar que a expressão *meninas perdidas* era bastante utilizada por populares e apropriada pelo sistema de justiça. A historiadora Martha Abreu, ao discutir os processos de crime de meninas no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, afirma-nos que a expressão era atribuída aos casos que envolviam crimes sexuais ou até questões relacionadas aos costumes tradicionais, como sexo antes do casamento. As meninas que vivenciavam tais experiências eram identificadas como *perdidas*.⁴⁰⁸

Ao estudar a relação do Juizado de Menores a partir da perspectiva das relações de gênero, a historiadora Eleonora Zicari Costa de Brito nos afirma que o olhar da

⁴⁰⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Recuperar menores é lema do Juizado*. Recife, 20 de janeiro de 1967.

⁴⁰⁸ ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Justiça sobre os casos que envolviam as chamadas *meninas transgressoras* eram permeados pela ótica machista e sexista. Ao analisar vários processos de meninas na cidade de Brasília, a historiadora percebeu que muitas decisões dos juízes foram produzidas a partir do preconceito e da discriminação. Segundo Brito:

O olhar lançado pela Justiça a crianças e jovens transgressores encontrava-se mediado, entre outras coisas, por representações de gênero que informavam padrões de comportamento dados normais/naturais para meninos e meninas. Nessa mesma operação, criavam-se os desvios, até mesmo os peculiares ao universo feminino. Em outras palavras, a abordagem da Justiça de Menores criava a transgressão na medida em que defendia a normalidade generalizada.⁴⁰⁹

A fala do juiz Nelson Ribeiro buscava construir essa normalidade, uma vez que procurava estabelecer as classificações entre as meninas abandonadas e as que viviam em situação de rua. A sua fala estabelece uma distinção entre as meninas atendidas pela Febem. Para o juiz, a depender de onde essas meninas vinham, elas deveriam receber um atendimento diferenciado.

“Encontrei a cidade cheia de menores abandonados, pequenos delinquentes, ameaçando os comerciantes, ambulantes, de despertar o seu negócio se não lhes dessem o que desejavam ou assaltando as pessoas”, acentuou o juiz Nelson Ribeiro, no horário das compras, no comércio. Isso sem falar nos morcegores dos elétricos da CTU, acentuou o titular do Juizado, afirmando que as famílias já estão mais ou menos livres dessa chamada *chaga social*, com a redobrada vigilância dos comissários de menores e investigadores de menores, sendo que os que são agarrados dificilmente voltam a delinquir depois do tratamento que recebem no reformatório sob o trinômio alimentação, disciplina e trabalho.⁴¹⁰

Já nesse momento, o juiz passa a produzir diferentes classificações para identificar a atuação das crianças e dos adolescentes no Recife. Para o Nelson Ferreira, os problemas relacionados aos chamados *menores* representava uma “chaga social”, produzindo uma imagem negativa sobre esses meninos e essas meninas que representavam uma ameaça ao cotidiano da cidade.

Não podemos deixar de lembrar que, desde a criação do Código de Menores — que marca a judicialização da assistência à criança e ao adolescente no Brasil — o

⁴⁰⁹ BRITO, Eleonora. *Justiça e Gênero: uma história da Justiça de Menores em Brasília (1960-1990)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. P. 16.

⁴¹⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Recuperar menores é lema do Juizado*. Recife, 20 de janeiro de 1967.

Juizado de Menores, do ponto de vista hierárquico, representava a instituição responsável pelos destinos das crianças e dos adolescentes. Ao juiz, cabia a função de decidir sobre a vida desses meninos e dessas meninas. Conforme os estudos de Eleonora Brito, era nos Juizados que deveriam responder “às questões colocadas pelos desvios atribuídos aos menores”.⁴¹¹

Ao identificá-los como *pequenos delinquentes e morcegedores*, o juiz passou a classificar os garotos, reforçando a ideia negativa sobre esses meninos e essas meninas. De acordo com os estudos da historiadora Isabel Frontana, ao construir essas classificações sobre os meninos e as meninas, setores de nossa sociedade passaram a produzir uma identidade negativa sobre esses agentes sociais. Para Frontana:

Essa identidade negativa forjada nos diversos espaços de vivência e sociabilidade contribuiu para que o chamado *menor* se constituísse numa categoria social bem particular, cujo papel social era definido no interior das relações e interações como os agentes sociais determinados, que compunham a trama determinada da existência. A imposição do estigma de sujeito de comportamento anti-social e a previsibilidade coletiva de seu tipo de conduta traduzir-se-iam em práticas concretas de classificação, controle, coerção e exclusão social desse indivíduo.⁴¹²

Nesse caso, podemos entender como espaço de vivência o Juizado, que, em parceria com a Febem, era responsável pelo atendimento e esses meninos e essas meninas. De acordo com a fala do juiz Nelson Ribeiro, as crianças e os adolescentes deveriam receber do reformatório “alimento, disciplina e trabalho”, elementos responsáveis pela ressocialização. Contudo, ao compararmos a fala do juiz de menores com o depoimento de Betânia, percebemos que o cotidiano da Fernandes Vieira não era marcado por esse trinômio.

O *Jornal do Commercio* publicou uma matéria que sinalizava o aumento da criminalidade juvenil, denunciando as ações praticadas por garotos e garotas no Recife.

As estatísticas criminais devem ser lidas com muito cuidado, pois os números aparentemente neutros podem ser interpretados e comentados de diversas maneiras. Mas o fato irrefutável do perigoso aumento da criminalidade juvenil não deixa de alarmar. Isso se refere não só à faixa de idade de 14 a 18 anos, mas também a crianças. Trata-se de delitos contra a propriedade. O seu número crescente indica entre os

⁴¹¹ Idem. P. 123.

⁴¹² FRONTANA, Isabel da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. P. 162.

adolescentes uma consciência perturbadora ou simplesmente inexistente, sobre o que seja justo ou injusto. Não se pode ignorar o problema com a afirmação de que se tratam de furtos de pouca gravidade, em lojas, automáticos, automóveis — tentações a que hoje estão sujeitos todos de caráter instável. O aumento no número de delitos demonstra que não se trata de um “limite inferior” permanente e inevitável: a onda de crimes não se reduz; ao contrário, tem efeito de contágio. A estatística só pode causar preocupação quanto a outras dimensões da criminalidade juvenil.⁴¹³

O texto procurou criminalizar as ações das crianças e dos adolescentes praticadas nas ruas da cidade. A partir de um tom denunciador, a matéria trazia o problema de crianças e adolescentes envolvidos em infrações contra a propriedade, apontando muitos dos furtos praticados no comércio do Recife. Em outra reportagem, intitulada: *Menores praticam do assalto ao aliciamento para a prostituição*, o *Jornal do Commercio* publicou uma extensa matéria sobre as tensões do cotidiano dos meninos e das meninas nas ruas do Recife. A matéria foi assinada pelo jornalista José do Patrocínio, que denunciava as práticas infratoras das crianças e dos adolescentes que ocupavam as vias públicas devido a diferentes motivos. De acordo com a notícia:

Enxameiam as ruas do Recife — do centro, subúrbios e bairros os mais distantes — os chamados *menores abandonados*, sem pais, parentes, aderentes ou responsáveis, diretos ou indiretos. Vivem a cometer toda sorte de delinquência — do assalto ao aliciamento de companheiros da mesma idade — a partir dos 10/11 anos, da prostituição ao homossexualismo, da cola à maconha, à droga fabricada com medicamentos adquiridos, pouca gente sabe como, nas farmácias ou clandestinamente, e que misturam para “dopagens”, depois do que ficam bêbados e prontos para toda sorte de serviços. Ninguém sabe quantos deles abarrotam nossas ruas, roubam, furtam, tomam carteiras de pessoas de todas as idades, à porta ou às bilheterias das instituições de previdência, velhos indefesos e pobres viúvas, do lado de fora dos balcões de casas comerciais, nos bares e restaurantes, às escancaras.⁴¹⁴

A notícia do *Jornal do Commercio* nos permite analisar como a imprensa da época construiu as imagens e representações sobre os meninos e as meninas que viviam em situação de rua no Recife, informando-nos que o problema do abandono e dos atos

⁴¹³ JORNAL DO COMMERCIO. Delinquência juvenil preocupa autoridades. Recife, 17/07/1979 – p. 16.

⁴¹⁴ OLIVEIRA, José do Patrocínio. *Menores praticam do assalto ao aliciamento para a prostituição*. *Jornal do Commercio*. Recife: 09/09/79. P.18.

infracionais acontecia no centro comercial e nos seus bairros periféricos. Sobre os meninos e as meninas recaia o peso da culpa por cometerem atos delituosos, e a sociedade foi descrita como vítima desses meninos e dessas meninas que efetuavam as mais diferentes práticas consideradas delituosas e ameaçadoras à ordem estabelecida.

A matéria fazia alusão ao Sistema de Segurança, trazendo informações sobre a dificuldade de as delegacias atenderem os casos desses meninos e dessas meninas. De acordo com José do Patrocínio:

O delegado Cícero Albuquerque diz tudo com constrangimentos e reconhece que o problema do “menor abandonado” do Recife se agrava hora a hora, e suas estatísticas de crimes cometidos pela pivetada estarrece qualquer mortal. Há prostitutas no cento do Recife, de onze em diante. E aliciadores de ambos os sexos. Nem se precisa recorrer a uma assistente social para constatar a situação. Eles dormem pelas calçadas, sob as marquises. Perambulam pelas ruas, forma quadrilhas perigosas, sob a chefia dos mais ousados. Andam armados, de gilete, de faca, de pedras e sabem usá-las, certos da impunidade porque “sou de menor, mal aparece um policial. O povo, assaltado, ferido, sob ameaça deles, não tem para quem recorrer. A alternativa é pernas-para-que-te-queiro.”⁴¹⁵

De forma irônica, o jornalista narra as tensões vivenciadas por setores da sociedade, percebendo a questão dos meninos e das meninas em situação de rua como um problema de polícia. Nesse trecho da reportagem, observamos quais as ações praticadas pelas crianças e adolescentes consideradas delituosas e como o aparato policial reagia ao aumento da violência envolvendo diretamente o público infanto-juvenil. A partir dessa leitura, identificamos que os problemas atingiam meninos e meninas, de diferentes idades.

A matéria procura reproduzir a ideia da insegurança e do perigo enfrentados pelo “povo”, mas o que pensavam as crianças e os adolescentes que eram vistos como um perigo social? O *Jornal do Commercio* ainda trazia informações sobre onde as crianças se concentravam e uma crítica ao sistema Febem. Vejamos:

Dia a dia aumentam os números e surgem aos magotes na Avenida Guararapes, na Rua Nova, Primeiro de Março, Duque de Caxias, como formigueiros, atrevidos e agressivos, do mais pequeno ao gangaza, já atingindo a maioria [...]. Para cuidar deles, recenciá-lo,

⁴¹⁵ Idem.

recuperá-los (que pilhéria!), o Recife dispõe desse Juizado-Febem, já do conhecimento de todos em seu meandro, pela água podre vazada de lá há alguns dias, no repartir-do-bolo. No fim, o silêncio, e a meninada desenfreada na rua, a cometer os mais sérios atentados à bolsa do povo. Pode surpreender a quem quiser, mas aquele juizado com seus aposentos não recupera ninguém. A prova está aí para exame de todos os preocupados diante da gravidade desse problema social de alta envergadura.⁴¹⁶

Nesse trecho da reportagem, foram registrados os locais do Recife onde as crianças se faziam presentes de forma mais intensa. Nele, também encontramos as imagens construídas pelo jornalista sobre os garotos e garotas, estas que se revestem de um caráter pejorativo, onde são identificados atrevidos e agressivos. Para além dessa mensagem, observamos a forte crítica ao sistema Febem e ao Juizado, quando a própria ideia de ressocialização defendida por essas instituições foi questionada e considerada uma “pilhéria”, ou seja, uma piada.

José do Patrocínio ainda registra que a Febem poderia ser considerada um “trote de mau gosto no povo!”. A partir desse trecho, podemos analisar como foi construída a relação da Febem com o problema dos garotos e das garotas que viviam em situação de rua.

Esse discurso de descrédito da Febem marca o início de uma campanha que questionava as ações assistenciais promovidas pela instituição. Nesse período, a instituição já não mais representava o modelo ideal de atendimento aos meninos e às meninas que viviam em situação de abandono, desvalia ou que eram considerados em situação de conflito com a lei. Nesse período, a imprensa contribuiu de forma efetiva com as denúncias de maus-tratos e outras formas de irregularidades praticadas por seus funcionários.

Não podemos deixar de analisar o discurso que relaciona a Febem ao Juizado, que representava a instância jurídica da assistência à infância. Esse atrelamento se deve à efetiva articulação entre essas instituições, que trabalhavam em parceria no atendimento aos diferentes casos envolvendo crianças e adolescentes. No Recife, o Juizado funcionava na Rua Fernandes Vieira (onde ainda hoje se encontra), localizada no centro da cidade. Nos anos de funcionamento da Febem (1966-1990), existia um local anexo, destinado ao recolhimento de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Eram pavilhões compostos por celas que aprisionavam meninos e meninas.

⁴¹⁶ Idem.

A matéria ainda trazia a imagem de meninos dormindo nas ruas do Recife:



Figura 30: *Jornal do Commercio*. Recife, 09 de setembro de 1979. Foto: Antônio Tenório.

O flagra das crianças dormindo na calçada, em grupo, enfileirados, alguns descobertos e outros envolvidos entre “lençóis”, faz-nos perceber como era insegura e insalubre a noite dessas crianças e desses adolescentes. Ao discutir a relação entre as crianças que viviam em situação de rua e a dinâmica das metrópoles, a historiadora Isabel Frontana nos fala sobre o perfil dos meninos e das meninas. Para Frontana:

Via de regra, o estado geral dessas crianças era deplorável: vestimentas esfarrapada, pés descalços, feições de aspecto doentio e frágil, passando fome e todo tipo de privação. Vários eram os motivos que impeliam esses pequenos seres a se embrenhar pelas ruas da cidade, improvisando, da mesma maneira que os adultos, formas de ganhar a vida no dia a dia. Muitos possuíam lares, mas necessitavam ganhar algum dinheiro para complementar a renda familiar; outros encontrava-se em completo abandono, morando cada dia um lugar: sob uma ponte ou marquise, ao relento nas calçadas públicas.⁴¹⁷

Desse modo, a prática de dormir representava um desafio para os meninos e meninas, que buscavam, taticamente, enfrentá-lo de diferentes formas. O local de

⁴¹⁷ FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

dormida era escolhido a partir das mais variadas razões e circunstâncias, dependendo do grupo em que eles estavam inseridos ou da possibilidade da segurança.

A historiografia nacional sinaliza que o problema dos meninos e das meninas em situação de rua no Brasil não foi contemporâneo aos anos de 1980, uma vez que, na segunda metade do século XIX, já tínhamos registros de garotos e garotas que vivenciavam as mais diferentes experiências no mundo das ruas. Ao analisar a questão dos moradores de rua e dos cortiços no Rio de Janeiro no período do Império, o historiador Sidney Chalhoub, em sua obra *Cidade Febril*, leva-nos a perceber que já existia uma forma de categorizar as crianças e adolescentes que viviam ou trabalhavam nos espaços públicos. De acordo com Chalhoub:

A expressão *classes perigosas* parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter, por exemplo, em estudo da década de 1840 sobre a criminalidade e “infância culpada” — termo do século XIX para os nossos “meninos de rua” —, utiliza a expressão claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil.⁴¹⁸

A partir dos estudos de Chalhoub, percebemos que, desde os oitocentos, o problema dos meninos e das meninas em situação de rua já era visto como caso de polícia e que sobre eles recaía a pecha do perigo. De acordo com sua pesquisa, os documentos da época registram que a expressão *classes perigosas* era utilizada de forma bastante restrita, servindo para identificar aqueles que procuravam estratégias de sobrevivência consideradas “às margens da lei”.

Foi nesse cenário que surgiram, nas primeiras ações do poder público no combate à chamada *vadiagem* praticada pelas crianças e pelos adolescentes, quando o aparato policial passou a controlar de forma mais efetiva o cotidiano dos meninos e das meninas.⁴¹⁹ Contudo, as estratégias de controle e defesa não partiam apenas do poder

⁴¹⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 20.

⁴¹⁹ Na obra *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, o historiador Walter Fraga Filho retrata o cotidiano da escravidão na cidade de Salvador, que era marcado pela presença de crianças e adolescentes nas vias públicas. De acordo com Fraga, esses meninos e meninas eram vistos com “desprezo e hostilidade” por setores da sociedade baiana na época. Por meio dos relatos dos cronistas, da imprensa da época e de outros documentos que descortinam o cotidiano dos meninos e meninas que viviam em situação de rua em Salvador, Walter Fraga nos faz analisar os diferentes motivos que levavam os garotos e as garotas a vivenciarem a experiência de morar, de trabalhar, de furtar ou até de se divertir no espaço público. Esses passaram a ser chamados de *moleques*, de *vadios*, aqueles que representavam o perigo que deveria ser combatido pela força policial. In: FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec/Salvador: Editora da UFBA, 1996.

público, como nos fala Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, a própria família patriarcal urbana passou a criar mecanismos de defesa, utilizando-se dos cães ferozes, da construção dos muros e portões altos, com o objetivo de proteger das “classes perigosas”, dos chamados *moleques*.⁴²⁰

No século XX, as medidas de controle e coerção contra as crianças e os adolescentes que viviam em situação de rua procuravam conter o crescimento da criminalidade nas grandes cidades. A própria ideia da República, baseada nos princípios da “ordem” e do “progresso”, trazia consigo a proposta de fortalecer as instituições de segurança no sentido de garantir o controle social. Ao se debruçar sobre a questão da criminalidade infanto-juvenil no início do Brasil Republicano, o historiador Marco Antônio Cabral dos Santos nos fala que o controle do Estado, através do *Código Penal*, que estabelecia punição às práticas de “vadiagem”, procurou estabelecer normas disciplinadoras e punitivas contra os meninos e as meninas considerados “vadios”. De acordo com Santos:

A recém-inaugurada República tecia e estruturava os símbolos de um novo país sob a pecha da “ordem” e do “progresso”, impulsionada pelo nacionalismo, que, desde a década de 1880, ecoava em prol da industrialização. Ao mesmo tempo, a aura da República moldava a forte dicotomia entre os mundos do trabalho e da vadiagem, protagonizados respectivamente, pelo imigrante e pelo nacional, principalmente aquele advindo da escravidão. A eugenia era a ideia corrente entre teóricos e autoridades, e a “profilaxia social” era praticada cotidianamente.⁴²¹

Nesse sentido, as práticas de roubos, furtos, mendicância, prostituição passaram a estar na mira da polícia, que buscava combater tais ações a partir da lógica punitiva, onde o encarceramento era visto como alternativa de retirar a presença de meninos e meninas das vias públicas, na tentativa de “higienizar”, de “limpar” o cenário urbano. A questão da criminalidade infanto-juvenil não era percebida como problema de ordem social, e sim como um caso que deveria ser resolvido pelo aparato policial.

Um evento ocorrido em São Paulo, na década de 1980, chamado *Operação Camanducaia*, pode ser utilizado como exemplo de prática coercitiva em relação aos meninos e às meninas em situação de rua, mostrando-nos que tal prática também era

⁴²⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

⁴²¹ SANTOS, Marco Antônio. *Criança e criminalidade no início do século*. In: DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil.

utilizada em outras metrópoles. A Operação consistiu no recolhimento das crianças e dos adolescentes que estavam transitando nas ruas da capital paulista, sendo aleatoriamente recolhidas em um ônibus e levadas para uma cidade mineira chamada Camanducaia, distante uns 135 km. Durante a viagem, elas foram despidas e surradas pelos policiais, uma vez que tentaram resistir aos maus-tratos. Ao chegarem à cidade, os meninos foram jogados em um penhasco e largados à própria sorte. Há memórias de moradores que registram as lembranças de serem surpreendidos pelas crianças correndo, nuas, pedindo socorro.⁴²²

A historiadora Isabel Frontana nos afirma que tal acontecimento fez parte do conjunto de iniciativas de “limpar” as ruas da cidade da capital paulista, elaborada pela força policial. De acordo com Frontana:

O episódio da Operação Camanducaia é um exemplo típico e emblemático de como a polícia agia no “combate à criminalidade”. A arbitrariedade e a violência praticadas contra aquele grupo de garotos eram justificáveis na medida em que o “problema do *menor* abandonado” era encarado como uma questão de cunho eminentemente de segurança nacional. Dessa forma, foram utilizados os métodos não convencionais da polícia no “combate ao crime comum”.⁴²³

Frontana ainda ressalta que parte dos garotos envolvidos no caso Camanducaia não eram meninos que viviam nas ruas, não possuíam antecedentes criminais. Essas crianças foram detidas por estarem transitando nas ruas da cidade. A Operação Camanducaia é estudada pela historiografia como um episódio marcado pela violência e arbitrariedade, mas também como um dos acontecimentos que despertou em alguns grupos da sociedade brasileira o interesse de se questionar como a questão da infância abandonada era vista pelo Estado.⁴²⁴

Não é possível estudar o controle sobre o cotidiano dos meninos e das meninas sem analisar o cenário político da época, tendo em vista que as ações repressivas faziam parte da *Doutrina da Segurança Nacional*, elaborada durante a Ditadura Civil-Militar. A *Doutrina da Segurança Nacional* foi idealizada pela Escola Superior de Guerra e

⁴²² FRONTANA, Isabel. *Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

⁴²³ Idem. p. 174.

⁴²⁴ De acordo com Frontana, os magistrados, os políticos, os jornalistas, as autoridades ligadas às instituições que trabalhavam com a assistência às crianças e aos adolescentes, foram chamadas para debaterem a chamada *Operação Camanducaia*, levando-os a pensar outros mecanismos de atendimento aos meninos e às meninas que viviam no mundo da pobreza, do abandono ou da criminalidade. Idem.

representava um instrumento importante para imposição de um sistema de controle e dominação governamental em busca do fortalecimento do Estado, atrelando às estratégias de desenvolvimento político e econômico do País à questão da segurança. Na busca desse fortalecimento, o Estado autoritário passou a construir campanhas contra os “inimigos externos” e “inimigos internos”, criando na sociedade “um clima de suspeita, medo e divisão que permitiu ao regime levar a cabo campanhas repressivas”, envolvendo, inclusive, o cotidiano das pessoas comuns.⁴²⁵

Para Luiz Cavalieri Basílio, as ações de repressão e vigilância do Estado em relação aos “menores” estavam relacionadas à *Doutrina*, haja vista que a partir dessa doutrina a “conduta antissocial” deveria ser controlada ou reduzida. À luz do materialismo althusseriano, Basílio afirma que a Funabem era o aparelho de estado “repressivo”, que buscava atuar no cotidiano da sociedade:

O problema do atendimento a menores marginalizados se insere no âmbito das discussões do relacionamento Estado x Sociedade. É o primeiro que, através de seus aparelhos de Estado, quer ideológicos, quer de repressão, intervém sobre o setor mais desfavorecido da sociedade.⁴²⁶

Desse modo, o controle sobre o cotidiano dos meninos e das meninas em situação de rua dialogava com projeto da Funabem, que buscava elaborar ações no combate à “delinquência infanto-juvenil” extramuros, sendo articulado entre a polícia e o Judiciário. A partir da investigação, consideramos que a prática de repressão aos garotos e às garotas em situação de rua não era uma ação localizada, ou seja, acontecia nas grandes metrópoles brasileiras.

A questão da infância deixa de ser pautada a partir do viés da Segurança Nacional e passa a ser entendida como uma violação de direitos. Dessa forma, é possível afirmar que, para se entender o discurso sobre os meninos e as meninas que viviam em situação de rua, faz-se necessário realizar diálogos entre as questões políticas, sociais e econômicas. A imagem do “trombadinha”, do “pivete” e do “menor de rua” foi historicamente construída por setores da sociedade que entendiam essas crianças e esses adolescentes como lesivos e ameaçadores, exigindo dos poderes

⁴²⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2005; FRONTANA, Isabel. *Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

⁴²⁶ BASÍLIO, Luiz Cavalieri. *O menor e a ideologia de segurança nacional*. Belo Horizonte: Veja Novo Espaço, 1985.

públicos uma ação de controle sobre o cotidiano desses meninos e dessas meninas e suas famílias.

Das ruas, esses meninos e essas meninas eram levados, pelos policiais ou comissários de menores, para as delegacias ou Juizados de Menores e de lá encaminhados para as unidades de internação da Febem. E na Febem? Como os meninos e as meninas eram atendidos? Como as meninas eram recebidas pelos monitores e pela equipe técnica? Essas perguntas serão respondidas a partir da trajetória de Betânia.

Das ruas à Febem: memórias da cafua

Assim, se você me perguntar “Betânia, quantas vezes você entrou na Febem?” eu não saberia lhe dizer quantas vezes; foram tantas e tantas e tantas, que a gente termina... Não é significativo. Significativo pra mim foi a primeira vez que eu entrei na Febem [...]. E a primeira vez que eu entrei na Febem foi o caos, sabe? Porque não era só uma. Sabe? Ou uma ou duas que eu encontrava sabe?, eram muitas reunidas num único lugar... E a fisionomia não era de pessoas. É como bicho mesmo. Eu lembro que tinha grades, eram grades imensas... Assim, e quando eu estava chegando, já vinha eu e mais umas três da delegacia, elas se penduraram na grade. Nossa Senhora! Era uma cena assim “carne nova, carne nova”, eu acho... Eu só não morri, não tive um ataque cardíaco, porque eu não tenho problema no coração.⁴²⁷

A primeira entrada na Febem de Betânia foi narrada como um momento que marcara a sua trajetória de vida. As lembranças daquele encontro inaugural remetem às cenas de terror. As memórias daquele momento descortinaram a fragilidade, confessou que naquele instante teve medo. Betânia construiu um cenário amedrontador, composto por celas e “grades imensas”. Era o lugar das meninas, um pavilhão exclusivo onde, em tese, elas deveriam ficar separadas dos meninos.

Essa primeira vez aconteceu depois de alguns meses que passara a viver nas ruas do Recife. Ela possuía um pouco mais de 10 anos. Ainda criança, passou a conviver na unidade de internação voltada para as meninas e os meninos que praticaram, de acordo com o Estatuto da Funabem, atos delituosos ou desvio de conduta.

⁴²⁷ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

Em seu relato, Betânia rememora o atendimento oferecido pela Febem, considerando-o repressivo, ressaltando que o comportamento das meninas condicionava a forma de assistência, que as consideradas indisciplinadas recebiam o castigo de ficar separadas, às vezes por dias, em um pequeno quarto, escuro e sem ventilação, chamado cafua. Ela relembra:

A cafua era um quartinho, sim eu acho que num sei, um metro ou dois metros, assim... um lugar muito pequeno que, assim, eu acho que era uma estratégia que os monitores tinham. Sim, aí com a porta de ferro, né? Na parte superior da porta, tinha uma aberturazinha para comunicação, e aí sempre que alguém, enfim, não queria obedecer a alguma regra imposta ou numa situação de desentendimento entre uma criança e um adolescente e um monitor, aí era justamente levado para esse quartinho. Aí, ou ficava só ou poderia ter outros quantos tivesse participando da situação de conflito. E aí, enfim, eu já fui pra cafua diversas vezes, e tanto fazia entrar de manhã como sair à noite ou ficar semanas. E sem banho, e a comida na hora que as pessoas achassem que era conveniente; a água, a mesma coisas. As necessidades fisiológicas todas tinham que ser feitas ali. Tinha um banheiro que era aquelas privadas no chão, mas não tinha privada. E assim uns colchões no chão, e, em algumas situações, já teve o caso de adolescentes incendiarem o colchão e saírem de lá e irem direto para hospitais.⁴²⁸

De acordo com o seu relato, muitas das que estavam presentes naquele primeiro dia de Febem, Betânia conhecia de outras experiências vivenciadas nas ruas, que muitas vezes se desdobraram nas delegacias do Recife. Ela ainda nos fala que naquele momento se perguntava:

Eu digo “Meus Deus do céu, onde eu vou ficar?”, e as meninas batendo, batendo as cabeças das outras assim na grade sabe, e babavam... Nossa! Era uma coisa assim, desumana, sabe? Desumana. E, bom, a primeira vez e depois... Aí nessa primeira vez eu acho que fiquei uns 6 meses, porque eu realmente estava realmente me apropriando do espaço. Depois tinha a questão da comida, assim, naquelas horas certas. Eu também estava doente, e lá tinha, assim, o atendimento lá de saúde.⁴²⁹

Nesse relato, ela descreve com riqueza de detalhes a cafua como lugar da punição, dos maus-tratos e das reações, das formas de sobrevivência das crianças ao

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

vivenciarem as mais diferentes violências. Betânia buscou construir a memória de como as relações entre as internas e os monitores foram construídas. Narrar a Febem foi relembrar da cela escura, dos maus-tratos praticados pelos monitores.

Não há registros institucionais sobre a cafua. Nesse relato, esse espaço foi descrito com riqueza de detalhes, tornando o depoimento uma importante fonte documental para escrita da internação das crianças na Febem. Concordo com a Lucília de Almeida Delgado, as fontes orais são registros de “espaços, tempos, experiências, imagens, representações”, abordando “múltiplos fios e incontáveis cores que expressam a trama da existência”.⁴³⁰

Os fios que tecem o depoimento da Betânia formam a trama da Febem Prisão. Contudo, ela procura construir as imagens de como as crianças reagiam quando eram encaminhadas para cafua. A queima de colchão representa uma reação daquela menina frente à violência praticada na unidade de internação, uma reação que também representa forma de resistência das crianças construída no cotidiano prisional.

Betânia afirma que, no plano das estratégias de sobrevivência, a depender da situação, a permanência na unidade prisional era taticamente importante naquele momento, haja vista que seu estado de saúde exigia atenção e na instituição existia assistência médica. Ela construiu uma autoimagem de uma criança habilidosa, que calculava as suas ações e buscava se “apropriar” do serviço oferecido pela instituição.

Essa unidade de internação se localizava na Rua Fernandes Vieira, na Boa Vista, bairro que compõe a área comercial do centro do Recife. Ali funcionava, desde a sua criação, em 1936, o Juizado de Menores, que possuía um espaço de internação provisória, comportando dois pavilhões voltados para o recolhimento de meninos e meninas. De acordo com o Relatório de Atividades da Febem/Pernambuco, esse espaço foi criado a partir das recomendações da Funabem e possuía o seguinte objetivo:

O CAP destina-se a acolher, provisoriamente, menores abandonados e com problemas de conduta, objetivando a formulação de um diagnóstico social e o encaminhamento adequado. Funciona em instituições anexas ao Juizado de Menores, mediante convênio firmado com esse juízo. O Centro de Atendimento tem capacidade para duzentos menores de ambos os sexos, na faixa etária dos 7 aos 18 anos.⁴³¹

⁴³⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte; Autêntica: 2006.

⁴³¹ BRASIL. Fundação do Bem-Estar do Menor em Pernambuco. Recife: Fundação do Bem-Estar do Menor em Pernambuco, 1979.

Esse trecho do relatório nos faz analisar a relação entre essa unidade de internação e o Poder Judiciário. O CAP era localizado em um espaço anexo ao Juizado de Menores, fazendo com que o cotidiano de meninos e meninas se tornasse ainda mais controlado por este órgão. Nesse espaço, era realizado o serviço de “triagem”, que servia como parâmetro para o encaminhamento de cada caso. Durante todo período de atuação da Febem, esse espaço foi utilizado como local de recolhimento de crianças e adolescentes. Para a instituição:

As unidades de atendimento ao *menor* autor de ato infracional penal devem optar por uma metodologia inspirada nos seguintes princípios: a unidade deve ser concebida como educacional, em sua estrutura física e na qualificação dos recursos humanos; deve buscar uma permanente coerência entre a doutrina e os métodos de atendimento; escolaridade e preparação para o trabalho são atividades permanentes nas unidades; todos os esforços devem ser envidados para envolver a família no processo educativo que está sendo desenvolvido; a medida de internação é a última opção e ainda assim seu objetivo sempre será o da integração sócio-familiar; a comunidade precisa participar do trabalho institucional, e o aluno (esta é a palavra) precisa ser gradual e seguramente integrado à comunidade.⁴³²

Para os idealizadores da Funabem, a instituição deveria oferecer um serviço voltado para ressocialização dos meninos e das meninas. Nos documentos produzidos pela instituição, as unidades destinadas ao recolhimento dos meninos e das meninas que cometeram ato infracional eram consideradas espaços da privação de liberdade para a reeducação que deveriam reintegrá-los socialmente ao convívio familiar e comunitário.

Segundo Michelle Perrot, a medida privação da liberdade representava “o ponto de sustentação do sistema prisional”, ação punitiva que “tece as malhas da rede”, que faz emergir as casas de correções e de detenções. Mas a privação da liberdade não possui o objetivo apenas de punir, ela também emerge do interesse de reeducar, “de reintegrar delinquentes à sociedade, de corrigir os costumes dos detentos, a fim de que seu retorno à liberdade não seja uma desgraça nem para sociedade nem para ele mesmo”.⁴³³

⁴³² BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Funabem: 20 anos*. Rio de Janeiro: Funabem: 1984. P. 397.

⁴³³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

Perrot nos alerta para a incoerência dessa missão, uma vez que acaba por excluir o detento. Contradição, afirma Perrot. Uma vez cumprindo a pena de privação de liberdade, além de estigmatizados, ensinam-lhes a violência e como sobreviver, de forma violenta, às agressões, às torturas e às mais diversas formas de controle construídas no cotidiano das prisões. Uma vez libertos, passam a enfrentar outras formas de exclusão no mundo da rua, do trabalho ou da própria família, conduzindo-os à reincidência.

Mas como a Febem construiu o discurso sobre o atendimento às meninas nas instituições de internamento? O Plano Nacional de Bem-Estar do Menor, que estabelece o Estatuto da Funabem e das Febems, considera os menores, independente da sua identidade de gênero, alvo do controle e da ação do Estado tutor. A distinção entre “ser menino” e “ser menina” em nenhum momento foi discutida nos documentos oficiais, o que nos leva a perceber que o atendimento deveria ser universalizado, cabendo à polícia, ao juiz e à própria Febem construir os critérios de internação.

Contudo, a Funabem não deixou de tratar com atenção a questão do sexo e da sexualidade das crianças e adolescentes internas. Essa preocupação esteve presente nos manuais de orientação da instituição. Ao procurar construir uma História da Sexualidade, Michel Foucault nos afirma que, a partir do século XVIII, o sexo “passou a ser um problema público”:

Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos institucionais ideais, prolifera em torno do colegial e do seu sexo.⁴³⁴

De acordo com Foucault, foi a partir desse período que a sociedade ocidental passou a criar formas de discurso, estratégias pedagógicas de falar sobre o sexo das crianças. Desse modo, não podemos analisar os documentos produzidos pela Funabem, distante da construção dos dispositivos de controle elaborados no campo da Economia, da Justiça e da Pedagogia desde o século XVIII. Tais dispositivos produziram formas de

⁴³⁴ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Volume 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

discursos, codificou conteúdos, qualificou locutores em torno do sexo e da sexualidade dos meninos e das meninas.

Ao tratar sobre a questão da sexualidade, o “manual” de atendimento da Funabem descreve como a instituição deveria abordar temas voltados para questão. De acordo com o documento *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*:

Aqueles que trabalham em instituições têm a responsabilidade diante de Deus de instruírem as crianças nas questões sexuais. [...] As meninas devem ser instruídas sobre a diferença dos impulsos sexuais do homem em relação à mulher. Muitas meninas se perdem porque não sabem que certas atitudes provocam o homem, é uma tentação para ele.⁴³⁵

O discurso da Funabem, permeado pelo sentimento tradicional judaico-cristão, sinaliza que as preocupações com o atendimento das meninas na Febem foi construído a partir de uma moral sacralizada, que entendia as “questões sexuais” a partir da ótica religiosa. Em “nome de Deus”, a Febem buscou defender a ideia de que a mulher era responsável pelo impulso sexual do homem, o que se desdobrava na “tentação” masculina.

No início século XX, esse discurso foi apropriado pela “ordem médica”, que ao tratar sobre a sexualidade feminina, passava a relacionar o feminino ao “instinto sexual do homem”. De acordo com a historiadora Maria Izilda Matos, ao se voltarem para a questão da sexualidade, os discursos médicos, construídos na primeira metade do século XX, buscavam estabelecer restrições acentuadas para mulher, que era vista como “receptáculo da vivência erótica e sexual masculina”.⁴³⁶

Ao analisar os relatórios institucionais, panfletos, livretos e outros documentos produzidos nos primeiros anos de atuação da Febem, observei que a diferença de atendimento aos meninos e às meninas foi marcada pela lógica do “determinismo biológico”. Esse discurso refletia o entendimento da criminologia voltada para a questão da delinquência feminina, que procurou estabelecer as justificativas dos crimes praticados por mulheres a partir das diferenças inerentes entre homens e mulheres. De

⁴³⁵ BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro, 1968. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 62.

⁴³⁶ MATOS, Maria Izilda. *Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890 – 1930)*. In: MATOS, Maria Izilda & SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

acordo com os estudos de Simone Gonçalves Assis e Patrícia Constantino, Lombroso e seus seguidores:

Buscava-se explicar o fenômeno do envolvimento da mulher com a criminalidade pela ideia do desvio sexual. Para ela, duas possibilidades opostas se apresentavam: ser mãe ou prostituta. As jovens criminosas eram representadas nesta segunda opção. Mesmo em casos de assalto ou furto, as explicações privilegiavam a repressão sexual ou a histeria feminina, e a delinquência das mulheres era patologizada.⁴³⁷

Ao entender o desvio sexual presente na recomendação da Febem, ao defender a ideia de que a mulher era culpada pelos instintos dos homens, a Febem buscava estabelecer a “diferença” entre o comportamento masculino e feminino a partir de uma lógica heteronormativa. A recomendação da Funabem também é marcada por um discurso doutrinatório, que direcionava as ações dos profissionais que prestavam o serviço de atendimento nas unidades prisionais para os cuidados das relações entre meninos e meninas nas referidas unidades.

Em outro trecho do documento *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*, encontramos a recomendação de como as unidades de internação deveriam separar os meninos e as meninas:

Podemos separar meninos e meninas, mas nunca segregá-los porque estão destinados no futuro a viverem fora da obra onde não há segregação. Nunca esquecer que as crianças nas instituições não estão obrigadas a irem para internatos ou noviciados. Negar o problema é negar a verdade. É muito mais objetivo reconhecer a natureza com suas necessidades e procurar enfrentar o problema.⁴³⁸

Nesse trecho, observamos que existia um interesse da Funabem em buscar estabelecer relações entre meninos e meninas, mesmo sob a lógica da separação. O documento chega a sinalizar a diferença entre separação e segregação. No texto, a separação não estava condicionada à ideia de que no futuro eles e elas estariam juntos, formando suas famílias. Daí a crítica ao encaminhamento dos adolescentes às instituições religiosas.

⁴³⁷ ASSIS, Simone Gonçalves & CONSTANTINO, Patrícia. *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. P. 28.

⁴³⁸ BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro, 1968. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 97.

Esse discurso traduz como foi construída a ideia da Funabem/Febem sobre o processo de divisão das unidades a partir do critério de sexo. Essa divisão estava relacionada à própria forma de controle sobre os corpos dos adolescentes e a possibilidade de esses constituírem famílias, uma vez que a atuação da instituição estava a serviço do fortalecimento desses grupos sociais, ou seja, que eles se tornassem pais e mães de família. O próprio documento *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil* defendia que a família era o núcleo mais importante da sociedade e que a Funabem deveria ser a grande incentivadora dessa ideia.

Em 1967, a Febem construiu a sua primeira unidade de internamento exclusiva para o atendimento às meninas em Pernambuco. Era o Núcleo Rodolfo Aureliano, também chamado Abrigo Feminino de Menores, considerado o primeiro espaço voltado para o atendimento às internas. Antes da construção desse espaço, as unidades mistas apenas atendiam crianças de 0 a 6 anos de idade; as meninas acima de 6 anos que viviam em condição de abandono ou pobreza eram enviadas para famílias substitutas ou eram encaminhadas para entidades não governamentais que recebiam auxílio financeiro da Funabem.

O nome do núcleo fazia uma homenagem ao Rodolfo Aureliano, que atuou no primeiro Juizado de Menores do Recife.⁴³⁹ No período de sua inauguração, *O Diário de Pernambuco* publicou várias matérias sobre a iniciativa, que representou uma parceria entre a Funabem e o Governo de Pernambuco, cujo gestor no período era Paulo Guerra. De acordo com a matéria:

Além de receberem instrução moral e educação, as jovens internas do abrigo terão aulas especiais, conforme informou o secretário do Interior e Justiça, a fim de que possam, quando atingirem a idade limite de permanência no internato, arranjar colocações. Destacam-se cursos de enfermagem, confeitaria prática de comércio, artes domésticas e inúmeras outras, cabendo à Febem, através de um departamento especializado, arranjar colocação para as moças saídas do Bom Pastor. Para esse fim, o médico Antônio Figueira, um dos diretores da Febem, já colocou à disposição daquele núcleo a Maternidade Pedro II, da qual é diretor, bem como outras unidades hospitalares, para o treinamento de futuras pretendentes aos cursos de enfermagem. [...] As quatro casas que integram o Núcleo Rodolfo Aureliano possuem todos os cômodos de uma casa comum, quarto para a freira responsável, sala de visitas, sala de jantar, dormitórios individuais, cozinha e ainda ampla área de recreação. Além do grupo

⁴³⁹ MIRANDA, Humberto. *Meninos, moleques, Menores: faces da infância no Recife (1927-1937)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional – UFRPE. Recife, 2008.

de residências, dispõe o núcleo de conjunto de salas de aula, biblioteca, salas especiais de psicologia, gabinetes médico e dentário, secretaria, administração e ampla área de recreação, além de pequeno auditório, sala de jogos, etc. O seu funcionamento será financiado pelo Governo do Estado, em convênio com a Congregação do Bom Pastor.⁴⁴⁰

O que me chamou atenção na proposta foi que a Funabem procurou romper com o modelo arquitetônico tradicional — formado por refeitórios, quartos e banheiros coletivos — e que o Núcleo seria administrado por uma congregação religiosa. A matéria expõe claramente que o Abrigo seria destinado à “instrução moral e educação”, o que nos faz observar que, no campo das relações cotidianas, a perspectiva de sua proposta se mantivera conservadora. De acordo com Irene e Irma Rizzini, as instituições de assistência às meninas foram marcadas pelo controle rígido das ordens religiosas, que as conduziam para o trabalho do lar ou para a própria congregação.⁴⁴¹

Considero que a iniciativa da criação desse abrigo dialogava com a demanda cada vez maior das meninas encaminhadas para as unidades de internação. Os dados oficiais, publicados no documento *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*, registram que, só no ano de 1968, o número de meninas internas por motivo de infração era de 17% em relação aos meninos, que representavam 83%.⁴⁴² Em Pernambuco, os números sinalizam que o índice de internação das meninas era de aproximadamente 20% em relação aos meninos.⁴⁴³

No decorrer da nossa pesquisa, observamos que o objetivo do Núcleo era acolher as meninas que vinham das entidades particulares e posteriormente da Casa de Carolina⁴⁴⁴, instituição da Febem que atendia a crianças e adolescentes de 0 a 6 anos de idade. Muitas das meninas que viviam em situação de rua e foram encaminhadas das

⁴⁴⁰ DIARIO DE PERNAMBUCO. *Abrigo feminino de menores tem quatro casas e sua inauguração será no dia 27*, Idem. Recife, 20 de janeiro de 1967.

⁴⁴¹ RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Editora da PUC/Rio, 2004.

⁴⁴² No que se refere à questão da internação por motivo de infração, o documento registra que nesse mesmo ano, a média no País foi de 44% em relação ao número de 56% de internamentos de crianças e adolescentes por motivo de abandono. BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro, 1968. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 97.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Registro a importância de se construir um trabalho específico sobre as crianças que passaram pela Casa de Carolina, uma vez que se debruçar sobre esses meninos e essas meninas e sobre a própria instituição é colocar em tela a questão da assistência à primeira infância. FERREIRA NETO, João Constantino. *Dificuldades na escolarização dos adolescentes privados de liberdade em Pernambuco*. Recife: 2011.

delegacias para o Juizado de Menores eram atendidas em uma unidade da Febem que funcionava na própria sede do Juizado, localizado na Rua Fernandes Vieira, no centro do Recife.

Ao construir as memórias do cotidiano na Fernandes Vieira, de como foram estabelecidas as práticas de atendimento e as redes de sociabilidade, Betânia nos fala:

O material de higiene que a gente recebia era um pedaço de sabonete, que a gente dividia pra três, e as roupas eram aquelas que vinham e já vinham limpas, aí ninguém tinha preocupação. As alimentações... Aí uma coisa que acontecia sempre, acho que uma vez por dia, hoje eles usam um termo que é *rebelião*. Na verdade, é porque você tem num pavilhão um grupo de mais... Eu lembro que ali sempre vivia cheio, sempre mais de cinquenta pessoas. Meninas de várias idades. Não tinha assim, lá eram a partir de 5 anos, porque *menor* não tinha, naquele pavilhão o dia todo preso e tinha uma televisão que ficava lá em cima, ninguém fazia nada. Cada um com a sua história, seu grau de agressividade, fora assim os estímulos que se tinha lá dentro. Os insultos constantes, tanto das próprias internas, quanto dos monitores.⁴⁴⁵

O depoimento acima procurou construir um discurso sobre a dinâmica do atendimento oferecido pela Febem e os seus desdobramentos no comportamento das meninas. Para Betânia, a agressividade marcava o dia a dia da instituição, quando as relações entre as internas e os monitores foram lembradas a partir dos conflitos interpessoais. Com forte caráter denunciador, o discurso ressalta a superlotação da unidade, a falta de uma programação sócio pedagógica e os maus-tratos praticados pelos monitores. Esse cenário justificava as práticas que poderiam remeter ao que chamamos de *rebelião* ou *motins* organizados pelas internas.

Ao pesquisarmos o cotidiano das instituições de internamento dos chamados *menores infratores*, observamos que a chamada *rebelião* faz parte da história do cotidiano desses internos. Pois consideramos as práticas de rebeliões, bem como os motins e protestos, como formas de resistência coletiva, que expressam e dão visibilidade ao sentimento que esses meninos e essas meninas constroem em relação à instituição. De acordo com as pesquisas realizadas por Mione Apollinario Sales, tais práticas de resistência, muitas vezes descritas como atos de rebeldia e indisciplina,

⁴⁴⁵ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

descortinam as relações de sociabilidade e subjetividade vivenciadas nas unidades de internamento. Além disso, desvelam que as unidades não possuem estrutura física e equipe profissional para lidar com o atendimento dessas crianças e desses adolescentes.

Segundo Sales, as rebeliões podem ser entendidas como “cenas de uma juventude inquieta, áspera e desesperançada”, como “expressão contra a dominação” da qual esses meninos e meninas são alvo. As rebeliões falam e procuram dizer:

Com todas as linguagens corporais e materiais que os jovens sabem dispor em seus aspectos implosivos e explosivos, que a cultura do confinamento e da repressão típicos da pedagogia punitiva que secularmente orientou os adultos (nas escolas, igrejas e instituições de assistência e reeducação) na relação com adolescentes infratores, além de anacrônica, é promotora de violência em escala cada vez maior.⁴⁴⁶

Desse modo, ao ressaltar as “rebeliões” ocorridas quase diariamente na Febem da Rua Fernandes Vieira, Betânia procura estabelecer relação com as práticas punitivas que faziam parte da cultura institucional daquela unidade de internamento e como as meninas reagiam a tais práticas de controle e coerção. Ao relembrar as agressões praticadas pelos monitores, Betânia reconstrói a seguinte imagem:

Eu lembro que tinha um monitor que, quando era o plantão dele, era, assim, o inferno. É um barbudo, inclusive há uns 10 anos atrás eu precisei ir lá, na Fernandes Vieira, pra alguma coisa, alguma documentação, e essa pessoa ainda trabalha lá; eu não sei, assim, se na mesma função, mas era um homem branco, alto, assim bem cabeludo... Nossa! Não dava pra gente diferenciar o que era. Eu acho que, vivendo tanto tempo com os animais, ele também se animalizou. O cara é... Assim, ele não tinha o menor, assim, cuidado sabe?. Esse homem era o cão sabe?, o cão.⁴⁴⁷

Como já foi discutido, o monitor possuía a atribuição de acompanhar o cotidiano dos meninos e das meninas, orientando-os para as atividades diárias. Contudo, as suas lembranças nos trazem informações de que os monitores estabeleciam uma relação conflituosa com as internas, destacando-se a atuação desse monitor, que marcou a memória de Betânia por suas práticas violentas, descritas como desumanas.

Percebo que, para analisar este problema, é necessário construir conexões com outras fontes que registram as práticas de violência contra as meninas internas na

⁴⁴⁶ SALES, Mione Apollinario. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007. P. 252.

⁴⁴⁷ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

Febem. Betânia não estava só. Esse problema acontecia em outras unidades de internação. Em sua autobiografia, intitulada *A queda para o alto*, Herzer narra o cotidiano de uma unidade de internação da Febem em São Paulo, marcado pelas experiências de opressão praticadas pelos técnicos. Ao registrar o cotidiano da Febem, ela relata:

Em uma noite, estávamos em nossos quartos quando dos mesmos pudemos ouvir alguns gritos que logo cessaram tornando a noite silenciosa completamente. Naquela noite não ficamos sabendo o que estava acontecendo, mas no dia seguinte notamos uma menor, Sandrinha. Andava pela casa engatinhando como um bebê novo e babando, sem conseguir falar nada. Mesmo que insistíssemos em perguntas, ela não conseguia pronunciar as palavras corretamente. Estava tudo explicado, aqueles gritos eram de Sandrinha, e depois foi confirmado logo que ela se recuperou da crise, seus gritos cessaram porque ela fora amordaçada com seu próprio pijama pelas inspetoras noturnas, Helena e Lurdinha.⁴⁴⁸

O relato autobiográfico construído por Hezer reforça a ideia da Febem como instituição prisional, marcada por um cotidiano de maus-tratos e tortura praticados contra as crianças e adolescentes que ali se encontravam confinadas. Ao recordar os gritos e a constatação da agressão física, a autora reforça a ideia de que os/as monitores utilizavam-se da força física para garantir um padrão de comportamento por eles estabelecidos.

Construindo uma conexão com as memórias de Betânia, ao relembrar unidade da Fernandes Vieira ela afirma que existiam monitores que procuravam estabelecer outras formas de relação com as internas. Ela lembrou a atuação de uma monitora que buscava dialogar com as crianças e adolescentes construindo “outra” maneira de lidar com os desafios cotidianos da unidade de internação. Betânia lembra:

Tinha uma pessoa que eu dizia assim: era uma pessoa íntegra. Inclusive, ela sentava assim: “Vamos conversar?”, aí vinha muito com aquela coisa de escola, pra cantar. E a gente: “Oxe, mulher! E a gente quer isso?” Mas era uma pessoa assim que... Sim, primeiro, eu observava que ela não tinha medo de estar com a gente. Nos plantões em que ela ficava só, que algumas vezes acontecia, ela tinha que fazer mil e uma coisas, então não dava conta. Ela dava, assim, tinha algumas meninas que ela já tinha estabelecido um vínculo maior, um vínculo mais sólido, então dava: “Tome a chave, vá pegar num sei o

⁴⁴⁸ HERZER. *A queda para o alto*. Petrópolis: Vozes, 1991.

quê”. Eu acho que como um símbolo do poder, sabe? Mas essa pessoa, assim, ela tinha um tratamento, para com a gente, diferenciado, sabe? Mas era, assim, uma pessoa que reclamava muito e brigava muito com os colegas, dizia que ia sair, que ia pedir transferência...⁴⁴⁹

A forma como se praticavam as ações e se estabeleciam as relações sociais com as meninas ficou guardada na sua memória, que, mesmo sem lembrar o nome da profissional, recordava das suas ações com bastante respeito e carinho. Para nossa protagonista, a monitora “fazia a diferença”, por procurar, “sem medo”, estar próxima das meninas. Mesmo desmotivada pelos problemas cotidianos, buscava ouvir as garotas naquele gesto de atenção e respeito que se desdobrou numa confiança mútua.

Betânia afirma que muitas das atividades sugeridas pela monitora eram questionadas pelas meninas. Cantar, brincar, realizar ações que remetiam à “coisa de escola”, causavam o estranhamento por parte das garotas, que, mesmo no momento de criança e adolescência, perderam o sentido da infância e da fase escolar. O símbolo do poder para Betânia não estava na agressão nem na violência, e sim na relação de confiança que a monitora estabelecia com as meninas.

A partir da fala de Betânia, constatamos que os monitores da Febem possuíam perfis de atuação diferenciada. Consideramos que esse desalinhamento dos discursos e das práticas dos monitores interferia efetivamente no cotidiano, provocando um conflito na própria construção do conceito, por parte das meninas, do que seriam as atribuições dos monitores e de como eles deveriam se relacionar com as garotas.

Betânia ainda nos fala que era servidas diariamente uma pílula para todas as meninas, afirmando que:

Todo dia a monitora vinha com um pratinho de inox com vários copinhos d’água e umas pílulas e todo mundo tinha que tomar. Aí, eu, nos primeiros dias, tomava a minha, não conhecia nada, né? Depois, eu comecei a guardar as minhas. Tinham essas duas meninas, Jacinha e Neguinha Sapatão, elas, assim, brigavam... Assim, já estavam muito mais impregnadas com esse processo do que eu [...]. Eu acho que era alguma medicação para acalmar, não sei... Enfim, eu acho que nos

⁴⁴⁹ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

hospitais psiquiátricos devem servir. Eu acho que é alguma medicação nesse contexto.⁴⁵⁰

Durante nossa investigação, não encontramos referência às pílulas distribuídas diariamente na unidade da Fernandes Vieira. Existe um silenciamento sobre essa ação da Febem, o que nos faz observar que não fazia parte dos métodos oficiais executados pela instituição. Esse trecho do depoimento nos faz perceber que, a partir das experiências vividas, ela passou a construir suas táticas de sobrevivência. Se no começo tomava aquela medicação, com o tempo ela escondia.

Ao lembrar as cenas do cotidiano, ela ressalta a exploração sexual praticada pelos próprios monitores. Betânia narra:

Uma vez que a menina estava sendo seduzida com alguma regalia a mais, era uma troca; em troca, tinha que praticar sexo com os monitores. Mas, naquela época, como tinha essa coisa de “Eu vou comer mais” ou “eu vou ficar um pouco mais fora do pavilhão”, e tinha essa troca, ela estava indo porque queria. Era meu entender na época. Então, eu não via como uma violência, ao contrário, essa menina, muitas vezes, ela era vista com diferença pelo resto do grupo porque era, assim... Uma “cabueta”. Você vai entregar, não é? Era assim, com licença: “a puta do monitor”. Hoje em dia, minha compreensão é diferente. Claro, é notório, é óbvio que era um abuso, uma exploração sexual.⁴⁵¹

A sedução. A intimidade. A troca do sexo por comida. A exploração. Na narrativa de Betânia, o cotidiano do Pavilhão da Fernandes Vieira foi narrado a partir do signo da violência, que se manifestava nas nuances das relações de poder estabelecidas entre os monitores e as meninas que ali cumpriam medidas judiciais ou aguardavam a decisão do Juizado de Menores. O poder exercido pelos monitores foi identificado como abuso e exploração. Esse depoimento me faz construir conexão com a ideia de prisão elaborada por Michel Foucault, quando o pensador reconhece esse espaço como “único lugar onde o poder pode se manifestar em estado em suas dimensões mais excessivas”.⁴⁵²

Nesse trecho, é possível perceber como Betânia também constrói o discurso de mudança em relação ao que ela considerou abuso e exploração sexual praticada contra

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ Idem.

⁴⁵² FOUCAULT, Michel. *Os intelectuais e o poder*. In: IN: MOTTA, Manoel de Barros (org.). *Coleção Ditos e Escritos IV - Michel Foucault: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

as meninas pelos monitores. Se na época de internação ele acreditava que as meninas eram seduzidas e, por decisão própria, relacionaram-se sexualmente com os monitores, no ato da entrevista Betânia afirmou que essa prática era uma forma de violência. A sua fala traz as imagens da violência física e simbólica que permeava as redes de sociabilidades institucionais e ressalta como, no âmbito da convivência entre as meninas, foram construídas as imagens das que se relacionavam intimamente com os monitores, identificadas como *putas dos monitores* ou *cabueta*, sinônimo de delator.

A narrativa de Betânia lança luz à questão da exploração e do abuso sexual praticada contras as crianças e adolescentes nas unidades de internação da Febem. Um problema que remete às relações de gênero, silenciado na documentação institucional. Ao refletir sobre a importância das fontes orais para a escrita da história das relações de gênero, a historiadora Luisa Passerini afirma que “a história oral contribui fortemente com os esforços de ‘genderizar’ a História”, a sua importância consiste em expressar “plenamente a ambivalência do papel de gênero em sistema de opressão complexo”.⁴⁵³

A convivência com as meninas na Febem foi descrita como relevante, tendo em vista que Betânia nos afirma ter vivenciado novas experiências a partir da companhia destas. Para nossa protagonista, viver em situação de privação de liberdade era estabelecer parcerias, pactos, formas de sobrevivência coletiva. Uma dessas formas de resistência eram as fugas. Betânia fugia várias vezes da Febem. Na sua fala, ela relembra:

Eu estou querendo *fuga*, me ajuda? Você tem que ter ajuda de alguém, porque, só, você não conseguia. Os muros são imensos, e, se você sai, você tem que voltar de alguma forma para trazer alguma coisa ou mandar por alguém, enfim...⁴⁵⁴

Fugir da Febem exigia uma mobilização entre as meninas, que se desdobrava no comprometimento da retribuição. Esses eram os pactos construídos entre as meninas internas. *Fugá* não representava apenas fugir da Febem, mas se envolver em uma rede social marcada por uma articulação. Betânia fugiu. Retornou ao mundo das ruas do Recife. E na rua, o que encontrou? A pergunta se apresenta como um convite para o próximo capítulo.

⁴⁵³ PASSERINI, Luisa. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

⁴⁵⁴ Idem.

CAPÍTULO SEIS

De volta às ruas: Betânia, a “construção de si” e a passagem para uma nova vida

A gente considerava — pelo menos eu — que viver na Febem era pior do que viver na rua. Porque se eu, por exemplo, tivesse uma determinada rixa com uma menina que ficasse na Praça do Diário, então eu ia evitar ir pra Praça do Diário. E lá na Febem, o que acontecia? Todas as... Nossa! As piores. Quando eram pegas, estavam todas concentradas no mesmo lugar. Então era bronca. Era bronca mesmo. Em alguns casos, até homicídio acontecia. Era barra *mermo!*⁴⁵⁵

Década de 1980. Betânia, menina que saía da fase de criança e entrava na adolescência, vivenciava o seu cotidiano nas ruas e praças do Recife. A menina crescia tendo o céu como teto e as ruas e praças como chão de sua morada. Esta história, como disse Certeau, “começa ao rés do chão”, sob o chão e o céu da cidade. Depois de várias passagens pela Febem e do testemunho da experiência da cafua, Betânia fugiu mais uma vez. Agora, o destino era as ruas do Recife.

Ao procurar construir a história da trajetória de Betânia, percebi a importância de estar atendo aos seus “passos”. No decorrer da entrevista, ela narrou a sua trajetória da sua vida falando dos “passos”. Ao lembrar-se do seu tempo de criança, Betânia construiu imagens sobre a rua e sobre os meninos e as meninas que ali se encontravam, transitando e demarcando um espaço onde as mais diferentes práticas de sobrevivência eram praticadas.

Ao falar de seu tempo de criança, ela retratou como foi construída a caminhada de uma menina que vivenciava as mais diferentes experiências na cidade. Como afirma Michel de Certeau:

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar — uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis (deslocamentos e caminhadas), compensadas pelas

⁴⁵⁵ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

relações e pelos cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e postam sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a cidade.⁴⁵⁶

Ao narrar a caminhada, Betânia constrói um Recife particular: o Recife dos meninos e das meninas que viviam em situação de rua. A Praça do Diário deixou de ser um cartão postal do centro e se tornou, a partir da sua experiência, o lugar onde os meninos se encontravam ou se dispersavam. A praça passou a ser lembrada como um espaço que, a depender das circunstâncias, deveria ser evitado.

O espaço onde as experiências foram praticadas, a Praça do Diário, localiza-se no centro comercial da cidade, no histórico Bairro de Santo Antônio. A praça recebeu esse nome porque nela se encontrava a sede do jornal *Diário de Pernambuco*. O centro do Recife, no final da década de 1970, representava um grande polo comercial, onde circulavam muitas pessoas que vinham ao centro da cidade com o objetivo de compra ou venda de mercadorias ou em busca de outros serviços.

Todavia, a praça não servia apenas para a movimentação das pessoas, ela também foi o cenário das “rixas”, das disputas construídas entre meninos e meninas, que, em nome da sobrevivência, comercializavam miudezas, vendiam jornais ou se envolviam no mundo da criminalidade. Muitas dessas crianças e adolescentes foram detidas nessa praça e nas ruas circunvizinhas, sendo encaminhadas para delegacias e/ou unidades da internação da Febem.

Quando encarceradas, elas desafiavam o sistema de controle prisional, trazendo para as unidades de internação as “rixas”, as disputas construídas no mundo das ruas. Como nos fala o antropólogo Roberto DaMatta, a rua pode ser considerada como o local do perigo, “zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus zela por todos”.⁴⁵⁷ As vias públicas eram o cenários onde as rivalidades passavam a ser estabelecidas entre os garotos e as garotas.

As memórias de Betânia nos faz desconstruir a ideia de que a rua representava para os meninos e as meninas um espaço de “liberdade”. Contrariando o resultado da pesquisa realizada por Ligia Costa Leite, que, à luz da psicologia social, afirma-nos que a “a rua é liberdade em oposição dos internatos” ou “liberdade em oposição à disciplina

⁴⁵⁶ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano (Artes de Fazer)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

⁴⁵⁷ DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

e às regras estabelecidas pelo crime organizado”⁴⁵⁸, consideramos que a rua apresenta um espaço de possibilidades, haja vista que, mesmo sem a tutela da família ou do Estado, essas crianças e esses adolescentes enfrentavam as mais diferentes formas de perseguição, de ameaças e perigo.

As suas memórias foram construídas pelas lembranças de uma instituição onde estavam as “piores”. Mas quem eram as piores? Meninas em situação de rua que no cotidiano construam códigos de convivência, desafiando as regras impostas pelo aparato policial. Meninas que furtavam ou roubavam, envolviam-se em brigas, muitas vezes seguidas de morte.

Nesse relato, é demarcada a relação entre a Febem e a rua. A imagem da Febem foi construída a partir da ideia da prisão e da insegurança. A rua foi lembrada como espaço do perigo, mas também de possibilidade da fuga, do drible, da possibilidade de evitar o encontro com os perigos enfrentados pelas crianças no cotidiano.

Ao narrar suas experiências nas ruas, ela reconstrói cenas de medo e de insegurança, sem esquecer como foram elaboradas as táticas para superar as ameaças construídas no dia a dia de uma menina que tinha a cidade como espaço de trabalho e morada. No decorrer da entrevista, perguntei o que era ser “menina em situação de rua”⁴⁵⁹, Betânia nos responde:

A palavra *menina* me remete à questão da infância, muito mais à questão de gênero, de ser menina, de ser mulher, ou seja, na questão da infância. Acho que menina me remeta à infância. E na rua você não pode ter infância. É a lei de cão, você precisa sobreviver. Então, pra você, a infância é algo muito doce, muito puro, muito ingênuo... Na rua, você não tem a possibilidade de ser criança... O que era ser uma menina? Assim, na verdade, eu não era uma menina.⁴⁶⁰

Para Betânia, “ser menina” estava relacionado a “ter infância”. A vida nas ruas, marcada por desafios de dormir nas calçadas da cidade e acordar sob a luz do Sol, de não poder brincar ou ir para escola, a impossibilitou de viver a infância; logo, ela não se considerava menina. Segundo a historiadora Silvia Arend, “A experiência de ‘ser

⁴⁵⁸ O trabalho de Ligia Costa Leite é uma importante contribuição para os estudos das crianças em situação de rua, sendo construído no decorrer dos anos de 1990, representando o resultado de uma pesquisa acadêmica e do seu trabalho como militante da causa dos direitos da criança e do adolescente. LEITE, Ligia Costa. *A razão dos invencíveis: meninos de rua, rompimento com a ordem (1554/1994)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. P. 160.

⁴⁶⁰ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

menina’ muda ao longo dos séculos no Brasil, especialmente no mundo urbano, e varia bastante por conta das grandes desigualdades socioeconômicas sob a qual a sociedade brasileira foi edificada”.

Betânia afirma que a sua ideia de “ser menina” é baseada em aspectos como doçura, pureza e ingenuidade. Percebo que essa afirmação reproduz um discurso, construído historicamente, o qual estabelece um padrão identitário às meninas, às mulheres. A reflexão produzida por Silvia Arend sinaliza que a sociedade brasileira passou a estabelecer estereótipos e a definir papéis sociais para as nossas crianças e adolescentes, esperando das meninas um padrão de comportamento, construído nos mundos da família, da escola ou do trabalho, marcado pela “docilidade, meiguice, serenidade e resignação, características consideradas femininas, ao passo que as esperadas dos varões eram a coragem, o poder de decisão e a competitividade”.⁴⁶¹

Refletindo sobre os papéis sociais culturalmente impostos para as mulheres, a historiadora Rachel Soihet afirma que tal imposição foi construída por diferentes segmentos da sociedade, quando a medicina social, a jurisprudência e outros buscaram assegurar características femininas, fundamentadas pelo complexo judiciário, aparato policial e por “razões biológicas”, que justificavam a “fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal”.⁴⁶²

Desse modo, é possível afirmar que o discurso da “doçura”, “pureza” e “ingenuidade” é uma construção cultural, historicamente elaborada por setores da nossa sociedade. A sua fala procura reforçar o discurso de que a sua experiência de estar em “situação de rua” a impediu de “ter infância”, ou seja, “de ser menina”.

Para Betânia, a negação da identidade de “ser menina” estava relacionada à questão da rua, de um momento marcado pela “situação de vulnerabilidade social”. Ao longo da entrevista, ela procurou afirmar que a condição de crianças e adolescentes que vivenciam essa situação os faz assumir uma nova identidade, muitas vezes impostas pela sociedade. A identidade da/o “trombadinha”, da/o “cheira-cola”, da/o “pivete”. Daí o argumento defendido por Betânia de que a questão do “ser menina” é uma questão construída para além do gênero.

⁴⁶¹ AREND, Silvia Fávero. *Trabalho, escola e lazer*. In: PINSKY, C. & PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. 63 – 83.

⁴⁶² SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

Aprendi com as reflexões do antropólogo Joël Candau que as identidades se constroem no campo do memorável, através das lembranças e de esquecimentos. Para esse autor, “Não há busca identitária sem memória, e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade”.⁴⁶³ Partindo das reflexões construídas por Candau, é possível afirmar que, ao se produzir um relato de memória, o/a historiador/a deve estar atendo à questão da (re)construção das identidades.

No decorrer da entrevista Betânia procurou construir uma “imagem de si”. Michel Pollak afirma que as entrevistas são “reconstruções de identidades para a pessoa entrevistada”. Ao analisar a produção de entrevistas voltadas para histórias de vidas, Pollak afirma que elas devem ser consideradas como:

Instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução *a posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.⁴⁶⁴

Desse modo, ao procurar construir as memórias de sua trajetória de vida, Betânia elaborou “imagens de si”, partindo de um discurso identitário. Segundo Stuart Hall, por mais que o seu conceito seja complexo, as identidades são definidas historicamente e refletem as transformações do tempo e do espaço.⁴⁶⁵

A partir dessa perspectiva, observo que, para analisar o discurso identitário de Betânia, foi necessário observar as questões políticas e sociais que permeiam a sua trajetória de vida e que contribuíram para construção dessa memória identitária. No decorrer da entrevista, perguntei a Betânia como ela sobreviveu e superou o “mundo das ruas”.

Betânia afirma que foi caminhando nas ruas que conheceu Ana Vasconcelos, advogada, militante feminista, que, na década de 1980, atuava em defesa dos direitos das mulheres, mais notadamente das meninas que viviam em situação de rua. Foi a

⁴⁶³ CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.p. 95

⁴⁶⁴ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: 1989. P. 3-15

⁴⁶⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

partir do encontro com Ana que Betânia passou a se relacionar com os ativistas do Recife. Ana Vasconcelos era advogada e militante feminista. Na década de 1980, ela percorria as ruas do Recife, mais notadamente nas áreas comercial e portuária, em busca de assistir às meninas que ali vivenciavam as mais diferentes formas de exclusão social.

É importante situar o leitor no tempo e no espaço. Para entender esse encontro de Betânia com Ana, é preciso antes de tudo se voltar para a História do Brasil e do Recife na década de 1980. No período que Betânia encontrou com Ana, o Recife vivia um momento de ressurgimento dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, motivados, por sua vez, pelo processo de redemocratização ocorridos nos anos de 1980. O Recife, assim como outros centros urbanos do Brasil, vivenciava os ares da articulação dos grupos sociais que, aliados à luta pelo fim da Ditadura Militar, passaram a levantar bandeiras de luta em defesa da causa das mulheres, dos negros, dos trabalhadores e das crianças e dos adolescentes.

A historiografia registra que foi na década de 1980, no bojo do processo de redemocratização, que os ativistas dos mais diversos seguimentos, ou seja, que se levantaram as diferentes bandeiras de luta, passaram a se organizar no sentido de estar próximos dos agentes sociais que, ao longo da História, vivenciaram processos de exclusão políticas, sociais e econômicas. De acordo com o historiador Francisco Carlos Teixeira:

O final dos anos de 1970 e a década de 1980 assistiram, por toda a América Latina, a um intenso movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares, que, desde várias décadas, dominaram o panorama político continental, não sendo o Brasil um caso único ou modelador do processo de transição democrática.⁴⁶⁶

A partir dessa perspectiva, percebo que não é possível entender o encontro de Betânia e Ana Vasconcelos sem analisar o Recife e o Brasil da década de 1980. A atuação de Ana nas ruas da cidade estava relacionada ao momento de redemocratização do País e a possibilidade da (re)organização do movimento em defesa dos direitos humanos e, mais notadamente, a articulação do Movimento Feminista, que, no Recife, assumiu a bandeira em defesa das meninas que viviam em situação de rua.

⁴⁶⁶ TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil – 1974 - 1985*. In: FERREIRA, J. & DELAGAFO, L. *O Brasil Republicano: o tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Foi percorrendo as ruas do Recife Antigo que Ana encontrou Betânia. Ao relembrar o seu primeiro encontro com Ana, ela afirma:

Lembro a primeira vez que ela veio ao nosso encontro, foi trazida por outra adolescente, Kátia. E aí, quando ela chegou ao grupo, todo mundo, assim, repeliu. Ninguém... Porque todas as pessoas que se aproximavam eram pra tirar da gente alguma coisa, pra explorar de alguma forma. Era assim: “Vá embora sua puta” num sei o quê... Foi assim. Ela: “Calma minha gente”. Enfim, ela, no outro dia, ela tava lá e era uma mulher muito teimosa, muito insistente. Até que a gente, enfim, *criamos* vínculos mesmo, afetivos. E a gente dizia, né: “Ai, que mulher barraqueira”, vivia armando brigas. Porque a gente dizia: “Ana, a gente tá com fome, vamos comer”. Aí ela não tinha, é... Assim, muito essa noção, eu acho que ela não tinha era preconceito *mermo*. Ela achava, assim, que o espaço público é o espaço público, e todo mundo tem o direito de entrar, não importa se você está calçado ou não, não é? E quando a gente entrava nos restaurantes com ela, os garçons, eles não queriam atender. Então ela, meu Deus do céu...⁴⁶⁷

Nesse encontro, Ana fez uma pergunta a Betânia que ficou marcada na sua memória. Ao relembrar o encontro, Betânia procurou construir uma imagem de Ana Vasconcelos: mulher de luta, feminista, destemida e que enfrentava as pessoas que exploravam ou subjugavam as meninas que viviam no centro Recife. Ao relembrar esse acontecimento, ela registra:

Quando eu conheci Ana, ela foi a primeira pessoa que se interessou em saber meu nome. Se eu vou conversar com você, nem que seja por alguns minutos, é óbvio, eu acho que é a introdução da conversa: “Qual é o seu nome?”, se eu não te conhecer. Eu tinha perdido, sabe... Quando ela perguntou: “Qual é o seu nome?” Nossa! Me deu aquele estresse, aquela coisa gelada, sabe? E, assim, foi uma paixão, que enfim... Ela faleceu, acho que há 3 anos, mas foi uma mulher, assim, ímpar na minha vida.⁴⁶⁸

Nas relações cotidianas, construídas nas ruas do Recife e na Febem, Betânia não era chamada pelo nome próprio. De acordo com o seu depoimento, sempre que se reportavam a ela, utilizavam os apelidos de “neguinha”, “trombadinha”, entre outros.

⁴⁶⁷ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

⁴⁶⁸ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

Para nossa protagonista, ser chamada pelo nome vai além das normas básicas de tratamento, uma vez que o nome também estava relacionado à dignidade da pessoa, do indivíduo. Ao falar desse momento, Betânia recapitula a sua trajetória de vida:

Eu lembrei que algum dia eu era chamada de Betânia. Porque, dos 9 a gente se chamava, inclusive de tanto a gente ouvir a sociedade chamando, a gente também se tratava assim ou pelos apelidos [...]. O meu era “negona”, “menina de rua” mesmo, sei lá ou “cheira-cola”.⁴⁶⁹

A reação de Betânia pode ser observada como a de alguém que não estava acostumada a ser respeitada enquanto pessoa. O nome está intimamente relacionado à questão da identidade. Como afirma o historiador Carlo Ginzburg, o nome é “aquilo que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades”. O historiador ainda afirma que o nome é o “fio condutor” para se investigar a História das pessoas e de uma determinada sociedade. Daí a importância de se ter um nome.⁴⁷⁰

Para Betânia, o encontro com Ana possibilitou o encontro consigo mesma, a fez perceber que era necessário que ela fosse chamada pelo nome, uma vez que na rua você precisa negar a sua identidade, até para garantir a proteção. Desse encontro, ela ainda relembra:

Meu primeiro contato com ela me fez lembrar: olha “você é uma pessoa”. O termo *menino de rua* eu usei desde que tinha saído de casa, uns 9 anos, até a adolescência. E, assim, a gente se perde, porque a sociedade nos apontava como meninas de rua, e os próprios iguais, né? É a menina de rua, é a menina... Você precisa até esconder sua identidade por uma questão de segurança, para não ficar marcado pelo polícia, e você se perde. E quando eu interagi com Ana e quando ela perguntou “Como é seu nome?” foi como voltar no passado e me resgatar. Eu tenho isso muito forte até hoje, assim, falou em Ana eu lembro isso, eu acho que é resgate, é resgate.

O depoimento de Betânia sobre seu encontro com Ana, lança luz para uma questão complexa, silenciado pela documentação institucional dos meninos e das meninas de rua, refiro-me à questão de como a “situação de rua” implica diretamente na negação da identidade como pessoa, da dignidade humana. Todos nós temos um nome: Humberto, Betânia, Ana... Para Betânia, ser chamada pelo nome era, acima de tudo, uma questão de ser respeitada.

⁴⁶⁹ Idem.

⁴⁷⁰ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991.

A própria Ana Vasconcelos, no livreto *Meninas de rua: foi porque o amor valeu a pena*, afirma que as meninas em situação de rua perdiam a sua identidade, quando passavam a ser chamadas de:

Infradoras, sujas, vadias, perdidas, delinquentes, bandidas, lésbicas, sapatão, mulher da vida, e por não terem outros referenciais a respeito de si mesmas, assumindo o desejo do outro, ou seja, assumindo os papéis que são delas, que se espera enquanto infradoras, sujas, delinquentes, prostitutas. Assim passam a ser o que delas se espera que sejam.⁴⁷¹

Observamos que a fala de Ana Vasconcelos dialoga de forma efetiva com o depoimento de Betânia no que se refere ao aspecto de as duas acreditarem que as garotas reproduzem nas suas práticas e em seus discursos o conjunto de classificação e categorização impostas por setores da sociedade. Esse discurso foi amplamente reproduzido pelos/as ativistas que atuavam no movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente, no Recife.

Esse discurso de identidade está efetivamente articulado ao posicionamento político de um grupo social que buscava se articular em defesa dos direitos das mulheres, articulado pelo Movimento Feminista. De acordo com as historiadoras Carla Pinsky e Joana Maria Pedro:

A atuação feminista também tem sido relevante no sentido de chamar a atenção para os diversos tipos de violência que têm as mulheres como alvo privilegiado. Desde meados dos anos 1980, as feministas reivindicam com muita ênfase uma política social preocupada com a segurança das mulheres nas ruas e nos lares, punições mais severas para o estupro e a violência doméstica, programas de proteção às vítimas e campanhas de conscientização nas escolas e nos meios de comunicação.⁴⁷²

Nesse cenário, a luta em defesa das crianças assumia uma preocupação até então silenciada ou pouco explorada; refiro-me à questão da criança e do adolescente do sexo feminino, da menina que vivenciava as mais diferentes formas de exclusão social. A “menina de rua”, a “menina da Febem”, a “menina abandonada”. Essa questão passou a

⁴⁷¹ VASCONCELOS, Ana. *Meninas de rua: foi porque o amor valeu*. Recife: Brigada em defesa da mulher. 1988. (mimeografado) Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 17.

⁴⁷² PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria. *Igualdade e especificidade*. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PINSKY, Jaime. *História da Cidadania*. Rio de Janeiro: Contexto, 2003. P. 304.

fazer parte da pauta das políticas públicas, sendo articulada pelos/as integrantes do Movimento Feminista.

A historiografia nacional registra que, nos anos de 1970 e 1980, o Brasil vivenciou o ressurgimento dos movimentos em defesa dos chamados *direitos das mulheres*. De acordo com a historiadora Maria Joana Pedro, “as feministas se posicionaram contra o patriarcado, mas também foram impelidas a assumir outras lutas”, configurando-se, muitas vezes, como uma “dupla militância”.⁴⁷³

No seu relato, Betânia constrói uma “imagem de si” marcada pelas lembranças da militância em defesa da causa da infância. Falar sobre a sua passagem pela Febem foi construir um quadro onde o desenho da atuação nos movimentos sociais foi pintado com cores fortes. Ela se lembra que foi caminhando ao lado da Ana que passou a participar das ações construídas no Recife e ressalta que as ações de articulação contra o modelo Febem de assistência foram construídas na cidade e para além das suas fronteiras:

Na Boa Vista. Na própria Câmara, na Rua da Aurora, onde funciona a Assembleia Legislativa. Muitas vezes, a gente teve a oportunidade de ir à São Paulo, à Brasília. Eu particularmente já conheci meio mundo falando desse tema. Eu já fui pra Austrália...⁴⁷⁴

Ao elaborar a identidade da militante, as lembranças da atuação política das ruas, que passaram a se tornar cenários da passeata, das panfletagens e das articulações entre aqueles que defendiam outra política para os meninos e meninas que viviam em situação de rua, ao falar que, a partir da sua trajetória como militante, ela passou a conhecer outros países do mundo, ela buscou se colocar no lugar daquela que superou a situação de rua a partir de sua relação com os movimentos sociais que defendiam as meninas que viviam nas ruas do Recife.

Ao conhecer a trajetória de vida de Betânia, percebi que as ruas do Recife podem ser observadas como espaço onde a menina do Alto do Pascoal vivenciou as mais diferentes formas de violência, mas que se tornou cenário para o encontro com uma nova vida. Foi nas ruas históricas do Bairro do Recife que Betânia conheceu Ana

⁴⁷³ PEDRO, Joana Maria In: PINSKY, C. & PEDRO, Joana Maria. Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. 63 – 83.

⁴⁷⁴ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

Vasconcelos e a partir desse encontro a trajetória da protagonista desta trama passou a mudar.

No seu relato, Betânia elabora as denúncias, critica os métodos praticados pela instituição e reacende o debate sobre a relação do Estado com a questão da infância. Ela constrói a memória acerca das suas passagens pela Febem a partir da sua militância na causa dos direitos da criança e do adolescente, reconstruindo imagens do passado, das vivências da internação através de suas experiências políticas. Ao falar da diferença entre o atendimento voltado para os meninos e as meninas, ela afirma:

Eu acho que era a única preocupação que se tinha a de separar meninos de meninas. Um pouco mais à frente, era a quadra. Aí a gente se pendurava pelo muro com a ajuda uns dos outros e ainda tinham os que estavam nas ruas que vinha ajudar nesse resgate. E, assim, contando parece até uma coisa de aventura, enfim, esses movimentos da adolescência, mas na verdade era que era uma situação de extremo risco. Eu me lembro de vários colegas que quebravam a perna, que caíam na casa vizinha, que os vizinhos já temerosos colocavam cachorros. Mas era uma situação mesmo de sobrevivência.⁴⁷⁵

A partir desse fragmento, é possível perceber o tom crítico que permeia o discurso de Betânia acerca do atendimento da Febem. Esse trecho do depoimento se apresenta como um indício para uma reflexão mais aprofundada sobre como foi construído o atendimento para os meninos e as meninas. Como era construída essa separação? Quais as repercussões dessa prática no cenário da campanha anti-Febem? Para responder a tais perguntas e, principalmente, para se entender o discurso de Betânia, buscarei abrir uma janela. É importante analisar como foram construídos os caminhos e descaminhos da campanha anti-Febem, para que seja possível um entendimento mais sistematizado sobre a trajetória da protagonista desta trama.

“É preciso mudar”: a construção da campanha anti-Febem

Em relação ao atendimento baseado no sistema de internato, constatou-se a existência de instituições que atendem à clientela feminina em condições desumanas, dado os maus-tratos a que as

⁴⁷⁵ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

meninas são submetidas. Em geral, o atendimento dado nesses casos não parece compatível com a necessidade da clientela, principalmente quando se observam as condições do ambiente físico, os recursos humanos e as atividades desenvolvidas. O ambiente onde os menores passam maior parte do tempo não são ambientes acolhedores. A falta de um mínimo de privacidade e de individualidade faz gerar uma série de problemas, principalmente de ordem sexual.⁴⁷⁶

O trecho acima faz parte de um documento publicado em 1984, pelo Fundo das Nações Unidas pra a Infância — Unicef, que por sua vez fazia parte do resultado de uma pesquisa realizada pelo Programa de Fortalecimento Mulher no Desenvolvimento – PFMD, e coordenada por Maria Regina Camarano. O objetivo desse trabalho consistia em produzir um diagnóstico sobre as condições das meninas que viviam em situação de rua na cidade do Recife. De acordo com o documento, intitulado *A menina de rua*, a pesquisa procurou conhecer o atendimento oferecido às meninas em instituições governamentais e particulares, contemplando a situação das famílias e das comunidades nas quais as meninas entrevistadas faziam parte.

O que me chamou atenção no trecho destacado acima é a forma direta como o documento registra a crítica às unidades de internação destinadas às meninas que viviam em situação de rua no Recife. O resultado da pesquisa ressaltava a “condição desumana no atendimento”, quando o método educativo, as instalações físicas e a equipe de técnicos foram questionadas, construindo uma visibilidade sobre a questão da institucionalização.

Ao se debruçar sobre essa pesquisa, é importante compreender o universo de produção onde ela estava inserida. A pesquisa atendia ao interesse do Unicef, correspondendo, de certa forma, a uma preocupação de escala nacional e internacional. Ao abordar o problema da menina de rua sob a ótica da família e da comunidade, a pesquisa demonstra que as meninas não estavam abandonadas de forma absoluta. Algumas, inclusive, possuíam relações com os familiares de forma sistemática.

É importante registrar que, nos anos de 1980, a “questão do menor” passou a fazer parte das preocupações de instituições e entidades não governamentais, que passaram a produzir pesquisas e publicar relatórios sobre as mais diferentes formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes. De acordo com as reflexões de

⁴⁷⁶ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

Maria Filomena Gregori, a década de 1980 foi marcada pelo surgimento de uma série de ações que buscavam conhecer o universo desses meninos e dessas meninas que viviam em situação de rua. Gregori ainda afirma que:

Nos anos 1980, investigações realizadas em uma perspectiva etnográfica já indicavam que os meninos de rua não são abandonados no sentido literal do termo. Essas análises, por se apoiarem em estudos de caso, enfocando primordialmente os meninos, podiam apenas indicar esse fato, sendo muito limitadas as informações sobre os universos familiares.⁴⁷⁷

Na perspectiva, ao construir diagnósticos, ou seja, um mapa situacional do cotidiano das crianças e dos adolescentes, as pesquisas elaboraram e publicaram um retrato onde as meninas aparecem como protagonistas. Analisando essa efervescência de produção no campo da infância, a pesquisadora Felícia Reicher Madeira, afirma que, até o final da década de 1970:

A grande maioria dos estudos e pesquisas sobre a infância e a adolescência divulgados no Brasil referia-se aos campos da Educação, Medicina, Pedagogia e Psicologia, sem a preocupação específica de relacionar as questões tratadas com as condições concretas de vida dessa parcela da população. Outra característica desses estudos consiste em seu caráter acentuadamente androcêntrico, com maior presença de meninos nesses estudos, justificando o emprego masculino genérico com que as meninas ficam apenas subentendidas, quando não invisíveis. Na última década, entretanto, cresceu significativamente o número de estudos sobre a infância e a adolescência nas populações pobres cuja motivação principal consistia nos meninos de rua, que, em grandes hordas, acreditava-se, perambulavam pelas ruas das grandes cidades. Por essa razão, o enfoque desses estudos privilegia questões relativas à infração, à institucionalização, à violência e à prostituição.⁴⁷⁸

Ao produzir uma análise acerca dos estudos realizados na década de 1980 sobre a questão das crianças e dos adolescentes nas instituições, as pesquisadoras Irma Rizzini

⁴⁷⁷ GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos de rua*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 75.

⁴⁷⁸ No início dos anos de 1990, o Fundo das Nações Unidas para Infância – Unicef, publicou a coletânea *Quem mandou nascer mulher?*, que representa uma ampla pesquisa construída na década de 1980, em parceria com pesquisadoras acadêmicas e/ou envolvidas em organizações não governamentais, voltada para a questão das meninas que viviam em situação de vulnerabilidade social, contemplando a situação das meninas em situação de rua e no mundo do trabalho e outros problemas pertinentes às relações de gênero, tendo como cenário dessa pesquisa várias capitais do Brasil, entre elas o Recife. MADEIRA, Felícia Reicher. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1997. P. 349.

e Irene Rizzini registram que a questão da diferença de gênero no atendimento era pensada de forma pontual e afirmam que:

É interessante destacar que a própria instituição não fez essa diferenciação, lidando com os internos como se fossem seres assexuados. Somente quando a sexualidade começa a despontar com mais intensidade, o que é percebido como problema, é que a instituição se preocupa com a discriminação entre os sexos.⁴⁷⁹

Desse modo, é importante observar que o trabalho realizado pelo PFMD foi construído no cenário de produção de pesquisas sobre as crianças e adolescentes brasileiras. A pesquisa *A menina de rua* descortinou o cotidiano das meninas que viviam em situação de rua no Recife, trazendo dados/informações até então não diagnosticadas em relatórios elaborados pela Funabem ou outras instituições que lidavam com a questão da assistência à infância. De acordo com o texto publicado, as meninas:

Vivem e dormem nas praças da cidade ou no Cais de Santa Rita. A maioria tem família, a qual visita de vez em quando e tem filhos na Casa de Carolina, instituição ligada à Febem – Fundação do Bem-Estar do Menor. Em relação a essas meninas, observou-se que a situação é decorrente da origem familiar, de maneira geral, de famílias desestruturadas, bem como da falta de alternativas de sobrevivência para satisfação de suas necessidades básicas, restando-lhes apenas duas opções: ou ser empregada doméstica ou prostituta. Entretanto, toda opção para melhoria de sua situação decorre, conforme a visão das próprias meninas, da espera de que alguém possa resolver seus problemas, à medida que elas pudessem receber um emprego, receber uma casa, receber comida.⁴⁸⁰

Esse relatório ainda afirma que essas meninas são exploradas sexualmente, identificando-as como *prostitutas* ou *menores prostitutas*. O documento, que possui o caráter qualitativo, procura sinalizar que as filhas dessas meninas também passam a viver no universo do abandono ao serem encaminhadas para Casa de Carolina, instituição fundada pela Febem/PE na década de 1960, que acolhia meninos e meninas de 0 a 6 anos de idade.

⁴⁷⁹ RIZZINI, Irma & RIZZINI, Irene. “*Menores institucionalizado e meninos de rua*”. In: FAUSTO, A. & CERVINI, R. (Orgs). In: FAUSTO, A. & CERVINI, R. (Orgs). O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos de 80. São Paulo: Cortez, 1996.

⁴⁸⁰ BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF. *A menina de rua*. Programa Regional Mulher no Desenvolvimento. Recife: UNICEF, 1984.

O documento enfoca o problema da gravidez na adolescência, a forma como essas meninas eram atendidas pelo Estado e como era difícil a ressocialização dessas garotas do Recife. Esse relatório também coloca no centro das atenções os desejos das meninas, que nada mais eram que ter acesso à Política do Bem-Estar, ou o que chamamos nos dias atuais de ter acesso aos direitos fundamentais da educação, da saúde, da moradia e da convivência familiar e comunitária, direitos preconizados na Declaração Universal dos Direitos da Criança, construída pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1959.⁴⁸¹

A pesquisa constatou que os projetos, desenvolvidos pela Funabem e por organizações particulares, eram direcionados para o público masculino, afirmando que:

Entre os projetos governamentais e/ou particulares que foram analisados, constatou-se que, em sua maioria, esses projetos têm abrangido maior número de meninos ou são apenas dedicados aos meninos. Principalmente aqueles que desenvolvem atividades reconhecidas tradicionalmente como masculinas, tais como: guias mirins, sorveteiros, ambulantes. Mesmo quando as instituições não limitam o atendimento apenas aos meninos, as atividades que são desenvolvidas podem, de certa forma, afastar as meninas ou não despertar o interesse das mesmas por tais trabalhos, pelo preconceito das meninas em se dedicar às atividades consideradas próprias para os meninos, e destes em aceitar que as meninas realizem atividades que, até então, foram limitadas ao sexo masculino.⁴⁸²

Os pesquisadores consideraram que os serviços prestados pela Funabem e pelas organizações particulares não realizavam o serviço voltado para as meninas. No campo dos resultados, foi constatado que a metodologia utilizada para atender as crianças e os adolescentes priorizavam as atividades voltadas para os meninos, muitas vezes, negligenciando o atendimento às meninas. Essa constatação foi entendida como um problema apresentado no atendimento da Funabem. A pesquisa ressalta que, ao cometer tal negligência, a Funabem, assim como as instituições particulares, reproduzia mais uma forma de discriminação, e dessa vez construída pela própria instituição.

⁴⁸¹ Sobre a *Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente* ver: RIZZINI, I. & PILOTTI, F. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Cortez, 2009.

⁴⁸² BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância/Unicef. *A menina de rua*. Programa Regional Mulher no Desenvolvimento. Recife: Unicef, 1984. Fundo: Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência – CBIA. Fundação do Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 04.

Ao buscar construir as considerações finais, a pesquisa registra de forma contundente como são construídas as relações entre meninos e meninas no âmbito da política pública, afirmando que:

A problemática relativa à menina de rua não parece, até então, constituir preocupação relevante para as instituições que estão envolvidas no trabalho com o *menor* carente, sobretudo se comparamos à ênfase que vem sendo dada, nos últimos anos, à questão do menino de rua, supondo-se que o *menor* do sexo masculino, proveniente de famílias de baixa renda, seja candidato mais provável à marginalidade do que a *menor* do sexo feminino.⁴⁸³

Esse trecho demonstra, a partir do olhar dos pesquisadores, como foram estabelecidas as relações de gênero no universo do atendimento da Política do Bem-Estar do Menor, mas, para compreendê-la a partir de sua dimensão histórica, é preciso remeter ao passado do Brasil, marcado pelo patriarcalismo que procurou definir papéis sociais para as mulheres de submissão e desvantagem aos dos homens. Se para os homens o mundo da rua lhes pertencia, para as mulheres, e mais notadamente para as mulheres pobres, o lugar estabelecido como “ideal” era no serviço doméstico, da esposa dona de casa ou no convento.

É possível afirmar que o questionamento do atendimento oferecido às meninas nas unidades da internação fez parte de um cenário marcado por uma campanha anti-Febem, construída de formas mais sistematizadas na década de 1980. Contudo, as pesquisas realizadas apontam que já na década de 1970 algumas iniciativas já sinalizam para o questionamento do modelo Funabem/Febem de assistência. De acordo com Mione Apollinário Sales:

Essa concepção, com sua cultura política e *ethos* insurgente, começou a permear os olhares políticos e acadêmicos sobre a criança brasileira no final da década de 1970, tecendo-se uma nova sensibilidade e mentalidade acerca desses pequenos cidadãos e da política e ação social a eles destinadas [...]. Contudo, no final da década de 1970, a partir de uma crítica e denúncia da situação da infância e da adolescência e do sistema de internação de menores no País, constituiu-se uma militância em torno de seus direitos, a qual se

⁴⁸³ Idem.

somou à causa dos exilados, presos políticos, mulheres, dentre outros, compondo a agenda política da redemocratização.⁴⁸⁴

Nessa década, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar “a realidade brasileira do menor”; construída em 1975, representou o primeiro questionamento sobre a atuação da Funabem. A CPI do Menor foi instalada em abril de 1975. De acordo com o relatório, a iniciativa partiu do Deputado Nelson Marchezan, sendo a Comissão presidida pelo deputado gaúcho Carlos Santos, que pertencia às fileiras do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, sendo o relator o Deputado Manoel de Almeida, da Aliança Renovadora Nacional – Arena.⁴⁸⁵

No decorrer das pesquisas, percebi que a instalação dessa Comissão procurava dialogar com as preocupações de setores da sociedade brasileira com a “questão do menor”. De acordo com os estudos de Irma Rizzini e Irene Rizzini, a década de 1970 foi marcada pelo (re)surgimento dos debates em relação aos meninos e meninas que viviam as mais diferentes formas de vulnerabilidade; a criação da CPI representou uma resposta dos parlamentares a essa questão. Ao analisarem esses cenários, as pesquisadoras afirmam:

A partir de meados dos anos 1970, o problema da população, conhecido como “menor abandonado”, passou a ser alvo de crescente atenção. Palavra de ordem na época, e sobretudo nos primeiros anos da década de 1980, era a necessidade de se revelar a verdadeira situação em que se encontravam as crianças provenientes das camadas pobres e miseráveis da população. Surgem as primeiras iniciativas de pesquisa social para investigar a questão nas principais cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) e uma Comissão Parlamentar de Inquérito, divulgado em 1976.⁴⁸⁶

A partir da instalação da CPI, uma série de pesquisas foi realizada em diversas capitais do Brasil, entre elas o Recife. Nessas pesquisas, várias questões foram

⁴⁸⁴ SALES, Mione Apollinario. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007. P. 87.

⁴⁸⁵ É importante registrar que, a partir de 1965, o Presidente Castelo Branco assina, em 20 de novembro esse ano, o Ato Complementar nº 4, que extingue os partidos políticos vigentes, criando a Arena e o MDB. De acordo com o relatório, a Comissão era composta pelos seguintes membros: Carlos Santos – MDB (presidente), Ruy Côdo – MDB (vice-presidente), Manoel de Almeida – Arena (relator), Lygia Lessa Bastos – Arena (relatora-substituta). Titulares da Arena: deputados Alcides Franciscato, Cleverton Teixeira, Inocêncio Oliveira e Nelson Marchezan. Titulares do MDB: JG de Araújo Jorge e Antônio Moraes. Ver: BRASIL. Câmara dos Deputados. *Comissão parlamentar de inquérito: CPI do Menor*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1975.

⁴⁸⁶ RIZZINI, Irma & RIZZINI, Irene. “Menores institucionalizado e meninos de rua”. In: FAUSTO, A. & CERVINI, R. (Orgs). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos de 1980*. São Paulo: Cortez, 1996.

levantadas: o problema dos meninos e das meninas em situação de rua, o cenário da pobreza nos grandes centros urbanos, a família e as políticas de institucionalização dos chamados *menores abandonados*, *menores carentes* e *menores delinquentes*. Ao voltarem para a estrutura e o funcionamento da Funabem, a CPI afirma em seu relatório final:

À Funabem, portanto, estão atribuídas funções normativas, de coordenação, assessoria e cooperação financeira. Entretanto, essas atividades carecem de uma orientação global que sistematize a Política Nacional do Menor, de acordo com as modernas técnicas de atendimento. Nos estados, a ação executiva se faz de forma descentralizada através das fundações estaduais e entidades privadas. Atualmente, 15 unidades da Federação criaram suas fundações estaduais ou secretarias assistenciais: Acre, Alagoas, Distrito Federal, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Impotentes, todavia, para atenderem ao volume de demanda.⁴⁸⁷

Nesse trecho do relatório, são destacadas as carências apresentadas na atuação da Funabem. Ao abordar a missão institucional, que por sua vez fazia parte da Política Nacional do Menor, os relatores da CPI apontam que, mesmo de abrangência em todos os estados da Federação, a Fundação se apresenta como “impotente” em relação às demandas apresentadas. O relatório ainda afirma que:

A Fundação Nacional do Menor – Funabem, incumbida da assistência ao *menor* no âmbito federal, não possui condições para solucionar o problema, cada vez mais agravado pelo crescimento demográfico. Suas atividades registram-se basicamente ao Centro-Piloto, no Rio de Janeiro. As fundações estaduais não dispõem de recursos suficientes para enfrentar a magnitude do problema. Idêntica é a situação dos municípios. Ainda que ampliássemos consideravelmente os recursos financeiros para execução dos projetos em benefício do menor, dificilmente a Funabem teria condições de executá-los, devido à tibieza do órgão no contexto da Administração Pública brasileira. Urge uma ação mais eficaz, ditada pela Presidência da República, a qual deverá subordinar-se o órgão potenciador de esforços. Somente um organismo com força de ministério, centralizando um sistema de atendimento, poderá atingir, em escala nacional, a plenitude do problema. Caso contrário, a ação governamental continuará representando uma gota d’água num vasto oceano de carências.⁴⁸⁸

⁴⁸⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Comissão parlamentar de inquérito: CPI do Menor*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1975. P. 47

⁴⁸⁸ Idem, p. 49

Além das chamadas *carências*, o relatório aponta a ineficiência das ações da Funabem, apontando que o seu trabalho se concentra nas ações realizadas no Centro-Piloto, localizado no Rio de Janeiro. Reconhecendo a dimensão geográfica do Brasil e a insuficiência de recursos financeiros, a CPI sinaliza que as mudanças em relação ao atendimento do menor, poderiam acontecer a partir da criação de um ministério exclusivo, voltado para a política nacional da criança e do adolescente.

Desse modo, a CPI do Menor foi instalada poucos anos depois da reativação das comissões, representando uma preocupação de interesse em se investigar a “realidade brasileira do menor” e encaminhar ao Poder Executivo uma radiografia do processo de “marginalização” das crianças e dos adolescentes do Brasil. O relatório ainda trazia uma análise sobre a relação da pobreza com a questão da marginalidade, publicando o relato do juiz de Menores do Recife, que destacou como as questões econômicas interferem no cotidiano das crianças e dos adolescentes das famílias populares. De acordo com o depoimento do Juiz Nelson Lopes Ribeiro Lima:

No Recife e demais cidades de Pernambuco, a delinquência juvenil consiste em pequenos furtos, nos estabelecimento e nas ruas, em média de 80% dos casos. É o produto da miséria em que vivem centenas de famílias, em casebres de palha ou de tábuas velhas, em pedaços, nos viadutos, nas pontes e em outros lugares, desprovidos completamente de higiene, entregues ao rigor do tempo e das coisas, e que, nessa dolorosa contingência, abandonam os filhos, às vezes em idade tenra.⁴⁸⁹

Percebo que o relatório apresentado pela CPI do Menor possui um caráter denunciativo e propositivo. Denunciador, por trazer questões pertinentes à Febem, a partir de um olhar que descortina problemas de condução técnica e política, elaborando uma crítica aos métodos de trabalho implantados pelo corpo dirigente da Funabem, levanta as chamadas *carências* na política pública nacional em relação às crianças e aos adolescentes. Propositivo, por trazer a possibilidade de uma nova política de assistência de abrangência nacional, articulada com o sistema de justiça, ou seja, com os Juizados de Menores.

A CPI do Menor atendeu às disposições institucionais que foram preconizadas pela Câmara dos Deputados. Ao analisar a história das comissões parlamentares de inquérito, o historiador Sílvio Luiz Gonçalves Pereira afirma que essas foram criadas a

⁴⁸⁹ Idem, 32-33

partir do objetivo da investigação sistematizada de temas de interesse político nacional, que envolviam a atuação dos parlamentares. De acordo com Pereira:

Segundo a Lei nº 1.579, aprovada por Getúlio Vargas no dia 18 de março de 1952, as Comissões Parlamentares de Inquéritos, criadas a requerimento de pelo menos um terço do total da Câmara dos Deputados e aprovadas segundo deliberações plenárias, tinham ampla ação nas suas investigações. Contudo, tinham caráter temporário e, segundo a lei, seus trabalhos findavam com a sessão legislativa em que se tivesse sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara.⁴⁹⁰

A história das comissões deve ser analisada a partir da dinâmica política institucional, haja vista que a dinâmica das instalações desses espaços de investigação se encontra efetivamente imbricada com as relações de poder construídas na esfera da política pública. Segundo Pereira, durante o recesso compulsório estabelecido pelo Ato Institucional – AI Nº 5, as comissões deixaram de atuar quando foi inaugurado “o período mais repressivo do Regime Militar”. As comissões só foram reativadas em novembro de 1973.

Destarte, é importante registrar que nesse período o Brasil assistiu a uma mudança efetiva no plano das relações políticas e sociais, tendo em vista a própria atmosfera de transformações do Regime Ditatorial implantado em 1964, quando tais transformações também refletiram a forma de pensar a assistência às crianças e aos adolescentes no Brasil. De acordo com Marco Aurelio Santana:

Na inflexão da Ditadura Militar, que desde o governo Ernesto Geisel (1974-1979) já se propunha uma estratégia de flexibilização do regime em marcha lenta, gradual e segura, a sociedade brasileira vai reconquistando seus espaços de participação política. Vivendo um ambiente de efervescência, ela verá surgir inúmeros movimentos sociais que irão pavimentando o caminho para o processo de redemocratização, acelerando a crise do Regime Militar.⁴⁹¹

Esse processo de falência do Regime Militar se intensificou no governo de João Figueiredo (1979-1984), que marca a abertura democrática e a mudança nas relações

⁴⁹⁰ PEREIRA, Sílvio Luiz Gonçalves. *As comissões Parlamentares de Inquéritos na Câmara dos Deputados durante a crise político-institucional brasileira (1963 - 1968)*. In: SANTOS, C.; TELES, E.; TELES, J. (Orgs). *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

⁴⁹¹ SANTANA, Marco Aurelio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucillia de Almeida. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. P. 287.

política nas instituições públicas. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, em certa medida foi no decorrer desse período que as questões relacionadas à cidadania passaram a ser pautadas pelos legisladores e pelo Poder Executivo, motivados pelas provocações advindas da sociedade civil.⁴⁹²

A partir da publicação de seu relatório final, a CPI passou a ser alvo de críticas daqueles que reconheceram a sua importância e apontaram as suas limitações. De acordo com estudos realizados por Sônia Cheniaux, os próprios dados levantados pela Comissão devem ser analisados com cautela, uma vez que:

Levanta-se a questão da fidedignidade dos dados dessa pesquisa, visto que os prefeitos interessados na obtenção de verbas para os seus municípios não tenham sido tão fiel à sua realidade. Tampouco se concorda com o nível de questionamento realizado, sem trazer solução ou respostas; todavia, ressalta-se a preocupação com o menor, objeto que foi de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.⁴⁹³

Ao analisar a CPI do Menor, Arno Vogel afirma que essa ação trouxe a constatação dos “efeitos” alarmantes do processo de “marginalização” dos meninos e das meninas e considera que, mesmo não trazendo novidades, o trabalho dos parlamentares foi importante por representar um “laboratório de pesquisas” sobre a realidade das crianças e dos adolescentes que viviam as mais diferentes formas de abandono no País. Contudo, afirma Vogel, que a proposta de criação de um Sistema de Proteção do Menor, a criação do Ministério Extraordinário e criação de linha de financiamento nas ações de assistência, através do Fundo Nacional de Proteção do Menor, podem ser considerados os aspectos mais inovadores da CPI.⁴⁹⁴

Reconheço a pertinência das reflexões de Vogel, porém é importante ressaltar que a CPI traz uma cobrança ainda mais importante e que teve efeito concreto anos depois. Refere-se ao aspecto de mudança do Código de Menores de 1927. De acordo com o relatório da Comissão, o Código era ultrapassado, exigindo do sistema de justiça uma reformulação urgente. De acordo com o relator:

⁴⁹² CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁴⁹³ CHENIAUX, Sônia. *Trapaceados e trapaceiros: o menor de rua e o serviço social*. São Paulo: Cortez, 1982. P. 55.

⁴⁹⁴ VOGEL, Arno. *Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo*. In: RIZZINI, I. & PILOTTI, F. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Cortez, 2009.

Atualize-se, pois, o Código de Menores. Fechem-se os “reformatórios para os necessitados de correção, por inadequados e prejudiciais à infância e à adolescência”, conforme as palavras de Nelson Lopes Ribeiro Lima, Juiz de Menores de Recife (Reunião da CPI do Menor, em 9/10/75), mas só depois do elenco de providências que sugere. Adotem-se, na assistência e proteção do *menor carente* ou *abandonado*, as mais avançadas técnicas. Concretize-se e mobilize-se a nação em face desse problema. Não se esqueça, porém, de que justiça específica, no caso, é conquista que se não pode desprezar na batalha de que se trata.⁴⁹⁵

Em 1976, o Senado Federal apresentava o projeto de mudança do Código de Menores. De acordo com o relatório, as mudanças atendiam aos interesses da sociedade brasileira, quando o chamado *problema do menor* deveria ser resolvido, haja vista que 53% da população brasileira era composta de pessoas de 0 a 18 anos, e afirma que:

O substitutivo em nenhum momento se olvidou da imensa contribuição emprestada pelo Decreto nº 17.493-A, de 12 de outubro de 1927, conhecido como Código de Mello Matos e que já naquela época tinha uma filosofia de amparo e proteção, necessitando, entretanto, de adaptações face às profundas transformações socioculturais por que passou o País.⁴⁹⁶

Esse texto, parte do projeto de lei que estabelecia a mudança do Código de Menores, resume a forma como os debates sobre a questão da legislação exclusiva para os chamados *menores*. Um texto que reconhece a importância do trabalho de Mello Mattos e, ao mesmo tempo, afirma a necessidade de mudança frente essa lei, frente às transformações da sociedade brasileira. Mas o que efetivamente mudou a partir do Código de Menores depois 1979?

No início de 1979, o *Jornal do Commercio* publicava uma nota intitulada *Funabem anuncia para este ano o Código de Menores*, na qual registrava a fala da presidente da Funabem, Cléa Guazelli. De acordo com a nota:

A presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Cléa Guazelli, depois de uma audiência com o Ministro Jair Soares, anunciou que ainda este ano deverá ser aprovado o Código de Menores, cuja redação inicial, com parecer favorável da Funabem, foi preparado a partir da CPI da Câmara dos Deputados, que examinou o problema do “menor abandonado” do Brasil. Outro aspecto que

⁴⁹⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Comissão parlamentar de inquérito: CPI do Menor*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1975. P. 51

⁴⁹⁶ Idem.

merecerá atenção a Funabem, segundo sua presidente, será a legislação do trabalho do *menor* que sofrerá uma completa revisão. Cléa Guazelli disse que a legislação atual, embora pareça ser protecionista, na verdade em nada protege o *menor* trabalhador.⁴⁹⁷

Em 10 de setembro de 1979, o Código de Menores foi promulgado. A repercussão pôde ser percebida pelo número de matérias publicadas nos periódicos de grande circulação. Ao publicar a matéria sobre o Código do Menor, o *Jornal do Commercio* divulgou informações de como o processo foi construído em Brasília:

O Presidente João Figueiredo sancionou, ontem, o novo Código de Menores, elaborado a partir de projeto do Senador Nelson Carneiro, do MDB, que participou da solenidade no Palácio do Planalto, em companhia de dirigentes da Arena. O antigo Código estava em vigor desde 1927. O chefe do Governo destacou o fato de a sanção se verificar em época de rápidas e violentas transformações sociais e de o Brasil ser um País jovem, com cerca de 60% de sua população na faixa de até 21 anos.⁴⁹⁸

Em dezembro desse mesmo ano, o *Diario de Pernambuco* divulgava a notícia, apontando a mudança como uma cobrança da sociedade da época. De acordo com a reportagem:

A base de uma legislação de mais de 50 anos – 1927 –, é verdade que a jurídica proteção do *menor* entre nós vinha se fazendo de qualquer maneira. Mas, como de costume, velha por apenas ser em parte usada, e velha em relação à problemática social e demográfica nessa altura redobradamente mais complexa, estavam a se exigir modelos novos, com enfoques atualizados e adequados, para as estratégias mais recomendáveis na abordagem do tudo de que o *menor* nacional não pode prescindir [...] Conseguiu-se, portanto, através do novo Código, o estabelecimento de normas e princípios jurídicos fundamentais à situação do menor.⁴⁹⁹

A matéria ainda trazia a informação de que a partir da promulgação do novo Código, o emprego da expressão *situação irregular* para todos os casos de competência do Juiz de Menores, ou quando seja aplicável o direito do menor. De acordo com o novo Código, pode-se entender a *situação irregular* como:

⁴⁹⁷ JORNAL DO COMMERCIO. *Funabem anuncia para este ano o Código de Menor*. Recife, 15 de abril de 1979.

⁴⁹⁸ JORNAL DO COMMERCIO. *Código do Menor está sancionado pelo presidente?* Recife, 11 de outubro de 1979.

⁴⁹⁹ DIARIO DE PERNAMBUCO. *O Código de Menores A-10*. Recife, 12 de setembro de 1979.

Art. 2º - Para efeitos deste código, considera-se em situação irregular o menor:

I- Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis provê-las.

II- Vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável.

III- Em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes.

IV- Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável.

V- Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária.

VI- Autor de infração penal.⁵⁰⁰

A partir da leitura do texto jurídico, observa-se que o Código passava a ser reconhecido a partir de uma nova doutrina jurídica, que norteava as ações do Juizado e defendia a ideia de que a situação de abandono, pobreza ou delinquência, vivenciada por meninos e meninas passou a ser identificada a partir da perspectiva da “situação irregular”. De acordo com a historiadora Isabel Frontana:

Ao redefinir a situação de abandono material e moral, o Código de Menores de 1979 considerava a expressão *situação irregular* a melhor forma de abranger aqueles estados de “marginalização” que caracterizam o “menor”, mantendo, no entanto, uma postura de diferenciação em relação a um destinatário considerado desajustado e não integrado, reiterando-se ainda que essas condições se devem à situação de irregularidade da própria família do “menor”.⁵⁰¹

A doutrina de “situação irregular”, que estabelecia uma nova classificação em relação às crianças que viviam em situação de “perigo” ou eram consideradas “perigosas”, passava a ser a marca desse Código, que vigorou até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, até o ano de 1990. O Código novo ainda

⁵⁰⁰ BRASIL. Lei n. 6.697. *Código de Menores*. Promulgado em: 10 de outubro de 1979.

⁵⁰¹ FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

não traduzia a lógica dos direitos, uma vez que passava a identificar e homogeneizar os diferentes problemas relacionados às crianças e aos adolescentes.

Os especialistas apontam que o Código representou uma revisão. Ele previu, no seu artigo 9º, que as “entidades de assistência e proteção do menor” deveriam criar centros especializados destinados à recepção, triagem, observação e permanência de “menores” e que as entidades particulares deveriam ser credenciadas à Funabem. Desse modo, o novo Código buscava reforçar ainda mais a legitimidade da Política Nacional de Bem-Estar do Menor, centralizando o controle da instituição criada pelos militares.

A mudança do Código não representou a transformação do cotidiano das crianças e dos adolescentes no Brasil. Na década de 1980, uma série de campanhas passou a questionar, inclusive, a própria expressão *menor*. Os representantes dos movimentos sociais passaram a defender a ideia de que tal expressão passou a se tornar sinonímia do abandono, da desvalia e da lógica punitiva que permeava o Código de Menores.

O Código de Menores ainda não reconhecia as diferenças de gênero e reforçava a lógica do “bem-estar”, desdobrando-se, anos depois, na reação contrária ao novo Código, por parte dos ativistas nos anos de 1980, que passaram a questionar o atrelamento à questão da punição e controle. Ao analisar o cenário de assistência no período de vigência do Código de 1979, João Clemente de Souza Neto afirma que essa lei “tinha a finalidade de ‘proteger’ a criança na linha do confinamento e do controle”. Do ponto de vista das políticas sociais:

A falta de políticas sociais bem estabelecidas no Brasil, articuladas com a sociedade civil e circunscritas nas relações produtivas, delineia um quadro de política de genocídio de “menor”, que compreendemos num contexto de desenvolvimento desigual/combinado.⁵⁰²

A partir dessa reflexão, é possível afirmar que, na década de 1980, a campanha anti-Febem se intensificou, sendo acompanhada de uma campanha contra o próprio Código de Menores. Nesse processo, os movimentos sociais organizados, passam a discutir os aparatos jurídico e assistencial à luz dos direitos humanos. No Recife, a Brigada em Defesa da Mulher, lança o documento *Meninas de Ruas: foi porque o amor*

⁵⁰² NETO, João Clemente de Souza. *A trajetória do menor a cidadão*. São Paulo: Arte Impressa, 2003. P. 81.

valeu..., denunciando as mais diferentes violações praticadas contra as meninas em situação de rua.

Esse documento foi assinado por Ana Vasconcelos, Nilvana Castelli e Maria Cristina Vasconcelos de Mendonça. Ainda há o registro do Clube de Mães dos Moradores do Bairro de Brasília Teimosa⁵⁰³, que demonstra uma articulação entre os movimentos sociais de diferentes seguimentos. De acordo, com o documento:

Alegam os defensores do sistema: no Código de Menores, não há contraditório porque o processo não é movido contra o menor, e não havendo acusação e muito menos ameaça de punição, não há obrigatoriedade da presença do advogado. Inclusive porque o *menor* é amplamente defendido pelo Ministério Público. Na prática, no dia a dia, as coisas estão ocorrendo de outra forma. Há acusação, o processo é movido contra o menor, inexistente ampla defesa e o *menor infrator* está sujeito a sanções mais graves do que os adultos.⁵⁰⁴

Esse documento questiona as lacunas do Código de Menores de 1979 e a estrutura e o funcionamento do sistema de justiça em relação a questão da “menina”. Conforme sinalizam os estudos de Silvia Arend, nos Códigos de Menores de 1927 e na sua reformulação em 1979, “não encontramos uma distinção” em relação ao gênero, “uma vez que os *menores* eram pessoas entre 0 e 18 anos”.⁵⁰⁵

O questionamento do Código de Menores e do sistema de justiça demonstra que a questão dos problemas relacionados à infância passou a ser discutida de forma mais complexa, uma vez que foi registrado que o problema das meninas que vivenciam a experiência de rua não é único e exclusivo da responsabilidade da Febem. De acordo com Ana Vasconcelos, as leis não foram construídas para garantir os direitos das meninas e questiona:

⁵⁰³ Brasília Teimosa, bairro localizado na zona sul do Recife, situado entre o Bairro do Recife e o Pina, marca a ocupação a partir da década de 1940. O nome do bairro faz alusão à luta pela posse da terra por seus moradores, a teimosia, ocorrida no período da construção do Distrito Federal, Brasília. De acordo com os estudos realizados pelo historiador Denis Bernardes, nas décadas de 1970 e 1980, o bairro de Brasília Teimosa vivenciava um clima efervescente dessa luta articulada pelo Conselho de Moradores e por outros movimentos sociais, impulsionada pela extrema pobreza, convivendo diariamente com as mais diferentes formas de vulnerabilidade social. BERNARDES, Denis. *Recife, o caranguejo e viaduto*. Recife: Editora da UFRPE, 1996.

⁵⁰⁴ VASCONCELOS, Ana. *Meninas de rua: foi porque o amor valeu*. Recife: Brigada em defesa da mulher. 1988. (mimeografado) Acervo: Casa de Passagem.

⁵⁰⁵ Idem

São muitas as leis, mas que leis podem proibir uma criança que rouba para comer? Que leis podem evitar que meninas vendam seu corpo para poderem continuar vivas?

Ao colocar o papel do sistema de justiça na seara de debate, esse movimento em defesa das meninas chama atenção para a responsabilização de outros atores e outras instituições. De acordo com as suas preocupações, “Quem defende essas meninas? Quem fala por elas?” Esse documento é importante, uma vez que traz indícios de como a campanha Anti-Febem foi construída no Recife e como, no bojo das discussões, os movimentos sociais trouxeram problemas que marcavam a política de atendimento implantada nos governos militares.

Foi a partir dessa mobilização que a Funabem passou a discutir a questão de gênero enquanto política de atendimento. Em parceria com o Unicef, a instituição lançou no final dos anos de 1980 um documento intitulado *As meninas de rua*. A análise desse documento me faz perceber como foi construída a sua visão acerca do cotidiano e da identidade dessas meninas a partir do olhar da Funabem. De acordo com o relatório:

As meninas que vivem nas ruas trajam-se de tal maneira que, a certa distância, é impossível distingui-las dos meninos. É por aí que começa o processo de (des)identidade sexual. O estilo e a forma de exercício da liderança no grupo são mimetizações do campo masculino. As líderes costumam usar o cabelo mais curto, a voz mais grossa e ríspida e os gestos mais bruscos, como se fossem de outro sexo. As funções no grupo variam. Há uma divisão de status e papéis. E, nesse pequeno mundo, nessa bolha afetiva, mais resoluta e firme empalma a liderança; outras com perfil semelhante assumem a forma de lugares-tenente, seja pelo tamanho, força e coragem, seja pela inteligência e capacidade de verbalizar ações complexas.⁵⁰⁶

Esse discurso nos revela como a Febem reproduzia o discurso sexista da época, que identificava as ações das meninas a partir da lógica machista. Para os seus idealizadores, as meninas de rua se masculinizavam ao assumir posições de liderança, construindo uma ideia de identidade sexual. O “cabelo curto”, a voz “ríspida”, os “gestos grossos” eram considerados “coisas de homem”, uma vez reproduzindo tais características, as meninas perdiam sua identidade sexual feminina.

Desse modo, considero que, mesmo tendo iniciativa em promover o debate sobre a questão das meninas de rua, o discurso da Funabem foi permeado pela lógica machista, reproduzindo preconceitos e estereótipos sociais em suas análises. Ao estudar

⁵⁰⁶ BRASIL. FUNABEM. *Meninas de Rua*. Rio de Janeiro; Funabem, 1988. P.9 Fundo: Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência – CBIA. Fundação do Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

como as relações de gênero foram construídas em nossa sociedade, o historiador Durval Muniz de Albuquerque nos afirma que, ao longo do tempo, códigos de gêneros foram construídos. Tais códigos foram produzidos e internalizados como se fossem “coisas naturais”. Para Albuquerque, as questões como disputa, liderança, astúcia foram definidas como práticas do universo masculino.⁵⁰⁷ Ao construir uma representação sobre as meninas em situação de rua, a Funabem construiu códigos de gênero partir de uma visão heteronormatizada.

Mesmo buscando atender às demandas apresentadas pelos movimentos sociais, o projeto Funabem/Febem já não atendia aos novos desafios estabelecidos pela sociedade civil organizada, que buscava questionar os padrões institucionais construídos pelo Regime Ditatorial. Foi no cenário de redemocratização que os grupos passaram a se organizar coletivamente, fazendo surgir organizações e movimentos, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, que partiram em defesa dos chamados *direitos da criança e do adolescente*, passando a questionar o Código e o modelo Febem.

Segundo os estudos da historiadora Isabel Frontana, é nesse período que a “Febem vira notícia”, passando a ser noticiada pela imprensa nacional como uma instituição que empregava métodos punitivos no tratamento de seus internos, fazendo com que o “o velho problema do menor” fosse retomado em escala nacional.⁵⁰⁸

De acordo com Frontana, foi nesse cenário, marcado pelas “sucessivas rebeliões e fugas em massa de internos da Febem”, que as manchetes de jornais passaram a retomar a “questão do menor”. Durante a década de 1980, a imprensa nacional passou a pautar sistematicamente a questão das crianças e dos adolescentes que viviam sob a tutela do Estado, “renovando temores e inquietações e chamando atenção da opinião pública”, fazendo com que “as falhas da instituição no cumprimento de seu objetivo primordial, isto é, de ‘recuperar’ e ‘reintegrar’ o ‘menor’ à sociedade” passassem a ser questionadas.

Em outro documento, publicado pela Funabem, foi registrado um texto assinado por Carlos Gomes da Costa, sendo dedicada uma parte que se chamou *Meninas de Rua*. Neste trecho, o autor destaca que a menina de rua:

⁵⁰⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

⁵⁰⁸ FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

Carrega consigo toda a marginalização do pobre, da criança e da mulher. São usadas por oprimidos e opressores, sofrendo toda a carga de uma sociedade machista que promove e alimenta todo o processo de prostituição; inclusive de menores, através do seu uso, diferentemente do menino, cuja forma de sobrevivência pode ser mais agressiva, como no caso do roubo, o que constitui um incômodo social. Estando na rua, a menina se depara com outros problemas que não compartilhados com os meninos, como, por exemplo, o de uma gravidez precoce indesejada, que, mesmo não assumida, deixa marcada essa menina pra o resto da vida. Muitas vezes, não são inseridas nos programas de atendimento, embora venham conquistando esse espaço através de sua presença “não convidada”. São corajosas e acompanham os meninos em suas “batalhas” e em suas brincadeiras, mantendo com eles uma relação de igual na luta pela sobrevivência.⁵⁰⁹

No trecho acima, é possível perceber uma mudança substancial do discurso da Funabem em relação à questão do atendimento oferecido às meninas pela política nacional de bem-estar. Carlos Gomes da Costa traz para o texto preocupações que se assemelham aos problemas identificados nas pesquisas realizadas pela Unicef e pelo movimento em defesa das meninas em situação de rua. Para além das preocupações do universo feminino, como a questão da exploração e do abuso sexual, aqui identificados como *prostituição*, e como a questão da gravidez na adolescência, Costa pontua, de forma sutil, a falta de programas de atendimento voltados exclusivamente para as meninas.

O texto de Antônio Carlos Gomes da Costa demonstra a possibilidade de mudança no discurso da Funabem. Essa mudança esteve em sintonia com os novos tempos, que trouxeram consigo cobranças sistematizadas em relação à política de atendimento oferecido pela instituição e para as mudanças no próprio sistema de atendimento. A palavra *mudança* permeava os debates sobre a assistência aos meninos e às meninas e foi a partir desse pedido coletivo que o próprio autor, funcionário da Funabem, lançou o documento *É preciso mudar*.

⁵⁰⁹ BRASIL. FUNABEM. *Meninas de Rua*. Rio de Janeiro; FUNABEM, 1988.

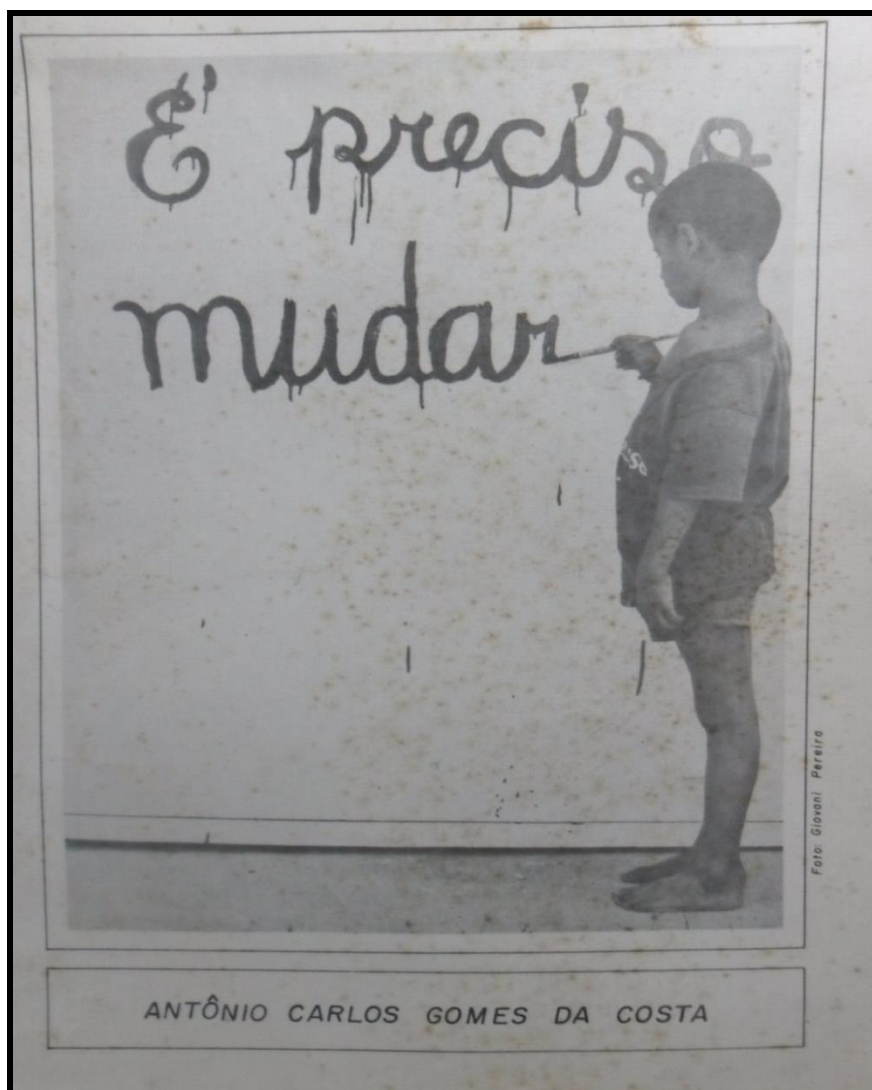


Figura 31: Capa do relatório apresentado por Antônio Carlos Gomes da Costa à Funabem, intitulado *É preciso Mudar*, na década de 1980. Na ocasião, o autor atuava como presidente da Febem em Minas Gerais. Acervo: Arquivo Nacional.

A capa do documento traz a imagem de um menino negro, descalço, segurando um pincel e escrevendo a frase emblemática: “É preciso mudar”. Ao folhear o documento, percebi nas entrelinhas do discurso que o movimento das ruas, articulado no Recife pelas mãos de Brasília Teimosa, pela Briga das Mulheres e por outros movimentos e agentes sociais, tinha adentrado nos muros da Funabem. Observei que dentro da mesma instituição que articulava a campanha pela “Política do Bem-Estar do Menor”, existam pessoas que passaram a pertencer ao grupo que reivindicava mudanças.

No texto, Antônio Carlos Gomes da Costa afirmava “É preciso mudar a política do bem-estar do menor para que ela supere a limitação assistencialista do ESTAR de *menor* e se dirija à totalidade do SER do educando”. O discurso de mudança, veio acompanhado da crítica do modelo Funabem, fazendo emergir dentro da própria instituição um movimento que buscava repensar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. De acordo com Costa:

É preciso mudar a componente repressiva que essa política herdou do SAM e do DSM, órgãos que antecederam o sistema Febem-Funabem, para transformar a política de bem-estar numa política de promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.⁵¹⁰

A partir da leitura do texto, é possível afirmar que a campanha anti-Febem teve desdobramento na estrutura e no funcionamento da instituição. Ao adentrar no mundo da Febem, conhecer a instituição a partir dos documentos que ela produziu, observei que a Funabem buscava se adequar às demandas, mas a sua missão institucional não correspondia às novas formas de conceber o sistema de atendimento e a própria criança e o adolescente. Enquanto a sociedade civil buscava construir uma outra forma de pensar a infância, questionando, inclusive, a expressão *menor*, a Funabem estava atrelada aos princípios da Política do Bem-Estar do Menor.

No final da década de 1980, a Funabem se reconhece como instituição falida. O relatório institucional busca construir uma autocrítica, na qual constatava que:

A essas questões acrescenta-se a herança da política seguida nas últimas duas décadas, pela Funabem e órgãos estaduais, de implantação do modelo correccional-repressivo, apoio na construção de grandes centros de internamento de crianças e adolescentes, cujos resultados negativos são públicos e notórios. De nada adianta, porém, decretar a falência do modelo convencional que se apoia na APREENSÃO – TRIAGEM – ROTULAÇÃO – DEPOSTAÇÃO – CONFINAMENTO de menores tirando-os do ambiente de suas famílias, bem como de seu meio sócio cultural, se a Funabem não se

⁵¹⁰ COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Relatório É preciso Mudar*. Belo Horizonte: FUNABEM, 1980.

reorganizar como uma instituição que, em novo momento da história do País, tem que oferecer alternativas mais adequadas ao atendimento a crianças e jovens marginalizados que sofrem os mais variados tipos de dificuldades.⁵¹¹

O relatório ainda trazia a informação de que a Funabem possuía uma estrutura e um funcionamento marcados pela: centralização excessiva, pelo ênfase no controle da sociedade pelo Estado, pelo burocratismo dispendioso, pelo clientelismo político, pela baixa remuneração dos servidores, pelo baixo investimento em recursos humanos. Esse relatório indicava que a instituição deveria se modificar para atender às novas demandas sociais e que a Funabem já não correspondia ao seu objetivo central de oferecer o atendimento aos meninos e às meninas que vivenciavam as mais diferentes formas de exclusão social.

Conforme foi registrado, é possível afirmar que a campanha anti-Febem, construída a partir da década de 1980, representou os desdobramentos de um debate iniciado uma década antes. A instalação da CPI do Menor, as diferentes pesquisas promovidas pela Unicef e pelas instituições acadêmicas, contribuíram de forma decisiva para a articulação de um movimento reivindicador de outra proposta de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil.

Com o processo de redemocratização, a campanha anti-Febem foi articulada no sentido de garantir que meninos e meninas passassem a ser atendidos de acordo com as suas particularidades. Nesse processo, a campanha pela infância recebeu uma importante contribuição dos movimentos sociais. A Igreja Católica, as universidades, os movimentos sociais, somaram esforços na campanha em defesa dos direitos da criança e do adolescente, fazendo com que a campanha adentrasse nos muros da Febem, onde técnicos, a exemplo Antônio Carlos Gomes da Costa, também participassem desse movimento.

No que se refere à questão do atendimento às meninas nas unidades de internação, é necessário analisar a participação do Movimento Feminista nesse processo. Daí a importância de se voltar para as memórias de Betânia, para que seja construída outra história das meninas que passaram pela Febem, que vivenciaram a

⁵¹¹ BRASIL. FUNABEM. *Relatório de Gestão*. Rio de Janeiro; FUNABEM, 1988.

situação de rua, e, assim, como registrou Antônio Carlos Gomes da Costa, de forma “corajosa” sobreviveram às mais diferentes formas de violência e exclusão social.

No mundo das ruas, uma passagem para outra vida

Lhe arrancaram as ganas
Lhe educaram as Anas
Lhe levaram os ossos
Lhe enxugaram o sexo
Lhe quebraram o nexo
Lhe vestiram a toga
Lhe cortaram as unhas
Hoje ela vive
Ou não vive
Só se sabe
Uma mulher limpa.

Assepsia - Ana Vasconcelos⁵¹²

Em forma de poema, Ana Vasconcelos buscou retratar a trajetória dessas meninas que sofreram as mais diferentes formas de violação de direitos políticos, civis e sociais. Esse poema faz parte de uma publicação intitulada *Meninas de rua: foi porque o amor valeu apenas*, organizada pela Brigada em Defesa da Mulher, no Recife, na década de 1980. Composta por organizações não governamentais, o objetivo da brigada era de articular e promover o debate acerca dos direitos das mulheres. Nesse período, a Brigada organizou o *Programa Pensando a Menina de Rua*.

Em seu depoimento ela construiu uma imagem da militante, da mulher que defendia os direitos das meninas em situação de rua, no Recife. Ela nos fala:

Eu me inspirei muito em Ana Vasconcelos, que, na época, era conhecida como uma louca. Aquela mulher com aquela imensa saia rodada, aquele cabelo vermelho. E ela chegava assim, impondo, impondo para sociedade que ela não podia mais fechar os olhos, não podia mais fazer de conta. Que a sociedade tinha um problema, que

⁵¹² VASCONCELOS, Ana. *Meninas de rua: foi porque o amor valeu*. Recife: Brigada em defesa da mulher. 1988. (mimeografado) Acervo: Casa de Passagem. P. 97

era o problema das meninas e dos meninos que estava em situação de rua e que era hoje, eu acho, de resolver, de buscar soluções.⁵¹³

As suas memórias estavam fortemente relacionadas à construção de uma identidade de uma militante do movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Foi a partir desse discurso que Betânia buscou construir a memória de uma mulher que aprendeu a tomar decisões desde o tempo de criança. Mesmo vivendo em situações-limite, ela procurava, das mais diversas formas, sobreviver aos desafios que a vida lhe apresentava e hoje se tornou a protagonista desta trama.

Como “militante”, ela constrói um discurso acerca das ações policiais, da Febem e do Juizado de Menores, como instituições falidas, ineficientes no cumprimento de suas atribuições. Betânia diz:

O Juizado, a Vara da Infância, como sempre funcionava na parte da frente; assim, do bloco daquele conjunto todo, e assim era como se fosse no Japão, né? Em outro país. Eu não me lembro de nenhum momento, nenhum juiz nem alguém da equipe técnica, eu não sei nem se existia equipe técnica aqui. Assim, mesmo sendo, o que eu quero dizer é que mesmo a Febem. O pavilhão onde ficavam alocadas as crianças e os adolescentes, sendo no mesmo terreno da Vara da Infância e da Juventude, que era o Juizado de Menores, não havia uma proximidade. É como se o Juizado de Menores fosse em outro país ou em outro estado.⁵¹⁴

Em seu discurso, Betânia fala dos dias que passou na Fernandes Vieira a partir das lembranças dos conflitos e do descaso. É importante registrar que essa unidade era considerada pelos operadores da Justiça como uma referência para a rede de atendimento às crianças e aos adolescentes abandonados ou que viviam em conflito com a lei. No decorrer das nossas pesquisas, observamos que, recorrentemente, eram divulgadas ações do Juizado voltadas para essa unidade.

O seu relato é permeado por uma crítica contundente da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, construindo imagens e representações dessas instituições como executoras de um sistema punitivo, coercitivo e desarticulado. Ao falar do cotidiano no Pavilhão da Fernandes Vieira, local onde as meninas eram recolhidas, Betânia elabora o

⁵¹³ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

⁵¹⁴ Idem.

discurso da ineficiente e do distanciamento do Juizado de Menores em relação ao cotidiano das crianças e dos adolescentes ali aprisionados.

Betânia fala das “injustiças da Justiça”, contra o poder de um sistema que provocava um distanciamento de pessoas que ocupavam o mesmo lugar. Ela não se colocava contra a instituição judiciária, mas contra esse poder que afastava, oprimia e excluía meninas e meninos que ali eram recolhidos como objetos, em um espaço concebido com um depósito. Uma prisão.

Ao falar do seu encontro com Ana e, por consequência, de sua aproximação com os movimentos sociais, Betânia passa a falar das disputas entre os ativistas e o sistema Funabem/Febem. O relato passa a transitar no campo das disputas entre as diferentes formas de pensar o atendimento e, o que é mais contundente, a forma de conceber a própria criança e o próprio adolescente que viviam em situação de rua. Aprendi com a historiadora Yara Aun Khoury que os relatos também são produzidos a partir do processo de disputa e que cabe aos historiadores/as estarem atentos às relações de disputas que permeiam a entrevista. De acordo com Khoury:

Considerando a História um processo de disputas de forças sociais envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a avaliar a vida cotidiana em sua dimensão história, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para os modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história.⁵¹⁵

É nesse campo de disputas que Betânia passa a questionar o método Febem. Para além do testemunho do cotidiano, da forma como as relações foram estabelecidas, o seu relato passa a assumir outra dimensão, a da crítica aos procedimentos técnicos, da forma como o sistema de atendimento se articulava no capo de diferentes setores, de como o sistema de justiça se relacionava com o sistema de segurança e como tal relação implicava Funabem/Febem no Recife. Betânia constrói o discurso da Febem falida, de um conjunto de sistemas que não respondia à sua missão institucional, fundamentalmente projetado para “ressocializar” as crianças e os adolescentes que viviam em situação de rua.

⁵¹⁵ KHOURY, Yara Aun. *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. In:

Em um determinado momento de sua entrevista, Betânia passa a questionar o método de atendimento da Febem voltado para o atendimento de meninos e meninas em situação de conflito com a lei. Betânia fala:

A verdade é assim: as crianças e os adolescentes que eram jogados ali ficavam ali por tempo indeterminados. Ou saíam porque fugiam, ou porque alguém da família, se ainda existisse vínculo, ia buscar, e lá permaneciam até completar maioridade e assim sem nenhuma preparação para essa maioridade, pois quando saíam de lá iam ser moradores de rua. Porque o vínculo com a família que ela fazia parte não existia mais. Não tinha como refazer esse vínculo com a família. Muitas vezes, o jovem procurava a família, e a família não queria mais, até pela da condição que eles já estavam, e eles iam viver na rua. Eu acho que grande parte das pessoas que vivem nas ruas hoje podem ser de origem das Febems.⁵¹⁶

A Febem passa a ser descrita como um depósito para abrigar as crianças e os adolescentes. As cenas do cotidiano passaram a ser produzidas a partir de um posicionamento de quem vivenciou a experiência de internação e que, ao logo da trajetória de vida, construiu um conhecimento técnico acerca das práticas de atendimento. Essa constatação pode ser percebida no trecho do relato em seguida:

Na época, eu lembro que tinha uma pessoa que ficava na guarita, mas não era exatamente um segurança, um vigia. Eu acho que eram os próprios monitores. Na hora que a gente tinha uma atividade, uma vez lá juntava todo mundo pra fazer um futebol, aí se tinha uma preocupação maior. Naquele período, não havia esse método, não havia uma preocupação que o Estatuto tanto prega hoje, que é o desenvolvimento integral. Eu acho que era um atendimento para massa e de qualquer jeito mesmo. E uma coisa que eles se preocupavam era com a alimentação. As outras coisas... Eu lembro que tinha uma salinha que era uma tentativa de fazer um reforço, um processo de alfabetização, mas são uma criança e uma adolescente com vivência de rua, impregnados com drogas, aquele processo de abstinência não vai se preocupar com isso.⁵¹⁷

Percebo que Betânia constrói o seu relato a partir de suas múltiplas vivências nos movimentos sociais, das suas leituras, das suas experiências como profissional, como pedagoga. Construir a entrevista com Betânia me fez recordar dos ensinamentos do historiador Antônio Torres Montenegro, ao afirmar que a construção de um relato:

⁵¹⁶ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

⁵¹⁷ Idem.

Se interliga de maneira inseparável às impressões apreendidas pela percepção, a qual nos mantém em contato com o mundo ao nosso redor. E essa, em seu devir infundável, estaria permanentemente apresentando novos acontecimentos, novas situações, novas experiências e, por extensão, outras formas de analisar e refletir acerca do que nomeamos como real.⁵¹⁸

Betânia constrói o seu relato a partir de sua percepção de mundo, construída na sua experiência de passagem pela Febem, de sua militância política e sua prática profissional. Concordo com a afirmação construída pelo historiador Montenegro, “a memória e a percepção são indissociáveis e não é possível a percepção pura, nem tampouco a memória pura”. Desse modo, para entender a trajetória de Betânia, é importante se voltar para uma análise mais sistematizada do que estava acontecendo no mundo que a norteava.

Ainda dialogando com a reflexão de Antonio Torres Montenegro, o relato “por mais particular que ele seja, carrega as marcas da rede social, profissional, política, cultural do entrevistado”. Essas marcas estão fortemente presentes no relato de Betânia, o que me faz percebê-las, a partir da relação entre o individual e o social, como “sinais em constante movimento de ressignificação, e não como prova do vivido”.

É nesse cenário que Ana Vasconcelos e os demais integrantes do movimento em defesa das meninas de rua propõe outra metodologia de atendimento às meninas que vivenciam a situação de rua. De acordo com o documento:

O trabalho será desenvolvido com meninas, constituindo-se, assim, num duplo desafio. Desafio, primeiro porque o trabalho com a menina — com o olhar feminista — é novo dentro das instituições. Segundo, porque o mundo ainda é masculino e é nesse mundo que as meninas terão que sobreviver, significando que as meninas não poderão ser alienadas do mundo de fora.⁵¹⁹

Nesse trecho do seu depoimento, observamos a ideia de que “o olhar feminista” deveria permear o atendimento às meninas nas instituições de acolhimento. Nos anos de 1980, os movimentos sociais de mulheres tinham como referência o ideário feminista, construído desde o século XIX, que atuou firmemente no combate às diferenças de gênero, sendo retomado no bojo da luta pela redemocratização do País. De acordo com

⁵¹⁸ MONTENEGRO, Antonio. *Travessias e Desafios*. In: LAVERDI, R... [et al.] *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Ed. UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. P. 38 – 54.

⁵¹⁹ VASCONCELOS, Ana. *Meninas de rua: foi porque o amor valeu*. Recife: Brigada em defesa da mulher. 1988. (mimeografado) . Casa de Passagem. P. 17.

Ana Vasconcelos, ao atenderem os casos que envolviam as meninas, a Febem e o Juizado.

A fala de Ana Vasconcelos retrata fortemente esse ideário, trazendo à baila o discurso feminista para o plano de atendimento às meninas que viviam em situação de rua ou eram consideradas *menores infratoras*. Na publicação *SOS Menina*, Vasconcelos ressalta:

A ociosidade é a primeira aprendizagem das meninas nas instituições. No processo de despojamento imposto pela instituição, a menina perde a ligação com o *eu*, ficando ainda mais precária a possibilidade da construção de sua identidade de mulher, ser humano, cidadã. Cede às exigências em busca de aliados e privilégios, mas se frustra na busca desesperada de individualidade e respeito. Para preencher o tempo vazio, sem a luta necessária à qual se acostumara nas ruas, só resta às meninas perturbar a rotina desejada pela instituição, exercitar o sexo solitário, seduzir, forçar outras meninas, usar drogas contrabandeadas, obedecer e dormir.⁵²⁰

De acordo com Vasconcelos, era necessária uma metodologia específica ao trabalhar com a questão da menina em situação de rua, partindo, inclusive, dos seguintes questionamentos:

Como trabalhar esta identidade feminina
construída sobre identificações tão negativas?
Quem é esta menina?
Quem é esta mulher?
O que é o ser humano?
O que se quer mudar?
Para que se quer mudar?
Para quem se quer mudar?
A quem interessa mudar?⁵²¹

A partir desses questionamentos, é possível observar a preocupação de Ana Vasconcelos com a questão da “identidade feminina”, o que marca o discurso do Movimento Feminista desse período. De acordo com estudos da historiadora Maria Joana Pedro, a História do Movimento Feminista foi marcada por várias fases, na qual o chamado *Movimento de Segunda Onda*, datado a partir do fim da II Guerra Mundial, possui uma característica de articular a luta em defesa da mulher. Segundo Maria Joana Pedro:

⁵²⁰ VASCONCELOS, Ana. *SOS Meninas*. Recife: Edição Casa de Passagem, 1990.

⁵²¹ VASCONCELOS, Ana. *Meninas de rua: foi porque o amor valeu*. Recife: Brigada em defesa da mulher. 1988. (mimeografado) Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

O movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. Como exemplos, podemos citar: o direito de ter filhos quando quiser, se quiser; a luta contra a violência doméstica; a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas; enfim, era em nome da “diferença”, em relação ao “homem” — aqui pensado como ser universal, masculino — que a categoria “Mulher” era reivindicada.⁵²²

A atuação de Ana Vasconcelos foi fortemente marcada por esse viés, um movimento que buscava colocar em tela a sua especificidade, ou seja, a “luta feminista”, atrelado a outro problema, que era a “questão do menor”. O discurso de Vasconcelos traz uma concepção de “ser menina”. A sua fala refletia o momento de articulação em defesa dos direitos humanos das mulheres, que se desdobrava no debate sobre a questão das meninas que viviam em situação de abandono nas ruas do Recife e eram encaminhadas para Febem. A partir da sua reflexão, as delegacias não possuíam habilidade de tratar com as questões do universo feminino afirmando que:

A polícia prende; as instituições, por não saberem lidar com a menina, devolve-as às ruas. A polícia, irritada, aumenta a violência a cada nova prisão. O que se segue é um círculo vicioso, até que chega o momento em que a menina completa 18 anos e aí deixa de ser responsabilidade da instituição que lida com menores. Agora, a luta a ser travada será entre a menina e os órgãos de repressão. A menina sabe que vai morrer, que seu destino está escrito nas ruas.⁵²³

A partir do contato com Ana, Betânia passou a ser atendida por essa organização. Na publicação *Meninas de rua: foi porque o amor valeu apenas*, Ana Vasconcelos defende um conceito sobre como foi construída a ideia das meninas que viviam em conflito com a lei, afirmando:

A menor infratora é a realidade que foi construída socialmente, a realidade que se quis construída e da qual se parte desse trabalho. A menor infratora que se quer presa porque “perigosa”, difícil de ser submetida, é ponto de partida deste trabalho. Entretanto, embora menor, embora infratora, a menor-mulher existe e é este problema social. Compreender esta menina é compreender as causas sociais da

⁵²² PEDRO, Joana Maria *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

⁵²³ Idem. 13

sua revolta e da sua insubmissão, da sua “infração” e da sua luta para permanecer viva.⁵²⁴

Esses movimentos sociais passaram a defender várias “bandeiras de luta” em defesa da garantia dos direitos políticos, econômicos e civis. Ao analisar esse período, Mione Sales nos afirma que a concepção dos direitos passou a permear o debate sobre o atendimento aos meninos e às meninas que vivem no mundo do abandono, da desvalia e/ou em situação de conflito com a lei.

É importante registrar que o discurso de Vasconcelos deve ser datado historicamente. Nesse discurso não há registro da palavra *gênero* ou *relações de gênero*, o que identifica uma tendência do Movimento Feminista. Ainda de acordo com Maria Joana Pedro:

Neste início do Movimento Feminista de “Segunda Onda”, a palavra *gênero* não estava presente. A categoria usada na época era “mulher”. Esta, pensada em contraposição à palavra “homem”, era considerada universal, ou seja, quando se queria dizer que as pessoas são curiosas, por exemplo, dizia-se de forma genérica “O homem é curioso”. Aqui, a palavra *homem* pretendia incluir todos os seres humanos.⁵²⁵

Para a advogada e militante, o objetivo do *Programa Pensando a Menina de Rua*, baseava-se nas seguintes questões:

Como trabalhar esta identidade feminina construída sobre as identificações tão negativas e estigmatizantes? Quem é esta menina? Quem é esta mulher? O que é o ser humano? O que se quer mudar? Para quem se quer mudar? A quem interessa mudar? Essas e outras perguntas estão sendo feitas no decorrer do processo. Construir o pensar e construir o fazer. A equipe, no decorrer do processo, estará vivendo grande responsabilidade, que significa ser o modelo, ser o referencial em que as meninas se apoiarão no trabalho de construção da identidades delas.⁵²⁶

⁵²⁴ VASCONCELOS, Ana. *Meninas de rua: foi porque o amor valeu*. Recife: Brigada em defesa da mulher. 1988. (mimeografado) Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. P. 21.

⁵²⁵ PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

⁵²⁶ Idem. 18

Desse modo, não podemos entender a atuação da Casa de Passagem e da própria Ana Vasconcelos distantes desse momento político de “militância” que marcou a sociedade brasileira no final da década de 1970 e primeira metade de 1980. Nesse período, surgiram várias organizações não governamentais, as chamadas ONGs, que se dedicaram a criar ações sociais voltadas para a política de assistência aos meninos e às meninas. De acordo com Cristina Vasconcelos, irmã e companheira de movimento de Ana Vasconcelos, esse movimento se desdobrou na Casa de Passagem:

No início do atendimento, nos idos dos anos de 1980, as crianças e os adolescentes de rua, ao roubarem e serem exploradas sexualmente, eram presas, espancadas e levadas para instituições do Estado, onde permaneciam, ficando confinadas em amplos pavilhões úmidos e vazios [...]. As meninas, ao serem soltas, voltavam às ruas, repetindo o mesmo círculo perverso de morte psicológica e vazio existencial: rua, prisão, instituição, rua. Era grande o número de fugas ocorridas. Percebíamos a impossibilidade de se trabalhar com o ser humano tratado daquela maneira. Perguntávamos: onde está a sensibilidade do educador, seu olhar em relação à menina, o desejo de ajudá-la?⁵²⁷

Foi a partir dessas questões que o grupo buscou construir, inicialmente, o chamado *atendimento assistencial voluntário* e logo depois construir uma casa onde as meninas não se sentissem aprisionadas, onde não existissem grades e abolissem qualquer forma de espaço que remetesse à ideia de “cafua”. Em 1987, é apresentada às entidades governamentais e não governamentais a proposta da Casa de Passagem, no Recife.

De acordo Cristina Vasconcelos, a Casa de Passagem, oficialmente reconhecida como Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem, foi fundada em 1989 como organização não governamental. Centro Brasileiro, pois a casa buscava atender a crianças e adolescentes não só do Recife, mas da região metropolitana e de outros estados do Brasil. Buscando oferecer um atendimento sistêmico, a instituição oferecia atendimento psicológico, jurídico, além de proporcionar atividades de cunho educativo e profissionalizante.

⁵²⁷ MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos. *Casa de Passagem no atendimento sistêmico à criança, ao adolescente e à família*. Recife: Casa de Passagem, 2008.

Era nessa casa que as meninas deveriam ter o atendimento voltado para os cuidados do espaço físico e de si. Para Ana Vasconcelos, a casa deveria ter uma equipe de profissionais que acompanhassem o cotidiano das crianças e adolescentes atendidas. A advogada não deixava de ressaltar que o trabalho deveria romper com a lógica machista presente nas instituições de atendimento às meninas em situação de abandono ou infração.

As pesquisas realizadas pela socióloga Cleide Galiza de Oliveira nos permite analisar como esse processo foi construído no Recife. Ao se debruçar sobre a atuação das ONGs populares voltadas para o atendimento de meninos e meninas, a socióloga observou que ao surgimento das organizações se atrelavam as demandas surgidas nos bairros, representando o fruto do descaso governamental às comunidades socialmente vulneráveis. Ao analisar o cadastro das ONGs que atuavam na Região Metropolitana do Recife, Oliveira constatou:

A Região Metropolitana do Recife, acompanhando a tendência do movimento nacional, também mostrou fortes sinais de organização com a participação ativa de diversos setores da sociedade na criação e reformulação do atendimento à criança e ao jovem. Essa preocupação pode ser demonstrada através do surgimento, principalmente na década de 1980, de entidades sociais particulares (das 250 cadastradas, 70,8% foram criadas nesse período) que procuravam atender às demandas do seguimento infanto-juvenil na região.⁵²⁸

Ao pesquisar o número de ONGs que atuavam no campo da assistência ao público infanto-juvenil, Cleide Oliveira afirmou que o *boom* das organizações populares “não chega a ser expressivo numericamente diante do quadro de carências em que se encontrava o seguimento juvenil em Pernambuco”. A situação de pobreza e o descaso governamental marcavam o cotidiano do Recife na década de 1980, quando 80% das famílias que residiam na região metropolitana viviam com a renda per-capita abaixo de um salário mínimo.⁵²⁹

Ao refletir sobre a presença das chamadas ONGs, Ana Maria Doimo afirma que foi no Brasil pós-70 que essas entidades procuraram construir uma “vigorosa valorização do cotidiano, quando a rejeição de todo tipo de racionalidade organizativa – principalmente dos partidos políticos – foi parar na ‘bocado povo’”. Nesse cenário

⁵²⁸ OLIVEIRA, Cleide Galiza de. *Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

⁵²⁹ Idem.

efervescente, “um povo espalhado por esse Brasil afora, participante de sucessivos movimentos reivindicatórios, todos com alto teor expressivo-mobilizador”.⁵³⁰

Localizada no Bairro de Santo Amaro, a organização buscava intervir diretamente no cotidiano das meninas. De acordo com Ana Vasconcelos, o *Programa Pensando a Menina de Rua* partia da hipótese de que essas garotas deveriam ser atendidas em uma casa, partindo da seguinte perspectiva:

O trabalho objetiva levar as meninas a compreenderem o trabalho com a casa onde viverão ou que frequentarão, as causas de estarem reunidas nessa casa, o compromisso de cuidar dessa casa. Ainda, o compromisso de executar os compromissos individuais dentro da casa, quer que seja com o cuidado pessoal, quer que seja nos cuidados necessários ao bem-estar de todas as pessoas que na casa convivem, compreendendo as responsabilidades de cada uma frente a ser vivida e construída.⁵³¹

Desse modo, não podemos analisar o discurso de Ana Vasconcelos distante desse cenário político e social. Foi nesse período que a Febem passou a aprofundar o debate sobre a questão das meninas de rua. De acordo com Maria da Glória Ghon:

No decorrer dos anos 1980, os movimentos sociais no Brasil passaram, no plano da atuação concreta e no plano das análises deles feitas, da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença. Vários fatores contribuíram para essas mudanças, com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participaram da sua implementação, gestão, avaliação; o consenso, a generalização e o posterior desgaste das chamadas *práticas participativas* em diferentes atores da vida social.⁵³²

É nesse cenário que Betânia se encontra com uma nova vida. No seu relato, ela afirma que desde 9 anos de idade vivia em situação de rua e não frequentara a escola. Ao relembrar o seu encontro com a Casa de Passagem, ela afirma que foi nesse espaço que ela retomou os estudos. Ao retratar a sua experiência de alfabetização, recorda:

⁵³⁰ DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará – Anpocs. P.87

⁵³¹ VASCONCELOS, Ana. *SOS Meninas*. Recife: Edição Casa de Passagem, 1990.

⁵³² GHON, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2011. P. 285.

Eu me alfabetizei com 18 anos. Assim, eu era muito estimulada, porque no período em que fui viver na rua, assim entre os 15 e os 16 anos, eu conheci Ana Vasconcelos. Acho que você deve... Aí Ana, ela tinha, assim, a Casa de Passagem, que hoje existe, idealizado tudo meio que ideias. Mas ela já sentava com a gente, eu lembro, lá no Rio Branco, que hoje é um bairro assim superelitizado, o bairro do Recife, mas naquela época, assim, de manhã era o comércio e à noite era o ponto de prostituição. Aí tinham meninas, assim, criança e adolescentes, adultos... E a gente sempre se encontrava ali, assim eu sempre estava ali com o grupo de amigas e Ana.⁵³³

A cada contato com Ana, ela percebia que era possível. Betânia aprendeu a ler. A relação com Ana Vasconcelos foi lembrada a partir do sentimento de saudade e afeto. Para Betânia, aqueles encontros começaram a transformar a sua vida e a de algumas das suas companheiras. Aos poucos, Betânia percebia que aquelas conversas surtiam efeitos positivos em sua vida.

Foi nesse período, ainda vivendo nas ruas do Recife e sendo recorrentemente levada a Febem, que Betânia encontrou o seu primeiro namorado. Ele era “um grande líder”, aquele que conduzia o grupo de meninos, que como ele também cumpriam medida de privação de liberdade. Eles se conheceram em uma unidade da Febem. Betânia nos fala que os muros que separavam os dois pavilhões, que separavam os meninos e as meninas, não conseguiram afastá-la de seu companheiro, o que nos faz observar que a vigilância nem sempre cumpria a sua missão de controlar e garantir o distanciamento entre os garotos e as garotas. Desta relação, nasceu a sua primeira filha.

De menina assistida Betânia se tornou uma das mobilizadoras do movimento em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Ela passou a residir na Casa de Passagem, a trabalhar diariamente com as meninas do centro e a percorrer as ruas do Recife com outro objetivo: contribuir com os direitos dessas crianças e adolescentes, escutando-as e encaminhando-as, caso possível, para o atendimento na organização.

Eu acho que a pessoa de Ana fez a diferença no País. Porque Ana foi uma das pioneiras a gritar para este estado, para cidade do Recife, pro Brasil, que existiam crianças nas ruas em situação de extrema vulnerabilidade. Então, o surgimento do Estatuto, a Casa de Passagem eram muito presentes nessa discursão. Todas as passeatas. Eu lembro

⁵³³ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

que inúmeras vezes a gente foi à Brasília gritar pela criação do Estatuto.⁵³⁴

Contudo, um ano depois da publicação desse relatório, em 1990, foi promulgado, pelo então Presidente Fernando Collor de Melo, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e com ele extinta a Funabem e criado o Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência – CBIA.

A trajetória da Betânia também nos faz conhecer “outra” visão e versão da rede de assistência social, construída durante a última década do Regime Civil-Militar. O seu depoimento nos faz perceber que as estratégias de controle e coerção estabelecidas pela Febem transcendiam aos seus muros. Todavia, observamos que foi possível desafiar o poder panóptico a partir de táticas, individuais e coletivas, construídas no cotidiano de crianças e adolescentes.

Debruçar-se sobre a trajetória de Betânia me fez perceber que o Estado falhou e que a sociedade civil organizada fez a diferença na vida da nossa protagonista. A Febem não cumpriu a sua função de ressocializar, e essa ineficiência deve ser compartilhada com o Poder Judiciário e o Sistema de Segurança, haja vista que essas instituições também faziam parte do que chamamos de *rede de assistência*.

Ao construir as “memórias de si”, Betânia procurou produzir um discurso identitário, ressaltando a importância de reconhecer o passado da criança que viveu em situação de rua, mas que, naquele momento da entrevista, colocou-se como mulher, negra, mãe e defensora da causa dos direitos humanos. Ao narrar suas memórias, ela constrói a identidade de uma mulher que para sobreviver foi necessário subverter a ordem e as convenções estabelecidas.

Ao olhar para o passado procurando construir uma “imagem de si”, ela não esqueceu de sua mãe e afirmou que depois de ter vivenciado as mais diferentes experiências nas ruas, na Febem e na Casa de Passagem, conseguiu perdoá-la e lembrar que, da forma dela, ela buscou proteger seus filhos. Emocionada, Betânia relembra-se de um acontecimento que marcou a sua infância:

Eu me lembro de uma situação em que eu era pequenininha, e o meu irmão, era uma irmã mais nova, eu deveria ter uns 8 anos, 7, e ela não tinha dinheiro para aluguel e foi expulsa do quartinho. E tinha uma

⁵³⁴ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

amiga dela que estava reformando a casa e tinha um banheiro sendo construído. Tava chovendo muito, e ela pediu para amiga para a gente dormir no banheiro, mas era assim muito pequeno. Mas ela conseguiu acomodar nós três, e ela ficou sentadinha na porta do banheiro. Colocou os jornais lá, e a gente deitadinho no colo dela. Então, veja, é a proteção, é o cuidado. Não é o cuidado que eu realmente precisei para me desenvolver plenamente, mas é o cuidado que naquele momento ela tinha pra me dar.⁵³⁵

Nesse relato, a emoção toma conta da entrevista, mas logo ela se recupera. Com o passar do tempo, Betânia retomou o contato com sua mãe e seus irmãos. Construiu sua própria família. É mãe de três filhos e avó. A organização não governamental de que fazia parte custeou sua graduação em Pedagogia.

As memórias de seu tempo de criança e adolescente foram fortemente relembradas a partir de um caminho que a fez crescer e se tornar a Betânia que desafiou a “Febem da tortura”. Betânia construiu no seu relato uma Febem marcada pela violência e exclusão social. No fim da entrevista, ela afirma:

Eu fui contratada, passei a ser colaboradora, e aí a gente teve uma série de diferença. Mas eu não posso negar que a Casa de Passagem, o Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente, como é registrado, ela fez a diferença na minha vida.⁵³⁶

Uma vida que foi construída a partir de seus passos, que foi percorrendo as ruas, enfrentado o perigo e a ameaça, entregando-se para polícia para matar a fome ou fugindo da Febem – do Pavilhão da Fernandes Vieira, pois “era melhor viver na rua do que na Febem”.

Foi falando de sua caminhada que Betânia construiu um Recife até então desconhecido, o Recife das meninas que viviam em situação de rua. Betânia elaborou uma “imagem de si”, de uma menina que cresceu e se fez mulher, esposa, mãe, avô e educadora. Escrever a História de Betânia me fez perceber que é possível se construir outra História das meninas e dos meninos que viviam em situação de rua. Fez-me aprender que a História é feita de passos que formam um caminho e que o caminho se faz caminhando.

⁵³⁵ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

⁵³⁶ Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada no Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Augustinho, Carlos e Betânia... Três trajetórias de vida que aqui se encontraram para a construção de uma História. A partir de suas narrativas, eles construíram diferentes Febems. Produziram diferentes discursos sobre a mesma instituição, o que me fez constatar que a Febem é múltipla, plural e se constrói no movimento das memórias, das vivências daqueles que atravessaram os portões das unidades de internação. Tempos diferentes.

As diferentes Febems construídas, uma vez que os espaços por onde os protagonistas desta trama transitaram não foram os mesmos. A Febem da Mangabeira, do Centro Comunitário, não foi a Febem de Pacas e muito menos de Santa Rosa. Os espaços construídos nas narrativas corresponderam a universos distintos, as memórias desses agentes trouxeram o mundo de práticas e discursos, da “Febem família”, da “Febem prevenção” e da “Febem prisão”.

É importante também considerar que os tempos corresponderam a distintos momentos políticos, econômicos e sociais. Se no tempo de Augustinho o Regime Ditatorial reproduzia o discurso da “Revolução”, nos tempos de Carlos e Betânia, a sociedade brasileira questionava o chamado *governo revolucionário*. Os tempos da Ditadura também não foram estáticos.

“Nós somos o tempo”, afirmou o historiador Estevão Rezende Martins. De acordo com Martins, “Viver o tempo, interiorizá-lo pela reflexão, transformá-lo de história vivida para história pensada é próprio de nós, da racionalidade de nosso pensar e de nosso fazer”.⁵³⁷ Seguindo essa ótica, nós construímos os diferentes tempos, espaços e as diferentes Febems.

Neste trabalho a Febem não foi apenas pensada a partir do seu estatuto, do decreto que a constituiu legalmente, das suas diretrizes protocoladas nos manuais ou relatórios elaborados pela equipe técnica. A Febem foi construída a partir das experiências vividas, pelos meninos e pelas meninas que passaram pelas suas unidades de internação e construíram memórias para além do institucional. Os

⁵³⁷ MARTINS, Estevão Rezende. *História: filha e mestra do tempo*. In: NICOLAZZI, F.; MOLLO, H. M.; ARAÚJO, V. Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

relatos/testemunhos contam vivências de crianças e adolescentes que ora aprenderam com os adultos, ora tiveram que resistir às mais diferentes formas de coerção e controle.

A Febem do trabalho, instituição que interveio nas famílias pobres, da prestação de serviços a comunidades... A Febem dos maus-tratos, das negligências e outras formas de violência construídas nos corredores, nas celas, nas cafuas, nos refeitórios e nos mais diferentes espaços que compunham as unidades prisionais... Essas Febems adentraram na vida de meninos e meninas que internalizaram as lembranças do “bem-estar” e do “mal-estar”.

A Febem que nasceu da campanha anti-SAM foi abolida como uma instituição que já não mais correspondia às demandas sociais e políticas. Neste trabalho, foi discutido como foi construída a campanha em favor da Funabem e como a campanha anti-Funabem foi arquitetada, tendo como articulação, em alguns momentos, dos próprios técnicos da instituição. É possível afirmar que a campanha anti-Febem surgiu das ruas, dos movimentos sociais, das organizações não governamentais e também de pessoas que integravam o corpo técnico da Funabem, que contribuíram para o discurso do “É preciso mudar”.

A partir deste trabalho, é possível afirmar que a Febem não conseguiu cumprir seus objetivos. A forma padronizada de conceber o tempo da criança e o tempo do adolescente, o não respeito às questões de gênero, a relação hierárquica construída com o Juizado de Menores, a uniformização dos atendimentos às crianças que possuíam problemas diferentes, contribuíram para a falência do projeto político construído pelos militares, que não iria se sustentar no cenário de abertura política construída na década de 1980.

As trajetórias de vida de Augusto, Carlos e Betânia são marcadas pelos maus-tratos vivenciados e/ou testemunhados na Febem. Nas unidades de internação era reproduzida a política institucional da tortura, construída pelos governos militares. A Febem da “tabica de fogo”, do medo e da cafua apresenta como a tortura foi representava de forma multifacetada, descortinando uma instituição que reproduzia como diferentes práticas de torturas no cotidiano de meninos e meninas internos/as.

Agora pergunto ao/a leitor/a: O tempo da Febem acabou? Respondo que enquanto houver maus-tratos, cafuas, pavilhões onde as crianças e os adolescentes passem o dia ociosos... Enquanto houver profissionais que atuem no campo do Sistema de Justiça procedendo a partir da lógica punitiva e coercitiva. Enquanto houver policiais

e agentes da segurança explorando ou abusando sexualmente meninas e meninos. Enquanto não houver um sistema digno de educação e enquanto as crianças e adolescentes não puderem viver dignamente o convívio em família e em comunidade, o tempo da Febem permanecerá.

Ao longo desta trama, o micro dialogou com o macro em todo instante. Esse foi o meu objetivo. Não foi possível construir “outra” História dos meninos e das meninas que tiveram sua infância perdida sem provocar diálogos. Diálogos entre as diferentes áreas do conhecimento humano, entre as diferentes historiografias, entre as diferentes pessoas.

O diálogo maior foi entre três pessoas que aqui se encontraram e passaram a construir “outra” História da Febem. O aprendizado maior foi de que as crianças e os adolescentes, mesmo passando pelas mais diferentes formas de abandono ou vivendo as mais diferentes condições de vulnerabilidade, são capazes de superar as limitações impostas pela vida e construir outras Histórias. Percebi que, para além da instituição e o sistema de justiça, há vidas. E é sobre a vida humana que a História deve se debruçar.

FONTES

- *Fundação Arquivo Nacional*

Acervo Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem

Relatórios

BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *A Revolução e o Problema do Menor*. Rio de Janeiro: Funabem, 1968.

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro – 1968.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem. O “menor problema social” no Brasil e a ação da Funabem. Rio de Janeiro: Funabem, 1978.

BRASIL. FUNABEM. Costa, Antonio Carlos Gomes da. Relatório *É preciso Mudar*. Belo Horizonte: FUNABEM, 1980.

BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Funabem ano 20*. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, 1984.

BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *FUNABEM: 20 anos*. Rio de Janeiro: FUNABEM: 1984.

BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF. *A menina de rua*. Programa Regional Mulher no Desenvolvimento. Recife: UNICEF, 1984.

BRASIL. FUNABEM. *Meninas de Rua*. Rio de Janeiro; FUNABEM, 1988.

BRASIL. FUNABEM. *Relatório de Gestão*. Rio de Janeiro; FUNABEM, 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Comissão parlamentar de inquérito: CPI do Menor*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1975.

Conferências

ALTENFELDER, M. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor*. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra. 11 de junho de 1970. Funabem, Setor de Relações Públicas, 1970.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Campanha da Fraternidade 1987. “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. São Paulo, 1987.

Manuais

BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Diretrizes e Normas para Aplicação da Política do Bem-Estar do Menor* Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, 1966.

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. *O bem-estar do menor*. Rio de Janeiro, 1969.

Encartes

Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social/MPS. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto Mangabeira* (encarte). Recife: 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Moral e Civismo. *Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino como disciplina obrigatória*. Brasília: 1970.

Revistas

BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. Rio de Janeiro: Funabem. Edições: 1967, 1968, 1971, 1974, 1976, 1979.

- ***Fundação Getúlio Vargas***

BRASIL. Fundação Getúlio Vargas. *Dados Estatísticos Parciais Necessários para o Estudo de Recursos Humanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

- ***Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE***

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

- ***Fundação Biblioteca Nacional***

Relatórios

BRASIL, Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica. Estudo analítico sobre as bases institucionais (objetivos, recursos, instrumentos, regime de cooperação). Rio de Janeiro, 1964.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Aliança para o Progresso: conceito, objetivos, estrutura e realizações no Brasil*. Rio de Janeiro: 1966. P. 41.

- ***Fundação de Atendimento Socioeducativo – Funase***
Acervo Febem Pernambuco

Relatórios

PENAMBUCO. Fundação do Bem-Estar do Menor em Pernambuco. *FEBEM/Pernambuco*. Recife: Fundação do Bem-Estar do Menor em Pernambuco, 1979.

PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de Pernambuco. *Estatuto da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor*. Recife: 1966.

PERNAMBUCO. Fundação Estadual Do Bem-Estar Do Menor. Relatório de Plantão. 1306. Eugênia Maria da Silva. Recife, 10 de julho de 1975.

PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Febem. Relatório de Plantão Caso n.º 4.095. Recife, 1972.

PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Relatório de Plantão. 1306. Eugênia Ferreira da Silva. Recife, 1972.

- ***Fundação Joaquim Nabuco***
Revistas

BRASIL. *Realidade*. São Paulo: Editora Abril. Agosto, 1967.

Jornais

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Quadrilha retida em Água Fria*. Recife, 21 de fevereiro de 1979. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Foram-se os malandros, e os pivetes?* Recife, dezembro de 1979. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *“Gang” de menores de 10 e 12 anos assalta e mata um quinquagenário*. Recife, 10 de abril de 1966. P. 2 Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Suplemento Infantil. *Artistas Juvenis*. Recife, 03 de setembro de 1983.

JORNAL DO COMMERCIO. *Meninos saem do Juizado e voltam à delinquência*. Recife, 4 de fevereiro de 1979 – p. 25. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

• *Arquivo Estadual Jordão Emereciano*
Hemeroteca

Jornal do Commercio

JORNAL DO COMMERCIO. *Menores estão fugindo do Instituto de Pacas*. Recife, 09 de setembro de 1967.

JORNAL DO COMMERCIO. *Juiz diz que a Fundação do Menor é desobediente*. Recife, 9 de setembro de 1967.

JORNAL DO COMMERCIO. *Febem quer tratamento melhor para crianças*. Recife, 23 de fevereiro de 1969.

JORNAL DO COMMERCIO. *Instituto Profissional de Pacas foi restaurado depois da Revolução*. Recife, 12 de setembro de 1967.

JORNAL DO COMMERCIO. *Como vai o Instituto de Pacas depois da nova administração*. Recife, 26 de julho de 1964, p. 30.

JORNAL DO COMMERCIO. *Meta em Pernambuco é amparar o menor*. Recife, 31 de janeiro de 1971.

JORNAL DO COMMERCIO. *Delinquência juvenil preocupa autoridades*. Recife, 17 de julho de 1979. P. 16.

Diario de Pernambuco

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Estaria sofrendo violências, o menor, no Reformatório de Pacas*. Recife, 17 de julho de 1958.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Mensagem da Funabem*. Recife, 22 de fevereiro de 1968.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Aumenta o número de pedidos de internamento de menores nos abrigos do Estado*. Recife, 06 de janeiro de 1966. P12.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Criação da Febem atualizará a política do amparo ao menor*. Recife, 16 de abril de 1966. Acervo: Arquivo Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *O Drama do Menor Abandonado: editorial*. Recife, 24 de fevereiro de 1966. P. 24

DIARIO de PERNAMBUCO. *Instituto Profissional de Pacas*. Recife: 02 de novembro de 1967.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Menores de Pacas são Aprendizes de Marinheiro*. Recife, 16 de fevereiro de 1965. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – Apeje.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Suplemento Infantil. *Artistas Juvenis*. Recife, 03 de setembro de 1983. Acervo: Arquivo Jordão Emereciano – APEJE.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Suplemento Junior. Recife, 11 de agosto de 1979.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Suplemento Júnior. Recife, 04 de setembro de 1982.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Suplemento Júnior. Recife, 07 de setembro de 1983.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Recuperar menores é lema do Juizado*. Recife, 20 de janeiro de 1967.

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Abrigo feminino de menores tem quatro casas e sua inauguração será no dia 27*, Idem. Recife, 20 de janeiro de 1967.

DIARIO DE PERNAMBUCO. O Código de Menores. Recife:12 de outubro de 1979.

Diário Oficial

PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Lei N. 5810. Recife, 14 de junho de 1966.

- ***Casa de Passagem***

VASCONCELOS, Ana. *Meninas de rua: foi porque o amor valeu*. Recife: Brigada em defesa da mulher. 1988. (mimeografado)

VASCONCELOS, Ana. *SOS Meninas*. Recife: Edição Casa de Passagem, 1990.

- ***Entrevistas***

Entrevista com Maria Betânia da Silva. Realizada em Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

Entrevista com José Augustinho da Silva. Realizada em Vitória de Santo Antão, em 12 de fevereiro de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Lidemberg Santos.

Entrevista com Carlos Alberto da Silva Santos. Realizada no Recife, em 28 de dezembro de 2012. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Eluilde Júnior.

Entrevista com Miguel Cipriano de Oliveira. Realizada em Recife, em 14 de julho de 2011. Entrevistador: Humberto Miranda. Transcrição: Rafael Xavier.

- ***Biografias e Memórias***

HERZER. *A queda para o alto*. Petrópolis: Vozes, 1991.

LOUZEIRO, José. *Infância dos mortos* (Pixote). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

RAMOS, Roberto Carlos. *A arte de construir cidadãos: as 15 lições da pedagogia do amor*. São Paulo: Celebris, 2004.

- ***Filmografia***

Babenco, Hector (Direção). *Pixote - A Lei do Mais Fraco*. São Paulo/Rio de Janeiro: 1987.

- ***Sítios da Internet***

CISNE, Mirla. a “feminização” da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. In: Iii Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2007.

Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos>. Acesso em: 3 de novembro de 2013.

RODRIGUES, e. & FILHO, Geraldo Inácio. Educação Moral e Cívica e Ensino de História, aportes disciplinares de formação: um estudo comparado. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n.45, p. 139-152, mar 2012. 139-152.

- ***Legislações***

Brasil. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Decreto nº 22.213 de 14 de dezembro de 1890.

BRASIL. *Código de Menores de 1927*. Decreto 17.343/A. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1927.

BRASIL. *Decreto-Lei 3.799*. Estabelece a criação do Serviço de Assistência a Menores – SAM. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1941.

BRASIL. Lei N. 6.697. *Código de Menores*. Brasília, 10 de outubro de 1979.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Decreto 17.343/A. Brasília, 13 de julho de 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Gangues, galeras, chegados e reppers*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ABREU, Vanessa Kern de. *A Educação Moral e Cívica: Disciplina Escolar e Doutrina Disciplinar - Minas Gerais (1969-1993)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

ALBERTI, Verena. *Ouvir e Contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Mundos e imundos de (o) trabalho: por uma crítica histórica da categoria trabalho*.

_____. *Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia*. IN: PINSKY, Carla e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Nordestino: uma invenção do falo*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALTOÉ, Sonia. *Infâncias perdidas: o cotidiano dos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon Ed, 1990.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2005.

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. *Apresentação*. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999.

AREND, Silvia Fávero. *Trabalho, escola e lazer*. In: PINSKY, C. & PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. 63 – 83.

_____. *Histórias de abandono. Infância e justiça no Brasil*. (Década de 1930) Florianópolis: Mulheres, 2011.

_____. *Por uma história da infância no Brasil: desafios e perspectivas*. In: Miranda, H. & Vasconcelos, M. E. *História da Infância em Pernambuco*. Recife: Editora da UFPE, 2007.

_____. *De exposto a abandonado: uma trajetória jurídico-social*. VENÂNCIO, Renato. In: *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil (séculos XVIII-XX)*. São Paulo: Alameda, 2010. 339-359.

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ASSIS, Simone Gonçalves & CONSTANTINO, Patrícia. *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos de Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
- BASÍLIO, Luiz Cavalieri. *O menor e a ideologia de segurança nacional*. Belo Horizonte: Veja-Novo Espaço, 1985.
- BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamento e história*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *O Narrador*. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. *Memória e vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BERNAL, Elaine Marina Bueno. *Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internos em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960)*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BERNARDES, Denis. *Recife, o caranguejo e viaduto*. Recife: Editora da UFRPE, 1996.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e Fotografia*. Belo Horizonte: Autentica, 2011.
- BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, J. & DELGDO, Lucília. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 13-42.
- BRETAS, Marcos. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BRITO, Eleonora. *Justiça e Gênero: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.
- CÂMARA, Helder. *Um olhar sobre a cidade: olhar atento, de esperança, de prece*. São Paulo: Paulus, 1995.

CAMARA, Sonia. *Sob a guarda da República: infância e minoridade no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMPOS, Angela Valadares Dutra de Souza. *O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. *A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica*. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Araújo. *Revolução e Democracia 1964*. (Série As esquerdas brasileiras - Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. *A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHENIAUX, Sonia. *Trapaceados e trapaceiros: o menor de rua e o serviço social*. São Paulo: Cortez, 1982.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma disciplinar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Daniel Araújo; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. *O século XX: tempos de crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: contexto, 1991.

_____. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: contexto, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 – 1970)*. In: *O Brasil Republicano: o tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 93 – 131.

- _____. *História Oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte; Autêntica: 2006.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 2008.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará – ANPOCS.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- EDMUNDO, Lygia Pereira. *Instituição: escola da marginalidade?* São Paulo: Cortez, 1987.
- ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autentica 2011.
- _____. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FERREIRA NETO, João Constantino. *Dificuldades na escolarização dos adolescentes privados de liberdade em Pernambuco*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *As malhas do poder*. In: FOUCAULT, Michel. Segurança, penalidade e prisão – Ditos e Escritos Vol. VIII. Rio de Janeiro: Forense editora, 2012.
- _____. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Volume 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.
- _____. *História dos homens infames*. IN: MOTTA, Manoel de Barros (org.). Coleção Ditos e Escritos IV - Michel Foucault: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- _____. *Os intelectuais e o poder*. In: MOTTA, Manoel de Barros (org.). Coleção Ditos e Escritos IV - Michel Foucault: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 34. Ed. Petrópolis: 2007.
- FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec/Salvador: Editora da UFBA, 1996.
- FREUND, Alexander. *Migração, memória e identidade: relatos de história oral no contexto de histórias de familiares e nacionais*. In: LAVERDI, Robson... [et al.]. *História Oral: desigualdades e diferenças*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FRONTANA, Isabel. *Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- GABBI, Márcia. *Mário de Andrade e os desenhos das crianças pequenas: olhares de "turista aprendiz"*. In: FREITAS, Marcos Cézár. *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatral no século XIX*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- GENET, Jean. *A criança criminosa*. Lisboa: Hiena, 1988.
- GHON, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2011.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991.
- _____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOFMAN, Erveing. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.
- GONÇALVES, Hebe Signorini. *Infância e violência no Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj, 2003.
- GORDO LONG, Alice Beatriz da Silva. *História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta*. IN: BOM MEIHY, José Carlos Sabe. (Re) introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta*. IN: BOM MEIHY, José Carlos Sabe. (Re) introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.
- GRACIANI, Maria Stela. *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo: Cortez, 2009.
- GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos de rua*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- GREIG, PHILIPPE. *A criança e seu desenho: o nascimento da arte e da escrita*. São Paulo: Artmed, 2001.
- GUIMARÃES, Regina Beatriz. *Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas*. In: LAVERDI, Robson... [et al.]. *História Oral: desigualdades e diferenças*. Recife: Editora da UFPE, 2012.
- GUIRADO, Marlene. *A criança e a FEBEM*. São Paulo: Perspectiva: 1980.
- _____. *Instituições e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus, 1986.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro: 2006.
- HERYWOOD, Colin. *Uma História da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, Marialda & CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2012.
- IAVELBERG, Rosa. *O desenho cultivado da criança: práticas e formação de educadores*. Porto Alegre: Zourk, 2008.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Imprensa e ensino na Ditadura*. In: FERREIRA, A. C.; BEZERRA, H. G. & LUCA, T. R. de. *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.
- KHOURY, Yara Aun. *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. IN: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; LAMEIDA, Paulo; KHOURY, Yara (Orga). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.
- KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual*. In: *ArtCultura*. V. 8, N. 12, p. 97-115, jan-jun. 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LEITE, Ligia Costa. *A razão dos invencíveis: meninos de rua, rompimento com a ordem (1554/1994)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- LÖWY, Michel. *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação*. In: FERREIA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia 1964...* (Série As esquerdas brasileiras - Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. P. 396.

LUCHINI, Ricardo. *A criança em situação de rua: uma realidade complexa*. In: RIZINI, Irene. *Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: PUC/Rio, 2003.

MADEIRA, Felícia Reicher. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARTINS, Estevão Rezende. *História: filha e mestra do tempo*. In: NICOLAZZI, F.; MOLLO, H. M.; ARAUJO, V. *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

MATOS, Maria Izilda. *Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890 – 1930)*. IN: MATOS, Maria Izilda & SOIHET, Rachel (Org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

MARTINS, Estevão Rezende. *História: filha e mestra do tempo*. In: NICOLAZZI, F.; MOLLO, H. M.; ARAUJO, V. *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e História interfaces*. In: *Revista Tempo*. Vol. 1, N. 2. Rio de Janeiro: 1996.

MAYOL, Pierre. *Morar*. IN: CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MENESES, Mozart Vergetti. *Prevenir, disciplinar e corrigir: as escolas correccionais do Recife (1909 – 1929)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, Humberto. *Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife (1927 – 1937)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Cultura Regional/ Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife: 2006.

MIRANDA, Humberto. & VASCONCELOS, Maria Emília. *História da Infância em Pernambuco*. Recife: Editora da UFPE, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

_____. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: contexto, 2010.

_____. *Travessias e Desafios*. In: LAVERDI, R... [et al.] *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife: ed. UFPE; Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012. P. 38 – 54.

_____. *História e memória de lutas políticas*. In: MONTENEGRO, Antonio Torres, RODEGHERO, Carla & ARAUJO, Maria Paula. *Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária, 2012.

MOURA, Jamerson Kems Gusmão. *Nossa Senhora e o Morro da Conceição: História, Igreja e Comunidade Católica em encontros e desencontros*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

MOURA, Vera Lúcia Braga. *A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906 – 1929)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autentica. 2002.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte dos enjeitados*. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008.

NETO, João Clemente de Souza. *A trajetória do menor a cidadão*. São Paulo: Arte Impressa, 2003.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Carmem Silveira de. *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

OLIVEIRA, Cleide Galiza de. *Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As Festas que a República Manda Guardar*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.4, 1989, p.172-189.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Medo, comunismo e revolução*. Recife: EduUFPE, 2009.

_____. *De pétalas e pedras: a trajetória de Francisco Julião*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social*. In: REIS, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. *O século XX, o tempo crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

PAMUK, Orhan. *A malaleta de meu pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

PASSERINI, Luisa. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: letra e Voz, 2011.

PASSETTI, Edson. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Ensaio sobre um abolicionismo penal*. In: SOUZA NETO, João Clemente & NASCIMENTO, Maria Letícia (Orgs). *Infância: violência, instituições e políticas públicas*. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

_____. *O menor no Brasil Republicano*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das criança no Brasil*. São Paulo: contexto, 1991.

_____. *O que é menor*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

PEDRO, Joana Maria In: PINSKY, C. & PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. 63 – 83.

_____. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

_____. *Historicizando o gênero*. IN: FERREIRA, A. C.; BEZERRA, H. G. & LUCA, T. R. *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. *As comissões Parlamentares de Inquéritos na Câmara dos Deputados durante a crise político-institucional brasileira (1963 – 1968)*. In: SANTOS, C.; TELES, E.; TELES, J. (Orgs). *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

PERROT, Michelle. *Funções da família*. In: PERROT, Michelle (Org.) *História da vida provada 4; da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo da imagem: território da história cultural*. IN: DESAVENTO, S.; SANTOS, M. W; ROSSINI, M. de S. *Narrativas, imagens e práticas sócias: percursos da História Cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

_____. *Imagem, memória, sensibilidades: territórios do historiador*. In: RAMOS, Alcides Freire, PATRIOTA, Rosangela & PESAVENTO, Sandra. *Imagens na História*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PINHEIRO, Ângela. *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: Editora da UFC, 2006.

PINSK, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria. *Igualdade e especificidade*. In: PINSK, Carla Bassanezi & PINSK, Jaime. *História da Cidadania*. Rio de Janeiro: Contexto, 2003. P. 304.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. “O momento de minha vida”: funções do tempo na História Oral. In: Muitas memórias, outras histórias. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; LAMEIDA, Paulo; KHOURY, Yara (Orgs). São Paulo: Olho D’água, 2004.

POZZI, Pablo Alejandro. *Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955 – 1976)*. In: LAVERDI, R... [et al.] *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife: ed. UFPE; Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.

RAGO, Margareth. *Do cabaré a lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil – 1890/1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. IN; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Pato (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos (1964 -2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção social*. REVEL, Jacques (Org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, M. J. *A ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: editora da UEL, 2001.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2006.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Tempo e narrativa*. Volume 1. São Paulo: editora Martins Fontes, 2010.

RIZZINI, I. & PILOTTI, F. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma & RIZZINI, Irene. “Menores institucionalizado e meninos de rua”. In: FAUSTO, A. & CERVINI, R. (Orgs). In: FAUSTO, A. & CERVINI, R. (Orgs). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos de 80*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios presentes*. São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. *Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas*. In: *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Pequenos trabalhadores no Brasil*. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora da Santa Ursula, 1993.

RODRIGUES, E. & FILHO, Geraldo Inácio. *Educação Moral e Cívica e Ensino de História, aportes disciplinares de formação: um estudo comparado*. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n.45, p. 139-152, mar2012. 139-152.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo: a face oculta da menoridade (1964 – 1979)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

_____. *As tramas do cárcere: a institucionalização de crianças, jovens e adultos (1979 - 1992)*. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. *A LBA, O Projeto casulo e a Doutrina da Segurança Nacional*. In: FREITAS, Marcos Cezar. *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Mione Apollinario. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTANA, Marco Aurelio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucillia de Almeida. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*.

SANTOS, Marco Antonio. *Criança e criminalidade no início do século*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*.

SCHEINVAR, Estela. *Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres)*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, v. 20 (2), jul./dez.1995.

SILVA, Wandoberto Francisco. *Guerreiros do Mar: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura regional. Recife, 2008.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2011.

SOUZA JUNIOR, Edvaldo Vieira de. *A Igreja progressista no Recife: limites e possibilidades da ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base)*. Recife 1973 – 1985. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2006.

SOUZA, João Clemente de. *A trajetória do menor a cidadão*. São Paulo: Arte Imprensa, 2003.

STEARNS, Peter. *A infância*. São Paulo: Contexto, 2010.

TAMBARA, Elomar. *Educação e positivismo no Brasil*. In: STEPHANOU, M. & BASTOS, M. H. Histórias e memórias da educação no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil – 1974 – 1985*. In: FERREIRA, J. & DELAGAFO, L. O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

VENANCIO, Renato pinto. *Os aprendizes da guerra*. In: PRIORE, Mary Del (org). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

VIANNA, Adriana de Resende. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 – 1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. *Serviço Social em Pernambuco: particularidades da formação e inserção profissional dos anos de 1940 aos 1980*. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. N. 95. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

VIOLANTE, Maria Lucia. *O dilema do decente malandro*. São Paulo: Cortez: 1982.

VOGEL, Arno. *Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância no Brasil contemporâneo*. In: RIZZINI, Irma & PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

VOMMARO, Pablo. *“Que a diferença não se converta em desigualdade”:* *organizações sociais e história oral na Argentina contemporânea*. In: LAVERDI, Robson... [et al.]. História Oral: desigualdades e diferenças. Recife: Editora da UFPE, 2012.

ZALUAR, Alba. *A máquina da revolta: as organizações populares e a máquina da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.